

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

JOSÉ SINEY FERRAZ RODRIGUES

MEMÓRIAS DO GARIMPO:

**Vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia brasileira
(1960-2000)**

São Leopoldo

2020

JOSÉ SINEY FERRAZ RODRIGUES

MEMÓRIAS DO GARIMPO:

**Vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia brasileira
(1960-2000)**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Professora Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2020

R696m	<p>Rodrigues, José Siney Ferraz. Memórias do garimpo: vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia brasileira (1960-2000) / por José Siney Ferraz Rodrigues. -- São Leopoldo, 2020.</p> <p>211 f. : il., mapas color. ; 30 cm.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2020. Orientação: Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres, Escola de Humanidades.</p> <p>1.Garimpo – Amazônia – História – Séc. XX. 2.Amazônia – História – Séc. XX. 3.Garimpeiros – Amazônia – Condições sociais. 4.Ouro – Minas e mineração – Aspectos sociais – Amazônia. I.Harres, Marluza Marques. II.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 622.342(811)(091) 981.1”19” 622.342-051(811):304</p>
-------	---

Catalogação na publicação:
 Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

JOSÉ SINEY FERRAZ RODRIGUES

Memórias do garimpo:

**Vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia brasileira
(1960-2000)**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em 29 de maio de 2020

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Professora Dra. Marluza Marques Harres

Professor Dr. João Carlos Barrozo

Professora Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Professor PhD. Hernán Ramírez

Professor Dr. Roldão Ribeiro Barbosa

AGRADECIMENTOS

O Curso de Doutorado é um importante e decisivo momento de minha vida, já que é também uma escolha e faz parte do meu projeto de realizações, pelo qual me dediquei e o transformei em minha razão de viver. Por isso agradeço a todos aqueles que me acompanham e cruzam minha trajetória de vida e experimentam as práticas vividas desse fazer realizar-se.

Sendo assim, agradeço à minha companheira de vida Carmem Barroso Ramos que, em meio aos nossos mergulhos científicos, digere comigo nossos tropeços, em nossas utopias tem os mesmos sonhos e caminhamos juntos nas descobertas de novos caminhos. Nossas vitórias são motivos para brindarmos.

Agradeço a meus filhos, que são parte dessa vida que levo e me confortam quando me veem preocupado. São eles: Apoena Gomes Franco Ferraz, Piaga Franco Ferraz, Apoanã Che Ferraz Costa e Ana Catarina, que ganhei (como filha) de presente e que aguenta minhas lamúrias de pesquisador e as dores de parir uma tese.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL e à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, pelas suas parceiras que tornaram viável esse Curso e pelo incentivo direcionado à nossa formação acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História-UNISINOS pela convivência e pela grande contribuição, em especial à minha orientadora Professora Doutora Marluza Marques Harres, que me proporcionou uma visão crítica do trabalho empurrando-me para a construção desta tese.

Ao professor e amigo Josenildo Pereira, por se tornar um coorientador *pro forma* (clandestino) e, através das nossas conversas e leituras dos textos, eliminar dúvidas, firmar rumos e dar-me forças para enfrentar as adversidades deste trabalho de tese.

Agradeço aos meus irmãos de UEMA/UEMASUL que participaram do Curso, assim como aqueles que encontramos em nossa caminhada. Aos alunos da UEMASUL e aos ex-alunos que demonstram interesses em que este trabalho de tese obtenha êxito.

Aos amigos que estão sempre ao meu lado demonstrando preocupações, torcendo por mim e ajudando a minimizar os esforços com a descontração e o carinho de sempre. Em especial aos meus compadres, comadres e afilhadas que, mais intimamente, compartilham das dores e das alegrias que a vida oferece.

À minha genitora Edelves Ferraz Rodrigues (*in memoriam*), que torcia por minha carreira acadêmica. Às minhas duas tias, Ivanilde Ferraz da Mota e Isabel Ferraz da Mota (*in*

memoriam), por terem assumido o papel de mãe quando a minha saiu do nosso convívio, e à tia Mariosa (Maria da Divindade Ferraz da Mota), que continua com as preocupações de mãe e sempre me abraça quando chego e fica triste quando saio.

Por fim, agradeço aos meus seis irmãos, especialmente a Nery Ferraz Rodrigues, Ana Mary Ferraz Rodrigues e Mauro Ferraz Rodrigues, que me acompanham dando-me sempre o encorajamento necessário para eu seguir em frente sem fraquejar.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.

Ferreira Gullar

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo o mundo do trabalho na exploração do ouro de aluvião na Amazônia brasileira no período de 1960 a 2000. Foi com a descoberta de reservas minerais e a implantação de grandes projetos de exploração das riquezas amazônicas que se formou um grande contingente de garimpeiros na região. Vindo das mais variadas atividades econômicas e regiões do país, sendo muitos deles do campo e desempregados, esses garimpeiros trazem em seus corpos as marcas de uma forma de trabalho dos mais rústicos e brutais do homem com a natureza. Depois de quatro décadas, com o fechamento dos garimpos, fomos buscar na memória desses garimpeiros suas histórias de trabalho, suas condições de vida, suas derrotas, seus bamburros, suas relações familiares, as festas, suas esperanças e suas decepções, suas formas de organizações alternativas nas ausências do Estado, suas táticas e estratégias de lutas e de sobrevivências. Muitos já estão velhos e muitos outros maduros, mas trazem a memória de suas experiências. Essas facetas do dia a dia dos garimpeiros foram estudadas com os recursos metodológicos da história oral e sociocultural. Nos moldes das entrevistas livres capturamos a realidade de suas experiências guardada em suas memórias e trazida a lume pelas lembranças desses trabalhadores que ajudaram a construir a Amazônia contemporânea.

Palavras-chave: Amazônia. Fronteira. Garimpo. Memória. Ideologia.

ABSTRACT

This thesis has as object of study the world of work in the manual exploitation of gold in the Brazilian Amazon in the period from 1960 to 2000. It was with the discovery of mineral reserves and the implementation of large projects for the exploitation of Amazonian wealth, that a big contingent of miners. Coming from the most varied economic activities and regions of the country, many of them from the countryside and unemployed, these garimpeiros bear on their bodies the marks of a way of working the most rustic and brutal of man with nature. After four decades, with the closure of the garimpos, we searched the memory of these garimpeiros for their work histories, their living conditions, their defeats, their bamburros, their family relationships, the parties, their hopes and disappointments, their forms of organizations alternatives in the absence of the State, your tactics and strategies of struggles and survivals. Many are already old and many others mature, but they bring the memory of their experiences. These facets of the garimpeiros daily lives were studied with the methodological resources of oral and socio-cultural history. In the mold of free interviews, we capture the reality of their experiences, kept in their memories and brought to light by the memories of these workers who helped to build the contemporary Amazon.

Key words: Amazon. Frontier. Mining. Memory. Ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Pan-Amazônia	15
Figura 2 – Amazônia Legal	16
Figura 3 – Mapa da Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental	17
Figura 4 – Mapa das migrações para a Amazônia.....	64
Figura 5 – Barcaças dos garimpos de mergulho no rio Tapajós-PA	70
Figura 6 – Gráfico indicador e comparativo da produção de ouro	74
Figura 7 – As reservas minerais na Amazônia brasileira, também chamadas de províncias minerais	78
Figura 8 – Garimpeiros em Serra Pelada – chamado de formigueiro humano.....	126
Figura 9 – Serra Pelada com suas escadarias chamadas de “adeus mamãe”	127
Figura 10 – Moradias nos garimpos	133
Figura 11 – Presidente João Batista Figueiredo em Serra Pelada	138
Figura 12 – Presidente João Batista Figueiredo em Serra Pelada carregado pelos garimpeiros	139
Figura 13 – Mineradoras na Amazônia	144
Figura 14 – Aviação nos garimpos da Amazônia.....	145
Figura 15 – Aeroporto nas regiões de garimpos.....	145
Figura 16 – Corrutelas nas imediações dos garimpos.....	148
Figura 17 – Mulheres garimpeiras.....	155
Figura 18 – Diversões nos garimpos (prostituição).....	155
Figura 19 – Bamburrado.....	158

LISTA DE SIGLAS

ACA	Área de Conservação Ambiental
ALBRÁS	Alumínio do Brasil AMSA – Amazônia Mineração S.A.
AMOT	Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós
APA	Área de Proteção Ambiental
BASA	Banco da Amazônia S/A
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNG	Cadastro Nacional dos Garimpeiros
COMPAG	Cooperativa Mista dos Produtores Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis
COMPRO	Cooperativa Mista dos Garimpeiros Proprietários de Cata de Serra Pelada Ltda
CONAGE	Coordenação Nacional dos Geólogos
COOGAR	Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada
COOMANSE	Cooperativa mista Agro-Mineral do Rio Sereno
COOMIC	Cooperativa Mista do Garimpo de Cotia
COOMIGASP	Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada
COOMISPE	Cooperativa dos Garimpeiros dos Minérios de Serra Pelada
CNDDA	Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
DOCEGEO	Rio Doce Geologia e Mineração S.A.
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FAG	Fundação de Assistência ao Garimpeiro

FEBRAGEO	Federação Brasileira de Geólogos
FIDAM	Fundo de Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Estado do Maranhão
MME	Ministério das Minas e Energia
MT	Estado do Mato Grosso
ONG	Organização não governamental
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos de Agropecuária e Agrominerais da Amazônia
RADAM	Projeto Radar da Amazônia
SBG	Sociedade Brasileira de Geologia
SESP	Secretaria Especial de Saúde Pública
SESPA	Secretaria de Saúde do Pará
SIMGBRAS	Sindicato dos Mineradores do Brasil
SINGASP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
SNG	Sindicato Nacional dos Garimpeiros
SNI	Serviço Nacional de Informação
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UNGB	União dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil
USAGAL	União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: DA INTEGRAÇÃO NACIONAL AO SURGIMENTO DOS GARIMPOS	37
2.1 A geopolítica e a integração da Amazônia brasileira	37
2.2 A geopolítica da migração: o povoamento e a formação da força de trabalho na Amazônia brasileira	54
2.3 O surgimento dos garimpos na Amazônia	65
2.4 A mineração na Amazônia: o Estado, os incentivos e os grandes programas e projetos	77
3 MUNDOS DO TRABALHO NOS GARIMPOS CLANDESTINOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	96
3.1 O garimpo e o garimpeiro: uma simbiose urdida entre a barbárie e a modernidade	96
3.2 Os interesses em confronto: um jogo de forças entre empresas mineradoras e os garimpeiros	108
3.3 Os garimpos e a ideologia da economia de mercado	116
3.4 As relações sociais de trabalho nos garimpos	125
4 A VIDA NOS GARIMPOS: OS GARIMPEIROS ENTRE O BLEFO E O SONHO DE BAMBURRAR.....	136
4.1 Às margens dos sonhos.....	136
4.2 A vida por um fio: os garimpeiros e os perigos nos garimpos amazônicos	144
4.3 O sentimento de pertencimento dos garimpeiros e a ideia do “eterno retorno” aos seus lugares de origens	152
4.4 A vida nos garimpos: como ela é representada pelos garimpeiros quase 20 anos depois	163
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	187
GLOSSÁRIO	192

APÊNDICE A – ENTREVISTADOS	193
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	194
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	195
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	196
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO	197
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO	198
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO	199
APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO	200
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO	201
APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	202
APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO	203
APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO	204
APÊNDICE M – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	205
APÊNDICE N – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	206
APÊNDICE O – TERMO DE CONSENTIMENTO	207
APÊNDICE P – TERMO DE CONSENTIMENTO	208
APÊNDICE Q – TERMO DE CONSENTIMENTO	209
APÊNDICE R – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	210
APÊNDICE S – TERMO DE CONSENTIMENTO	211

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de tese tem como objeto de estudo o mundo do trabalho no processo da garimpagem na Amazônia brasileira nas últimas quatro décadas do século XX. Procuramos compreender o universo das experiências dos garimpeiros clandestinos nas entranhas dessa significativa fronteira de recursos do país, valendo-nos, como fonte de pesquisa, das memórias expressas nas narrativas desses atores sociais.

Os dados da pesquisa nos proporcionaram um estudo pormenorizado das experiências relativas ao mundo do trabalho como organização, produção, produtividade, comercialização e renda, assim como das redes de relações sociais, políticas e culturais vivenciadas pelos garimpeiros. As marcas percebidas na memória coletiva dos garimpeiros descortinam a realidade do garimpo, inclusive no que diz respeito às desilusões ou ao encontro com a sorte grande dos “bamburrados”¹.

Considerando-se a diversidade de sujeitos constituintes desse novo ciclo do ouro no país, buscamos as variadas condições de vida nas áreas de garimpo, assim como os impactos causados ao meio ambiente e à vida das comunidades tradicionais e a perspectiva de como a visão de mundo do capitalismo se implantou nessa fronteira pela exploração mineral. Todas as formas de impactos causados pelo extrativismo do ouro deixaram suas marcas na região, e não é demais salientar que essas marcas não ficaram apenas na devastação dos ecossistemas, mas também nos corpos, nas personalidades e, sobretudo, na memória coletiva, bem como na dinâmica da economia e da cultura regional.

Os garimpeiros, em suas aventuras, promoveram impactos de várias ordens na região. Esses impactos vão desde a agressão aos ecossistemas até os elementos da variabilidade linguística, passando pelos processos econômicos e político-sociais. No entanto, eles foram também impactados, sobremaneira, pela nova ordem capitalista que foi implantada na nova fronteira. Os impactos causados pelas transformações de ordem socioeconômica e político-ideológica afetaram a mentalidade coletiva, promovendo o desejo de acumulação e o acato à nova visão de mundo do consumo e da exploração da força do trabalho.

Além dos garimpeiros, os impactos ideológicos afetaram com maior intensidade as populações de cultura coletivista e com economia de produção de autoconsumo esparramada

¹ O “**bamburro**” é o fato em que os garimpeiros encontram uma grande quantidade de ouro acima de um quilo de ouro e se tornam “ricos”. Bamburrar se tornou uma palavra que simboliza tudo na vida do garimpeiro e enche-o de esperanças. Ser bamburrado é a sorte grande e o próprio sonho de garimpeiros.

num imenso território que as deixavam invisíveis. Dessa população tradicional, tida como entrave ao progresso, saiu uma quantidade expressiva de pessoas que, pela precariedade e pela pressão das empresas agrícolas e mineradoras, abandonaram suas terras e suas lutas para fazerem parte do exército de garimpeiros, caindo, então, na exploração da força de trabalho, nas mãos dos patrões dos garimpos.

Os impactos da presença do grande capital e dos garimpeiros na região juntamente com as resistências e as lutas travadas nas brumas das ideologias da economia de mercado vão dando o tom da ocupação recente da Amazônia. As tramas dos interesses, as estratégias e táticas de sobrevivências dos grupos impactados, os movimentos, os lugares de passagens que se tornam permanências proporcionam uma cartografia social na qual os garimpeiros vão traçando suas trajetórias e os mapas de suas vidas.

A tese não tem como preocupação o estudo de um garimpo específico, pois a pesquisa se concentra nas trajetórias² de vida dos garimpeiros, o que nos remete ao uso do método prosopográfico³, que tem na biografia coletiva uma forma de análise das microrrelações pessoais, de poderes e de interferências múltiplas de coesão social.

Temos na realidade estudada, entretanto, uma íntima relação com o espaço geográfico, e este se constitui numa região onde tudo se mede em grandes proporções — a Amazônia brasileira⁴. Digo brasileira porque a Amazônia se estende a outros países. Isto é, os ecossistemas, a hidrografia, o clima e o relevo que caracterizam o “amazônico” vão para além das fronteiras brasileiras, englobando mais oito países, sendo que a sua maior porção fica no Brasil. Pela sua geopolítica, a Amazônia recebe várias denominações: na sua configuração geral, de acordo com a geopolítica global, que insere os vários países, ela recebe a denominação de Pan-Amazônia; já numa outra configuração, estrita à porção brasileira e sob orientações de

² GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: Feiticeiras e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

³ O uso do método prosopográfico se firmou pela biografia coletiva das elites com o uso de documentação escrita. No caso de uma biografia coletiva dos trabalhadores só começou a se propagar com o uso da oralidade como fonte histórica. “É necessário reconhecer que o método da prosopografia está condicionado pela natureza da documentação disponível e utilizada e que as biografias coletivas das elites são possíveis porque as elites registram e guardam, em boa parte, a sua memória. Já as classes populares, além da dificuldade que enfrenta de produzir e resguardar o registro escrito de sua experiência, têm sua memória apagada pelos dominantes.” BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 9-24.

⁴ A **Amazônia** recebe várias denominações: Pan-Amazônia, a que inclui os países que fazem parte dessa macrorregião (Guiana Francesa, Suriname, Guyana, Venezuela, Colômbia, Equador, leste do Peru, Bolívia e Norte do Brasil); Amazônia Legal é uma denominação política para dimensionar toda uma região que faz parte que é, em síntese, a Amazônia brasileira (Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Parte Norte Mato Grosso, Tocantins e Centro-Oeste do Maranhão); a Amazônia Legal está dividida, também de forma política, em duas outras: a Amazônia Oriental (Maranhão, Pará, Amapá, Tocantins e Mato Grosso) e Amazônia Ocidental com os estados restantes. Mesmo com todas essas divisões, cada uma delas possui grandes dimensões.

políticas de interesse interno, ela é conhecida como Amazônia Legal, subdividindo-se, então, em Amazônia oriental e Amazônia ocidental.

A Amazônia Legal corresponde a 61,2% do território brasileiro, numa superfície de 5.217.423 Km² composta de vários ecossistemas, de uma grande planície, de cadeias montanhosas e planaltos. Com um clima equatorial, rica composição geológica, grandes mananciais aquíferos e uma exuberante diversidade biológica, a Amazônia brasileira representa um grande potencial de recursos naturais que desperta, por um lado, sentimentos de preservação, e, por outro, de cobiça e exploração⁵.

Figura 1 – Mapa da Pan-Amazônia



Fonte: <http://aristides-monteiro.blogspot.com/2015/03/a-magia-da-floresta-amazonica.html>

⁵ PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: Editora CEJUP, 1994.

Figura 2 – Amazônia Legal



Fonte: Antônia M. M. Ferreira & Enéias Salati. https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-Amazonia-Legal_fig1_240972007

É nesse imenso território que o novo ciclo do ouro no Brasil e o mundo do trabalho nos garimpos se desenvolvem⁶. Na imensidão amazônica, homens e mulheres vão tecendo suas formas de lutas e suas próprias vidas. Em meio ao tradicional e ao novo, as incertezas e os acasos imprimem as possibilidades dos garimpos como uma solução e ao mesmo tempo uma continuidade das formas de miséria impostas pelas forças impiedosas dos interesses

⁶ O ciclo do ouro na Amazônia é considerado novo diante do ciclo do ouro do século XVII, pois com o encerramento do ciclo que marcou as Minas Gerais, só depois de dois séculos é que surgiu esse recente ciclo que também despertou interesses dos grandes centros do capital nacional e estrangeiro.

econômicos e políticos que se opõem às suas lutas e a seus anseios.

A garimpagem clandestina da Amazônia brasileira despertou meu interesse de estudos quando alguns questionamentos foram suscitados com os desdobramentos da trajetória percorrida durante a minha dissertação de mestrado⁷, cuja investigação científica tinha como foco o movimento camponês na Amazônia Oriental. No contexto do desenvolvimento da pesquisa percebi os matizes da violência e a dimensão dos conflitos de terra na Região Tocantins-Araguaia, compreendida como uma área que abrange o sul do Pará, o norte do Tocantins e o oeste do Maranhão. Percebi também que as lutas travadas pelos camponeses e a formação de grandes garimpos a céu aberto na Amazônia faziam parte da mesma temporalidade, sendo que estes influenciavam na desmobilização das resistências contra o empresariamento da terra.

Figura 3 – Mapa da Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental



Fonte: <https://centrodemidias.am.gov.br/aulas/amazonia-meio-fisico-amazonia-economia-regional-parte-1-11301/64397> (adaptado pelo autor)

No auge da garimpagem, a importância social e econômica dessa atividade, mesmo com as incertezas no jogo de interesses, despertou a atenção de estudiosos. As experiências dos garimpeiros foram estudadas por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento científico, como a Geologia, História, Mineralogia, Geografia, Antropologia, Sociologia,

⁷ FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo.** Imperatriz, MA: Editora Ética, 1998.

Ecologia e, inclusive, foi assunto abordado por cineastas⁸. Os meios de comunicações não deixaram por menos, e as visualizações midiáticas em noticiários e em documentários⁹ tornaram-se formas de divulgação das “fofocas”¹⁰ dos garimpeiros.

Dos trabalhos até aqui visitados, poucos se preocuparam com a perspectiva da memória dos garimpeiros e, mesmo assim, quando isso acontece, não a utilizam como fonte de pesquisa para o estudo da história de vida deles. Em alguns casos, as conclusões dos estudos só abordam a perspectiva da participação dos garimpeiros nas práticas que provocam grandes danos ambientais, como o uso abusivo e indiscriminado de produtos químicos para tirar as impurezas do ouro ou as implicações da exploração de ouro em terras indígenas, e até mesmo quando os garimpeiros ultrapassam as fronteiras nacionais, mas não sobre suas lutas e seu papel social na construção de uma fronteira econômica.

O espírito de garimpeiro é revirar a terra e, se for preciso, mover montanhas em busca das riquezas minerais. Isso não é feito somente pelos garimpeiros de aluvião, as mineradoras fazem estragos semelhantes e até catastróficos. A mineração geralmente deixa sequelas irreparáveis à natureza sempre com dimensões alarmantes e até mesmo trágicas.

Neste trabalho veremos que os males causados à natureza atingem também os próprios garimpeiros, que, pelo manuseio de produtos tóxicos, passam a ter sérios problemas de saúde. Essas marcas nos corpos desses garimpeiros embotam sua vida sofrida, durante e depois do garimpo.

Pela ótica da sociologia, José de Souza Martins¹¹, em seus estudos amazônicos, inspirou-nos sobre a necessidade de uma produção histórica dos atores que estabelecem a dinâmica dos mais variados níveis socioeconômicos na região. Em suas obras, *Expropriação e Violência* e, principalmente, *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* — onde o termo fronteira perpassa o sentido de limite espacial —, o autor entende que o homem e suas relações se defrontam com uma fronteira que vai além do espaço físico, e só dessa maneira

⁸ Entre outras biografias destacam-se: DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2003. CLEARY, David. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica**. Rio de Janeiro - RJ: UFRJ. [1992] 1990. BARBOSA, Lívia. **Garimpo e meio ambiente: Água sagrada e água profana**. Estudos Históricos. v. 4, n. 8. 1991. p. 229-243.

⁹ Marcelo Tas em Serra Pelada – 1984 (na íntegra), disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aD9QbZijcP0&ebc=ANyPxKr49xMSOd0iBZxtC1Oo7T4EUr8jFreCyCmIIcK0JyDUWvmY0fiBJgIom4vsJ2sRDt9yreMC653JODiIEC-2kEmK2HatA>. Globo Repórter – **aviação de garimpo na década de 80** - https://www.youtube.com/watch?v=oV9-SEA_O02Q. Entre outros.

¹⁰ As fofocas são notícias divulgadas por pessoas diversas, mesmo não comprovadas que se espalham rapidamente de “boca a boca”. Existe no garimpo um nome apropriado para as pessoas que espalham as notícias dessa maneira. São os “rádios peões”.

¹¹ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1980.

pode-se compreender o humano nessa região, onde atores historicamente constroem suas vidas e suas memórias.

O conceito de “fronteira” de Martins é empregado neste trabalho para melhor entendermos as redes de interesses dos vários grupos que se defrontam no submundo dos garimpos, onde os sujeitos produzem suas existências e reproduzem a acumulação de riquezas.¹² Nas encruzilhadas fronteiriças, os garimpeiros clandestinos, em meio a conflitos, distanciando-se de si mesmos em busca de suas humanidades, ampliam suas ações, desbravam e colonizam territórios em busca da acumulação de capital. Assim, esses sujeitos produzem também suas historicidades nas dinâmicas sociais nas quais eles se reproduzem.

Para Martins,

... a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (...). Dentre muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem visibilidade (...) tomo a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do homem.¹³

Nessa nova fronteira, fruto de uma política de ocupação recente, voltada para a exploração de recursos minerais e de inserção da região na economia de mercado e envolta a uma grande crise econômica é que o *boom* do ouro acontece.

Sônia Regina de Mendonça & Virgínia Maria Fontes¹⁴, em a *História do Brasil Recente*, discorrem sobre os sistemas de governos a partir de 64 e os múltiplos desdobramentos das políticas econômicas — fundamental para entendermos os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia. Suas ideias abarcam as crises políticas e econômicas sob as plataformas do neoliberalismo. A crise do petróleo de 1973, em que a mais importante fonte de energia é controlada e seu preço sobe às alturas — o Brasil à época era dependente da importação de petróleo —, leva a economia do país a uma grande recessão e os níveis salariais descem a um

¹² MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 10.

¹³ Idem. pp. 10

¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente** (1964-1992). São Paulo: Ática, 1996.

patamar nunca antes visto. Com pouca demanda de empregos, acontece uma onda migratória interna que coincide com as políticas de ocupação da Amazônia¹⁵.

Do entendimento dessa ocupação recente e da sua geopolítica é que trata esta pesquisa histórica acerca do garimpo. Na ocupação da área amazônica, e as inúmeras problemáticas que suscita, verifica-se que as vozes dos garimpeiros, como mediação, tornam-se importantes para que sejam acessadas as experiências dessa saga. Mas fica claro que as trajetórias desses sujeitos têm passado ao largo de preocupações de historiadores, muito embora se observe a diversificação de temas que lhes têm ocupado a mente e o trabalho. Não por se tratar de uma história recente ou por falta de documentos – escritos, orais, sonoros, imagéticos ou iconográficos. Afinal, as memórias de garimpos e dos modos de viver dos garimpeiros estão presentes em diversas matérias produzidas pela imprensa, em documentos oficiais, nos resíduos da cultura material, nas paisagens artificiais criadas pelas intervenções da garimpagem no meio ambiente; na linguagem regional – que aumentou seu vocabulário com termos usuais nas áreas de garimpo – e, sobretudo, nas marcas dos tempos vividos nos garimpos impressas na memória dos garimpeiros sobreviventes dessa aventura coletiva na Amazônia.

O uso da memória de sujeitos que fizeram o garimpo traz a lume, nesta tese, a historicidade de suas experiências de vida, num sentido amplo, por envolver trabalho, sonhos e esperanças. Revela também a exploração desenfreada do meio ambiente, a violência, as tragédias, as perdas e danos que muito animaram o *modus vivendi* desses sujeitos históricos.

No limite, compreende-se que este trabalho é um mergulho na memória e nas temporalidades do novo ciclo do ouro caracterizado pelas experiências coletivas da garimpagem de aluvião relacionadas à vida cotidiana e narradas por diversos e diferentes garimpeiros. Afinal, conforme BENJAMIN¹⁶, a experiência é uma construção que só tem uma sequência através daqueles que praticam a arte de narrar; pois é o narrador que passa as experiências de geração para geração e a memória se constitui em dar continuidade no conhecer constante das experiências. Assim, “*a memória garante a existência de uma experiência coletiva ligada a um trabalho e a um tempo partilhados, em mesmo universo de práticas*”¹⁷.

Para compreender as dimensões dos impactos econômicos, socioculturais, políticos e ideológicos inerentes às práticas da garimpagem e as relações de seus agentes, é importante um

¹⁵ FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. pp. 43-56. PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas futuras*. Belém: CEJUP, 1994. pp. 45-154.

¹⁶ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sergio Paulo Rouanet e Jeanne Mary Gagnebin. 7ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁷ Idem. *Ibidem*. p. 11

olhar do historiador de dentro desse processo — construído pela perspectiva de seus protagonistas fundamentais, ou seja, os próprios garimpeiros.

É revelador o processo de configuração e a dinâmica da garimpagem na Amazônia brasileira em sua articulação com as experiências dos garimpeiros, a vida nos garimpos e o contexto econômico, sociocultural e político do país. Esses trabalhadores, matizados por seus modos de viver e a partir da análise de relações sociais urdidas por eles mesmos e mediadas por microrredes de poder desdobradas em táticas e estratégias de sobrevivência —, sobretudo por aqueles que se encontravam em situação de clandestinidade —, mostram as entranhas de como se procedeu e se procede a ocupação recente da região.

Esta pesquisa acerca do garimpo, mais precisamente a respeito dos modos de vida de garimpeiros, insere-se no âmbito da prática teórica e metodológica da História Oral e da História Sociocultural. Sendo uma perspectiva de problematização das relações múltiplas dos homens com o meio natural e entre si mesmos, a dimensão cultural aflora como um fator marcante que exige uma aproximação com a antropologia e disciplinas afins. Diante disso, E.P. Thompson¹⁸ propõe uma história que se preocupa com as experiências, com as culturas, e constrói suas análises sobre as ações sociais dos homens comuns, como a história social do trabalho, vislumbrando a compreensão de uma história vista de baixo¹⁹. Assim, com sua incursão sobre as “mediações culturais e morais” da classe operária inglesa, concebe as maneiras como a classe trabalhadora inglesa produz suas experiências materiais emolduradas na cultura.

Nesse sentido, temos como linha do horizonte para uma análise e uma configuração de nossa narrativa acerca do tema-problema da pesquisa as formulações elaboradas a partir das referências do *Materialismo Histórico* e da *Escola dos Annales*. Assim, esta tese foi articulada nos marcos teóricos do método histórico-crítico e dialético proposto por Karl Marx como fio condutor e para deslumbrarmos a realidade histórica a partir das relações materiais de produção — Marx afirma que os homens são os produtores das suas representações e ideias, e que são condicionados pelo modo como produzem sua vida material e o seu posterior desenvolvimento na esfera sociocultural e política. Para Marx a relação da produção material e a cultura reflete a própria humanização dos indivíduos. Assim,

¹⁸ THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹ CASTRO, Hebe, **História social**. in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[...] A produção de ideias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas²⁰.

Marx propõe uma condição humana que não se encerra no *homo economicus*. Sua teoria tenciona as estruturas produtivas materiais com as condições culturais subjacentes, isto é, não há um modo de produção sem uma cultura engendrada que dê sustentação. Assim, o entendimento se amplia na compreensão das relações socioculturais das sociedades.

A escola dos *Annales*, por sua vez, constituiu-se numa orientação multidisciplinar da história, não deixando escapar ao historiador a importância da cultura como objeto de estudos. O centro das preocupações dos *Annales*²¹ é indagar sobre como funcionam as sociedades em suas múltiplas dimensões temporais, espaciais, humanas, sociais, econômicas, culturais e circunstanciais. Essa escola foi também protagonista no estudo das construções das ideologias como processos mentais produzidos nas experiências sociais do trabalho e da cultura simultaneamente²².

A realidade estudada apresenta uma transformação nas mudanças da mentalidade coletiva²³, imbuída de valores que defendem uma economia de mercado e a visão de relações de produção globalizadas. Neste novo *ethos*, tudo é visto sobre a ótica e ética do mercado — tudo é mercadoria. Nesse contexto, a ordem é a unificação dos valores na formação das mentalidades. Todos os bens, econômicos e ou culturais, vão deixando a percepção de valor de uso e ganhando o valor de troca para produzir excedente, cumprindo o papel na acumulação de capital. Esta visão tende a generalizar-se, indo desde a elite até às massas populares, passando pelas instituições do Estado e pela sociedade civil organizada (sindicatos, associações, partidos políticos, organizações não-governamentais – ONGs), influenciando as comunidades tradicionais.

Michel Vovelle, membro da Escola dos *Annales*, em sua obra clássica *Ideologias e Mentalidades*, desenvolve uma abordagem das representações mentais no processo da

²⁰ MARX, Karl. **A ideologia Alemã**, São Paulo: Hucitec, 1985. p. 20.

²¹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 3ª edição. São Paulo: Unesp, 1991. pp. 56-106.

²² *Idem*. pp. 24-106.

²³ *Idem. Ibidem*. pp. 104.

Revolução Francesa, buscando entender a descristianização dos sentimentos e atitudes como mentalidade de um grupo social²⁴. Assim, Vovelle nos ajuda a perceber as transformações nas atitudes, sentimentos, visões de mundo dos garimpeiros nos movimentos que embalam a sociedade amazônica em sua inserção na economia de mercado.

Um outro historiador da Escola dos *Annales*, Fernand Braudel, um dos protagonistas da segunda geração, em sua obra *O Mediterrâneo, o Espaço e a História*²⁵, articulou com maestria uma relação multidisciplinar entre a História e a Geografia. Na obra, ele tratou acerca do clima, da terra, do mar, da aurora e da História. A respeito do Mediterrâneo disse que o mesmo era *uma encruzilhada muito antiga. Durante milênios foi um fervilhante ponto de confluência de tudo o que ia enriquecendo a sua história: homens, animais, viaturas, mercadorias, navios, ideias, religiões, profissões. E até mesmo plantas (...)*.²⁶ O emaranhado de relações entre o meio geográfico e os seres humanos é sublinhado por Braudel como fundamental para uma forma de história que denominou de História Total.

Segundo Braudel,

... se fizéssemos um catálogo dos homens do Mediterrâneo, nascido à beira-mar ou descendentes dos que, em tempos longínquos, navegaram nas suas águas ou cultivaram as suas terras e os seus campos em socacos, e em seguida de todos os forasteiros que o foram invadindo, não teríamos a mesma impressão do que ao fazer a lista das suas plantas e dos seus frutos?²⁷

Esse emaranhado de povos, de fazeres, de dizeres, de temporalidades compõe a historicidade, ou seja, a história não é feita só pelos que passam, mas também por tudo aquilo que permanece. Assim, um dos conceitos chave deste autor é o de *duração*. Para ele existem três tipos de tempo: o *curto*, dos acontecimentos; o *médio*, dos ciclos econômicos; e o *longo*, o tempo que muda muito pouco — o das estruturas²⁸.

Inspirado na forma como Braudel compreende a historicidade do Mediterrâneo, vejo a Amazônia como um território urdido por encruzilhadas de homens construindo as suas histórias por meio de suas profissões, pela circulação de mercadorias, de alimentos, de plantas, de ideias, de encontros e confrontos entre interesses, e também por seus sonhos, alegrias, tristezas, aventuras, desventuras e sobrevivências, bem como por conta de contradições e de relações de

²⁴ VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 14-25.

²⁵ BRAUDEL, Ferdinand. **O Espaço e a História no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 3.

²⁶ *Idem. Ibidem.* p. 6

²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 6 e 7.

²⁸ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 71-88; BRAUDEL, Fernand. ROCHA, Antonio Penalves. **F. Braudel: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico**. <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a20v3n1.pdf> . pp. 242-244.

poder — as lutas políticas com suas especificidades.

Do mesmo modo, o seu conceito de tempo é bastante útil e operacional para este trabalho. Compreende-se que o *tempo longo* ou o das estruturas se refere ao da formação das populações tradicionais, principalmente das populações indígenas; o *tempo médio* diz respeito aos devassamentos da extração da borracha e da castanha — da segunda metade do século XIX aos anos 60 do século XX; e o *tempo curto* relaciona-se à historicidade da Amazônia (re)inserida na economia de mercado capitalista. A articulação destas temporalidades, nas devidas proporções, nos permitirá desenvolver uma análise densa acerca desta experiência de garimpagem através da qual foram configurados os modos de viver dos garimpeiros, principalmente daqueles que se encontravam na clandestinidade.

A possibilidade de uma *História Total* (nos termos de Braudel) a respeito do garimpo e do modo de viver dos garimpeiros só é possível pela interface entre a História e outras disciplinas. Desse modo, os conceitos de *memória, cultura, tática, estratégias, fronteiras, poder, estado e ideologia* têm uma centralidade neste trabalho. Mas, devido à polissemia inerente a eles, esclareço sob qual perspectiva serão utilizados esses conceitos.

Neste trabalho, utiliza-se o conceito de *memória* na acepção proposta por Bosi²⁹ (1999). Para Bosi, *a memória seria o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas que viabiliza a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações*. Sob esta perspectiva, a análise crítica de textos produzidos pela memória de garimpeiros acerca das temporalidades da garimpagem nos permitiu reconfigurar nuances de suas experiências de vida.

Maurice Halbwachs³⁰ nos apresenta o conceito de memória como o armazenamento de informações sobre as experiências vividas em conjunto e suas relações com as lembranças individuais. Esse processo traz inferências de fatos passados que são ativados como indícios de uma existência histórica. Em todas as dimensões do homem as experiências são atos coletivos, e são desses atos que a memória guarda as informações que se reconstruem em outras temporalidades e nos permite acessá-las pelas recordações através da linguagem.

Halbwachs entende a memória em dois níveis (dois tipos de memórias), uma que se estabelece na vida pessoal e outra que se configura na vida social. A primeira — memória interna, individual, que se inclina para organização da vida pessoal — está contida na segunda — memória coletiva, mais ampla, e que dá conta da vida da sociedade. Essas memórias se

²⁹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 47.

³⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

entrecruzam, servem-se uma da outra, mas são entendidas, por ele, como de naturezas distintas. Nas suas reflexões o autor entende que

[...] o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal – as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-la mais exatas, e até mesmo para preencher algumas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.³¹

Podemos dizer também que o conjunto das memórias individuais pode compor uma memória de um grupo ou de uma sociedade. Essa percepção de memória coletiva é criticada por Fentress e Wickham³², que nos trazem o conceito de memória social. Para esses autores o termo memória social representa algo que contribui para um determinado nível de consciência e que não se encerra num ato mental. Com efeito, de sua dimensão infinita, a memória perpassa todos os aspectos do homem, seu espírito cognitivo, seu corpo físico e opera no nível mental consciente e inconsciente. A memória sai do indivíduo e ganha o espaço e o tempo coletivo, a memória é social. Sua operação é subjetiva, pois ela forma redes de ideias mediatizadas pelas emoções, pelo imaginário, pelo inconsciente e pela linguagem.

Em si e por si, a memória é simplesmente subjetiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isto constrói uma memória social. Qualquer tentativa de usar a memória, de uma maneira sagaz, como fonte histórica, tem que se confrontar do seu caráter subjetivo, embora social, da memória. (...). Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Na medida em que a nossa <<natureza>> - que realmente somos – se pode revelar de um modo articulado, somos aquilo que nos lembramos. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos – a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e coletivas através das nossas memórias

³¹ *Idem. Ibidem.* p. 71 e 72.

³² FENTRESS, James & WICKHAM, Cris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado.** Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

como ordenamos e estruturamos as nossas ideias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos.³³

Paul Thompson diz que “*uma vez que a memória das experiências de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão*”³⁴. Isto é, a memória deve contribuir para uma reconstrução mais ampla do passado, pois, sendo a realidade complexa e multifacetada, a memória permite que se recrie a multiplicidade original dos vários pontos de vista. Sua importância se explicita ainda por uma compreensão do passado diretamente se relacionando com o presente numa via de mão dupla.

Vislumbramos, com essas discussões sobre a memória e seu uso como fonte histórica, que nós, historiadores, somos caçadores de memórias. Quando se encontram nas mentes das pessoas elas requerem cuidados no trato analítico, pois elas se apresentam na forma subjetiva. Essa discussão sobre memória, no sentido de melhor proveito na organização das práticas de pesquisa, mostra-nos a relação intrínseca com as técnicas da história oral como fio condutor para o acesso da memória dos garimpeiros como experiência de vida pessoal e social.

Portanto, sublinha-se que as histórias de vida desses sujeitos foram estudadas a partir de relatos orais tratados como fontes. Alguns autores afirmam sobre a existência de uma metodologia específica da “História Oral”³⁵. Conforme Freitas, História Oral “*é um método de pesquisa que utiliza a técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana*”.³⁶ Outros autores, como Marluza Marques Harres, usam tanto “Fontes Orais” quanto “História Oral” para qualificar os recursos da oralidade na produção histórica. Ela é muito enfática quando diz que

[...] o trabalho com **fontes orais** permite uma nova ênfase na experiência individual, possibilitando atentarmos para a forma como vem sendo realizado o ideal de autonomia, tão caro à civilização moderna, mas, ao mesmo tempo, tão difícil de vivenciar, já que estamos marcados por dependências e múltiplos constrangimentos, que muitas vezes são reconhecidos e explicitados no exercício da rememoração, quando são repensadas e revistas decisões e ações. Outro aspecto que a fonte oral documenta com muita propriedade, refere-se às emoções. Se o cálculo e a racionalização face aos interesses, tanto econômicos, como de prestígio, podem ser inferidos, a carga emocional que cerca muitas decisões do cotidiano é muito mais difícil de ser percebida e apreendida. Sempre estamos preocupados com razões de ordem prática, sem dúvida, uma linguagem mais fácil de entender, muito diferente do universo emocional que normalmente acompanha as recordações. Outras potencialidades dessa metodologia são mais frequentemente destacadas. Ela permite

³³ *Idem. Ibidem.* p. 20.

³⁴ TOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992. pp. 25-26.

³⁵ AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1998.

³⁶ FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 18

que a história dos grupos oprimidos e marginalizados seja construída e torne-se conhecida. Esse foi o compromisso inicial que deu impulso à **história oral** e pode ser traduzido, (...) por três atitudes: 1) ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; 2) dar visibilidade para as realidades “indescritíveis” e 3) testemunhar as situações de extremo abandono.³⁷

O termo “história oral” me parece entranhado de incertezas em seus conceitos. Sustentado por Paul Thompson e Ecléa Bosi, porém, é desconstruído por Camargo que envereda por outra concepção da história oral quando destaca que, “*o mínimo que podemos dizer que a história oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta*”.³⁸ Garrido³⁹, de forma mais contundente, propõe que a utilização de fontes orais como mais apropriado.

[...] podemos falar de história oral ou é mais correto nos referirmos às fontes orais para a pesquisa histórica? [...] nossa intenção é que seja mais ampla, que atenda à complexa problemática da utilização das fontes orais. [...]: existe o que poderíamos chamar de *História Oral*, como um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história realizada exclusivamente com fontes escritas? Em nossa opinião a resposta é negativa. [...]: utilizar fontes orais nos permite escrever *outro tipo* de história? Isto é, podemos construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico e complexo? Nesse caso, nossa resposta é positiva. [...], entendemos que a *História* deve analisar e relacionar todos os fenômenos estruturais e superestruturais com a vida cotidiana dos protagonistas da história: os homens e mulheres. Nessa perspectiva, nossos trabalhos se inscrevem numa linha historiográfica que denominamos *história local* ou *micro-história*, e em sintonia com esse posicionamento nos vimos obrigados a refletir sobre a possibilidade da utilização das fontes orais no processo de investigação; e nos referimos a fontes orais porque não nos parece procedente falar em *História Oral*, mas preferimos investir na ideia de que o importante é utilizar fontes orais para fazer história. Trata-se, portanto, de incorporar tais fontes orais como fonte documental a mais.⁴⁰

Também proponho o uso de fontes orais, aproximando-me de Harres e Paul Thompson pela construção de uma história vista de baixo, tencionando dar visibilidade aos excluídos da história. No entanto, a discussão não se encerra nesses dois pontos, e aqui também proponho o uso de fontes orais, mas, por usar as indicações de autores que usam o termo “História Oral”,

³⁷ HARRES, Marluza Marques. **A História e seus territórios**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008. https://www.academia.edu/189308/A_Hist%C3%B3ria_e_seus_territ%C3%B3rios_Livro_de_confer%C3%A2ncias_do_XXIV_Simp%C3%B3sio_Nacional_de_Hist%C3%B3ria_da_ANPUH

³⁸ CAMARGO, Aspásia. **História oral e política**. In: FERREIRA, M. de M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: CPDOC. Diadorim, FINEP. 1994. p. 78.

³⁹ GARRIDO, Joan del Alcazar i. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. São Paulo: Revista Brasileira de História, V. 13 n° 25/26. agosto/1992.

⁴⁰ *Idem*. pp. 33 e 34.

ele aparecerá no texto com o mesmo sentido que lhe atribui Garrido. No entanto, a discussão não se encerra nesses dois pontos e nem desaparecerá nas críticas da produção historiográfica.

No nosso trabalho, levamos em conta os indicativos metodológicos de tratar com as fontes orais de forma cuidadosa. Trata-las criticamente e dialeticamente com as narrativas, com os documentos escritos e fontes imagéticas estabelecendo um conjunto orgânico e coerente. Isto é, os depoimentos passaram por um filtro crítico, pois a memória é seletiva e parcial. Nesse aspecto, a visão crítica do historiador avalia e analisa o texto obtido, seja através de entrevistas realizadas dentro de cada grupo social, seja através do cotejamento das informações orais com outros depoentes.

Por meio da análise qualitativa dessa documentação consegue-se compreender os meandros do processo de inserção da Amazônia brasileira na economia de mercado e os seus impactos no âmbito regional e local a partir da produção extrativista do ouro. E, do mesmo modo, fazer a qualificação dos garimpeiros envolvidos nesse novo ciclo do ouro com os seus modos de viver permeados por disputas de espaços para as lavras, por formas do exercício de poder, bem como a configuração das táticas e estratégias de resistência levadas a cabo, sobretudo pelos trabalhadores sujeitos à exploração de sua força de trabalho.

Os conceitos de táticas e estratégias são relativos às relações de poder e tensões desdobradas em medo e violência que permeiam as realidades dos garimpeiros que se juntavam às expectativas do enriquecimento fácil. Em meio a essa estrutura, os envolvidos neste processo desenvolveram *táticas* e *estratégias* para garantir a sua sobrevivência. O sentido e o uso destes conceitos são aqui empregados segundo a perspectiva formulada por Certeau:

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A *estratégia* postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças aos clientes, ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa. (...) com respeito às estratégias (cujas figuras sucessivas abalam esse esquema demasiadamente formal e cujo laço com uma configuração histórica particular da racionalidade deveria também ser precisada). Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um propósito. Então nenhuma delimitação de fora lhe forneça a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (..) e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares

do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia⁴¹.

Os garimpeiros, na sua clandestinidade, jogam nesse tabuleiro, circulam pelos territórios das concessões das grandes mineradoras e terras públicas. São procurados e vigiados, mas escapam em seus movimentos. Estão em lugares os mais diversos e imprevisíveis, forjando sua continuidade.

Sob esta perspectiva analítica das relações sociais de poder, não é demais lembrar que nas lavras há uma estrutura de poder mediada por uma hierarquia constituída de três elementos: no topo da pirâmide, *os donos de lavras* — financiadores de viagens, de maquinários e de alimentos —; abaixo destes, *os meias-praças* — trabalhadores que recebiam porcentagens da produção e trabalhavam sem ônus para o dono da lavra durante o tempo em que não encontravam o ouro —; e na base da pirâmide, *os diaristas* — trabalhadores que faziam qualquer tipo de serviço, principalmente removendo o material “cego” (o material que não tem o minério) até encontrar o cascalho, onde se encontra o ouro. Eles recebiam, em dinheiro, os valores contratados por dia, mas sem perspectivas de bamburrar, pois só trabalhavam no preparo das lavras enquanto não produziam o ouro.

Nos garimpos amazônicos brasileiros, as formas de poder são utilizadas para assegurar direitos e impor obrigações. Estão difusas nas relações sociais de trabalho, na presença ou não do Estado e do capital, regendo as lutas. Podemos perceber que nas lavras de aluvião os poderes aparecem de forma capilar, mas implacável na ordem alternativa de cada papel social. Essas expressões de poderes acontecem como uma forma de vigilância interna dos garimpos clandestinos.

Michel Foucault⁴² é um estudioso da genealogia desses poderes. Em grande parte de suas obras ele realça o poder em suas várias faces e suas dimensões sociais — desde a força do Estado aos micropoderes que se estabelecem nas relações mais simples dos homens em seu cotidiano. O que ficou notório no pensamento de Foucault é o que ele chamou de microfísica do poder. Em outras palavras, os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes no tecido social. Na complexa rede social, os micropoderes existem integrados ou não ao Estado, sendo que muitas vezes foi fora dele que se instituíram as relações de poder.

⁴¹ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p 99-100.

⁴² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 13.

Mesmo com a presença do Estado, os poderes combatem-se entre si, pois a presença do Estado não significa o exercício da justiça para essa população que luta pelo direito das lavras e para sair da clandestinidade. No Brasil, a aliança entre o Estado e o capital vem da própria acumulação primitiva do capital como gênese do capitalismo.

Algo intrínseco aos garimpos amazônicos é a ideologia da acumulação e do consumo que se insere como nova ordem estabelecida à revelia do mundo das tradições dos povoamentos anteriores — estes se constituíram como comunidades de autoconsumo. A ideologia capitalista chegou de várias maneiras, sendo que os meios de comunicação serviram como seu principal veículo de propagação, mas o governo e os poderes econômicos usaram de outras estratégias, como os fetiches de progresso e de desenvolvimento. Os produtos industrializados continham o encantamento e despertavam desejos de consumo e de mudança de vida. Havia, em tudo, o espírito do capitalismo engendrando a necessidade de ampliar a economia de mercado.

A ideologia se assenta no texto com o sentido que lhe atribuiu Karl Marx⁴³. O autor afirma que ideologia é uma explicação da realidade que serve para encobrir a própria realidade. Nesse sentido, a ideologia da economia de mercado chegou à região com o propósito de se tornar hegemônica como condição *sine qua non* para a mudança de *ethos* das comunidades tradicionais para atender às demandas dos donos do capital. Também a garimpagem serviu como atalho para a ideologia capitalista tornar-se dominante na mentalidade coletiva como valores e práticas na sociedade regional. Sendo que no mundo do garimpo todos pensavam em acumular riquezas e, o que era mais comum, tornar-se consumidores.

As categorias de análise (memória, história oral, ideologia, estratégia, tática, poder, fronteira, narrativa, história sociocultural, experiências, história aberta, representações, micro-história, trajetória, prosopografia) desenvolvidas corresponderam aos conceitos básicos que refletem aspectos essenciais e gerais do real e suas conexões. As funções dessas categorias são a compreensão de uma realidade social concreta; interpretar o real em suas múltiplas determinações, considerando a realidade sociocultural, a econômica e a político-ideológica em seus movimentos e relações.

Os conceitos dos autores estudados favoreceram a consolidação dos fundamentos das pesquisas orais e da memória, e, ao mesmo tempo, o entendimento de que o conhecimento científico precisa se deslocar das grandes narrativas e se aproximar do cotidiano.

No alinhamento dos conceitos e indicadores que delineiam a linha de pesquisa escolhida e para uma melhor compreensão sobre os caminhos da construção da tese, foram

⁴³ MARX, Karl. Op. Cit.

elencadas as seguintes categorias de análise: *fronteiras* (Almeida, 1995, 2006, e Martins, 2009); *história cultural, narrativa e representações* (Chartier, 1989); *memória* (Ecléia Bosi, 1994; Candau, 2012; Halbwachs, 1990 e Pollak, 1992); *história oral* (Paul Thompson, 2002; Bosi, 2003 e Fentress e Wickham, 1992); *experiência* (Walter Benjamin, 1994); *táticas e estratégias* (Certeau, 1994); *história aberta* (Braudel, 1987); *experiências e narrativas* (Walter Benjamin, 1998); *trajetórias e micro-história* (Ginzburg, 1989); *ideologia* (Karl Marx, 1985); *relações de poder* (Michel Foucault). Outros autores foram utilizados como complementos ou como contraponto no intuito de enriquecer o debate.

No trabalho de pesquisa foram utilizados critérios para a seleção das fontes. Entre os jornais e revistas que noticiaram sobre todo o processo de garimpagem, procuramos mapear os que tiveram maior tempo de publicação e os que deram ênfase aos acontecimentos da garimpagem. Os critérios para as entrevistas começaram pela escolha dos entrevistados, consideramos os que mais tempo viveram nos garimpos, os que nos mais diversos garimpos trabalharam e mais se caracterizaram como bons narradores. Outros indiretamente envolvidos na garimpagem também foram selecionados, como familiares dos garimpeiros, comerciantes, donos de transportes e pessoas ligadas à saúde nos garimpos.

Houve também critérios para a escolha das localidades das entrevistas. Elas aconteceram nas cidades de entorno dos garimpos do sul do Pará, nas bacias do Araguaia-Tocantins e do Tapajós, locais que sofreram grandes impactos dos garimpos e dos grandes projetos de mineração. Esses impactos são considerados aqui de várias maneiras, como no fornecimento de mão de obra deslocada de outras atividades essenciais como do comércio, das lavouras e até mesmo das escolas, gerando desarranjos familiares — quando muitos pais deixaram seus filhos aos cuidados das mães e não voltaram mais —; dispersões do homem do campo — que abandonaram uma organização de luta pela terra para se tornarem caçadores de ouro —. Impactos sentidos na precarização da vida de muitos que retornaram dos garimpos em condições de miséria; no jogo político dos que usam a esperança de recompensas do trabalho nos garimpos e usam de má fé para angariar os votos dos garimpeiros; na vida econômica e cultural ligadas às experiências dos garimpeiros.

Como exemplos de localidades temos Marabá-PA, Itaituba-PA, Imperatriz-MA, Peixoto de Azevedo-MT⁴⁴. Outros logradouros serão incluídos, pois os narradores podem estar em lugares os mais diversos possíveis e são eles as testemunhas mais relevantes, por isso os

⁴⁴ Muitas cidades surgiram com os garimpos, como é o caso de Peixoto de Azevedo-MT, Jacareacanga-PA.

garimpos não foram escolhidos à *priori*, pois os garimpeiros precisam narrar suas trajetórias e não suas experiências exclusivas de garimpos específicos.

Muitos garimpeiros-narradores foram escolhidos e localizados com ajuda de outros garimpeiros que se predispuseram a entrar em contato, fazer as apresentações e ajudar a convencê-los a ceder entrevistas. Quando se faz uma entrevista com um deles, esse entrevistado já dá pistas de outros e assim por diante. Notamos que havia sempre grande disposição dos entrevistados em apoiar o trabalho da pesquisa.

A investigação e a discussão sobre o mundo do trabalho nos garimpos de aluvião estão vinculadas à mobilidade, às tarefas ligadas à extração do ouro, ao ambiente modificado pela ação dos mesmos e às relações diretas e indiretas com o meio social que eles permeiam e deixam seus rastros como sujeitos de suas próprias histórias. As experiências dos garimpeiros trazem os conhecimentos tradicionais apreendidos em suas práticas cotidianas — experiências aqui reconhecidas e valorizadas como formas importantes de saberes⁴⁵.

Em visitas aos personagens centrais⁴⁶ das tramas dos garimpos clandestinos, observamos uma ligação visceral deles com suas histórias. Ao começar suas narrativas, dizem: “— me lembro como se fosse hoje...”. São muitas as formas de memórias que esses sujeitos trazem. Muitas são de satisfação, de contentamento, já outras são traumáticas e trazem imagens fortes em suas lembranças. As relações com o garimpo ainda suscitam esperanças por promessas de reconhecimentos de suas lutas pela sobrevivência e desencanto pelas extravagâncias praticadas nos tempos de abundância. São tristezas, alegrias, orgulhos e vergonhas embotando os olhos dos depoentes.

A tese se desenvolveu na busca do entendimento do vivido pelos garimpeiros como expressão das experiências do trabalho, da vida social, das manifestações culturais, das lutas políticas, do ser garimpeiro. Entre as narrativas e a construção do texto escrito há uma multiplicidade de fenômenos que limita a realidade capturada. Por meio de estudos consistentes das condições socioculturais, políticas e econômicas dos garimpeiros, que são o foco particular da pesquisa, esperamos apresentar um trabalho que venha contribuir para entender os valores, os saberes e as formas de trabalho desses sujeitos. Assim, a presente tese é um mergulho no passado-presente, na busca da memória imersa nas lembranças dos garimpeiros clandestinos e que representa uma das muitas dimensões da história da Amazônia brasileira.

⁴⁵ TOMPSOM, Paul. Op. Cit.

⁴⁶ São os garimpeiros que mais tempo tiveram nos garimpos, que em mais tipos de garimpos trabalharam e que têm facilidade de se expressar oralmente e dar vazão às narrativas memoriais.

Nos contatos diretos com os entrevistados ficaram evidentes as particularidades e os entrecruzamentos de suas experiências. Assim, entrevistamos, entre outros, os seguintes garimpeiros: Emival Sousa (Maliça), de 62 anos, 30 deles vividos nos garimpos amazônicos. Seu retorno ao seio da família só ocorreu em janeiro de 2017. Desses 30 anos, 20 foram nos garimpos do Suriname. Mauro Maciel, que viveu 20 anos nos garimpos e foi resgatado pela família quando teve notícias dele vivendo, doente de malária, nos garimpos em Mato Grosso. José Rodrigues, que viveu 14 anos nos garimpos e perdeu os bens que já possuía antes dos garimpos, insistia em novos investimentos para recuperar suas perdas em investimentos anteriores. José de Garibaldi Albuquerque de Souza, que ganhou muito dinheiro durante 12 anos de garimpo, mas “estourou” tudo em extravagâncias e luxúrias. Dona Maria Belém, que perdeu dois filhos para os garimpos — de um teve notícias da morte, e o outro nunca mais voltou, seus familiares deram-no como morto. Carlos Franco Gomes, que ganhou muitos “reques”, mas gastou tudo nas “farras” com os amigos e mulheres. Weber Albuquerque Neiva nos mostrou uma forma de garimpo *sui generis*, que é o garimpo de mergulho. Esta forma de garimpo é particular da região dos rios Tapajós e Madeira.

As entrevistas foram abertas. Todos os entrevistados narraram suas trajetórias no mundo do garimpo, suas relações espaciais, familiares, de trabalhos, suas manifestações políticas e culturais. Os depoimentos colhidos abordam as experiências de vida que, na realidade, são experiências comuns a todos eles.

Durante as entrevistas, muitos dos entrevistados falavam também com os olhos e com as mãos, com gestos e suas emoções. Muitos buscavam imitar as tarefas que executavam nos garimpos como uma encenação de suas recordações. A impressão é que eles reviviam o mesmo comportamento dos momentos dos garimpos enquanto narravam suas histórias. Vale aqui mostrar a originalidade de Benjamin quando diz que

a narração em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito. A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada.⁴⁷

Nas entrevistas colhidas, os locais onde se passaram os acontecimentos também eram

⁴⁷ BENJAMIM, W. **O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 220-21.

descritos — meio de florestas, beira de rios, igarapés, corrutelas⁴⁸... —. Assim, as paisagens expressam também as certezas e as incertezas quanto a seus objetivos de realizações futuras. As descrições das paisagens estão cheias de sinais representativos de sentimentos, premonições (sorte ou azar), agouros ou fortunas à vista.

O ouro, para muitos, apresenta-se como algo encantado. Encontrá-lo depende de sorte, de ser abençoado ou mesmo amaldiçoado. Alguns falam que para achar muito ouro algumas pessoas faziam pactos com o “diabo”. O dinheiro do garimpo poderia ser rapidamente ganho, mas também rapidamente perdido. Falam que o ouro vira as cabeças das pessoas: quem é gente boa fica ruim e quem é ruim fica gente boa, abestalhado, que dá tudo para os outros e acaba ficando pobre de novo.

O esforço em entender a memória desse grupo e seu lugar nos leva a observar a totalidade das relações existentes entre sua cultura e as representações sociais⁴⁹ (narrativas individuais), que se configuram em memória. Na captura do imaginário sociocultural desses narradores é necessário também entender seu universo familiar e suas comunidades de origem como fonte de seus valores culturais. Em torno do cotidiano familiar dos garimpeiros, com as práticas e afazeres que agregam a todos, a teia cultural do viver diário exerce uma pedagogia que organiza a vivência, apesar da influência da diversidade em torno do garimpo.

Em relação a suas práticas e àquilo em que acreditam, é bastante recorrente nas falas as expressões “*eu vi*”, “*é verdade*”. Nos encontros percebi que os garimpeiros cultivam suas histórias e que elas circulam entre eles. A ligação entre eles é muito forte. Os encontros e as conversas renovam as esperanças de um dia serem compensados e reconhecidos. Empenham-se hoje para que suas lutas pela sobrevivência e suas vidas nos garimpos não sejam percebidas como inúteis.

Quanto à estrutura, esta tese, “*Memória do garimpo: vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia brasileira*”, está dividida em quatro capítulos. No segundo capítulo, *A Geopolítica da Amazônia: da integração nacional ao surgimento dos garimpos*, abordamos aspectos da geopolítica da Amazônia: seus processos de povoamento, a formação da força de trabalho e a fixação dos grupos étnicos em suas várias temporalidades, os processos de devassamentos sofridos pelas várias formas de exploração das riquezas naturais e,

⁴⁸ **Corrutelas** são os pequenos povoamentos mais próximos dos garimpos, onde os garimpeiros e donos de garimpos se abastecem de víveres e instrumentos de trabalho. Geralmente, nas corrutelas tem aeroportos, comércios, primeiros socorros, telefones, radioamadores e casas de diversões. Muitas dessas corrutelas viram vilas e cidades na região, como Peixoto de Azevedo-MT, Redenção, Xinguara-PA.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. **O mundo das representações**. Revista Estudos Avançados 11 (05), 1991. pp. 173-191.

por último, a sua recente integração nacional, juntamente com a definitiva ocupação e exploração das riquezas minerais e o surgimento dos garimpos. Nesse capítulo perseguimos a própria história da região feita pelos fluxos migratórios e sua fixação em povoados e vilas nas beiras dos rios, nas beiras das estradas e nos centros agrícolas; pelos migrantes que vieram depois da abertura das estradas de integração nacional; pelos grandes projetos de mineração e seus tantos outros subprojetos agregados e pelos projetos de colonização da Amazônia a partir dos anos 60 do século XX.

Aqui também tratamos do contexto das tradições culturais, sociais e econômicas desse contingente que se adaptou às regras da floresta e dela tirava seu sustento, formando suas tradições, suas comunidades e suas relações com o ambiente. Utilizamos o conceito de *experiência* de Walter Benjamin para o entendimento das visões de mundo dessas comunidades no âmbito dos afazeres ligados ao trabalho na pesca, na agricultura e no extrativismo — a confecção de canoas e materiais de pesca, a fabricação de ferramentas e utensílios e a fabricação da farinha de mandioca como base alimentar. Assim buscamos mapear o “antes” que se configura nas práticas culturais tradicionais desse povo.

Vale lembrar que trabalhamos com o conceito de terras tradicionalmente ocupadas estudado por Almeida (2004, 2006, 2008); Martins (1996); Guimarães (1997); Ferraz (2000) e Kowarick (1995). Esses autores entendem o território inscrito através de referenciais simbólicos e afetivos e não só como direito de propriedade privada, como mercadoria.

Aqui os grandes personagens que se sobressaem são os rios da região, um ser que se conecta com uma diversidade de acontecimentos. Os rios também são percorridos pelos garimpeiros e também fazem parte de suas histórias. Descrever a trajetória e os caminhos feitos por esses contingentes é aprender sobre suas experiências e saberes. Nesse capítulo ainda veremos as ressignificações que recebem os rios e as tradições, com as atividades da garimpagem, que vão desde o transporte ao extrativismo e relações com os vários povos da floresta.

No terceiro capítulo, *Mundos do trabalho nos garimpos clandestinos da Amazônia brasileira*, examinamos os papéis dos atores sociais e as disputas dos espaços onde as empresas mineradoras e os garimpeiros clandestinos expressaram seus interesses e lutas. Refletimos sobre o papel do Estado com as políticas públicas para a região diante das descobertas das reservas de minérios mapeadas e seus grandes projetos de exploração. Também temos as concessões entregues aos empresários e a grande batalha para assegurar a exclusividade das empresas no processo de lavra. É quando entram em cena os garimpeiros e suas estratégias para garantir suas lavras, percorrendo as várzeas, córregos, rios e riachos para encontrar os veios de

ouro e, então, fundarem seus garimpos. Essas descobertas podem ser reivindicadas por empresas que recebem as concessões de explorar as grandes áreas, também conhecidas como províncias minerais. Os direitos são reivindicados por ambos os lados e o Estado põe a legitimidade do lado que mais lhe interessa em cada momento.

As estruturas das relações de trabalho no garimpo serão analisadas nas mais variadas ordens: da legalidade à clandestinidade dos garimpos, da ordem legal à ordem criada nas relações internas dos garimpos. Procuramos revelar a existência de práticas morais alternativas de vida, próprias às relações econômicas e estruturais do *modus operandi* dos garimpeiros. As narrativas orais dos garimpeiros dão o tom ao entendimento da vida de luta nessa “guerra dos mapas” e da cartografia social dos garimpos.

O quarto capítulo, *A vida dos garimpos: os garimpeiros entre o blefo e o sonho de bamburrar*, abordará as análises sobre as condições de trabalhos; as relações familiares; as transformações que se processam na região — desde a abertura dos primeiros garimpos de ouro até o fechamento das lavras —; os caminhos; as partidas e as chegadas dos garimpos; as condições das estradas e dos transportes; os caminhos clandestinos; a alimentação; as comunicações — rádio, telefone, radioamador —; as técnicas utilizadas nas lavras; as moradias; a higiene; as doenças e as perdas e ganhos proporcionados pelos trabalhos nos garimpos.

Esse mundo do trabalho nos garimpos é o foco de nossas análises no intuito de entender o processo transformador dos valores culturais na Amazônia brasileira. Mostrar como, à luz do capital integrador da Amazônia, os garimpos ajudaram a impulsionar a ideologia do consumo e da acumulação, a arrefecer as lutas camponesas e transformar camponeses, ribeirinhos e extrativistas em trabalhadores assalariados.

2 A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: DA INTEGRAÇÃO NACIONAL AO SURGIMENTO DOS GARIMPOS

2.1 A geopolítica e a integração da Amazônia brasileira

O processo de integração da Amazônia é algo que não se encerra com os programas de interligação da região aos centros econômicos e políticos do país por meio de rodovias nos anos 60 do século XX, e também não começa por esse processo. Na verdade, a integração da Amazônia começa com os primeiros movimentos de ocupação ainda no século XVII quando a maior parte do território amazônico ainda não pertencia à coroa portuguesa, e sim à coroa espanhola, segundo o Tratado de Tordesilhas. Assim, uma geopolítica¹ começa a ser traçada pelos povos europeus interessados e envolvidos nas lutas pela sua posse e ocupação definitiva. As primeiras providências foram relacionadas à segurança. Em seguida, a ocupação portuguesa tomou o lugar da espanhola, pois esta tinha outras preocupações: as explorações dos “El Dorados” encontrados no Peru e no México.

A geopolítica da Amazônia brasileira começou tímida e continuou assim por mais de dois séculos. Diferente das outras regiões, onde os portugueses deram mais importância ao desenvolvimento de uma ocupação e de uma exploração mais intensa, essa ocupação tardia e desinteressada da Amazônia se deu por razões estratégicas. As bandeiras ibéricas deram prioridade às explorações em outras regiões, tanto por parte de Espanha quanto de Portugal. Para a Espanha as áreas do Peru e do México ofereciam ouro e prata em abundância, metais cobiçados pelos europeus e que renderam um certo apogeu à economia espanhola diante do restante da Europa. Já, por outro lado, Portugal não tinha recursos e nem pessoas com meios próprios em condições de explorar a colônia, e os recursos minerais não foram imediatamente encontrados no período inicial da exploração colonial. A colonização no Brasil não se dá de forma homogênea, nem nas áreas litorâneas nem nos sertões, pois até o começo do século XVII Portugal não dá sinais de uma ocupação em grande escala, e os donatários das capitanias, ao norte da Colônia, também não dinamizaram seus projetos para a região².

Só depois de mais de 100 anos de colonização na América as coroas ibéricas se deram conta de que essa região merecia cuidados e necessitava de uma efetiva ocupação. Com os

¹ O termo geopolítica é aqui utilizado não como determinismo do espaço sobre o homem, mas como estratégia das orientações das políticas aplicada nos espaços que despertam interesses divergentes em dominá-los e que podem levar os vários sujeitos interessados aos conflitos. Leva-se em consideração que Estados são corpos institucionais que também representam interesses.

² PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972. pp, 49-78.

governos filipinos, em plena União Ibérica, os portugueses foram colocados a postos para a guarnição da entrada do rio Amazonas para expulsar e evitar as incursões de ingleses, holandeses e franceses, que já se faziam presentes com algumas feitorias, estabelecendo escambo com os índios e até desenvolvendo algumas plantações de cana-de-açúcar.³ Em relação aos franceses, estes já tinham criado a França Equinocial na ilha de São Luís e estruturavam um processo de colonização arrojado a partir dessa vila referênciada.

Os espanhóis deixaram por conta dos portugueses a expulsão dos franceses da capitania do Maranhão e a defesa de toda a região, ficando com a preocupação de deter o contrabando dos minérios do Peru por outras nações. O controle da navegabilidade do grande rio era a “segurança nacional” da união ibérica. Desde esse momento a Amazônia passou a ter uma importância para a colonização Ibérica de fato.

Com a expulsão dos indesejados, a reconquista em 1662 da capitania do Maranhão, que estava sob o domínio francês, e a fundação do Forte de Belém em 1616, a ocupação ibérica, de cunho militar/religioso⁴, passou a dar as regras para o processo de exploração. Sobressaindo dessa incursão o extrativismo das drogas do sertão como motor da economia local e a transformação do indígena em força de trabalho. A Amazônia permaneceu por mais de três séculos com o extrativismo na base do abastecimento como modelo de economia.

Com o extrativismo das drogas do sertão, a Amazônia abasteceu a Europa com gêneros de aceitação comercial: cravo, canela, castanha, salsa, cacau e, sobretudo, produtos de origem animal e madeira. O vale amazônico respondia com uma significativa parcela de produtos de primeira necessidade para as sociedades europeias, abastecendo a crescente economia de mercado. A atividade extrativista se resumia a penetrar e explorar a floresta e os rios para colher os produtos. Sem o trabalho e conhecimento dos indígenas isso não seria possível.

A utilização de militares e do clero português na ocupação foi estratégica para que a imensidão amazônica passasse a fazer parte da colônia portuguesa⁵, alargando as fronteiras para

³ Idem. *Ibidem*. pp. 49-78.

⁴ BARATA, Ronaldo. **História da ocupação da Amazônia**. SESE – Debate nº 4, ano 5, jan. 1995 pp.48. A compreensão do modelo tradicional de ocupação da Amazônia é concebida como o período que vai do século XV até a década de 40 do século XX. Caracterizou-se por um extrativismo e uma ocupação sem o domínio territorial preciso e sem uma pretensão de explorar a terra, mas limitando-se ao aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais. Em todo esse período, os processos de ocupação que chegaram com os ciclos dos extrativismos foram criando uma cultura própria de integração do homem ao meio, onde suas experiências tornaram-se primordiais para a inserção dos garimpeiros nas teias de relações com os homens da floresta, tendo o indígena como gerador dessa cultura tradicional.

⁵ REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período **colonial: a definição das fronteiras**. São Paulo: USP, 2006. p. 61-76. www.teses.usp.br/teses/.../8/.../tese_tadeu_valdir_freitasrezende.

além da Linha de Tordesilhas e mais que duplicando o território português na América. As marcas deixadas pela presença portuguesa nessa região fizeram com que essa grande extensão de terras passasse a pertencer, posteriormente, a Portugal e se integrar às propriedades da coroa lusa. Como uma colônia à parte, essa região teve um tratamento administrativo relegado a segundo plano no processo de ocupação e exploração colonial, ficando apenas alguns fortes de segurança para impedir as tentativas de ocupações por outras bandeiras não ibéricas⁶. O povoamento aconteceu de modo lento e tardio em relação às capitanias do nordeste açucareiro.

Sendo os interesses dos portugueses voltados à produção do açúcar no Nordeste, as regiões dos sertões ficaram relegadas às ordens religiosas e a alguns grupos de aventureiros à procura de pedras preciosas, ouro e indígenas para o trabalho nas *plantations*. São Luís tornou-se capital dessa imensidão, e a região passa a ser denominada Maranhão e Grão-Pará, tornando-se uma colônia à parte com ligações diretas com a coroa portuguesa.

As missões religiosas (jesuítas, carmelitas e dominicanos) foram as maiores empresas produtivas que tinham na mão-de-obra nativa os esforços para a coleta das drogas do sertão, enquanto outros poucos colonos se ocupavam com a produção de víveres para a sustentação da população das vilas administrativas, das forças de segurança e da exportação para a metrópole. Isso se manteve desde o século XVII até meados do século XIX.

Uma exceção aconteceu no século XVIII. Nos idos de 1775, com o objetivo de diminuir a inferioridade portuguesa diante das potências econômicas europeias e de debelar a grande crise econômica por que passava Portugal, Marquês de Pombal postulou algumas mudanças no sistema colonial, principalmente na Amazônia. Para a colônia do norte foi planejada uma ocupação sistemática, uma política de definição das fronteiras entre Portugal e Espanha e a estruturação de uma base produtiva de grande envergadura, com uma produção em larga escala, criando a Companhia Geral do Comercio do Grão-Pará e Maranhão, promovendo a divisão política da Amazônia. Além disso, tomou algumas medidas para aumentar a população com a miscigenação entre índios e não índios, para criar a obrigatoriedade da língua portuguesa como base cultural, para criar o Diretório do Índio⁷, para fundar vilas e cidades e para tirar o monopólio das drogas do sertão das mãos dos jesuítas, expulsando-os⁸.

⁶ *Idem Ibidem*. p. 57,58.

⁷ **Diretório dos Índios** foi uma lei elaborada em 1755 e tornada pública em 1757, por D. José I, rei de Portugal, através de seu ministro, o Marquês de Pombal, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas, elevando estes à condição de vilas ou aldeias, administradas por um diretor. Isto aconteceu simultaneamente à expulsão dos jesuítas.

⁸ BARATA, Ronaldo. Op. Cit. p. 44.

O período das políticas pombalinas se esvaiu em pouco tempo. Com a saída de Pombal a região prossegue com a exclusividade do extrativismo das drogas do sertão, as tradições da economia de autoconsumo.⁹ A geopolítica portuguesa para a região continuou, no sentido de apenas preservar a integridade territorial, mantida mais pela sua simbologia do que pela efetividade de suas relações econômicas, políticas ou sociais. O controle sobre a colônia do norte se deu para manter o Império como desejo dos governantes. Por esse motivo a “segurança nacional” foi patente e é algo inerente à geopolítica da Amazônia.

Mesmo com a chamada independência política do Brasil e a continuidade da unificação de seu território, a importância econômica da região amazônica não se modificou. Durante o Brasil Monárquico (Império), o que mudou nas atenções sobre a Amazônia foi a atuação de cientistas estrangeiros de várias nacionalidades que, por vários interesses internacionais, fizeram-se presentes para o mapeamento das riquezas da região.

A partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, alguns países da Europa ocidental se destacaram em um cenário econômico favorável quanto às mudanças proporcionadas pelos avanços técnico-científicos que se configuram com as maquinarias da Revolução Industrial, trazendo consigo o desenvolvimento das forças produtivas. A utilização de novos materiais como matéria-prima para o processo produtivo se multiplica, sendo que muitos desses materiais vieram de fora da Europa. Com essa perspectiva, a Revolução Industrial vai ter influência direta na economia brasileira e, principalmente, na da Amazônia¹⁰.

Os países mais fluentes no processo de industrialização financiaram uma grande quantidade de cientistas¹¹ para catalogarem as reservas de recursos materiais existentes em todos os quadrantes do planeta para os interesses da acumulação de capital. Em primeiro lugar, eles procuravam transformar regiões ricas em recursos naturais em fornecedoras de matérias-

⁹ PRADO JR, Caio. Op. Cit. p. 69-75. SILVA, José Manoel Azevedo e. **O modelo de pombalino de colonização da Amazônia**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra – CHSC, s/d. <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>.

¹⁰ HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. P.34-36.

¹¹ Nos anos vinte do século XIX um contingente de viajantes comungou o anseio de explorar a Amazônia, tida como um espaço desconhecido pelos europeus, mas comentado pelos navegadores que pelos seus rios navegaram. O papel principal desses homens, conhecidos como naturalistas, era inventariar a natureza com objetivos econômicos e imperialistas. Em definitivo o olhar da nova ordem capitalista industrial definiu novas relações coloniais e o século XIX testemunhou um novo tipo de preocupação europeia em relação à natureza das zonas de contato, sendo isso primordial para a mudança radical de geopolítica da Amazônia, pois ela passou a ser objeto da cobiça internacional. REIS, Arthur César. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. OLIVEIRA FILHO, João P. **Elementos para uma Sociologia dos viajantes**. IN: OLIVEIRA FILHO, João P. (org). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987. LIMA, Carla Oliveira de. **A Amazônia nos caminhos da história natural**. http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344992458_ARQUIVOTEXTOSBHCA.R.W.pdf

primas e, em segundo, como potencial de consumo. Ao se depararem com a Amazônia, esses pesquisadores presenciaram alguns povos indígenas utilizando artefatos de um material maleável, impermeável e elástico — o látex. Levado para Europa como objeto de pesquisa científica, esse material tornou-se matéria-prima para uma infinidade de produtos industrializados. Então o látex passou a ser chamado de borracha ou seringa, e a Amazônia passou a responder com o fornecimento de uma grande produção.

Essa foi a primeira vez que os olhos do mundo e dos próprios governantes brasileiros perceberam a enorme importância econômica da região. Começou-se então a planejar sua exploração em larga escala e a pensar outras formas de ocupação que não fosse a forma vegetativa de séculos de uma geopolítica de segunda classe¹². A borracha trouxe para a Amazônia uma euforia equivalente àquela proporcionada pelo ciclo do ouro nas Minas Gerais. A região é subitamente invadida e seus rios e florestas são ocupados por uma população de seringalistas, regatões e seringueiros que, de tão sedentos pelo ouro branco (o látex), rasgaram as florestas, transpassaram fronteiras alargando-as. A anexação de um território — o Acre — tomado à Bolívia é o maior exemplo da força que essa exploração teve na economia e na geopolítica brasileira.

A produção da borracha chega a seu ápice (1850-1910)¹³ trazendo o mundo para a Amazônia — dos cabarés e teatros à culinária, das culturas de gostos requintados europeus aos bancos e às grandes embarcações, da urbanização nos níveis da modernidade industrial aos mais diversos produtos para o farto consumo dos grandes negociantes.

No *rush* da produção da borracha, vários grandes projetos foram incentivados, planejados e executados, como a primeira estrada de ferro (Madeira-Mamoré) e a Fordlândia (a Ford propõe criar fazendas e cidades para a produção ordenada do látex para a linha produtiva de suas fábricas de automóveis na América do Norte). Mas o desconhecimento do ambiente amazônico levou à frustração desses intentos de modernização da economia regional. Eles sucumbiram às tramas da floresta.

O certo é que, nesse primeiro ciclo da borracha, o volume dos produtos exportados foi enorme, e a maior parte dos lucros ficou com os comerciantes estrangeiros. No Brasil ficaram os impostos, os ganhos dos seringalistas e regatões, além de alguns benefícios localizados nas cidades mais importantes. Para o restante da região ficaram os resíduos sociais: aos seringueiros e indígenas ficou a miséria como marca indelével desse grande devassamento da Amazônia.

¹² REIS, Artur César Ferreira. **Temas amazônicos**. Manaus: s/Ed., 1983.

¹³ PANDOLFO, Clara. OP. Cit. p. 45.

Já no declínio da borracha, no início do século XX, a Amazônia se esvazia — como mágica — das multidões, dos *glamoures*, das vitrines, da *belle époque* vivida em função desse processo extrativista. Sobra, à sombra do grande progresso amazônico, a maioria dos seringueiros já sem condições de voltar às suas regiões de origem. Estes se adaptam à vida da floresta, vivendo ainda da produção da própria borracha, da castanha, do coco babaçu, do sisal, da pesca, do artesanato e do cultivo nas vazantes dos rios. Os velhos seringueiros se transformaram em ribeirinhos, pequenos agricultores, garimpeiros, artesãos e, dessa maneira, fundaram as várias vilas e povoados espessos no mundo amazônico. Esse contingente vai formar a base cultural dos povos da floresta, cultuando as tradições afro-indígenas como conhecimento milenar da vida natural, selecionando frutos, raízes, folhas e animais para suas dietas, rituais e remédios¹⁴. Passam, então, a viver na invisibilidade das estatísticas e das políticas do Estado.

Depois de um período de desalento, veio um novo plano para a produção da borracha. Um novo ânimo para o extrativismo veio com a Segunda Guerra Mundial (1935-1945). Esse novo e pequeno ciclo foi acertado através de acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos: o Brasil entregava matérias-primas para o parque industrial dos Estados Unidos e, em troca, recebia uma infraestrutura como embrião da industrialização do país (siderúrgicas, hidrelétricas, rodovias).

Esse novo ciclo da borracha não veio só, mas acompanhado de outras razões. Vieram para a Amazônia grandes empresas que, por sua vez, propuseram ações de transformações gigantescas. Os planos continham rodovias, ferrovias, grandes barragens e lagos artificiais, tudo servindo para dinamizar a exploração dos recursos naturais e seu escoamento, num processo de internacionalização do vasto território¹⁵. Nesse período, as barreiras naturais da Amazônia ainda impunham grandes dificuldades aos desbravadores, e as incursões capitalistas esmoreceram.

As pesquisas sobre os potenciais recursos Amazônicos continuaram, e várias empresas fizeram prospecções no grande território com a finalidade de encontrar indícios de reservas minerais. Só que, quando essas reservas foram encontradas, o “mapa da mina” ficou nas mãos dos estrangeiros. Os acordos bilaterais entre Estados Unidos da América e Brasil firmados durante a Segunda Grande Guerra produziram efeitos de continuidade, e a Amazônia ficou no

¹⁴ *Idem. Ibidem.* p. 236-241. PRADO JR. Caio. Op. Cit. BARATA, Ronaldo. Op. Cit. BECKER, Bertha K. Op. Cit. DIEGUES, Antônio Carlos *Et. Al.* **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

¹⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. p. 130,131.

centro das negociações para as futuras relações de interesses mútuos.

Na geopolítica global do pós-Segunda Grande Guerra (1945-1960), centrada na “Guerra Fria”, em que o mundo se dividiu segundo duas ideologias — comunismo e capitalismo —, o Brasil seguiu seu grande aliado, os Estados Unidos. Essa união vai reservar ao representante hegemônico do capitalismo algumas vantagens nos pactos de fidelidade. O intento seria ficar no controle das fontes de recursos naturais renováveis e não renováveis existentes nos países periféricos aliados.

As “fronteiras ideológicas”, no lugar das fronteiras geográficas, cumpriram o papel de proporcionar uma aguda exploração dos países aliados por parte dos dois representantes dos blocos rivais: de um lado os Estados Unidos, capitalista; e, do outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, socialista.

O Brasil, como economia periférica capitalista, viu sua economia ser comandada por grandes empresas multinacionais impulsionando o processo industrial nos vários setores produtivos, e se expandiu na captação dos recursos naturais para suas matrizes, aprofundando o grau de dependência nessa relação desigual¹⁶.

Os “acordos de cooperação” internacional entre Brasil e Estados Unidos intensificam as pesquisas do subsolo amazônico e levam à descoberta de algumas províncias minerais de grande porte. O maior país da América do Sul ganha uma atenção especial, fazendo parte de uma estratégia global de internacionalizar essa parte de seu território que, tendo uma dívida externa elevada, tornara-se refém das grandes finanças estrangeiras, que consideravam as “fronteiras ideológicas” e as contradições internas como uma forma de barganha nas negociações dos grandes interesses econômicos na região¹⁷.

Baseado em teses supostamente nacionalista/estatizantes, Vargas retornou ao poder pelo voto direto, criou o monopólio estatal do petróleo e implantou a Petrobrás em 1953, mas não alterou uma só vírgula do “Acordo Internacional Brasil-Estados Unidos” assinado em 1948. Muito pelo contrário, antes, no seio da guerra fria, e em pleno 1952, assinou o “Acordo militar Brasil-Estados Unidos”, através do qual foram ampliados os controles norte-americanos sobre a economia brasileira, particularmente no que se referia às matérias-primas chamadas de valor estratégico, como, por exemplo, o minério de ferro. A partir de então, o minério de ferro brasileiro não poderia absolutamente ser comercializado com os países socialistas. (...) dos “Acordos de Washington” de Vargas estava o veio em que germinaram mais tarde a SPVEA

¹⁶ O uso do termo “fronteiras ideológicas” é de suma importância para entendermos a geopolítica determinada a partir da “guerra fria” outro termo que é usado para definir domínios de interesses dos países beligerantes durante a corrida armamentista das duas potências mundiais que disputaram territórios depois da Segunda Grande Guerra como sistemas hegemônicos capitalismo versus socialismo que prevaleceu até o desmonte da URSS, em 1991. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1991. p. 9-31.

¹⁷ *Idem*. pp. 9-31.

(Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), sua sucessora a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a ação da estatal Cia. Vale do Rio Doce na aliança com grupos multinacionais para exploração de minérios, sobretudo na Amazônia.¹⁸

O Brasil, de uma economia dependente que se industrializava e tendo sua maior acumulação de capital limitada às exportações de produtos primários, passou a ceder aos interesses estrangeiros. Nessas circunstâncias, a Amazônia se torna a principal presa para os intentos de apropriação dos recursos naturais. O Artigo 199 da Constituição de 1946, ao mesmo tempo em que cria o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, determina que fica a cargo do Estado e da iniciativa privada, nacional ou internacional, o papel da exploração das riquezas da Amazônia, principalmente os minerais.

A Amazônia entrou de vez no circuito de ampliação do mercado interno e, com isso, os planos para a exploração da Amazônia passaram a fazer parte da pauta do desenvolvimentismo econômico que se desenha no país. Já no segundo Governo Vargas (1951-54), haviam começado a se definir os rumos para o implemento econômico basilar para região com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1952. O conjunto de medidas desse plano estabeleceu um Programa de Emergência que implementou um planejamento global para a Amazônia. Esse programa apontava um diagnóstico para o desenvolvimento das forças produtivas no interior da região.

A SPVEA durou cerca de doze anos vivendo as contradições dos governos de Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart. Durante esse período implantou os sistemas termoelétricos de Belém e Manaus, viabilizou a abertura da Belém-Brasília — ligando definitivamente a Amazônia ao Planalto Central e ao Centro-Sul —, e também criou o Banco de Crédito da Amazônia para operacionalizar os recursos da região. Essas ações procuraram dar maior dinâmica à economia regional¹⁹.

Esses órgãos estatais promoveram os planos de desenvolvimento financiando projetos de alto custo, aos quais a iniciativa privada não se lançou por serem investimentos de longo prazo — mesmo com os incentivos fiscais a iniciativa privada apostou tudo em empreendimentos que tinham grandes resultados em curto prazo. Os maiores financiamentos vieram de bancos estrangeiros com a garantia de abrir o mercado para as multinacionais. Furtado afirma que “nesse processo, sempre coube ao Estado um papel fundamental, tanto para assumir riscos e reunir os recursos financeiros, no que respeita a empreendimentos de longo

¹⁸ *Idem.* pp. 15,18,19.

¹⁹ *Idem Ibidem.* p.30.

período de maturação, como para antecipar certas transformações e torná-las efetivas no devido tempo”²⁰.

Assim, o desenvolvimento planejado pelo Estado se encarregou de internacionalizar os potenciais recursos amazônicos, consolidando uma aliança entre o capital privado nacional, os recursos do Estado brasileiro e os grupos multinacionais para o mapeamento dos potenciais recursos naturais e determinar o modelo de exploração.

O desenvolvimento econômico na Amazônia, baseado em altos investimentos externos, na garantia total dos empreendimentos pelo governo federal através de todo tipo de incentivo, de isenção de impostos, de créditos subsidiados; pautado na mera rapina de recursos naturais, através de atividades extrativistas minerais e vegetais, numa produção agropecuária incipiente voltada para a exportação; numa baixíssima industrialização e formação de enclaves industriais para exportação – tudo isto aprofunda a crise, colocando a nu as enormes mazelas do sistema capitalista dependente e do modelo econômico adotado no país.²¹

A partir de 1956, em plena expansão da economia mundial e com sistema capitalista vivendo seus “anos dourados”, as multinacionais ocuparam o espaço econômico juntando-se ao capital nacional em parcerias de direitos desiguais. Fortalece-se o sistema de trocas entre os países capitalistas industrializados e, neste quadro, o projeto de uma indústria nacional é desbancado. A economia nacional foi sendo progressivamente incorporada pelos oligopólios.

Nessa conjuntura, a industrialização do Centro-Sul, nas mãos estrangeiras, proporciona uma expansão do consumo e a ordem do dia é uma urbanização acelerada e a expansão da agricultura comercial. Esses dois fatores fazem com que boa parte da população rural deixe o campo em um grande êxodo. O processo de urbanização ampliou a demanda de alimentos, de bens duráveis, medicamentos e da construção civil, que, por sua vez, ensejou alibi para a formação de uma classe operária organizada. As orientações para organização de classes chegaram ao campo e as resistências vão se consolidando.

Se até meados da década de 50 do século XX o capitalismo se desenvolve apenas no entorno do Centro-Sul, a expansão rodoviária e a instalação da indústria automobilística levaram à ideia de integração nacional²², proporcionando uma concentração de capital ainda mais profunda. O alargamento contínuo do mercado nacional levou às últimas consequências o processo de substituição da produção artesanal pela industrial e fomentou um processo de dependência em que o capital monopolista tomou o mercado dos pequenos e médios capitais

²⁰ FURTADO, Celso. **O Brasil pós -“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 30.

²¹ KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás: na trilha do saque**. São Paulo: Anita, 1995. p. 59.

²² OLIVEIRA, Op. Cit. pp. 28-31.

individuais que se instalava.

O final do Governo Vargas não significou o fim dos parâmetros dos acordos internacionais e da interferência do capital estrangeiro nas decisões políticas e nos planos de desenvolvimento econômico do país. O discurso e as ações tomadas nas políticas e na economia tornaram-se ideologias da dependência também no campo da cultura e da geografia das “fronteiras ideológicas”. As fronteiras ideológicas internacionais tornaram-se conflitos internos no campo político entre comunistas e capitalistas.

O Estado brasileiro estruturou seu discurso para atender aos interesses conflitantes internos e às forças do grande capital externo. Por um lado, executou uma campanha no sentido de cooptar os críticos ao sistema capitalista, pregando seus planos de reformas de base sociais e, por outro, propôs um desenvolvimentismo acelerado, como forma de moderar os conflitos. Isto é, atendia aos interesses da “força do capital” ao mesmo tempo em que atenuava as reivindicações trabalhistas operárias e camponesas²³.

A partir dos anos 60, o capital estrangeiro amplia mais ainda os espaços políticos influenciando na governabilidade do país através do financiamento das campanhas eleitorais e do endividamento externo, e os governos passam a sentir profundamente as pressões dos controles externos. Todo este processo de desenvolvimento capitalista teve, por consequência, amplas transformações na estrutura de dominação, nas relações entre as classes e entre o Estado e a sociedade²⁴.

Com as novas fronteiras abertas a partir de Brasília — a nova capital —, os eixos rodoviários interligando o Centro-Sul com o planalto central (Centro-Oeste), Nordeste e Norte do Brasil, os produtos industrializados, principalmente de bens duráveis, vão chegando a rincões até então isolados, modificando o cotidiano e as visões de mundo das sociedades regionais que, na sua maioria, não estavam no circuito da economia de mercado.

Nesse período, as relações de produção capitalistas dominam as relações produtivas no meio rural e começam a abrir novas fronteiras. A exploração empresarial no campo e sua expansão impactaram as populações que viviam nas várias regiões do país e que se organizavam em comunidades rurais de economias de autoconsumo, mas que passaram a se integrar ao sistema do mercado interno. As cidades também foram impactadas com seus crescimentos desordenados e sofrendo da ausente ação do Estado como assistente e promotor do bem-estar

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**. São Paulo: Ática, 1996. pp. 7-20.

²⁴ *Idem*. pp. 29.

social — essa ausência é a forma apropriada de as forças invisíveis do capital imporem sua ordem sem deixar seus próprios rastros, ficando a culpa para o Estado ausente.

Os ensaios de uma política social foram suficientes para a elite econômica promover ações políticas radicais e bastante conservadoras, arregimentando as Forças Armadas para encabeçar uma governança que disciplinasse a força de trabalho e sufocasse os simpatizantes das ideias socialistas/comunistas que “queriam desestabilizar a ordem capitalista”.

Com as forças radicais conservadoras acenando para uma tomada do poder político, as alianças bilaterais com os Estados Unidos foram reafirmadas e o processo de industrialização, com seu discurso desenvolvimentista e até nacionalista disfarça a internacionalização da economia brasileira.²⁵ A cooperação entre as elites econômicas e políticas brasileiras com seus pares americanos torna as riquezas naturais do Brasil presas fáceis para a acumulação de capital. Muitas vezes as transferências dos patrimônios públicos são feitas de uma forma frágil e direta, disfarçadas de transações lucrativas.

Mesmo com a economia acelerada, os processos inflacionários, os baixos salários e os rumores de corrupção deram alento às insatisfações sociais, enquanto a burguesia desejava a ordem estabelecida para não afetar a produção. Casaram-se as ideias de forçar o controle social ao máximo e acostrar os descontentes e críticos ao sistema de capitalismo periférico dependente. Não demorou a tomada do poder pelos militares com a classe média aclamando as ações de controle total da sociedade pela ideologia única do bloco capitalista e da liderança norte-americana. “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” seria o lema emblemático para os termos da ordem e da “segurança nacional” defendida pela ação do Golpe Civil-Militar de 1964.²⁶

Sobre o plano de valorização econômica da Amazônia, quase nada — antes do golpe militar — havia saído do papel. Mas, com a chegada dos militares ao poder, inicia-se uma política de ocupação e exploração conhecida como o “tempo da Amazônia”²⁷. Os planos, programas e projetos passaram a ser preparados no centro do poder com as orientações dos grandes capitais. Com o apoio financeiro e o despertar do interesse dos empresários para essa empreitada, só restava um mapeamento das riquezas amazônicas para revelar o potencial.

O mapeamento ficou acertado em convênio com o governo dos Estados Unidos e executado pelas multinacionais americanas²⁸. Através desse mapeamento é descoberta a maior

²⁵ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 31.

²⁶ *Idem. Ibidem.* 1996, pp. 8-34.

²⁷ OLIVEIRA. OP. Cit. pp. 28-31.

²⁸ KOWARICK, Marcos. Op. Cit. pp. 36, 37.

reserva mineral do planeta pela United States Steel (USS) na região de Carajás, no sul do Pará.²⁹ Esse achado impulsionou os investimentos na região e grandes programas e projetos são delineados, mas a exploração é planejada ignorando os nativos e os grupos adaptados à vida na floresta. A invasão do capital é inevitável, e grande parte dos ecossistemas, florestas, rios vão sendo devastados ao bel prazer dos lucros das grandes empresas. A apropriação das áreas de mineração pelas empresas provocou o deslocamento dos amazoníadas de seus lugares originais para as periferias das cidades transformando-os em peões das fazendas ou em mão de obra na consecução dos projetos.

Para a implantação dos grandes projetos de mineração (como o Programa Grande Carajás), o Estado brasileiro entrou com os patrocínios e com grande parte dos recursos. Para a consolidação dos grandes programas foi implantada uma infraestrutura de transporte rodoviário, de comunicações e de produção de energia, de portos e aeroportos³⁰. Com esses grandes empreendimentos as relações do poder econômico das grandes empresas se sobrepõem ao do Estado, e as orientações políticas são para o controle total das políticas sociais e dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos como meta de controlar a mão-de-obra e sufocar as ideologias contrárias aos desígnios do capital.

O Estado brasileiro não ficou apenas à frente dos planejamentos e investimentos, ele também se encarregou das orientações ideológicas no sentido de proporcionar uma aceitação dos seus planos na região. Disseminar os conceitos de desenvolvimento, progresso e “segurança nacional” serviu para firmar uma nova visão de mundo na população local e tornar viáveis os interesses dos capitais investidos.

Não bastaram as forças ocultas das ideologias para minimizar os descontentamentos de grupos que se rebelaram. Assim, o cerceamento das liberdades democráticas e a exploração exacerbada da classe trabalhadora aparecem como algo imprescindível ao progresso econômico — “os fins justificavam quaisquer meios”. Nesse processo de uso da força, os Estados Unidos tiveram uma grande participação como instrutores para o *modus operandi* das forças coercitivas do Estado brasileiro. As instruções norte-americanas para uso da força nas relações internas entre Estado e sociedade representavam também, de certa forma, sua supremacia na exploração das riquezas naturais no Brasil. Essa estratégia de intervenção alcançou toda a América

²⁹ *Idem. Ibidem.* p. 39.

³⁰ A infraestrutura necessária encabeçada pelo Estado vai criar o amálgama para a implantação dos grandes projetos de exploração das riquezas da região. Os consórcios formados pelos capitais estrangeiros, nacionais e investimentos públicos que compõem o PGC planejam e efetivam as grandes obras começando pela hidrelétrica de Tucuruí, as muitas estradas que cortaram a região e a ferrovia que liga a grande mina de Carajás, no Pará, ao Porto do Itaqui, no Maranhão.

Latina³¹.

Os militares brasileiros vêm em defesa da implantação dos diversos acordos — econômicos, culturais e militares — e em defesa da “estabilidade” política para a classe dominante preocupada com o “perigo comunista”. As ações opressoras do Estado deixaram marcas profundas e sombrias na memória subterrânea da sociedade. Os acirramentos ideológicos deixaram suas cicatrizes nos homens que viveram as ações das forças em conflitos.

Por mais de quatro anos a Amazônia serviu de palco para essa luta, e a memória ficou no silêncio, pois o medo emudeceu seus atores pelas atrocidades praticadas de maneira desproporcional através das forças do Estado para a “limpeza da área”³² — entregar aos donos dos capitais espaços produtivos a serem explorados.

A Guerrilha do Araguaia (1968-1974)³³ representa bem esse “tempo da Amazônia” e a contemporaneidade do Estado totalitário no Brasil. A radicalização das forças repressoras chegou à Amazônia simbolizando a guerra ideológica nos confins da fronteira do capital e a proletarianização dos camponeses para implantação da cultura capitalista sobrepondo-se às práticas das tradições das vidas comunitárias e de uma economia de autoconsumo.

A chamada luta armada, vista pelos militares como guerrilha, foi o “justiçamento” dos rebeldes que preparavam os camponeses para uma luta contra o Estado burguês. Para os camponeses, o Estado viu na presença de jovens estudantes e de militantes políticos e ideológicos uma forma de expulsar os posseiros das glebas para entregá-las às empresas capitalistas nacionais e estrangeiras³⁴.

Os interesses do capital era a base de orientação do Estado brasileiro para usar as forças de “segurança nacional” no combate aos chamados “guerrilheiros”, “terroristas”, “subversivos” e seus seguidores, fazendo uma varredura na selva, deixando a área desocupada para a implantação dos grandes projetos de exploração da Amazônia com o PGC – Programa Grande Carajás, Calha Norte e Serra do Navio na exploração de minérios, grandes fazendas

³¹ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2010. pp. 192-198. As alianças entre os estados latino-americanos e os Estados Unidos da América foram decisivas na orientação econômica para que esses os países latinos se tornassem exportadores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados e tecnologicamente agregadores de valores.

³² Limpeza da área era a estratégia do governo militar de tirar os posseiros de áreas de interesse do grande capital oferecendo-as às grandes empresas sem o ônus das tensões sociais. Para isso, as forças repressivas foram convocadas para expulsar a massa camponesa dessas áreas eliminando as resistências e os conflitos nas áreas cobiçadas. FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Seta Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 1998. p. 64.

³³ CABRAL, Paulo Correia. **Xambioá: guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

³⁴ Partido Comunista do Brasil. **A resistência Armada do Araguaia**. Lisboa, Portugal: Grua Artes Gráficas, s/d.

com o empresariamento das terras³⁵.

Depois do suposto “milagre brasileiro” — com um “boom” de um falso crescimento econômico —, veio a crise do petróleo (1973)³⁶, que se tornou mais um marco para a internacionalização da Amazônia, quando ela serviu de aval aos grandes empréstimos, promovendo um endividamento acelerado do país.

Celso Furtado³⁷, contextualizando em sua obra *O Brasil Pós-“Milagre”*, explicita sobre as políticas públicas dos governos a partir de 64 e os múltiplos desdobramentos dos planos econômicos, fundamentais para entendermos os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia. Suas ideias abarcam as crises políticas e econômicas que se agravam com o endividamento externo. Sem um horizonte claro, a crise do petróleo leva a economia do país a uma grande recessão e os níveis salariais descem a um patamar nunca antes visto. Com poucas demandas de empregos, acontece uma onda migratória interna que coincide com as políticas de ocupação da Amazônia. Esse processo de (re)colonização e a formação de um contingente de garimpeiros que se espalham por toda a Amazônia brasileira não são meras coincidências.

Octávio Ianni complementa Furtado quando afirma que

Na prática, a economia política do Estado ditatorial e da empresa privada é uma só. A ocupação, colonização e integração da Amazônia — objetivos que aparecem nas propostas geopolíticas — são ao mesmo tempo, a reabertura da região ao desenvolvimento extensivo do capitalismo, nacional e estrangeiro. [...] Desde que se instalou em 64, e em escala crescente nos anos seguintes, a ditadura recriou a Amazônia como fronteira. Todas as formulações dos governantes, sejam “técnicas”, sejam “ideológicas”, todas deram alguma, ou muitas, ênfase à ideia de ocupar e integrar.³⁸

Os planos de integração amazônica que definiram os polos de exploração de recursos minerais, como os de Trombetas e Carajás, selaram o destino histórico da região como economia extrativista. Os governos militares também privilegiavam diferentes regiões do país como núcleos dinâmicos da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que decretavam o papel do Brasil na economia mundial como exportador de matérias-primas.

Os caminhos da economia brasileira neste contexto foram o da dependência econômica através do aumento da dívida externa com os grandes empréstimos internacionais e o falso

³⁵ *Idem. Ibidem.* pp. 62-64.

³⁶ A crise do petróleo tornou-se orgânica para o endividamento externo e os recursos naturais servindo como garantia para os banqueiros internacionais. MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 1996. FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 43.

³⁷ *Idem.* pp. 43-56.

³⁸ IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. pp.134.

desenvolvimento econômico denominado de “o Milagre Econômico” (1968-1972)³⁹, que, apoiado pelo massivo investimento de capitais estrangeiros, proporcionou a implantação de grandiosos projetos de exportação. O lema era “exportar é o que importa”.

Os militares deram as instruções de como seria o papel da Amazônia na economia brasileira e, por extensão, na economia internacional. No chamado “tempo da Amazônia”, o Brasil viveu marcado pelos esforços de integração nacional, e a Amazônia passou a ser tratada como uma colônia interna, como reserva de produtos primários de um território mal conhecido e mal controlado que, por razões de segurança nacional, ocuparia “as fronteiras vazias” como solução para o desenvolvimento.

De acordo com Oliveira,

A Lei no. 5.173, de 27/10/66 foi promulgada como parte da estratégia geopolítica definida pelo Estado para a ocupação da Amazônia. Esta lei transformou o Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). E criou o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), compondo-se assim o sistema SUDAM-FIDAM-BASA.

... No mesmo ano, na Primeira Reunião de Investidores da Amazônia, coordenada e dirigida pelo Estado, foi instituída a Operação Amazônia. Conciliaram-se os interesses da burguesia industrial nacional, dos latifundiários e do capital estrangeiro, subscritores da Declaração da Amazônia: “governos e Homens de empresa do Brasil, reunidos na Amazônia sob inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio (...)”. Ficou assim definido os rumos do sistema SUDAM-FIDAM-BASA.⁴⁰

O sistema SUDAM-FIDAM-BASA, aliado às leis de incentivos fiscais, tornou-se o principal aparato estatal de apoio à expansão capitalista na Amazônia durante todo o período do regime militar e pós-militar.

Tudo planejado, de 1966 em diante, sob todos os pretextos para a ocupação da Amazônia, o Estado desempenhou o papel principal como agente viabilizador do processo, fornecendo apoio financeiro necessário e removendo os enclaves que limitassem as atividades dos donos do capital em direção à região.

Com essa configuração, o Estado militarista põe em execução sua estratégia de governo: garantir, em essência, ao latifúndio, ao capital nacional e ao estrangeiro os abundantes recursos naturais do Brasil e em particular da Amazônia⁴¹. Essa estratégia significou uma radicalização das ações do Estado Ditatorial no sentido de acelerar a expansão capitalista no país.

³⁹ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 29.

⁴⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. pp. 37-39.

⁴¹ *Idem.* p. 31.

Assim, a ocupação recente da Amazônia não foi uma ação espontânea da sociedade, de dentro da própria região, das necessidades intrínsecas dos que nela já viviam, mas foi planejada de fora para dentro, sem a participação da população local. O principal responsável foi o Estado, que, caprichosamente, pensou nas necessidades empresariais e no acúmulo de capital⁴².

Nessa leva de benefícios aos senhores do capital, vieram também os bônus dos incentivos fiscais e os empréstimos a juros irrisórios servindo de iscas para os investidores, grupos econômicos, latifundiários, madeireiros e grileiros. Com isso, iniciaram-se os conflitos entre estes e os índios, posseiros, ribeirinhos, extrativistas e garimpeiros. Sendo que os primeiros estavam apoiados nas instituições repressivas do Estado, que, a serviço desses “novos donatários”, incentivava o avanço nas derrubadas da floresta para ampliar seus domínios.

O INCRA, criado em 1970 (substituindo outros órgãos, como IBRA, INDA e SUPRA), colocou-se à frente para assegurar os direitos de propriedades de terras, sendo que na Amazônia, especialmente na área de influência do PGC (Programa Grande Carajás), juntou-se ao GETAT (Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins) para otimizar a seguridade dos direitos ao empresariamento das terras⁴³. Com feições militares e integrado ao SNI, o GETAT foi encarregado de tratar da legalização das terras devolutas e emitir os títulos de terras “para quem nela trabalha” — planejando uma não-reforma agrária na região de conflitos. Isso fez, no final das contas, a questão agrária se agravar. Na verdade, os órgãos do governo fizeram o jogo de interesses dos novos “donos do pedaço”, os “paulistas”. O resultado foi o agravamento dos conflitos e do êxodo rural, notadamente na Amazônia Oriental.

A grilagem foi a prática mais comum da força do capital na região⁴⁴, como forma de expropriação de terras e de transformação de terras de convívio coletivo em propriedade privada. Na “colonização e segurança” patrocinado pelo Estado, o fenômeno chega a níveis assustadores na Amazônia, marcada por um profundo processo de corrupção dos órgãos públicos, notadamente os que ‘cuidavam’ da questão agrária: INCRA, GETAT e cartórios da região. Os chamados “espaços vazios”, que na verdade eram povoados por índios, posseiros,

⁴² *Idem. Ibidem.* p. 30,31. “O tempo da Amazônia” se caracteriza pelo momento em que a estratégia de ocupação da Amazônia e seu desenvolvimento passavam a ser concebidos como necessidade dos grupos empresariais que definem seus benefícios e o Estado e a população tradicional estabelecida assumam os ônus das medidas exploratórias dos recursos naturais.

⁴³ O GETAT foi um órgão criado para legalizar as terras griladas por parte de empresários e autoridades que vieram para a Amazônia com interesses claros de criar patrimônios e adquirir créditos facilitados pelos incentivos fiscais.

⁴⁴ ASSELIM, Vitor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. pp. 10-45.

ribeirinhos, extrativistas e garimpeiros, foram loteados em mapas e vendidos pelo mundo afora⁴⁵.

Como reflexo das questões agrárias e de segurança no Araguaia-Tocantins, toda essa região ficou sob a vigilância do Conselho de Segurança Nacional, e os movimentos camponeses sofreram e continuam sofrendo as reprimendas oficiais e paramilitares. A expulsão dos camponeses, ribeirinhos e extrativistas fez-se necessário para fornecimento de mão-de-obra para os grandes projetos.

Na visão dos militares, o Projeto Ferro-Carajás seria a ponta de lança para o desenvolvimento da região com a formação do maior “corredor de exportação”. Integrante do Programa Grande Carajás (PGC), o projeto Ferro-Carajás foi executado com o objetivo primeiro de explorar as riquezas naturais e implementar um enorme projeto de exportação na porção mais cobiçada, rica e violentamente disputada: a Amazônia Oriental⁴⁶.

Em 1980, o Governo edita o Decreto-Lei de nº 1.813, de 25.11.80, que define a Amazônia Oriental como nova região geopolítica, dotando-a de um regime próprio de incentivos para os empreendimentos do PGC. Para “coordenar, promover e executar, de forma integrada, as medidas necessárias à viabilidade do Programa e a concessão de incentivos”, cria-se o Conselho do Programa Grande Carajás⁴⁷.

Entra-se numa nova etapa da história de devastação da Amazônia pelos trustes internacionais e grupos econômicos nacionais. A partir de então, todos os programas especiais irão, de uma forma ou de outra, sujeitar-se ao “corredor de exportação” da Amazônia Oriental. O final dos anos 80 representou a consolidação da integração do mercado nacional e o estabelecimento da hegemonia do capital monopolista.

Nessa geopolítica de integração da Amazônia à economia de mercado e do processo de exploração de suas riquezas, surgem as atividades mineradoras e garimpeiras com interesses divergentes no que diz respeito às aspirações de domínios das áreas de mineração, mas semelhantes nos seus objetivos e nas suas práticas predatórias. As mineradoras, abraçadas ao Estado, recebem todos os benefícios da lei, dos incentivos das políticas econômicas e a proteção institucional, favorecendo a acumulação de capital. Por outro lado, os garimpeiros, restritos em direitos legais, coagidos pelo Estado, carregam a culpa de todos os males que a mineração descarrega sobre a natureza.

⁴⁵ *Idem.* pp. 10-45.

⁴⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. pp. 92,93.

⁴⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 92-95.

Os Brasis se encontram e se dividem na Amazônia. Os garimpeiros estão no mesmo Brasil dos extrativistas, dos ribeirinhos, dos posseiros, dos coletores e dos assentados que, resistindo para não serem transformados em trabalhadores sujeitos a trabalhos análogos ao de escravos, formam um grande exército na região em final do século XX.

Os garimpeiros clandestinos, ao entrar na floresta em busca do ouro, buscam também uma chance de liberdade, um mundo sem opressão, a dignidade perdida no mundo de desigualdades, querendo reencontrá-la nos confins das fronteiras de recursos do país.

2.2 A geopolítica da migração: o povoamento e a formação da força de trabalho na Amazônia brasileira

A força de trabalho nos garimpos amazônicos é fruto dos fluxos migratórios que se dirigiram à região de forma lenta e aos ciclos econômicos que se sucederam em ondas que corresponderam a seu processo de ocupação pela cultura europeia ocidental. Essa mão de obra foi fomentada pelas várias etapas de incentivos à ocupação e domínio do espaço e pelos sucessivos processos de exploração das riquezas naturais.

As migrações iniciais para a Amazônia se deram apenas por colonos, por militares portugueses para as fortificações de segurança da região, e por religiosos sedentos de almas para catequização e modificações dos espaços indígenas com os descimentos e formação das missões⁴⁸.

Além das migrações, houve nessa região um acentuado processo de miscigenação dos não índios com os indígenas — as marcas dessa miscigenação estão inscritas na maioria da população dos estados “amazônicos”. Essa foi uma forma de povoamento incentivada pelos governantes portugueses no Período Colonial, sendo muito significativo para a ampliação das fronteiras ocidentais da Amazônia⁴⁹.

A primeira forma produtiva de relativa importância na Amazônia foi o extrativismo das “drogas do sertão”. Tendo como protagonistas os missionários e o trabalho dos nativos, esse sistema produtivo marcou os primeiros momentos de afirmação do domínio ibérico sobre a região que se encontrava ameaçada por outras bandeiras europeias.

⁴⁸ As missões eram aldeamentos de indígenas de várias etnias que passavam a viver coletivamente sob o comando e a organização dos jesuítas. Isso era proporcionado pelo chamado **descimento** dos índios que vinham das cabeceiras dos rios e desciam para as partes mais baixas, onde eram agrupados e organizados para a catequese e para os trabalhos das edificações das missões e para o trabalho produtivo nas fazendas dos jesuítas e na coleta das drogas do sertão. BARATA, Ronaldo. Op. Cit. p. 47.

⁴⁹ PRADO JR, Caio. Op. Cit. pp. 68-72.

As guarnições fortificadas eram as únicas presenças do Estado, e o clero era o mais emblemático colonizador que, de fato, conseguiu implantar uma empresa de grande porte com o uso da mão-de-obra indígena, organizada sob a chefia de padres-mestres que orientavam as missões em grupos de trabalhos divididos de acordo com as necessidades internas e da produção para exportação.

A mão de obra dos nativos e as movimentações internas deles para os aldeamentos nas missões jesuíticas deram o tom do que seriam as relações de trabalho, tornando-se a matriz da exploração das riquezas regionais e da força de trabalho na Amazônia. Em relação àquilo se sucedeu na região ao longo dessa história de ocupação e devassamento, nos termos da exploração do homem pelo homem, o extrativismo foi e continua sendo uma constante, inclusive com uma presença de relação de trabalho análogo à escravidão.

A organização do trabalho nas missões jesuíticas compreendia um embrião do operariado que, organizado, construía as instalações das missões, cultivava os gêneros alimentícios, colhia os produtos da floresta, pescava e caçava. O modelo, entretanto, suscitou uma exploração exacerbada aos indígenas por parte dessa iniciativa colonizadora⁵⁰.

Os europeus representavam a “civilização”, uma cultura superior que, em nome de seus interesses, retirou dos indígenas sua única fonte de vida: suas terras. Os indígenas foram, ao mesmo tempo, privados da liberdade e de manifestar a sua cultura, uma vez que os padres e os colonos os confinavam. Em nome da colonização tudo era permitido, pois “não há pecado ao sul do equador”.

O fenômeno ocorreu sobremaneira mediante a assimilação, pelos nativos, de valores adversos às culturas tribais. O rígido controle dos índios pelos missionários provocou, em muitos casos, a rebeldia dos nativos que, por sua vez, levou, através das “guerras justas”⁵¹, ao seu extermínio. Outra questão insolúvel na colonização da Amazônia foram os agravos entre os padres e os colonos que foram chegando à região, por incentivo das coroas (União Ibérica), para sistematizar uma produção agroexportadora, mas que não vingou como no Nordeste.

Sendo os índios monopólio dos padres, a mão de obra para os colonos se tornou escassa, e estes passaram a reivindicar das autoridades portuguesas o fornecimento de escravos africanos. Esses colonos viviam em pé de guerra com os missionários na disputa pela mão de obra indígena. O fato despertou a atenção da coroa, que passou a tomar algumas providências

⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 73.

⁵¹ As *guerras justas* eram ações de tropas de guerra executadas contra índios que opusessem resistência à ação colonizadora dos portugueses ou se negassem a aderir à difusão da doutrina cristã.

para reverter o quadro, mas a disputa pelo uso dos nativos como mão de obra não surtia efeito em seu benefício. Barata⁵² constrói uma visão bem esclarecedora dessa relação de trabalho na coleta das drogas do sertão:

A estratégia da colonização portuguesa na Amazônia assentou-se na atividade produtiva extrativa com a coleta das drogas do sertão. O exercício dessa atividade foi, enormemente, prejudicado pela sistemática recusa dos índios em se submeterem a ela. A Companhia de Jesus conseguiu que tribos inteiras descessem de suas aldeias para as missões, onde eram repartidos entre colonos, missionários e o serviço da coroa, em troca de um “salário” que camuflava a escravidão. O valor desse salário era inferior ao de uma jaca. A lei de 13 de outubro de 1611 tornou-se mais um artifício legal para o enquadramento dos nativos às convicções de produção do sistema colonial. Favoreceu o genocídio do indígena amazônico. Aproximadamente dois milhões de índios foram exterminados.⁵³

A obtenção do controle da mão de obra indígena se dava, principalmente, de três maneiras, com o consentimento ou ao arrepio das leis portuguesas:

- a) o *descimento* - utilizado principalmente pelos jesuítas, que conseguiram com que as tribos descessem das regiões mais altas para as desembocaduras dos rios, formando as chamadas missões;
- b) o *resgate* - os portugueses trocavam por objetos de agrado dos índios, prisioneiros de guerra destinados a serem comidos, ficando estes escravizados por dez anos, como pagamento por terem se livrado da morte;
- c) as *guerras justas* - eram ações de tropas de guerra executadas contra índios que opusessem resistência à ação colonizadora dos portugueses ou se negassem a aderir à difusão da doutrina cristã⁵⁴.

Os indígenas tornaram-se o pilar da coleta das drogas do sertão, enquanto a escravidão do africano foi muito reduzida nos dois primeiros séculos de colonização da região amazônica. Com as grandes produções açucareiras e do ouro das minas gerais no Período Colonial, as regiões de grande volume de exportação absorvia toda a oferta de escravos africanos, deixando o Norte desprovido dessa mão de obra. A escassez de escravos para as lavouras e serviços gerais no Maranhão e Grão-Pará provocou descontentamento dos colonos e comerciantes, e algumas revoltas se tornaram inevitáveis, como a dos irmãos Beckman, em São Luís, em 1684.

Os diferenciais nos tratamentos da coroa em relação à região Norte e às outras regiões da colônia continuaram, mesmo com os descontentamentos, que eram reprimidos com violência. Aos indígenas era imposto o trabalho na medida das conformidades nas relações entre colonos e missionários. Os indígenas tinham o domínio dos conhecimentos da floresta e

⁵² BARATA, Ronaldo. Op. Cit. p. 48.

⁵³ *Idem.* p. 48

⁵⁴ *Idem.* p. 48. Ver ainda CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **As guerras justas e os autos de devassa contra os índios da Amazônia no período colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 1997. p. 15.

das drogas, dos rios e da navegação, dos animais e da arte de pescar e caçar. Então, essas razões faziam dos indígenas a mão de obra preferida nesse processo produtivo.

No período pombalino, a Amazônia recebeu uma atenção especial, cogitando a mudança nos rumos da colonização portuguesa no Brasil e direcionando para a região políticas radicais no processo produtivo, nas demarcações das fronteiras e no processo de ocupação. Uma leva de migrantes açorianos veio para a ocupação das fronteiras, quando foram fundadas algumas vilas e incentivada a miscigenação entre os não índios e indígenas com o intuito de aumentar a população. Foram iniciativas de uma política para colocar o norte da colônia em patamares de importância nas mesmas condições ou melhores que o nordeste açucareiro ou as Minas Gerais. Pombal tinha a esperança de que a região Norte poderia tirar Portugal da crise, e chegou a suscitar a mudança da capital da colônia para Belém.

A despeito das mudanças modernizadoras de Pombal, o resultado de dois séculos de colonização portuguesa na Amazônia foi desastroso. Significou uma progressiva e incessante extinção dos índios e o início da depredação ambiental. As doenças como sarampo, varíola, caxumba, coqueluche, gripes, sífilis, além das doenças tropicais dizimavam a população, em sua maioria indígena⁵⁵.

A produção das drogas do sertão diminuiu enormemente com a expulsão dos jesuítas. O descontrole do indígena sob o comando dos colonos e a falta da mão de obra escrava africana levou os próprios colonos a se rebelarem contra a metrópole, enquanto os índios aldeados, os migrantes de Cabo Verde, os miscigenados e os negros se tornaram “os cabanos”, passando a ameaçar os centros administrativos do, agora, Grão-Pará e Maranhão. Nas plagas amazônicas, o crescimento populacional passou a se desenvolver mais pelo processo vegetativo do que pela migração externa. Essa mistura de etnias deixou as marcas mais profundas na sociedade amazônica, sendo incentivada, em alguns momentos de forma acentuada, pelo governo português.

As políticas de Pombal cessaram com sua saída do poder. Logo a estagnação voltou à região. As migrações minguaram e a população continuou rarefeita na imensidão do espaço amazônico. Só veio mudar sua dinâmica socioeconômica e sua população voltar a crescer a partir da segunda metade do século XIX.

O desenvolvimento das forças produtivas na Europa, que sai do sistema artesanal passando pela manufatura e concebe um sistema fabril com o uso da força motriz das máquinas, acarreta novas carências, dessa vez de matérias-primas. Esse processo promove uma busca de

⁵⁵ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit. p. 20.

produtos primários estratégicos em outros continentes, e o novo mundo é uma das regiões que vai atender a essa demanda. O Brasil vai oferecer mais que algodão, couro e produtos de origem animal. A borracha foi a grande descoberta para o sistema fabril europeu.

A Amazônia foi a grande fonte desse novo produto e respondeu a esse estímulo de forma quase instantânea, e todo o interesse convergiu para exportação do produto. A região logo passou por uma das maiores transformações de sua história. A floresta sofreu uma grande ofensiva. Os rios, onde os seringais foram sendo demarcados e explorados, tiveram suas margens quase inteiramente ocupadas.

A demanda intensa pela borracha impôs a ampliação das áreas de coleta, a exploração da seringa com operações comerciais a nível internacional de grande monta, a utilização de grandes volumes de recursos financeiros, além do emprego de enorme quantidade de energia humana utilizada na extração. Tornou-se, então, necessária a mobilização da força de trabalho para a exploração do produto.

Com a economia do Nordeste em crise, a mão de obra disponível foi atraída para a Amazônia. Saídos principalmente do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, o nordestino migrante para os seringais amazônicos já deixava sua terra de origem adquirindo dívidas antecipadas com os contratantes.⁵⁶

O fluxo migratório impulsionado pela borracha tomou toda a região e espalhou-se em todas as direções, ultrapassando inclusive os limites nacionais, o que proporcionou o acréscimo de uma nova área ao território brasileiro — área referente ao atual estado do Acre. Esses avanços floresta adentro foram realizados principalmente por trabalhadores (seringueiros) provenientes dos estados do Nordeste. Esses estados continuam como seleiro de mão de obra para outras regiões em conformidade com as demandas produtivas do país. Foram esses nordestinos e a população local que desnudaram a Amazônia e mostraram suas entranhas para as ambições do grande capital que não via fronteiras que não pudesse transpassar e dominar.

Os seringueiros, entregues ao um trabalho sazonal e com instrumentos rústicos, permaneciam inativos durante o inverno (regime de chuvas na região). Em condições sub-humanas, para se manter eles continuavam se endividando nos barracões dos seringalistas que, por sua vez, cumpliciavam-se com os capitalistas estrangeiros no processo de acumulação de capital. Submissos e permanentemente devedores, os seringueiros eram obrigados a comprar as mercadorias com acréscimos de não menos que 100%. As multas e os maus tratos a quem não

⁵⁶ LIMA, Araújo. **Amazônia, terra e homem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975. pp. 52-55.

honrasse os compromissos acabavam deixando-os na condição de semiescravos. Analfabetos em sua maioria, perdiam o controle de suas dívidas.

Os seringais se situavam no seio da floresta e os seringalistas mantinham uma relação severa com os seringueiros. Era um trabalho brutal e insalubre. Sujeitos a doenças tropicais, além de outras, os trabalhadores se isolavam e podiam se perder na floresta. Faziam seus barracos, abriam trilhas em busca das árvores do látex e carregavam consigo seus utensílios, ferramentas, rede e víveres — fumo, espingarda e munição, farinha, apetrechos para a coleta do látex e algo para produzir fogo: o boi de fogo, um objeto precário, mas de muita utilidade⁵⁷.

Os produtos precisavam ser bem embalados, pois as chuvas constantes poderiam umedecer e inutilizá-los para as tarefas diárias de trabalho. Muitos desses utensílios e ferramentas, e até as formas de moradias e gêneros alimentícios são usados até hoje nas comunidades da floresta e, por extensão, pelos garimpeiros de forma geral. A caça e a pesca forneciam a base da alimentação, e junto com frutos e farinha faziam uma das comidas típicas da região: o chibé⁵⁸.

Com a produção da borracha se exaurindo, a maioria dos seringueiros, sem condições de voltar às suas terras de origem, passaram a morar na periferia dos centros urbanos. Outros formaram povoados e vilas integradas pelos rios. Trabalhavam em roçados, na coleta de frutos, na fabricação de farinha, na pesca e outras demandas das cidades. A produção era negociada através dos regatões⁵⁹ que subiam e desciam os rios com as mercadorias. Negociavam tudo na base da troca direta, sem intermédio do dinheiro (escambo)⁶⁰.

Nem mesmo o ciclo da borracha, que foi muito importante para a economia brasileira e para o capitalismo industrial europeu, sendo um evento de grandes proporções que marcou a história regional no mapa da geopolítica global, conseguiu forjar na Amazônia uma atualização

⁵⁷ **Boi-de-fogo** é um objeto artesanal composto por um pedaço de chifre bovino com uma tampa de sola (couro curtido), preenchido com algodão e duas pedras. Tocando uma pedra na outra gera faíscas que queimam o algodão fazendo pegar fogo em pedaços de madeira. Assim, os homens da floresta produziam o fogo de forma quase primitiva.

⁵⁸ Xibé é uma comida feita basicamente de água e farinha, acrescida de um pouco de açúcar ou sal, conforme o que se servir de complemento. Se for carne, leva sal; se for alguma fruta ou fruto, leva açúcar. Muito pobre em nutrientes, mas o apelo é simplesmente “matar a fome”. No Norte e Nordeste do Brasil as populações a usam como último recurso contra a falta de alimentos mais completos.

⁵⁹ Os regatões são embarcações com mercadorias que são comercializadas nas comunidades ribeirinhas e que, na época da extração da borracha, faziam conchavos com os seringalistas para controlar a mão de obra dos seringueiros criando dívidas impagáveis.

⁶⁰ A troca de produtos por produtos, ou escambo, é uma prática que volta e meia acontece na Amazônia. Na produção da borracha, na extração da castanha, no extrativismo do coco babaçu e nos garimpos recentes o escambo se tornou uma prática corriqueira. Isso banaliza o produto principal na hora das trocas inflacionando os produtos da manutenção dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. É uma forma de extorquir os trabalhadores em seus esforços para produzir cada vez mais para ficar com cada vez menos.

do processo econômico, cultural e sociopolítico no sentido de uma ocupação definitiva e de um projeto permanente de uma produção organizada de inclusão dos povos amazônicos.

Os governantes que presenciaram o devassamento da Amazônia com exploração do látex deixaram a cargo dos estrangeiros a grande parte das transações econômicas que quase nada deixou como benefícios da “*belle époque*” nos grandes centros comerciais da borracha — Belém e Manaus. Mas os trabalhadores viveram o outro lado da moeda. Com seus esforços conheceram as entranhas da grande floresta, enfrentaram as mais diversas dificuldades e continuaram sem os benefícios das riquezas extraídas com seu suor.

Só restou a eles, sem condições de regresso à terra natal, adaptação à vida na floresta ao estilo indígena. Colhendo frutos, pescando, caçando, extraindo látex com pouca demanda, cultivando a terra no sistema de coivara, plantando nas encostas dos rios nos período de vazantes, criando pequenas animais, extraindo azeites vegetais, construindo canoas, fazendo artesanatos, cultuando as culturas ancestrais, passaram a viver em pequenas comunidades e usando os rios como estradas.

Esses trabalhadores, então, encontram um novo produto que desperta interesses no consumo das grandes cidades, e o mundo toma conhecimento da castanha do Pará, ou castanha brasileira, usada na alimentação, em cosméticos e em outros produtos de componentes graxos. Essa mão de obra extrativista que se encontra disponível entra em outro ciclo produtivo desse novo produto cuja extração também vai acontecer em grande escala.

A castanha-do-pará, encontrada nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas no Pará, promove uma grande movimentação comercial nos mercados de Belém, absorvendo a mão de obra disponível na região e também a de novos migrantes vindos do Maranhão e do norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins). O sistema de trabalho se assemelha àquele anteriormente utilizado na produção borracha — baseado na estrutura de controle da força-de-trabalho através de um mecanismo de dívidas antecipadas e impagáveis, ficando as dívidas de uma safra para pagar apenas nas safras seguintes⁶¹. Mesmo assim, o extrativismo da borracha, da castanha e do babaçu era uma oportunidade para os camponeses ganharem um pouco mais do que ganhavam com as lavouras nas áreas das fazendas, com suas obrigações de agregados, pagando renda ao fazendeiro.

Carlota Carvalho⁶² afirma, em sua obra *O Sertão*, que, nas cidades maranhenses da

⁶¹ CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história do Brasil**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2000. pp. 30-46.

⁶² *Idem. Ibidem*. pp. 40-53.

região tocantina, a população masculina se reduzia a crianças, jovens e idosos, na safra da castanha. As embarcações saíam dos portos de Porto Franco, Carolina e, principalmente, de Imperatriz para a coleta da castanha. Na região também residiam alguns dos grandes proprietários dos castanhais de Marabá-Pará. Estes já iam, com sua mão de obra contratada e embarcada em seus “motores” (embarcações), rio abaixo e rio acima em busca da preciosa mercadoria.

Nos anos 20 do século XX, o semiárido nordestino empurrou para o norte uma leva de migrantes que, ou por uma seca “danada” ou pelo “cativeiro”⁶³ da terra, buscaram as terras livres e sempre verdes. Incentivados por líderes religiosos, chegam à região amazônica pelo estado do Maranhão e se embrenham nas florestas rumo ao pôr do sol para encontrar condições melhores de vida. Enquanto muitos deles se direcionaram para a coleta da castanha; outros, vendo a possibilidade de usufruir das terras públicas, tornaram-se posseiros e formaram seus lugares chamados de centros.

Os centros formados por famílias que tomaram posse de terras públicas (do Governo)⁶⁴ são geralmente denominados com os nomes dos primeiros chegantes ou com nomes dos santos devotos: Centro do Toinho, Centro dos Carlo, Centro do Zeca, Centro do Augusto, Centro do Nonato, Centro do São Bento, São Gonçalo. Posteriormente, esses centros tornam-se povoados, vilas e cidades. Nesse período a Pré-Amazônia experimentou uma ocupação em larga escala e a produção agrícola tornou-se bem significativa.

Outros fluxos migratórios de orientação religiosa, chamados de bandeiras verdes⁶⁵, seguiram os caminhos do gado⁶⁶ rumo ao Norte. Vinham em busca de uma “terra prometida”, onde rios caudalosos e perenes irrigavam a terra e árvores que nunca secavam formavam grandes florestas. Esses migrantes faziam a travessia de vários estados até chegar ao destino, primordialmente, a pé. Levavam vários anos na caminhada, pois paravam em alguns lugares e passavam temporadas trabalhando em terras alheias até chegar ao destino.

Com as bandeiras verdes seguiram outros fluxos migratórios. Com outros períodos de secas e luta pela terra se intensificando, governantes locais e federais criaram incentivos para

⁶³ MARTINS, José de Sousa. O cativeiro da Terra. (9ª edição). São Paulo: Contexto, 2013.

⁶⁴ Idem. Ibidem. pp. 50-53.

⁶⁵ VIEIRA, M. A. C. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria: movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. Tese (doutorado em ciências sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001. pp. 97-101
<https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20VieiraMariaAntonietadaCosta.pdf>

⁶⁶ PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. Virando mundos: sociedade e navegação fluvial no Vale do rio Grajaú-MA (1920-1970). pp. 33-86. https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2011_Alan_Kardec_Pacheco.pdf

as migrações, no sentido de amenizar as tensões sociais nas regiões de origem, servindo de válvulas de escape. A maioria era de agricultores que penetram a floresta e, apoderando-se das terras devolutas, constroem, juntamente com seus familiares, seus sonhos.

A partir da década de 30 do século XX, precisamente durante a Segunda Grande Guerra, a extração da borracha é acionada novamente e novos migrantes chegaram como soldados da borracha — o engajamento se dava pela obrigatoriedade do serviço militar instituído. Além da obrigatoriedade, houve, por parte dos governantes, promessas de aquisição de terras feitas a soldados e seus familiares. No entanto, mais um contingente é abandonado à própria sorte na grande floresta ao término da empreitada militar⁶⁷.

Esse contingente não chega com a mesma euforia com que chegara a primeira leva de extratores da borracha. Já vinham, de certo modo, sabendo das histórias malogradas dos primeiros seringueiros, mas, por outro lado, conheciam migrantes que tinham vindo para a região em busca de terras. Muitos deles já tinham familiares situados.

Terminada a Grande Guerra, novamente as distribuições dos bônus da produção da borracha ficaram com os capitalistas, os governos (nas três esferas), os donos dos seringais, os transportadores locais e os beneficiados indiretamente. Já os seringueiros novamente são renegados e jogados à própria sorte na floresta e sem condições de voltar às suas origens. Então, juntam-se às comunidades já existentes e se adaptam à tradicional economia de autoconsumo voltada para o extrativismo da própria borracha, da castanha, canela, azeites e óleos como o da copaíba, coco babaçu, cumarú e andiroba. Muitos outros frutos vão entrando na dieta regional e nacional, e esses extrativistas entram no circuito da produção, como a do cupú-açú, açai, bacaba, bacuri, buriti, mangaba e araçá.

Os fluxos migratórios internos são, de certa forma, instrumentos de controle de mão de obra usados pelo processo produtivo em todo o território brasileiro. Eles andam, vão e vêm como ondas que se repetem e são usados politicamente como estratégia de governos nas conformidades dos seus interesses. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso frisou isso muito bem:

Eu digo há trinta anos como sociólogo: nossa matriz é americana. Aqui você tem um espaço imenso, mobilidade geográfica, as pessoas migram. Não há razão para repetirmos a tragédia do desemprego. Não tem razão porque imaginar que o futuro do Brasil é o que aconteceu na França, na Espanha ou na Argentina.⁶⁸

⁶⁷ PRADO JR., Caio. Op. Cit. pp. 69-77.

⁶⁸ ISTOÉ /1446 - 18.06.97. P 27.

Essas políticas de governo aconteceram intensamente com a “Marcha para o Oeste” na intensa ocupação do Centro-Oeste na Era Vargas com o processo intenso de urbanização, com a industrialização e com a chegada do capital no campo, promovendo um admirável êxodo rural. No pós-Era Vargas, as políticas de migrações continuam e tomam o rumo da Amazônia com os planos de Integração Nacional.

No Pós-Segunda Grande Guerra, a presença de máquinas fez com que cerca de 18 milhões de pessoas deixassem o campo entre os anos 1950 e 1970, sendo que apenas 17% foram absorvidos pelo mercado de trabalho urbano. A demanda da força de trabalho criada com o êxodo rural (leia-se migração interna) vai ser usada nos grandes projetos de integração nacional.

Essa integração nacional veio com a abertura do mercado interno que, por sua vez, favoreceu a construção da rede viária que ligou o Centro-Sul, já industrializado, a outras regiões do país, suscitando a inserção dessas outras regiões no processo produtivo capitalista. Esta transformação induziu uma nova fronteira agrícola e de exploração de recursos naturais na Amazônia. Um grande projeto desenvolvimentista e industrial se esboçava nos gabinetes governamentais e, logo após o golpe militar, a região se inseriu de vez na economia de mercado.

Os governos militares não pouparam esforços para o avanço da “colonização” da Amazônia. No final da década de 60, quando se definem os rumos básicos para a “integração” da Amazônia Legal, advém um período de ocupação desenfreada. Grupos econômicos nacionais e estrangeiros ocupam o espaço de forma avassaladora. Objetivam explorar a mineração, implantar projetos agropecuários, desenvolver atividades extrativistas de madeira ou mesmo garantir a pura reserva de valor e a especulação financeira com o usufruto dos generosíssimos incentivos criados para a implantação dos seus ambiciosos projetos.

Incentivados pelas novas promessas de uma vida melhor, os primeiros fluxos migratórios chegam à Amazônia. Esses colonos vêm acompanhados de grileiros, agentes do Estado, aventureiros de toda sorte e agricultores sem o controle do Estado, pautados em outros propósitos e, já se encontrando na região, depararam-se com as contradições de uma sociedade que prima pela desigualdade.

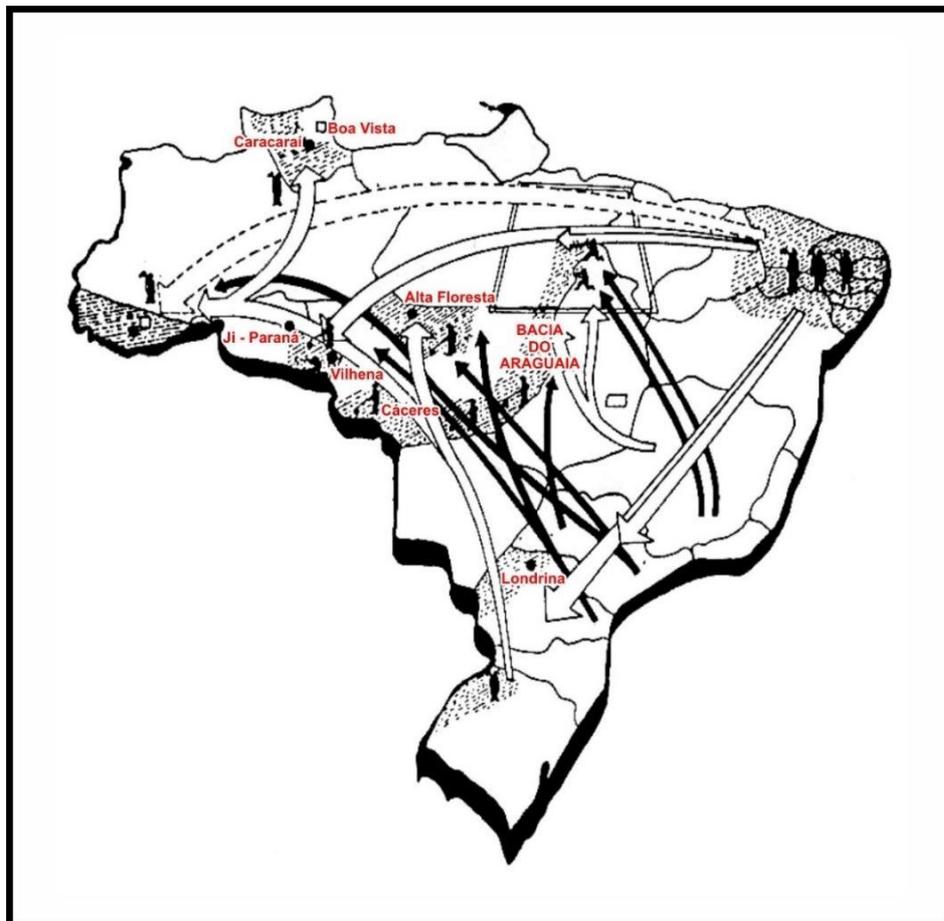
Com os interesses em jogo e com os planos do Estado e seus grandes projetos, os conflitos tornaram-se corriqueiros, principalmente pela apropriação e expropriação da terra. O quadro de violência se alastrou em quantidade e intensidade. O Estado controlador, e em muitos momentos propositalmente ausente, deixou que os movimentos migratórios fossem se acomodando às suas próprias sortes.

Os próprios migrantes que vieram para a Amazônia procurando formas alternativas para

viver e fugir das contendas, depararam-se com a existência das províncias minerais — entre os vários minérios encontrados estava também o ouro —, e muitos desses migrantes se destinaram ao mundo dos garimpos.

Com a existência de minerais, as migrações se intensificaram para Amazônia a partir da década de 60 do século XX. As origens desses migrantes são as mais diversas, tanto de região, como de condições econômicas e sociais. Isso também acontece na formação dos constituintes dos garimpos. Os garimpeiros não se constituíam como um grupo homogêneo, mas multifacetados em suas culturas, *status* sociais e profissionais. Deles faziam parte artífices de várias naturezas que deixavam tudo para trás para se aventurar em busca das riquezas “fáceis”.

Figura 4 – Mapa das migrações para a Amazônia



Fonte: MARTINS, Dora; VANALLI, Sonia. Migrantes. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.42.

O Mapa mostra as direções das migrações internas no Brasil de acordo com os mais variados incentivos, interesses e propagação de projetos a serem realizados, além dos inúmeros problemas sociais que assolam o país, como crises que se sucedem e que forcem enormes

contingentes de homens e mulheres a se deslocar de seus lugares de origem em direção a novos espaços que lhes possam proporcionar vidas melhores.

Os trabalhadores que chegam à Amazônia na busca da fartura encontram a fome; na busca da terra livre, encontram a terra cativa; na busca da dignidade, encontram a opressão; na busca da liberdade, encontram a escravidão. Essas contradições se tornam uma constante na realidade Amazônica.

Com a entrada em massa de capital em busca obsessiva por lucro, os recursos se vão e a miséria fica. É o jogo do mercado promovendo a exploração conjunta da mão de obra e das riquezas, no sentido de consolidar os vultosos lucros para o empresariado nacional e o internacional. Nesse processo de exploração, as palavras-chave são: desenvolvimento, progresso e civilização. Esses propósitos são decisivos na inculcação dessa lógica que propõe capturar o contingente regional para a ordem da exploração de suas energias. Os processos migratórios são apenas peças usadas nessa máquina que destrói tudo: a hidrografia, a flora, a fauna, a terra (solo e subsolo), a atmosfera e os próprios homens.

2.3 O surgimento dos garimpos na Amazônia

A gênese do termo garimpeiro surgiu no processo de mineração no Brasil do século XVIII, e se refere aos homens que se escondiam nas grutas das serras para extrair clandestinamente ouro e pedras preciosas das lavras cedidas aos senhores. Impedidos de credenciamento para o trabalho avulso nas datas⁶⁹, esses homens varavam os limites legais, a guarda real e, como marginais, faiscavam⁷⁰ os minérios em lugares de difícil acesso e descobriam novos veios de minérios, que logo lhes eram tomados e entregues aos mineradores legais. Assim, os termos garimpeiro, garimpo e garimpagem foram definidos num sistema de exclusão que prevalece até os dias atuais no Brasil, apesar das mudanças ocorridas no tempo.

O garimpeiro traz da sua origem o peso da tradicional divisão social imposta pela sociedade colonial e refletida no sistema da produção mineral. No ciclo do ouro colonial temos, por um lado, a mineração organizada, representada pela alta capacidade produtiva e inteiro ajuste às legalidades; por outro, temos a garimpagem, em que os trabalhadores exerciam suas atividades ilegalmente. Os garimpeiros das gerais eram mestiços, negros alforriados, aventureiros e mesmo mineradores que não obtiveram sucesso ou não puderam cumprir com os

⁶⁹ Datas - no processo de lavra de pedras preciosas e ou metais preciosos são pequenos espaços distribuídos para a extração mineral.

⁷⁰ SALOMÃO, Elmer Prata. Op. Cit. pp. 38-43.

extorsivos preços das datas.

Os garimpeiros trazem consigo, ainda hoje, muito das marcas históricas da mineração dos séculos XVII e XVIII, do Brasil Colônia. Nesse período, os garimpeiros surgiram de um extrato social fruto do controle produtivo das lavouras canavieiras, excluídos do sistema produtivo eram vistos como marginais pela sociedade. Assim, Salomão se refere sobre a formação desse contingente que constituía uma *população livre, de não escravos e não senhores, formada por mestiços, pardos, negros forros, degredados europeus, enfim todo um estrato social mantido à deriva do processo de produção nas minas e na lavoura, tidos como desclassificados, vadios*⁷¹.

A marginalização e desclassificação dos garimpeiros têm seus reflexos na economia e no seu papel social. Os garimpeiros, como descobridores dos veios minerais, expulsos da produção e geralmente expropriados do ouro extraído, remediavam-se na lavoura de subsistência condenados às condições de pobreza. A grande massa de indivíduos desenraizados, sem-terra, sem profissão constituiu, nas Minas Gerais, o gene do que foram os garimpeiros dos áureos tempos do primeiro ciclo do ouro no Brasil. Sendo a sociedade colonial extremamente estratificada, esses grupos, dos quais se originaram os garimpeiros, jamais alcançaram alguma colocação que proporcionasse mudança nas suas condições de desclassificados sociais⁷².

Há várias similaridades entre épocas julgadas tão diferentes. Isto é, tanto no ciclo do ouro dos tempos coloniais quanto no recente ciclo Amazônico, os garimpeiros são originados do mecanismo de concentração de renda e desclassificação social dos desfavorecidos — enxotados das lavouras, desempregados, sem acesso legal às lavras com as leis antigas e atuais — ficando reservada a eles, devido às severas proibições, a clandestinidade.

Diante dos impasses e de suas próprias necessidades, os garimpeiros constituíam e ainda hoje constituem um ajuntamento de homens livres e pobres a desenvolver uma consciência de grupo e a estatuir normas éticas de conduta. *O grupo dos garimpeiros foi um dos mais solidários de que se teve notícia no período colonial*⁷³, e nos garimpos amazônicos criam seus códigos, suas linguagens, sua ética e até sua moral, tudo distando da sociedade que os rejeita.

Impelidos pelos rigores da fiscalização e das punições nas gerais, os garimpeiros estiveram presentes em vários pontos das capitânicas daquela época. Hoje, em busca do ouro, os garimpeiros se espalham por todo o norte do país, para onde seguem descobrindo novos focos

⁷¹ Idem. Ibidem. pp. 38-43.

⁷² Idem. p. 43.

⁷³ Idem. Ibidem. p. 44.

de minérios. Mas atrás deles vão os rigores das leis e das desapropriações dos garimpos e dos minérios encontrados. Ontem e hoje as similaridades são muitas, e entre elas estão as proibições, as perseguições e as marginalizações que chegam e levam seus sonhos, os frutos de seu trabalho e suas vidas. Vários são os impedimentos que vão do legal ao natural, das leis dos homens às leis da natureza, das proibições à fome — vista como uma maldição dos garimpos. A fome rondava as lavras das gerais e ronda parte das lavras da Amazônia.

Nas gerais os garimpeiros eram marginalizados, mas não chegavam a ser considerados bandidos. Atentos aos seus códigos próprios de conduta e pautados na lealdade e companheirismo, limitavam-se a trabalhar em terras vedadas, sendo este seu único crime, pois respeitavam a vida, os direitos e a propriedade de seus concidadãos. Quando trabalhavam sós, eram chamados (e ainda o são) de faiscadores, mas quase sempre andavam em grupo. A coesão grupal nasceu da necessidade de produzir sob condições adversas de vida e trabalho. Mesmo reprimidos e vigiados, conseguiam abrir canais clandestinos de comercialização do ouro produzido e, vez por outra, suprir-se, por esta mesma via, de alimentos básicos.

No período colonial, o garimpeiro foi tratado ao sabor dos humores dos Intendentes e Ouvidores, ora ferozmente caçado pelos capitães-do-mato, ora tolerado como agente minerador, permitindo-se até mesmo ao garimpeiro residir nas vilas. Sempre clandestinos, diferenciou-se do minerador não pelo modo — braçal e com pouca técnica — como extraía o bem mineral —, mas pela condição de ilegalidade⁷⁴.

Na história do Brasil recente, os mineradores e os garimpeiros diferem mais ainda, tanto pela desigualdade social como pelos instrumentos utilizados nas lavras. Os mineradores possuem empresas equipadas com máquinas modernas e capital para colocar seus maquinários em movimento e pagar a mão de obra dos operadores das máquinas; os garimpeiros usam, na sua maioria, as forças dos seus braços para sulcar a terra e extrair o ouro como no primeiro ciclo do ouro, apesar de alguns garimpeiros alcançarem condições para investir em máquinas. A presença das máquinas nos garimpos significa melhora da produção, mas não é sinal de melhora nas condições de trabalho que, em boa parte, continua rústico.

No ciclo antigo, o garimpeiro, como desclassificado, situava-se à margem de qualquer possibilidade de acumular capital, que se traduzia nas lavras pelo patrimônio imobilizado em escravos e pelo capital de giro necessário a mantê-los ativos. O garimpeiro dispunha apenas do seu trabalho, e com tal patrimônio não lhe era dado o favor de ingressar nas lavras. Cristalizava-se assim um modelo mineral que, *mutatis mutandis*, prevalece nos dias de hoje.

⁷⁴ *Idem. ibidem.* p. 41-45.

Mesmo tendo sido de um século e meio o tempo transcorrido entre o ciclo antigo e o recente, a atividade garimpeira permaneceu estagnada. Mas, a partir do começo do século XIX, começaram a serem forjados os meios determinantes do comportamento da garimpagem. Acrescentaram-se às práticas da mineração os instrumentos tecnológicos da engenharia, as extrações em lavras subterrâneas e a racionalização que otimizou a produção. O uso da engenharia e geologia nas minas determinou uma diferenciação entre o modo de produzir no garimpo e na mineração organizada.

As leis vieram com as mudanças e, em 1934, promulga-se o primeiro Código de Minas (Decreto nº 24.642, de 10-07-34) que reza sobre os conceitos dos trabalhos na mineração e nos garimpos, chegando a legalizá-los e tirá-los da clandestinidade e deixando sob a propriedade da união os recursos minerais⁷⁵.

No pós-Segunda Grande Guerra, a sociedade brasileira passa por mudanças significativas. A industrialização se acelera e um movimento migratório do campo para a cidade aumenta atingindo grandes proporções, o que indicava falta de trabalho nas atividades agrárias. Nesse mesmo período, começaram na Amazônia os primeiros núcleos garimpeiros importantes, em Rondônia e no Pará, na bacia do rio Tapajós, em 1958⁷⁶. Essas duas províncias minerais marcam definitivamente o advento do garimpo em larga escala na região e consagraram o garimpeiro como um dos protagonistas da história da mineração brasileira nas últimas cinco décadas do século XX⁷⁷. Foi com a descoberta de reservas minerais e a implantação de grandes projetos de exploração das riquezas amazônicas que se formou um grande contingente de garimpeiros que adentrou a floresta em busca de metais preciosos à revelia do Estado.

Rondônia e Pará são dois estados que se tornaram exemplos de cenários dos garimpos contemporâneos que tiveram destinos diferentes. Rondônia sofreu grandes interferências externas e terminou extinta por atos políticos, enquanto o Pará conseguiu se firmar como o maior produtor de ouro do país. No final dos anos 70, só o Pará continha um contingente estimado de 40.000 trabalhadores e 200 pistas de pouso em atividade simultaneamente.

A garimpagem na província mineral do Tapajós começou como aluvião, nas barrancas dos rios e riachos, mas logo inicia o uso de instrumentos tecnológicos, pequenos maquinários

⁷⁵ *Idem. Ibidem.* p. 49. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. Cit. KOVARICK, Marcos. Op. Cit.

⁷⁶ A corrida do ouro na Amazônia tem um marco definitivo com os garimpos do Tapajós que já passaram por várias fases de acordo com os métodos de trabalho, tanto do ponto de vista da produção quanto da tecnologia utilizada na produção do ouro. Desde os métodos tradicionais de exploração dos aluviões, passando para as drenagens nos leitos dos rios, crescendo o uso da tecnologia. GUERREIRO, Gabriel. **Garimpagem de ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos.** In Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: CONAGE/Marco Zero, 1984. pp. 87-89.

⁷⁷ *Idem. Ibidem.* p. 52.

(bombas de sucção - chupadeiras⁷⁸) que utilizam água para desmanchar barrancos e, ao mesmo tempo, jogar o material rico em minério (cascalho⁷⁹) para ser lavado. Essa tecnologia passa a incrementar a produção e esse modelo se torna muito popular. Essa popularização do uso de maquinários e seu incremento cria um novo modelo de garimpo: o garimpo de mergulho.

Esse processo — muito sofisticado e arriscado — compreende o uso de bombas suspensas em barças estacionárias (balsas) no meio do rio e operadas por homens com equipamentos de mergulhos. Os mergulhadores descem para o fundo do rio com duas mangueiras, sendo uma para respiração e a outra para sulcar o cascalho do fundo do rio para ser lavado na barça. Muitos mergulhadores morrem nesse processo por acidente, pois os equipamentos são precários, a correnteza do rio muito forte e porque a mangueira de sucção pode prender o mergulhador no fundo sem condições de retorno. A mangueira de ar pode, ainda, romper-se devido à fragilidade do material, ou até mesmo haver corte intencional da mangueira de respiração pelos que não desejam repartir o ouro com os mergulhadores.

⁷⁸ Chupadeiras são máquinas, conhecidas como motor-bomba, que bombeiam água em grande quantidade e velocidade levando junto terras e cascalhos e jogando-os a longas distâncias.

⁷⁹ Cascalho é um material composto por pedras e areias que contém, geralmente, minerais como o ouro e o diamante. Esse material é recolhido e lavado para retirar os minérios. Na região amazônica “cascalho” passou a ser sinônimo de dinheiro, riqueza. Exemplo: José Rodrigues chegou do garimpo cheio do cascalho.

Figura 5 – Barcaças dos garimpos de mergulho no rio Tapajós-PA



Fonte: <http://samuelcastiel.blogspot.com/2014/11/misterio-no-garimpo.html>

As primeiras balsas foram montadas no Tapajós em meados dos anos 70 e duplicaram a produção da província mineral em pouco mais de um ano.⁸⁰ Esse modelo de garimpo no Tapajós mobilizou um grande contingente de trabalhadores de várias áreas, e o aumento significativo da produção fez com que o Estado brasileiro restringisse os trabalhos dos garimpeiros com o modelo de concessão de lavra que ficou restrito às pessoas jurídicas, isto é, às empresas.

Com a marcha acelerada dos garimpos e o uso de novas tecnologias, os militares promovem mudanças nas leis da mineração. Mesmo assim, o Código de Mineração 1967⁸¹

⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 50.

⁸¹ “No ano de 1967 é editado o Código de Mineração (Decreto nº 227/67), que traz uma inovação fundamental ao contexto mineral: a suspensão prioridade antes assegurada ao proprietário do solo, Torna-se, desta forma, livre o requerimento de pesquisa mineral, não mais depende da autorização do dono da terra. São explicitados os mecanismos legais pelos quais se garantem os direitos do superficiário (indenizações por danos, dízimos e outras obrigações), e os mineradores veem-se livres dos penosos acordos prévios com os proprietários, que antes obrigatoriamente precediam aos requerimentos. Inicia-se uma nova etapa na mineração. O garimpo, contudo, inaugura uma quadra de inquietação. O Código de Mineração repetia a definição do garimpeiro e seu ofício contidos no antigo Código de Minas, só que a esta altura esta conceituação já era claramente inadequada. Os garimpos de todo o Brasil revelavam uma organização essencialmente grupal, com fortes relações verticalizadas, sendo o trabalho “por conta própria” meramente circunstancial. Embora ainda predominasse o trabalho braçal à época pela publicação da lei, em curto prazo o garimpo iniciaria a apropriação tecnológica que viria a descaracterizá-lo diante dos dispositivos legais”. SALOMÃO, Elmer Prata. Op. Cit. p. 35.

manteve quase todas as condições dos garimpeiros que já existiam no antigo Código das Minas Gerais, mudando apenas o que dizia respeito ao uso dos novos instrumentos técnicos, pois com o uso deles confundiam-se garimpeiros e mineradores. É certo que nem todo garimpeiro usa máquinas, geralmente usa instrumentos rústicos semelhantes aos do tempo da colônia. No entanto, as facilidades foram chegando e os incrementos técnicos passaram a fazer parte do dia a dia dos garimpos amazônicos.

O que continuou no novo Código foram os privilégios dos mineradores, deixando-os livres para ampliar seus espaços requeridos para suas lavras. Assim, os garimpeiros, logo que descobriam novos veios de minérios, viam suas áreas serem licenciadas para exploração das mineradoras. Há uma tradição nesse jogo de apropriação dos veios de minérios descobertos pelos garimpeiros por parte das mineradoras. Segundo João Carlos Barrozo,

Embora os engenheiros das companhias de mineração considerem os métodos dos garimpeiros "não científicos", contudo grande parte das solicitações para prospecção de áreas de mineração, por parte de empresas de mineração, só são solicitadas pelas empresas depois que os garimpeiros descobrem a ocorrência de algum mineral. São eles que descobrem as minas e depósitos minerais com seu "faro" e experiência acumulada, e transmitida aos garimpeiros nas áreas de mineração do interior do Brasil. Esta experiência se refere ao conhecimento para "descobrir" os minerais e pedras preciosas, como às técnicas e métodos de extração, garimpagem e processamento do material extraído. Chama a atenção a pouca inovação tecnológica ao longo de um período tão grande. Os garimpeiros herdavam as técnicas, sem adaptá-las ou inová-las. A exploração do diamante, posterior à do ouro, herdou os mesmos métodos, técnicas e instrumentos utilizados no garimpo e mineração do ouro.⁸²

Com essa prática de "pilhagem" dos garimpos e sem um apoio legal, ao garimpeiro restou a continuidade de sua natureza histórica, a clandestinidade. Não há amparo legal conveniente às suas descobertas e o resultado é uma luta, muitas vezes injusta e violenta entre garimpeiros e mineradores⁸³.

As lutas por espaço de mineração não desanimam a garimpagem na Amazônia. Na segunda metade dos anos 70 já é perceptível o fervilhar de garimpeiros na região, e a expansão do garimpo indica um aumento acelerado da população. A crise na estrutura da economia brasileira e a formulação de políticas para a Amazônia empurram grande parte da classe trabalhadora para alternativas de trabalhos, a mineração na região através dos garimpos torna-se uma opção estimulante. As secas no Nordeste e a miséria crônica produzida pelo sistema fundiário, além das promessas políticas de distribuição de terras,

⁸² BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela: um estudo dos garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-MT**. Tese de doutorado. Araraquara: Unesp, 1997. p. 125.

⁸³ SALOMÃO, Elmer Prata. Op. Cit. p. 50.

deslocaram contingentes significativos para a ocupação acelerada sob o olhar da geopolítica e da segurança nacional.

A política de propriedade do solo e de exploração do subsolo como projeto político de ocupação da Amazônia, o aumento do preço do ouro, em conjunto com o aumento do fluxo migratório para a região depois da conclusão das principais rodovias e o fracasso dos projetos de colonização, formaram a base para alavancar a garimpagem no final dos anos 70 — e logo houve conflito com a atuação de empresas de mineração.

Com a produção da garimpagem passando, inicialmente, como uma economia quase que totalmente despercebida ou mesmo invisível para o Estado brasileiro, grande parte da produção era desviada de forma clandestina para os países vizinhos. O relatório demonstrou a grande dimensão econômica da produção garimpeira, o que levou o Estado brasileiro (1977) a criar, através do DNPM, o Projeto Garimpos, que tinha como objetivo delimitar áreas de garimpos e implantar uma estrutura de acompanhamento das atividades garimpeiras nos estados amazônicos que mais apresentavam incidência dessas atividades — Pará, Goiás, Mato grosso, Amazonas, os antigos Territórios Federais e hoje estados de Rondônia e Roraima).

Segundo Amin Mathis,

A política para o ouro no final dos anos 70 Até então, na visão do Ministério das Minas e Energia (MME) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a garimpagem na Amazônia, interpretada como uma forma rudimentar de extração de recursos minerais, se justificava somente na sua função como indicador para ocorrências minerais, que depois da sua descoberta por garimpeiros deveria ser explorada por empresas de mineração. O direito do garimpeiro, de explorar legalmente uma jazida descoberta por ele, lhe é negado. A atividade garimpeira se expande na década de 70 na Amazônia, apesar da falta de atenção dos órgãos governamentais. [...] Preocupado com esse desenvolvimento, o DNPM criou no ano 1977 o seu Projeto Garimpo, cujo objetivo era um melhor controle dos garimpos através da destinação de áreas específicas para a garimpagem e, no segundo passo, através da implantação de medidas administrativas a fim de controlar melhor a produção dos garimpos.⁸⁴

O Projeto Garimpos passa se chamar, em 1979, de Projeto Estudos dos Garimpos Brasileiros, e fica a cargo do Conselho de Segurança Nacional ordenar, fiscalizar e controlar a produção⁸⁵. Nesse mesmo ano, o ouro se sobressaiu na produção garimpeira e tornou-se metal-símbolo dos garimpos na Amazônia. A partir daí, há um grande salto na produção aurífera e novas descobertas de veios do mineral ampliam ainda mais a população de garimpeiros.

⁸⁴ MATHIS, Amin. **Serra Pelada**. Papers do NAEA n° 050, dezembro de 1995 ISSN 15169111: Papers_naea@ufpa.br

⁸⁵ *Idem*.

A mudança na Presidência da República em 1979 e a posse de César Cals como Ministério de Minas e Energia processaram uma mudança significativa nas políticas de mineração e, com isso, uma mudança na política para incrementar a produção do ouro, levando em conta a garimpagem. Para a política mineral, que até então somente pensara a mineração via grandes projetos, a atenção dispensada à garimpagem representou uma mudança significativa, mesmo estando ela longe de ser considerada uma alternativa à mineração industrial⁸⁶.

As atividades da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgãos executores da política mineral durante o primeiro ano da gestão do ministro César Cals, realçam bem esse novo espírito da política mineral. Em virtude dessa nova política de mineração, no ano de 1979 foi criado dentro da CPRM o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Incremento à Produção Nacional de Ouro, com o objetivo de pesquisar e divulgar o potencial das jazidas secundárias de ouro na Amazônia. O Grupo de Trabalho, que apresentou o seu resultado em junho de 1980, definiu o seu trabalho como uma contribuição para a reanimação do setor mineral no Brasil e chamou a atenção do Governo para o potencial aurífero da Amazônia para evitar que empresas estrangeiras se apropriassem dessa riqueza. A CPRM também recebeu do Conselho Nacional de Mineração a tarefa de aumentar a sua atuação na organização de garimpeiros através de cooperativas⁸⁷.

Dentro do DNPM foi reorganizada a execução do Projeto de Estudo de Garimpos Brasileiros (PEGB) que, segundo o Diretor Geral do DNPM, visava ao cadastramento dos atuais garimpos, procurando conhecer o potencial mineral de cada um, com o equacionamento de providências necessárias à solução de problemas técnicos e legais, relacionados à maior eficiência da extração do bem mineral garimpado.

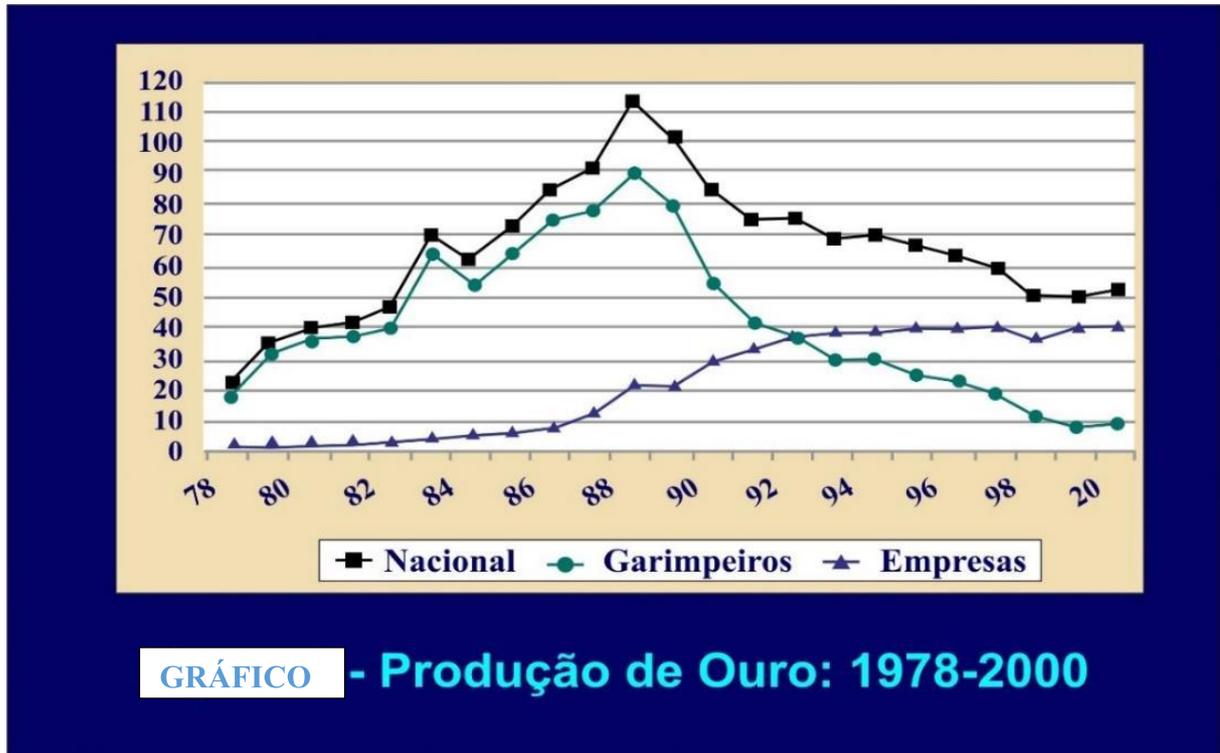
Dentro da lógica do Estado autoritário, o DNPM entendeu o PEBG também como uma contribuição para a segurança nacional, porque o baixo nível cultural das comunidades garimpeiras, a mão-de-obra barata e a falta de compromisso de ordem sociojurídica constituíam um ambiente fértil para as ideias demagógicas, podendo se transformar facilmente em fontes de problemas sociais geralmente de difícil controle⁸⁸. Era importante também que a produção do garimpo fizesse parte das estatísticas oficiais.

⁸⁶ SALOMÃO, Elmer Prata. Op. Cit. p. 35.

⁸⁷ MATHIS, Amin. Op. Cit.

⁸⁸ *Idem.*

Figura 6 – Gráfico indicador e comparativo da produção de ouro



Fonte: <http://www.bamburra.com/AuCETEM.pdf>

O gráfico mostra a curva da produção nacional de ouro no período de 1978-2000, período este que corresponde à “febre do ouro” na Amazônia — em 1977 temos uma certa liberdade no avanço dos garimpos, e a partir de 1979 começam as políticas de incentivos; no entanto, nos anos 90 há um retrocesso, com o fechamento de muitos deles —. O demonstrativo acima faz uma comparação da quantidade de ouro extraído nos garimpos com a produção das mineradoras. Os valores são medidos em toneladas, e o pico se dá nos anos 80: auge da garimpagem e descoberta de Serra Pelada.

Na década de 80 a produção do ouro se torna a mais importante nos sistemas de garimpos. Com o preço do ouro dilatado no mercado mundial, a sua busca virou obsessão e “bamburrar”⁸⁹ tornou o sonho de todo garimpeiro. Nesse período, os estados amazônicos foram palmeados pelos garimpeiros na mesma dimensão do ciclo da borracha, e os impactos foram inevitáveis.

A descoberta do garimpo de Serra Pelada, em 1979, criou um avanço considerável nos garimpos e trouxe consequências de toda sorte para a Amazônia. As grandes dimensões não

⁸⁹ **Bamburrar** significa achar um bom veio de ouro e extrair uma grande quantidade de ouro, ou simplesmente ficar rico.

ficaram apenas na produção do ouro ali encontrado, mas nas mudanças que vinham sendo implementadas no cenário da mineração, cujos resultados e consequências atingiram o cerne das relações de trabalho nos garimpos, formando uma nova forma de garimpeiro, o garimpeiro empresário⁹⁰.

Os empresários do garimpo são indivíduos que, advindos de alguns ramos econômicos formais, bem-sucedidos e de poucos garimpeiros bamburrados, animados e chamados pelo alvoroço da produção de ouro em Serra Pelada, projetaram-se como proprietários ou financiadores de barrancos dotados de equipamentos e máquinas nas atividades garimpeiras, além da manutenção com alimentos e pagamentos da mão-de-obra rotativa (diaristas). Esses empresários tornaram-se os barões dos garimpos, controlando, junto com as forças militares, a distribuição dos barrancos (lavras), as formas de controle da mão-de-obra, as regras dos garimpos, fazendo com que se restringisse a eles o grupo dos verdadeiros bamburrados⁹¹.

Serra Pelada, pelas suas dimensões e influências, promove o grande *boom* dos garimpos amazônicos. É com Serra Pelada que uma avalanche de homens e mulheres passa a integrar a vida dos garimpos e de alguma forma buscar o bamburro. Uns vão comercializar nas proximidades dos garimpos, outros vão trabalhar nos transportes, outros vão ser capatazes, mas a maioria vai fazer parte dos “formigueiros” nas “bocas” das lavras.

Em pouco menos de seis meses da descoberta da mina de Serra Pelada, a visão do garimpo é comparada a um formigueiro humano. Naquela imensidão desprovida de qualquer base de infraestrutura, a euforia dos garimpeiros, com a expectativa do bamburro, contaminou as mídias de toda natureza com suas narrativas vantajosas do enriquecimento rápido. Os jornais televisivos, os jornais escritos, as revistas, documentários e filmes encontraram o cenário de Serra Pelada perfeito para suas investidas e produção de uma animação social contaminadora dos desejos capitalistas de acumulação e consumo. Essa ideologia se expandiu facilmente por toda a região que, naquele momento, integrava-se ao sistema de mercado de capitais como nova fronteira de recursos do país.

Serra Pelada despontou como garimpo clandestino igual a tantos outros na Amazônia, mas a mão invisível do Estado logo se fez presente diante da riqueza do garimpo com o simples intuito de controlar a produção, evitar o contrabando e controlar ideologicamente aquela massa de garimpeiros “antes que os comunistas o façam”. Isso se estendeu para outros garimpos, como o Cumaru, sendo que ambos foram estabelecidos nas imediações do Projeto Ferro Carajás. Ali,

⁹⁰ *Idem. Ibidem.* pp. 236-237.

⁹¹ KOTSCHO, Ricardo. pp. 36-46.

os cuidados da vigilância tinham que ser maiores. Daí em diante Serra Pelada sofreu um controle total do Estado que ia desde a entrada e saída de pessoal, distribuição das catas (datas - barrancos), as relações de trabalho, o comércio, monopólio na compra da produção até o comportamento dos garimpeiros. Tudo estava sob os olhos atentos da “segurança nacional”⁹².

Sob o comando do Major “Curió”, ex-comandante das forças que lutaram na Guerrilha do Araguaia, o sistema de controle dos garimpos não foi um modelo implantado nos garimpos em grande escala. O que podemos dizer é que Serra Pelada foi uma das poucas exceções onde o Estado brasileiro se fez presente como seu olhar fiscalizador. Fora de Serra Pelada, o que existiam eram pequenos garimpos clandestinos em que uma massa humana dispersa fervilhava na Amazônia em busca da “sorte grande” de bamburrar.

A partir de 1980, proliferaram-se os garimpos de ouro⁹³ — Cumarú-PA, Castelo de Sonhos-PA, Peixoto de Azevedo-MT, Piacai-MT, Pista do Marajá-RR, Pista da Malária-RR — em todas as direções e para além dos limites territoriais da Amazônia brasileira. Outros países amazônicos fronteiriços experimentaram e continuam com suas experiências da “febre do ouro”, onde garimpeiros se agrupam para explorar, arrancando das entranhas da terra, o metal precioso.

Elmer Prata Salomão ao fazer sua análise sobre o ato de garimpar, assim se expressa:

garimpar não é mais uma atividade quase invisível, executada por homens rudes e aventureiros; é um dos mais importantes modos de extração mineral no Brasil de hoje, responsável por mais de 10% da produção mineral brasileira. A apreensão decorre de que, apesar da enorme expansão dos últimos anos e da riqueza que gera, o indivíduo garimpeiro continua cada vez mais pobre, mais distante do seu realizar como trabalhador.⁹⁴

No contexto da garimpagem na Amazônia, o autor consegue uma síntese esplêndida, quanto ao conjunto dos espectros das condições humanas na garimpagem amazônica.

A Amazônia é o domínio do garimpo contemporâneo e o ouro, seu brasão. No afã de enriquecer ou simplesmente trabalhar, misturam-se desempregados, marginais, empresários de todos os tipos, o próprio governo, compondo um painel ao mesmo tempo sociologicamente rico e triste. Rico porque esta complexa interdigitação de interesses e ambições reedita sagas passadas, ebule, produz. Mas triste e preocupante

⁹² SALOMÃO, Elmer Prata. **O ofício e a condição de garimpar**. In FIGUEIREDO, Bernardino R. e outros. **Em busca do ouro: Garimpos e garimpeiros no Brasil**. São Paulo, SP: CONAGE/editora Marco Zero, 1984. pp. 60-62.

⁹³ Em toda a Amazônia foram registrados em torno de 2.500 garimpos clandestinos, sendo que 1.453 ficam na Amazônia brasileira. Pará e Mato Grosso lideram na presença de garimpos de ouro. O Vale do Tapajós é uma das regiões mais ricas em ouro do Brasil. Os garimpeiros estimam em 500 o número de locais de exploração ativo na região. A maioria deles é ilegal.

⁹⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 35

porque toma caminhos de exploração do homem e da natureza, rumo para a violência e descaracterização, tangido pela manipulação política e pela ambição desmedida.⁹⁵

As relações dos garimpeiros clandestinos com o contingente tradicional que já habitava a floresta, com os contingentes de trabalhadores urbanos da região, com os grandes programas de ocupação, colonização e exploração da Amazônia brasileira são de fundamental importância para entender sua própria composição, seu papel social na história da região e para a compreensão do *modus vivendi* e *modus operandi* desses trabalhadores dos garimpos, que se metamorfoseiam como estratégia de sobrevivência e de luta contra as forças do capital que tudo quer, tudo explora e de tudo se apropria.

O mudar de vida no ciclo do ouro é aproximar o homem comum às aspirações do capital quando o garimpeiro se torna um consumidor. Fugindo da opressão do capital no campo e buscando uma condição que fique acima da condição de trabalhador assalariado formal, com essa fé de tornar-se autônomo, nos garimpos se reencontra com a exploração capitalista como detentor da nova ordem a ser seguida e defendida como ideologia e como sistema que se implanta de forma definitiva na região.

2.4 A mineração na Amazônia: o Estado, os incentivos e os grandes programas e projetos

Os garimpos na Amazônia surgiram a partir do final da década de 50, na bacia do rio Tapajós-PA e no estado de Rondônia, antes mesmo das descobertas das grandes reservas de minérios pelas empresas que, posteriormente, encarregaram-se das pesquisas. A existência de garimpos já era um indício de que depósitos minerais existiam na região.

Com a consumação do golpe militar de 1964 e a presença de empresas multinacionais interessadas nas riquezas minerais brasileiras, houve uma intensificação das pesquisas geológicas na Amazônia, especialmente na sua porção oriental, onde importantes reservas minerais foram localizadas. As multinacionais americanas foram as maiores responsáveis pelas descobertas das grandes reservas minerais na Amazônia Oriental. Em 1966, a Codim, subsidiária da Union Carbide – uma empresa norte-americana produtora e distribuidora de produtos químicos –, descobriu reservas de manganês na serra do Sereno (Marabá-PA), e, em 1967, a United States Steel – empresa multinacional norte-americana produtora de aço –, através da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração, detectou as

⁹⁵ *Idem.* pp. 35.

reservas de ferro na Serra Arqueada (Carajás, com 18 bilhões de toneladas) e de manganês em Buritirama. Desde 1968, a região de Carajás vinha sendo estudada também pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) — empresa estatal brasileira especializada em exploração de minérios no Brasil. Em 1969, foram descobertas as reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná, com 1,1 bilhão de toneladas. Em 1970, os estudos passaram a ser efetuados pela AMZA (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (com 49,1% das ações).⁹⁶

Figura 7 – As reservas minerais na Amazônia brasileira, também chamadas de províncias minerais



Fonte: Mapa elaborado pela Ética Editora sob orientação do autor (23/03/2016)

Com essas descobertas e o seu uso como garantia de empréstimos internacionais, o Governo Federal promoveu uma mudança na Constituição (1967), sendo criado o Código de

⁹⁶ COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007. pp. 80.

Minas, estabelecendo que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituíam propriedade distinta do solo quando se tratasse de exploração ou aproveitamento industrial. Esta medida foi acompanhada de outras que criaram a figura da empresa de mineração (sociedade organizada no país, independente da origem do capital) e garantiram o predomínio do setor privado, deixando ao Estado o papel suplementar.

O governo Militar, ainda que sob um discurso de segurança nacional, colocava os recursos minerais brasileiros à disposição dos capitais internacionais. A Amazônia entra nesse circuito, sendo que para isso houvesse mudança na legislação mineral, somando-se a outras medidas, como o Estatuto da Terra e o estabelecimento dos incentivos fiscais, no sentido de sedimentar as bases de um novo e importante papel que a região cumpriria na acumulação capitalista brasileira, em sua concordância com a dinâmica do capital em nível mundial. O seu presente e seu futuro estavam selados, sendo o seu destino tornar-se uma mera fornecedora de produtos naturais, particularmente minerais e intensivos em energia⁹⁷. As descobertas minerais exigiam o controle direto da região por parte do executivo federal. Não se aceitariam contestações.

Aqui entendemos a tomada de grandes extensões de terras pelo governo federal (processo de federalização das terras), até então sob o controle dos governos estaduais. A decisão de ter como centro a mineração (baseada principalmente em Tucuruí-Albrás-Carajás) e alguns poucos produtos exportáveis foi tomada fora da região e levando em consideração os interesses dos grandes capitais, incluindo acentuadamente os interesses multinacionais⁹⁸.

Essa complexa estrutura de relações entra na Amazônia “da noite para o dia” sem medir esforços e sem medir os impactos ambientais e socioculturais no seio de uma emaranhada integração de homens e ecossistemas construída numa relação de adaptações entre homens e natureza na longa duração da história da Amazônia. O Estado, à distância, planejou seus programas e projetos para que o capital nacional e o estrangeiro entrassem sem resistências nesse “novo mundo” e se estabelecessem e fizessem o serviço completo de apropriação e expropriação das terras e as transformassem em objetos de mercado. Nesse ínterim, a mineração só se estabelece com a junção dos capitais estrangeiro e nacional aliados às empresas estatais. O Estado tomou para si o ônus da infraestrutura e investimentos a longo prazo. Enquanto isso,

⁹⁷ Os minerais e a energia são exportados com as formas de beneficiamento prévio com altos gastos de energias como a do carvão vegetal, no caso do ferro-gusa, e ou energia elétrica, como no caso da produção do alumínio. KELLY, Brian & LONDON, Mark. **Amazônia: um grito de alerta**. Rio de Janeiro: Record, 1983. pp. 19-33.

⁹⁸ Ciência & Tecnologia UNIVERSIDADE E SOCIEDADE DF, ano XXI, nº 49, janeiro de 2012. p.39.

o capital privado usufruía dos incentivos fiscais, dos financiamentos subsidiados a juros baixíssimos e de toda uma jurisdição que foi construída com a finalidade de explorar os recursos naturais e de industrializar a Amazônia.

As razões do Estado e do capital privado são a integração regional e a integração da indústria-agricultura, recursos minerais e a ampliação do consumo. Expandir a integração nacional, naquele momento é integrar a Amazônia, internacionalizar seus recursos e proletarizar sua população. Para isso, os incentivos à migração foram importantes, pois o aumento da população significava mais mão de obra disponível. Tanto para a migração de capitais como para os fluxos migratórios, os minérios serviram de iscas. Os garimpos clandestinos ficaram para os pobres, e as concessões de exploração mineral e os latifúndios para as empresas.

O ápice das intenções desenvolvimentistas dos governos militares com relação à Amazônia foi a chamada “Operação Amazônia”. Tudo começou com um substancial encontro de empresários e políticos a bordo de um navio de cruzeiro (Rosa da Fonseca) navegando pelo rio Amazonas, em dezembro de 1966. Durante a viagem foram apresentadas as estratégias, os interesses e objetivos do projeto governamental de ocupação e exploração econômica da região, no sentido de conquistar a adesão do empresariado brasileiro para investir na Amazônia. No entanto, os empresários já tinham sua posição definida de acordo com o propósito do capital: “só investir se o lucro for certo”⁹⁹. Oliveira relata;

Estavam a bordo do Rosa da Fonseca João Gonçalves de Souza, Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Órgão Regionais, Gen. Luiz Mendes da Silva, Governador do Território do Amapá (hoje Estado), Otávio Lage de Siqueira, Governador do Estado de Goiás, Pedro Pedrossian, Governador do estado do Mato Grosso, Tem. Cel. João Carlos Mader, Governador do Território de Rondônia (hoje Estado), Iris Meimberg, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Jorge Kalume, Governador do Estado do Acre, Arthur Cesar Ferreira Reis, Governador do Estado do Amazonas, Djalma Tenório Brito, pelo Governador do Estado do Maranhão, Cel. Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado do Pará, Tem. Cel. Dilermando Cunha da Rocha, Governador do Território de Roraima (hoje Estado), Thomaz Pompeu de Souza Brasil neto, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, ex-Deputado paulista Sergio Cardoso de Almeida empresário do Agronegócio de São Paulo.¹⁰⁰

As afirmativas do Governo foram generosas e o resultado da reunião foi de que os participantes da viagem tinham “... conseguido o milagre de redescobrir a Amazônia para as lideranças empresariais brasileiras, que despertavam, assim, não apenas um dever de ocupação, mas, também, para oportunidades novas de bons negócios numa terra tão virgem quanto

⁹⁹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. pp. 29-30

¹⁰⁰ *Idem.* p. 36.

rica....”¹⁰¹. Enquanto o representante do Governo e idealizador do encontro, o Ministro João Gonçalves de Souza, responsável pela Coordenação dos Organismos Regionais do Governo Castelo Branco, dizia que “a bordo do Rosa da Fonseca abriu perspectivas para o futuro, pois revelara ao capital nacional uma Amazônia cheia de oportunidades e fornecera aos governos estaduais e ao próprio governo federal indicações para uma política mais realista de ocupação da região”¹⁰².

A síntese dessa convocação foi traduzida no relatório de bordo distribuído pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais aos integrantes do “Grande Encontro”:

1) Promover e facilitar relações entre autoridades e investidores; 2) Proporcionar o intercâmbio de ideias e sugestões de ordem prática para resolver os problemas da Amazônia; 3) Possibilitar a concretização a curto e médio prazo, de projetos e investimentos com capitais do Centro-Sul; 4) Proporcionar oportunidades para identificar erros de perspectivas, de políticas e de processos; 5) Criar uma nova mentalidade pioneira; 6) Criar a possibilidade de somar esforços políticos e privados num mesmo programa de trabalho; e 7) Consagrar a tese de que a ocupação da Amazônia deve ser feita por brasileiros.¹⁰³

O ministro João Gonçalves saudou seus convidados e mostrou para que vieram, e assim começou a “Declaração da Amazônia”:

Governo e homens de empresa do Brasil, reunidos sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de reservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita.¹⁰⁴

Mas o tom do discurso não foi o de valorizar o homem que a habitava, mas o de criar as possibilidades da acumulação do capital e o de entregar a Amazônia aos empresários. Como disse o Ministro: *A Amazônia deve ter uma ocupação brasileira realizada por brasileiros, numa jornada em que caberá ao empresariado nacional o cargo maior*. Isto é, a coragem empresarial foi estimulada pelas condições facilitadas de acumulação. Além disso, o apelo ao pioneirismo patriótico, as riquezas potenciais e a vastidão de terras servindo como garantia saltaram aos olhos dos investidores. Então, o empresário Sérgio Cardoso de Almeida acenou com sua máxima: *Ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro para ganhar mais*

¹⁰¹ Idem. pp. 29-39.

¹⁰² Idem. Ibidem. pp. 29-39.

¹⁰³ Idem. Ibidem. p. 33.

¹⁰⁴ Idem. Ibidem. pp. 34-35.

*dinheiro, pois essa é a maneira de atender à patriótica convocação de ocupação brasileira na Amazônia*¹⁰⁵.

O maior compromisso do Estado era o de mobilizar todas as forças vivas do país visando atrair para a região amazônica empreendimentos de qualquer natureza e a qualquer custo, indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre as providências iniciais e básicas, o Estado lançou o expediente dos incentivos fiscais e a criação de órgãos financeiros e substituição de outros¹⁰⁶. O conjunto formado por SUDAM-FIDAM-BASA¹⁰⁷ tornou-se o sistema organizador das finanças públicas para angariar recursos e administrar os incentivos de deduções fiscais do desenvolvimento da Amazônia quanto aos projetos e programas de interesse para a industrialização e exportação dos recursos naturais.

Nesse arrojado em busca da industrialização da Amazônia, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi implantada e se tornou o primeiro parque industrial da região com a convicção de ser um polo de cooperação tecnológica e primeira iniciativa de industrialização acelerada da Amazônia. A SUFRAMA também foi implantada com os incentivos fiscais de toda ordem, fazendo parte da chamada “Operação Amazônia” de ocupação, integração e desenvolvimento.

De antemão, já ficava a cargo do Estado, como contrapartida para que os empresários nacionais e estrangeiros aderissem à “Operação Amazônia”, a construção de uma complexa infraestrutura, como indústria de base, estradas de rodagem, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas, aeroportos, uma rede de comunicações, uma estrutura bancária e volumosos incentivos fiscais.

Com essa base, o empresariado aderiu à operação, e desta adesão nasceram os processos de expropriação de terras indígenas, das terras dos posseiros, das terras públicas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. Essa adesão do grande monopólio capitalista e sua apropriação em grande escala das terras amazônicas deu origem aos conflitos com os indígenas, com os posseiros e com os garimpeiros. Foram por essas razões, entre outras, que na nova fronteira os capitalistas que investiram na Amazônia, sobretudo em projetos agropecuários, ficaram conhecidos e chamados de “paulistas” ou “sulistas” pela população da Amazônia. “Paulista” ou “sulista”, com suas “parafernalias” tecnológicas, nas representações mentais dos amazônidas, são uma espécie apocalíptica que eles chamam de “besta fera”. “Besta fera” é um personagem do imaginário popular

¹⁰⁵ Idem. Ibidem. p. 34.

¹⁰⁶ Idem. Ibidem. p. 36.

¹⁰⁷ Esses três órgãos se tornaram responsáveis pela base econômica e de planejamento dos investimentos na região Amazônica para viabilizar as políticas públicas em infraestrutura para a industrialização, extração, beneficiamento e comercialização dos produtos minerais e produção agrícola. Idem. pp. 37-38.

portador do mal que traz o sinal dos “fins dos tempos”. Esse personagem figurativo se torna também profético para as populações tradicionais em que tudo que toca traz a maldição para todos. Assim, os representantes do capital que chegou ao campo com a grilagem, a discórdia e a violência; para os camponeses são a própria “besta fera”¹⁰⁸.

Atropelar toda forma lógica de vida que não seja a do mercado marca a prática das relações capitalistas no seu processo de expansão e reprodução do capital, principalmente em zonas de fronteiras. No Brasil, houve uma ação clara contra os trabalhadores e a camuflagem da entrega das riquezas minerais, sobretudo da Amazônia, sob a forma de alianças do capital nacional e internacional embrulhado com a bandeira de um falso nacionalismo, acobertado pelo sistema da força de segurança nacional e forjado pela intimidação da Guerrilha do Araguaia, que continuava “presente e operante”¹⁰⁹.

Nesta geopolítica, o Estado autoritário fez duas soldagens sociais fundamentais para a compreensão da Amazônia e do próprio Brasil no período de 1960 aos anos 90: a primeira soldou, a nível interno, os “aparentes” interesses contraditórios entre a burguesia nacional nascente e o capital estrangeiro — esta contradição era a força propulsora dos movimentos nacionalistas na América Latina —; e a segunda soldagem, a nível nacional, uniu os “aparentes” interesses entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, tornando latifundiários os “jovens empresários industriais”, sempre ligados ao empresariado estrangeiro¹¹⁰.

Além dos já conhecidos planos para a exploração dos minérios da Serra dos Carajás, a ser executada por um Conselho Interministerial, há também o Programa de Desenvolvimento Integrado Araguaia/Tocantins – Prodiat – que prevê a produção na área do Getat – Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins, de alimentos para 100 milhões de pessoas, destinados à exportação, em convênio com o BIRD. (...) Na esteira da sigla SUDAM, vieram o Bradesco, o Banco Econômico, Volkswagen, os Lunardelli, grandes grupos que recebiam terras e recursos do Governo Federal para levar o milagre econômico ao campo.¹¹¹

A compreensão dessas alianças é fundamental para a análise do processo de

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. p. 33.

¹⁰⁹ SILVA, Wellington Sampaio da. **A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. João Pessoa – PB: Universidade Federal da Paraíba, Dissertação de Mestrado, 2008. pp. 98-103.

¹¹⁰ O capital estrangeiro se torna presente nos grandes projetos implantados na Amazônia de várias formas. Uma delas é se associando aos consórcios empresariais que se instalaram na indústria da região como na ALUNORTE Alumínio do Norte do Brasil S/A Com a participação da CVRD (60%) e Nipon Amazon Aluminum Co. (NAAC) (32%); Consórcio ALUMAR – Projeto São Luís – Com participação de ALCOA (60%) e Billiton-Shell. COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 75 - 96.

¹¹¹ KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflitos de terras na Araguaia/Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp. 18-19.

internacionalização da economia brasileira e, conseqüentemente, da internacionalização da burguesia brasileira de modo a minimizar de vez a tese do “nacionalismo” ou da própria “revolução burguesa nacional”, pois esta transformação operava-se no seio de uma economia global. Entretanto, o sistema ideológico do governo militar seria sustentado sobre o falso nacionalismo da ocupação da Amazônia; na realidade estavam assentando-se as bases das alianças que marcaram esta etapa recente do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Outro fator importante para essa integração foi a criação de uma estrutura de comunicações. Os meios de comunicação desempenharam o papel de difundir as inovações tecnológicas que representavam o desenvolvimento e o progresso como único caminho a ser seguido e que chegava de forma quase instantânea na vida cotidiana da Amazônia. As redes de comunicações, também significando as inovações tecnológicas (televisão, rádios, telefones), exerceram a função estratégica de difundir a ideologia da economia de mercado justificando a necessidade do novo modelo de sociedade que seria assimilado pela população local.

Nas propagandas massivas, a interpretação do espaço vazio amazônico servia aos interesses do grande capital (nacional e internacional), que se associava ao Estado brasileiro para explorar as riquezas naturais amazônicas.¹¹² Concomitantemente, uma população que vivia integrada ao ambiente da floresta e que baseava sua produção no extrativismo manual viu-se tragada e empurrada para as relações de mercado, tornando-se também uma mercadoria como mão de obra assalariada no mercado de trabalho.

No novo “tempo da Amazônia”, as instituições econômicas e as novas políticas públicas vão sendo implantadas de forma contínua, segundo a programação da ocupação regional. Temos uma sequência de acontecimentos que se sucedem de forma ordenada, principalmente a partir de 1969.

Em 1969 é criada a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao Ministério de Minas e Energias, para executar pesquisas e levantamentos básicos de geologia. Seguindo a lógica do capital nacional e internacional, em 1970 a Steel e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) associam-se para explorar o ferro de Carajás, sob a denominação de Amazônia Mineração S/A – AMZA, enquanto em 1971 a CVRD funda sua subsidiária DOCEGEO para pesquisar outros bens minerais, fugindo à dependência do comércio exclusivo do ferro.¹¹³

As novas empresas que são criadas vão suprir as empresas estrangeiras que estão de retirada da Amazônia. Os motivos são a continuação das pesquisas sobre os potenciais minerais

¹¹² Ciência & Tecnologia 36 - DF, ano XXI, nº 49, janeiro de 2012. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.

¹¹³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. p. 72.

em quantidade e diversidade existentes, principalmente na Amazônia Oriental. Logo os mananciais são revelados e os projetos são alavancados em ritmo acelerado para a exploração e exportação dos minérios.

Assim, sem motivos aparentes, mas justificado pela crise do petróleo, no começo da década de 70 do século XX as multinacionais retiram-se provisoriamente da pesquisa na Amazônia, sendo que as empresas, ao se retirarem da Amazônia, levam altas indenizações — a US Steel, ao se retirar do consórcio com a CVRD, recebeu como indenização o montante de 50 milhões de dólares —. Daí em diante, os levantamentos básicos ficaram a cargo de órgãos estatais como CPRM e DOCEGEO. A presença dos E.U.A. continua interferindo no trabalho de mapeamento básico efetuado pelo projeto RADAM¹¹⁴, cobrindo as áreas de geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra — esse processo de rastreamento é realizado com um convênio entre Brasil e EUA)¹¹⁵.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão normativo para todos os assuntos minerais do Ministério das Minas e Energia (MME), esteve presente nas negociações das concessões das reservas minerais. O DNPM é um órgão fiscalizador, mas estava alinhado ao poder do capital e contra as explorações nos garimpos. As políticas públicas para a Amazônia são pautadas na exploração do minério, embora o discurso se alargue por várias dimensões dos projetos programados para a região e as concessões de lavras se destinam aos grandes consórcios de exploração.

Para implantação do PGC, em 1974 a AMZA obtém o direito de lavra para toda a região de Carajás (10.000 ha), e para responder às necessidades energéticas, em 1978 a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, inicia a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, fundamental na infraestrutura de exploração dos minérios de Carajás. No início dos anos 80 do século XX, iniciam-se as obras da ferrovia, do porto e da mineração. Os projetos adjacentes de metalurgia em conjunto com as madeireiras promovem desmatamento para a criação de uma monocultura florestal — chamada de “reflorestamento” para que se pudesse explorar livremente a floresta nativa sem os entraves burocráticos e se livrar das críticas sobre destruição da natureza¹¹⁶.

O Governo Federal já possuía muitas informações acumuladas nas duas décadas anteriores aos anos 80 quando a mineração dá seus primeiros e grandes passos.

¹¹⁴ Em 1965, como resultado de uma estreita associação entre a NASA e a CNAE – Comissão Nacional de Atividades Espaciais, foi iniciado no Brasil um programa para a implementação de pesquisas no campo da aplicação do sensoriamento remoto para levantamentos de recursos naturais chamado RADAM. Oficina de Textos. <https://www.ofitexto.com.br/comunitexto/projeto-radam-e-descoberta-de-um-novo-brasil/>

¹¹⁵ *Idem.*

¹¹⁶ COTA, Raymundo Garcia. Op. Cit. p. 70.

A província metalogenética do Grande Carajás, a bauxita da Amazônia (Trombetas, Paragominas), a energia de Tucuruí e a riqueza florestal da região (efetiva e potencial, em áreas específicas incluindo o babaçu) permitem-nos a mobilização industrial em escala planetária, de pelo menos dois grandes metais: ferro e alumínio¹¹⁷.

A província mineral de Carajás proporcionou uma nova divisão política da Amazônia em Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental. A Amazônia Oriental, onde se encontravam as maiores jazidas minerais do planeta até então descobertas, passou a ser referência da cobiça internacional e área do PGC e seus projetos agregados.

O Programa Grande Carajás (PGC) identifica-se com a *Amazônia Oriental* e tem como base um documento intitulado *Um Projeto Nacional de Exportação*. Tem a chancela da Presidência da CVRD e data de janeiro de 1980. O documento tramitou pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e pelos ministérios até novembro de 1980, quando foi anunciado oficialmente. Criou-se o Conselho Interministerial do PGC, com sua Secretaria Executiva e com um roteiro de intenções. A abrangência do PGC compreende uma grande área da Amazônia Oriental e foi delimitada com os seguintes marcos territoriais:

entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba e acima do paralelo 8°, abrangendo partes dos estados do Pará, Goiás e Maranhão. Representa 10,6% do território brasileiro e, nos anos 80 do século XX, contava com uma população superior a 7 milhões de habitantes – 6% do total nacional¹¹⁸. Essa porção da Amazônia é a mais rica e, também, a mais cobiçada e de maiores conflitos.¹¹⁹

A Amazônia Oriental, compreendendo os estados do Amapá, Pará Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, confundia-se com o Programa Grande Carajás, pois as reservas minerais dessa região ficaram sob o controle da PGC. Já os direitos de lavras ficaram sob a tutela da Companhia Vale do Rio Doce e sua rede de empresas subsidiárias. O documento que cria o PGC explicita seus objetivos e a diversidade de ações conjuntas necessárias para a execução do complexo sistema de extração, transformação e comercialização dos minérios:

A Metal Amazon (ou qualquer outro nome que se lhe der) compreenderia basicamente a promoção e coordenação dos projetos minero-metalúrgicos da Amazônia Oriental, com a energia de Tucuruí e outras formas de energias disponíveis na região (carvão vegetal, babaçu, etc.), com o sistema logístico infra-indicado, visando a transformação das matérias-primas da área em produto de exportação de valor agregado crescente, realizando-se, assim, a otimização do uso do mesmo¹²⁰.

¹¹⁷ CVRD, *Amazônia Oriental: um projeto Nacional de Exportação*, 1980. p. 30.

¹¹⁸ CEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Relatório SEPLAN, 1982. p. 4

¹¹⁹ COTA, Raymundo Garcia. Op. Cit. p. 72.

¹²⁰ CVRD. Op. Cit. p. 6.

A SEPLAN também oferece detalhes do PGC em novo documento de 1982. Este documento explica também os objetivos da implantação do PGC e sua dimensão na economia brasileira:

Alcançar um crescimento harmônico e equilibrado das diversas regiões do País; promover a descentralização industrial; propiciar, pela geração de empregos, o redirecionamento dos fluxos migratórios internos e aumentar nossa capacidade de pagamento externo, mediante venda de minério de ferro, minerais não-ferrosos, produtos siderúrgicos, florestais, rurais e agroindustriais, agregando o máximo possível de elaboração com vistas a proteger o trabalho nacional.¹²¹

O discurso contido no documento se afasta da realidade no próprio processo de implantação da infraestrutura do PGC pelo Governo Federal. Os cenários dos grandes projetos sofreram profundas transformações, principalmente em seus entornos. Necessitando de melhorias nos espaços urbanos, que cresceram de forma desordenada e em curto espaço de tempo, as respostas dos governantes não vieram na mesma velocidade, não vieram em quantidade e nem em qualidade para atender, em condições satisfatórias, àqueles que pelo êxodo rural, pela propaganda e pela vontade aventureira vieram criar e mesmo inchar as cidades amazônicas.

Cidades como São Luís (MA), que era uma cidade colonial; Tucuruí, que era uma minúscula cidade de 5.000 habitantes em 1982, o núcleo de Carajás (PA); Marabá (PA), um pequeno burgo de cerca de 30.000 habitantes em 1970; Vila do Conde, no município de Barcarena (PA); e a cidade de Imperatriz (MA), todas foram influenciadas com o PGC, e mesmo com alguns benefícios dos grandes projetos, não conseguiram superar seus problemas estruturais e sociais. Cresceram e não se ajustaram à modernidade prometida.¹²²

O PGC e os seus grandes projetos não absorveram uma quantidade de mão de obra que pudesse amenizar os problemas do desemprego. Ao contrário dos seus próprios objetivos, houve a liberação de mão de obra no campo, promovendo uma onda migratória (o Êxodo Rural) que acabou por agravar a situação das cidades — agora com uma periferia degradada, favelada e violenta. As várias empresas que chegaram, tanto industriais como agrícolas, foram beneficiadas com subsídios fiscais e com infraestruturas apropriadas para extrair os recursos naturais e exportá-los de forma *in natura* ou com agregação de valores usando os recursos energéticos e técnicos locais. Mas pouco se fez para a população que ficou à margem desse processo.

As empresas que se estabeleceram na região foram ligadas à produção primária e de forma intensiva, tanto na mineração como na produção de alimentos e na produção de energia.

¹²¹ CEPLAN. Op. Cit. p. 4.

¹²² COTA, Raymundo Garcia. Op. Cit. p. 72.

Todas elas ocuparam grandes extensões de terra e isso proporcionou alguns problemas cruciais para a sociedade de entorno. A existência de trabalho escravo e de trabalho infantil, as degradações ambientais e os grandes conflitos sociais no campo envolvendo índios, posseiros, ribeirinhos, garimpeiros e extrativistas são consequências da forma de ocupação e exploração dos recursos da região.

A situação fundiária na área de abrangência do PGC é um desses problemas insolúveis. Verifica-se que o quadro de ocupação de terras na região é semelhante àquele que acontece em outras regiões, moldado pela incerteza quanto aos títulos de propriedade, pelos fenômenos de açambarcamento de terras por especuladores (grileiros) e de penetração desordenada de pequenos agricultores (posseiros) em busca de novas áreas de terras públicas (do Governo) não tituladas, interditas ou reservas para outros fins¹²³.

A falta de regularização está se traduzindo, no plano social, por uma crescente exploração de pequenos posseiros, por grileiros e exploração predatória. Sem um título de domínio regularizado, o posseiro, grande e pequeno, não tem acesso ao crédito nem qualquer incentivo para fazer investimentos no seu imóvel, preservando, assim, os recursos existentes. Em tais condições, sua tendência natural é a de estabelecer uma exploração extensiva, investindo pouco e reduzindo ao mínimo os gastos de exploração.¹²⁴

Os problemas fundiários foi uma via escolhida pela elite econômica como estratégia para dificultar o acesso à terra aos que já estavam reservados como força de trabalho. A especulação fundiária se traduz na violência e na expulsão dos camponeses. A Reforma Agrária e o Estatuto da Terra foram prometidos, mas não para se tornarem realidades. As terras já tinham destino certo: buscar investimentos de capitais. O Governo Militar para dinamizar a região para o capital (mineral e agropecuário / nacional e estrangeiro), aproveitou o fato que ele mesmo chamou de Guerrilha do Araguaia, para “limpar a área”, militarizando a questão agrária.

O resultado foi o acirramento dos conflitos agrários, trazidos pela abertura da Amazônia ao grande capital, sendo que a Amazônia Oriental foi a porção mais atingida, também por ser a mais rica e cobiçada. Na distribuição de propriedades, o solo ficou para as empresas do agronegócio, e a propriedade do subsolo ficou para as empresas mineradoras.

O governo planejara a corrida pelos recursos da Amazônia:

O II PND assumiu de fato e definitivamente a Amazônia como “fronteira de recursos naturais”, destacadamente minerais; ou seja, colônia fornecedora de matéria-prima

¹²³ HIDROSERVICE. **Plano Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins**. Belém: 1977. pp. 32-48.

¹²⁴ *Idem*. pp. 32-48.

bruta aos países imperialistas. Essa mudança, já esboçada desde meados dos anos 1960, agora ganhava mais importância e concretude. Um programa referência dessa nova postura foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia (1974), destinado a ocupar os “espaços vazios e à utilização dos eixos viários articulando-se aos projetos de desenvolvimento setorial nas áreas preferenciais”¹²⁵

O II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1975-1979)¹²⁶ foi um conjunto de medidas econômicas necessárias, segundo o governo, para enfrentar as crises da década de 70 que, de acordo com o momento histórico, vão estabelecer e definir as regras do modelo de industrialização, do papel das empresas estatais, nacionais e estrangeiras, do tratamento ao capital estrangeiro, da maior ou menor autonomia nas decisões econômicas por parte do Estado brasileiro frente aos centros capitalistas industriais e financeiros, e das possibilidades de participação popular e da política salarial. Com II PND encerra-se uma fase do modelo de industrialização capitalista introduzido no Brasil a partir da instalação da indústria pesada com o Plano de Metas e a forma de promover o endividamento externo. Isto é, determina, de uma vez por todas, o acirramento da dependência brasileira, tanto industrial como financeira, que vai redundar na crise da dívida externa na década de 1980 e na posterior adesão às políticas neoliberais, perpetuadas até os dias de hoje.¹²⁷

Esse PND tem como ponto central as exportações. Dizendo que “o importar é o que importa”, promovia as exportações de commodities, principalmente de produtos agrícolas e minérios. Nesse período, as atenções voltavam-se principalmente para a mineração que se concentrava na exploração do ferro de Carajás, e, secundariamente, na bauxita do rio Trombetas¹²⁸. Somente o investimento em Carajás era equivalente ao montante que o Plano havia programado para todos os projetos industriais e serviços em toda a Amazônia. Os investimentos em energia priorizaram a hidrelétrica de Tucuruí. Esta concentração de recursos respondia aos “interesses nacionais” na Amazônia, particularmente à busca de divisas internacionais via exploração de seus recursos naturais¹²⁹.

Na empreitada da exploração dos recursos naturais da Amazônia, formou-se um

¹²⁵ SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Relatório de 1976. pp. 46.

¹²⁶ II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico <https://www.google.com/search?q=ii+pnd+pdf&oq=II+PND&aqs=chrome.2.69j57j0l7.15740j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

¹²⁷ EARP, Daniel Gomes Tardin de Sá. **Análise do II PND**. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2015. pp. 14-19; RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. De 14 a 19 de setembro de 2015|Vitória /ES. http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf

¹²⁸ KOWARICK. Op. Cit. pp. 55-75.

¹²⁹ Ciência & Tecnologia UNIVERSIDADE E SOCIEDADE DF, ano XXI, nº 49, janeiro de 2012, p. 37.

aglomerado de empresas que se relacionavam como uma teia de suserania e vassalagem através da qual, de uma forma ou de outra, todas tiravam seu “bom bocado”, tanto das riquezas extraídas quanto dos incentivos governamentais que avolumam seus processos de acumulação. Nesse sistema não há crise. As terras amazônicas abrandaram a crise econômica brasileira, rescaldo da crise mundial do petróleo e do endividamento externo.

As principais empresas que entraram nos grandes negócios na Amazônia,

Com os grandes projetos energético-minerais, a região foi efetivamente inserida na estratégia econômica imperialista. Assim, em meados dos anos de 1970, vários projetos de grande dimensão começaram a ser implantados na Amazônia Oriental, tais como: projeto Ferro-Carajás e projetos de alumínio (Trombetas e Albrás/Alunorte). Naquele momento o mercado mundial de alumínio estava sob o controle de um cartel formado por 6 empresas: Alcoa (USA), Alcan (Canadá), Alusuisse (Suíça), Kaiser Aluminium (USA), Pechiney (França) e Reynolds (USA). Algumas dessas empresas haviam começado a promover pesquisas na Amazônia no final dos anos 1950 – foi o caso da Alcan (1963) – procurando detectar bauxita. Logo após a descoberta de bauxita no rio Trombetas (município de Oriximiná/PA), a Alcan criou uma subsidiária: a Mineração Rio do Norte (MRN). Nesse mesmo ano (1969) foi iniciado o Projeto Trombetas. Esse empreendimento teve um refluxo em 1972, retomando o nível de produção em 1976/77. Nesse intervalo de tempo, mas precisamente em 1973/74, essa empresa foi reorganizada a partir de um acordo entre Alcan/CVRD, o que levou à incorporação de várias empresas como acionistas – sendo que apenas três eram nacionais, as demais eram estrangeiras. O Ferro-Carajás ficou sob a responsabilidade exclusiva da CVRD a partir de 1977, quando essa empresa adquiriu as ações da US Steel, com “apoio” do Banco Mundial e do Tesouro Nacional. No caso da Albrás/Alunorte, o projeto foi fruto de um acordo firmado em 1976 entre empresários japoneses do ramo da indústria de alumínio e os governos do Pará e do Brasil, resultando na criação do Complexo Industrial de Barcarena/PA. O governo brasileiro encarregou-se de oferecer a infra-estrutura necessária ao projeto, ficando o governo do Japão responsável pela tecnologia e parcela do financiamento. Esse projeto foi empreendido por um consórcio formado pela CVRD, através de sua subsidiária Valenorte, e a NAAC (Nippon Alumínio Company Ltda.), que era uma associação de 33 entidades em que o maior acionista era o OECEF (Overseas Economic Fund), órgão do governo japonês¹³⁰.

É importante entender que para todo o programa de exploração e beneficiamento dos recursos naturais é imprescindível uma infraestrutura que corresponda às necessidades de extração, transporte e beneficiamento. No caso do transporte e do beneficiamento, estradas, ferrovias e energia foram implantadas pelo Governo Federal.

Para o funcionamento das duas fábricas, era necessário um grande volume de energia elétrica. Isso levou o governo militar a construir uma mega-hidrelétrica, a de Tucuruí (fundando a estatal Eletronorte para tal), assumindo os custos para si e fornecendo a energia ao empreendimento com uma tarifa subsidiada (também fornecida para a Alumar no Maranhão), que retirava dos cofres públicos até US\$ 200 milhões anuais. O projeto Albrás iniciou sua produção em 1985. Naquele período, sua plena capacidade de produção era esperada para a ordem de 320mil t/ano, no ano de 1989.

¹³⁰ *Idem.* p. 37.

Já a Alunorte teve postergada a conclusão da sua construção em função de disputas entre a ALCAN (canadenses), ALCOA e japoneses. Afora isso, a implantação do empreendimento interessava muito mais à CVRD do que à NAAC (japoneses), uma vez que esta última objetivava centralmente a produção do alumínio primário. Isto foi evidenciado, na prática, com a saída da NAAC do projeto Alunorte em janeiro de 1987. Paralelo a isso, a ALCOA, junto com a SHELL e a construtora Camargo Corrêa montaram uma planta industrial (ALUMAR) para produzir aquilo que a Alunorte produziria. O capital que a construtora incorporou na empreitada foi exatamente o lucro que ela obtivera na construção da hidrelétrica de Tucuruí – US\$ 2 bilhões. O aprofundamento da crise econômica brasileira no final dos anos 1970 reforçou mais ainda os propósitos do governo federal para a Amazônia, culminando na criação do Programa Grande Carajás (PGC) em 24 de novembro de 1980. O Programa instituiu um regime especial de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos localizados na sua área de atuação. Sua direção administrativa coube a um conselho interministerial. A área de influência direta do PGC alcançou 10,6% do território brasileiro e mais de 240 municípios do Maranhão, Pará e Tocantins. A província mineral de Carajás e outras áreas do PGC registram grande incidência de ferro, bauxita, **ouro**, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não metálicos, o PGC originalmente estava estimado em US\$ 62 bilhões e tinha como eixo de suas atividades a mineração. O complexo da mina de Carajás (CVRD) formava a espinha dorsal do PGC.¹³¹

Afora esses programas e projetos, ou ligadas a eles, havia uma grande quantidade de mineradoras de médio e pequeno porte atuando como subsidiárias das maiores e intervindo nas áreas de garimpagens, onde seguidamente ocorriam confrontos com os garimpeiros. Quando questionadas, alegavam que receberam concessões, não mais do estado, mas das suas empresas centrais. Essas pequenas e médias empresas atuavam em várias áreas: mineração, carvoarias, guseiras, madeireiras, agroflorestais, agrobusiness, pecuária. Suas ações na exploração dos recursos naturais são integradas: uma derruba a floresta, outra tira as madeiras de lei, outras fazem o carvão, outras usam o carvão para fazer o ferro-gusa e as outras extraem os minérios para processamento. Uma produz energia elétrica, outras a usam para processar o alumínio, outras mineram, assim por diante. As pastagens, o agronegócio dos grãos, a cana, o eucalipto são complementares às outras ações de exploração que vão da produção de energia à mineração e à elaboração dos metais processados. Tudo também tem o mesmo destino. Da carne ao couro, da celulose ao ferro gusa, da soja aos minérios o fim é a exportação.

Os projetos em torno da grande mineração alinhavam-se aos interesses dos grandes capitais, marginalizando mesmo a burguesia regional, e os objetivos mais claros eram dinamizar a sangria dos recursos naturais para as grandes multinacionais através da exportação de minérios e energias utilizadas nas manufaturas do ferro-gusa, alumínio e outros produtos primários representados pelas commodities (carnes e grãos, óleos).

Na Amazônia Oriental, onde todos os olhos se puseram com pleno interesse nos recursos

¹³¹ *Idem.* p. 37.

naturais, encontram-se as seguintes principais empresas:

- Alumínio: Mineradora Santa Lucrécia, CVRD, MRN, Alcoa, RTZ, CBA.
- Argila: INCA, AZPA, Hiléia, Cialpa, Cobebafd, Landi.
- Calcário: João Santos, Sidrama, Jarí.
- Caulim: MGN, Azpa, INCA, Mendes Jr., CPRM.
- Cobre: CVRD.
- Estanho: Canopus, Rhodia, Andrade Gutierrez, Fluminorte, CVRD, Parapanema.
- Ferro: CVRD.
- Gipsita: CPRM.
- Manganês: Prometal, CVRD.
- Níquel: INCO, CVRD.
- Nefelina sienito: Comine.
- Ouro: MMT, Brasinor, Best, Wilson Uchoa, João Palmitesta, Comipa, OCA, CVRD.
- Pedra Granito: Cimoop, Brilasa.
- Pirofilita: INCA.
- Quartzo: Camargo Correa.
- Tungstênio: CVRD, Canopus, Rhodia.

Muitas dessas empresas e empresários atuam em várias áreas de mineração ao mesmo tempo. Fazem também consórcios para encamparem uma amplitude maior de concessões de lavras. Empresas estatais são bem solicitadas para os consórcios, pois os empresários já sabem que fica mais fácil para o governo aderir aos planos de exploração e ceder nas concessões. E isso não fica só na mineração. Em outras áreas, como na de energia, os consórcios são comuns e a participação do Estado com suas empresas fica mais atrativa para os investimentos privados. Já nas áreas de exploração vegetal e dos agronegócios as iniciativas privadas são mais afoitas, principalmente pela apropriação das terras que já são públicas e entram para o patrimônio privado como uma dádiva do Estado, recheadas de incentivos fiscais. As seguintes empresas foram beneficiadas com projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE na Amazônia Oriental¹³²:

Agromendes – Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (óleo e palmito);

Agropecuária Ceres S.A. – Cia. Mineira de Construção e Pavimentação CINCO (bovino, carvão vegetal, madeira e óleo);

Cipasa – Castanha Industrial do Pará LTDA. (madeira, carvão vegetal, castanha do Pará);

¹³² COTA, Raymundo Garcia. Op. Cit. pp. 65-96.

Maiame – Madeira Itálio Americana Comércio e Indústria LTDA. (madeira);
Agroper – Agropecuária Rodominas LTDA. Construtora Rodominas S.A. (produtos agropecuários, bovino);
Pacajá – Queiroz Galvão do Carajás S. A. – Queiroz Galvão S.A. (bovino);
Companhia de Terras Mata Geral – João Lanaré do Val e Cumarú Pecuária (bovino);
Denam – Dendê da Amazônia S.A. – Enterpa S.A. Engenharia, limpar Engenharia S.A. (produtos agroindustriais, castanha do pará, castanha de caju, madeira e carvão);
Meap LTDA. Metaltec LTDA. (exploração integral de produtos agropecuários, carvão vegetal e madeira);
Agropecuária Rio Dezoito S/A. – Construção e Pavimentação Lix da Cunha S. A. (bovino);
Agropecuária Tratex do Maranhão S.A. – Construtora Tratex S.A. (bovino);
Codenpa – Cia. Dendê Paraense (produção de óleo);
CEEA – Cia. Agrícola da Amazônia – Atlantec – atlântica Ltda. (avicultura);
CRAI – Cia. Real Agroindustrial – Real Seguradora S.A. (óleo e castanhas).

Essas empresas também se juntavam com os representantes do sistema financeiro — Bradesco, Itaú, Banco Santos, Unibanco e Banco Real. Elas também concorriam no processo industrial da Zona Franca de Manaus no ramo de produtos eletroeletrônicos, buscando a autossuficiência e abastecimento do mercado interno, mas essencialmente voltadas para os benefícios dos incentivos fiscais¹³³.

Apesar dos numerosos e significativos projetos industriais e agropecuários aprovados pela SUDAM, o interesse maior do governo federal para a Amazônia não tomava como centro a agropecuária ou a industrialização, mas a mineração. Isso poderia até não estar tão claro no final da década de 1960, apesar das indicações já presentes, mas ficou evidente no decorrer dos anos 1970.

Ao mobilizar recursos para a “integração” da Amazônia, o Estado garantiu a inserção de capitais nesta região. Mais que isso: proporcionou a acumulação ampliada do capital respondendo aos interesses da burguesia nacional e multinacional, e a intensificação da apropriação privada dos recursos naturais — nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA’s), a Amazônia foi entendida como “fonte de recursos naturais” e a natureza restringiu-se, de um lado, à matéria-prima e, de outro, à mercadoria na forma de terras para

¹³³ *Idem*. pp. 113-142.

comercialização e acumulação. Seguindo a concepção estritamente economicista e que entende a natureza como um obstáculo ao progresso, documentos e discursos oficiais incentivavam a lutar para vencer as forças da natureza e conquistar os “espaços vazios” amazônicos: “homens de negócio, vitoriosos em outras partes do Brasil, [...] estais, outrossim, como brasileiros, motivados pelo dever de criar riquezas numa região que hoje representa para todos nós desafio de proporções colossais”.¹³⁴

A natureza amazônica, artificialmente separada do homem e compreendida como a-histórica, transformou-se tão somente em fonte de recursos naturais, fator de produção (destacando apenas sua dimensão física) – daí a grande preocupação em desenvolver pesquisas para mensurar o tamanho dos “estoques de matérias-primas” a serem explorados, “ocupação dos espaços vazios” e “avanço da fronteira”. Isso traria consequências terríveis para o ecossistema amazônico.

Para ocupar áreas mais rapidamente, chegou-se, inclusive, a utilizar o “agente laranja” (produto químico usado pelos EUA na Guerra do Vietnam) para desflorestar a mata. O discurso governamental e empresarial pressupunha (ou procurava fazer crer) que não havia ninguém naquelas regiões. O índio e o caboclo que lá habitavam, não por acaso, desapareceram no discurso e planos oficiais.

Após os anos 1980, abriu-se um período de forte aplicação das políticas neoliberais no Brasil. Com os Governos civis nada modificou nas políticas públicas para a Amazônia. De José Sarney a Fernando Henrique o entendimento foi a de adoção do neoliberalismo, que tinha como uma de suas diretrizes principais a privatização das empresas estatais e a da abertura, ainda maior, da economia brasileira ao capital imperialista multinacional.

Dentre as “reformas” que a bancada parlamentar do governo aprovou e que aprofundaram o saque sobre a Amazônia, estava o fim do monopólio brasileiro sobre o subsolo (e suas riquezas), sobre as telecomunicações e a aprovação da lei de patentes, através da qual o Brasil se comprometeu a pagar pela utilização de uma tecnologia ou procedimento que tivesse sido patenteado por uma empresa em outro país. Com isso, a Amazônia se encheu de laboratórios multinacionais para patentearem as substâncias ativas das plantas nativas e usar os conhecimentos das comunidades locais para saber da utilização de determinadas plantas e, depois, apropriar-se desses conhecimentos, patenteando-os. É uma das formas da chamada biopirataria.

Em decorrência dessa política agressiva de privatização, a Companhia Vale do Rio Doce

¹³⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. 30-36.

foi vendida, em 1997, pelo preço de U\$ 3,3 bilhões. Somente em reservas de ferro em Minas Gerais e na Serra dos Carajás a empresa contava com 12,9 bilhões de toneladas. Dispunha ainda de U\$ 700 milhões em caixa e já dava um lucro anual superior a U\$ 500 milhões – valor que cresceria exponencialmente devido ao enorme investimento que havia sido feito na companhia pouco antes da privatização. Em condições normais, o preço pago pela empresa representa atualmente pouco mais que o lucro de um mês¹³⁵.

Mas não se restringe a isso a questão da privatização da CVRD. Os direitos de propriedade do subsolo amazônico ficaram nas mãos dos novos acionistas – por mais de 50 anos tudo que for descoberto em termos de minérios fica sob sua propriedade e controle de exploração. Com isso as pressões sobre as áreas de garimpo aumentaram, e os conflitos também. Na Amazônia, essas tensões não têm trégua.

¹³⁵ Ciência & Tecnologia 40 - DF, ano XXI, nº 49, janeiro de 2012 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE; SUDAM. Relatório de 1999, p. 37.

3 MUNDOS DO TRABALHO NOS GARIMPOS CLANDESTINOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3.1 O garimpo e o garimpeiro: uma simbiose urdida entre a barbárie e a modernidade

Um garimpo se faz com uma picareta, uma pá e uma bateia¹. É claro que por trás destes instrumentos existe um garimpeiro. Mas como uma pessoa se torna um garimpeiro? No Brasil, em sua história, o primeiro motivo foram e são as necessidades econômicas. Mas, na Amazônia, o desejo de bamburrar, a propaganda do enriquecimento fácil e as notícias de muito ouro nos garimpos foram decisivos para que uma grande massa humana (homens e mulheres) se tornasse um grande contingente de garimpeiros.

Começando como “brabo”, logo se transforma em um “manso”. Uma pessoa comum, acostumada nos afazeres do campo ou da cidade, passava a ser um itinerante trabalhador dos garimpos. Em pouco tempo, uma pessoa, mesmo de pouco conhecimento formal, transformava-se em um garimpeiro “manso” ou “peão de trecho”, viajado, acostumado às intempéries da natureza, destemido e conhecedor da floresta, habituava-se a se alimentar de caças e frutos que há pouco não conhecia e a se comunicar na linguagem dos garimpeiros, reprimir suas saudades, não revidar provocações; ou se tornar um valente e montar sua gangue e dominar uma região. Um garimpeiro precisava conhecer a natureza das pedras, sendo que o ouro não poderia passar despercebido. Esses eram os saberes básicos exigidos para que um homem se tornasse garimpeiro.

Num mundo rústico e de trabalho severo, os garimpos amazônicos começaram e se desenvolveram com instrumentos primitivos que exigiam esforços sobre-humanos para encontrar um mineral que por sua natureza é escasso e de presença incerta. É nesse mundo de incertezas que se formou um dos maiores contingentes humanos com um só propósito, o de “bamburrar”.

Na fronteira, ou pra lá da fronteira, onde não foi ninguém, os garimpeiros faiscadores chegaram para tirar suas provas e descobrir novos veios de minérios. Enfrentado as doenças tropicais, como malária e febre amarela, os garimpeiros eram os pioneiros que iam abrindo as picadas para formar um novo garimpo. Dependendo da dimensão produtiva da região, vários garimpos iam se formando e, em sua volta, criava-se uma mini e precária infraestrutura de

¹ **Bateia** é uma bacia cônica que os garimpeiros usam para decantar o material pesado e descartar o material leve, ficando na parte mais funda da bacia o ouro que é, na lógica do garimpeiro, o material mais pesado.

abastecimento e controle da produção e do acesso, geralmente pelo dono da terra e dos faiscadores que descobriam o minério na localidade.

Descobertas as reservas minerais, os faiscadores procuravam os locais das fofocas, típicos dos lugares de influência dos garimpos; e logo se formavam caravanas de pessoas para a exploração das lavras. Dependendo da distância e da localização, providenciavam as formas de transportes, sendo os mais comuns o avião, os barcos, carros até onde chegavam as estradas, e, em muitos casos, a jornada se dava a pé. No meio da floresta, os garimpeiros que chegavam a pé e descobriam minérios, abriam clareiras para os aviões jogarem alimentos e instrumentos de trabalho. Depois construía um aeroporto precário e montavam os barracões para alojamento. Em seguida as lavras eram divididas para que pudessem ser exploradas, e, assim, a hierarquia ia se formando.

Os garimpeiros não se constituía de um grupo homogêneo e de uma única origem espacial ou laboral. Eles são comerciantes, latifundiários, camponeses, castanheiros, ribeirinhos, comerciários, desempregados que, com um sonho na mente e os instrumentos de trabalho nas mãos, deixam seus familiares, seus negócios, suas terras, e partem rumo aos garimpos. Lá, formam uma espécie de sociedade dos garimpos com suas divisões sociais de trabalho. Essas divisões sociais de trabalho foram se moldando de acordo com as circunstâncias de cada garimpo. Mas, na maioria deles, havia uma hierarquia bem definida: em primeiro lugar vinham os donos dos garimpos, os primeiros que encontraram os veios de ouro; depois desses vinham os donos das lavras, que sustentavam a manutenção das escavações, pagavam a mão de obra e mantinham as máquinas e alimentos, sendo os mais beneficiados com a cata do ouro e os que correm maiores riscos de investimentos; logo em seguida vinham os meias-praças, que trabalhavam sem ganhar salários e se consideravam sócios nos ganhos de produção, e, por último, vinham os diaristas, que trabalhavam por salários, mas não participavam dos ganhos com a produção. Os dois últimos faziam todo tipo de trabalho, da segurança dos donos ao trabalho culinário, passando, é claro, pela extração do minério.

Diferente do ciclo do ouro do Período Colonial, a garimpagem na Amazônia aconteceu e acontece em pleno desenvolvimento das forças produtivas, e os instrumentos rústicos convivem com o uso de máquinas e técnicas sofisticadas que, aos poucos, foram inseridas na produção dos garimpos. As mesmas máquinas e técnicas usadas pelas mineradoras passaram a fazer parte da exploração nos garimpos. As dragas ou motores bombas para a sucção de terras misturadas à água passaram, a partir da metade dos anos 80, a ser ferramentas de primeira necessidade nos garimpos de ouro, aumentando a produção, dispensando mão de obra e

promovendo uma maior devastação à natureza. As retroescavadeiras também passaram a ser instrumentos em muitos garimpos, deixando rastros de destruição sem precedentes. As máquinas de lavagem e separação de minérios também entraram na produção dos garimpos, além, é claro, do uso de produtos químicos que ajudam na separação do ouro de suas impurezas.

Os garimpos amazônicos se apresentam em três modelos diferentes quanto à forma de exploração e localização: os de mergulhos, os de ribanceiras e os de barrancos. Os de mergulhos acontecem nos leitos profundos dos rios, onde os garimpeiros precisam mergulhar e, através de máquinas de sucção, jogar o material do leito do rio para cima de balsas estacionárias e depois lavar o material e extrair o ouro. Este tipo de garimpo é muito dispendioso e arriscado, pois a infraestrutura é cara e o uso de maquinários e equipamentos de mergulho, mesmo sendo obrigatórios, são muito precários. Nos garimpos de mergulho os garimpeiros trabalham em duplas, e deve haver muita confiança entre eles, pois quem mergulha deixa sua vida sob o controle daquele que controla a respiração por meio dos compressores que ficam nas balsas, e as mangueiras não podem apresentar defeitos que alguma forma cessem a emissão do ar até o mergulhador.

Alguns dos garimpeiros mergulhadores narraram que eram raros os casos de morte de mergulhadores, mas que alguns morreram por negligência de seus companheiros ou pelo fato de o ar ficar contaminado com a fumaça dos próprios motores que faziam funcionar os compressores. Também escutamos histórias em que os controladores dos compressores de ar cortaram propositalmente as mangueiras a mando dos donos das balsas para não dividirem as porcentagens do ouro recolhido.

Outras situações perigosas nos garimpos de mergulhos são as profundidades e a falta de luminosidade em razão da cor escura das águas. Problemas de audição em mergulhadores são muito comuns.

Assim fala Weber Neiva:

O meu garimpo primeiro foi o garimpo de mergulho. Soube notícia que um amigo meu de Belém, que morei lá muito tempo antes de ir para São Paulo, estava sendo piloto de teco-teco para os garimpos e entrei em contato com ele e o mesmo me deu uma carona e levou para um garimpo na região do Tapajós, me recomendou a um amigo dele e comecei a trabalhar. Meu primeiro garimpo foi o de mergulho. Aí pelas histórias que se falava desse tipo de garimpo logo consegui uma pessoa de confiança para trabalhar juntos. Quando a gente tá mergulhando tem outro em cima da balsa para controlar o ar. A segurança é muito pouca, sendo que até o compressor que produz o ar comprimido que chega lá embaixo por uma mangueira, que a gente respira, a entrada de ar fica muito perto do escapamento do motor a diesel. Então o ar já fica contaminado com a fumaça. A gente sabia que toda aquela fumaça que ficava em volta do compressor acabava entrando para dentro do compressor. Não era muita a fumaça por causa do lugar que era no meio da floresta, mas de qualquer forma

contaminava o ar que se respirava lá embaixo. A alimentação é bem diferenciada dos outros tipos de garimpo, pois para o mergulho era arriscado se você estivesse com o estômago cheio ou com má digestão. A alimentação era leve, pois a gente ficava submerso e numa profundidade que chegava, às vezes, a 12 metros. Tem comida todo tempo viu!²

Os garimpos de ribanceiras são os mais simples e dependem de menos recursos técnicos, mas com a chegada das bombas de sucção, também estas passaram a ser usadas em larga escala. Essas bombas, chamadas de “chupadeiras”, jogam água com muita pressão sobre os sedimentos das beiras de córregos e rios e, ao mesmo tempo, direcionam o material para as esteiras de lavagem para extrair o ouro.

Os garimpos de ribanceiras foram os primeiros tipos de garimpos de ouro na Amazônia brasileira. Eles começaram com as escavações das ribanceiras dos rios, onde os faiscadores³ faziam buscas pelo ouro com seus instrumentos simples: sua bateia, sua pá e uma enxada ou picareta. As sondagens se davam geralmente nos riachos e córregos, pelo fato de o ouro descer dos centros das montanhas rochosas por meio do lixiviamento. O ouro, sendo um mineral denso, até mais que os arenitos das rochas, acabava depositado, junto com todo tipo de sedimentos, nas ribanceiras ou nos leitos dos córregos, igarapés, riachos e rios.

Os garimpos de barranco acontecem nos baixões (várzeas) e nos planaltos. Os terrenos são medidos em espaços que variam de tamanho: em alguns lugares medem 2x2 metros e em outros chegavam a 10x10 metros. Esses lotes eram sorteados entre os interessados que tinham um certo capital para tocar os serviços com a contratação de mão-de-obra. Neste último tipo de garimpo o uso de tecnologia é mais difícil, e tudo acontece nos limites da força humana, desde a escavação, o descarte do “material cego”⁴, até a retirada do cascalho, que é o material que contém o mineral.

Quando um garimpo surgia em terras públicas, os descobridores (faiscadores) se tornavam donos e, de acordo com a lógica dos garimpos, recebiam porcentagens sobre o ouro encontrado, tornando-se senhores das “leis” daqueles garimpos. Quando em terras de propriedades privadas, os proprietários também se tornavam os donos desses garimpos, e os faiscadores se tornavam meros donos de pequenas lavras. Os donos dos garimpos montavam suas guardas pessoais e de vigilância sobre a produção do ouro. Muitos se tornaram senhores

² **Weber Albuquerque Neiva.** Garimpeiro, tem 67 anos e foi para o garimpo com 30 anos. Mora em Montes Altos, MA. Entrevistado em sua casa na cidade Imperatriz no dia 06/08/2017. Entrevistador: José Siney Ferraz Rodrigues.

³ **Faiscadores** são os garimpeiros que fazem os testes para averiguar a existência e o teor de minério.

⁴ **Material cego** é a terra que não contém ouro e que deve ser jogada para fora do barranco até chegar no cascalho que contém minério.

poderosos a quem todos obedeciam. As leis eram impostas a ferro e fogo e havia nelas uma visão de ética e de moral do garimpo que, se fossem feridas, os culpados pagariam com o banimento do garimpo ou com a própria vida. As mesmas leis que foram criadas para manter a ordem nos garimpos podiam desencadear ondas de violência de grandes proporções.

As controvérsias são extremas quando se fala nas atividades de trabalhos nos garimpos, pois os limites entre solidariedade e violência são sutis. No entanto, a solidariedade prevalece entre os garimpeiros e é uma relação que ficou bem marcada em suas vidas. Entre enfermidades, serviços braçais pesados, as dificuldades ficam em segundo plano quando os garimpeiros falam da vida nos garimpos, pois a maioria dos entrevistados demonstra nostalgia e fala de irmandades e de grupos de amigos formados nos garimpos.

As éticas nos garimpos se apresentavam num matiz variando desde a extrema violência a uma solidariedade e companheirismos de laços de compadrio. Mesmo com as práticas de violências que se estabeleciam em determinados garimpos, havia entre os grupos solidariedade e ajuda àqueles que se encontravam em dificuldades. A solidariedade nas relações sociais nos garimpos era a regra geral e isso estava na mente de todos, pois garantia que os garimpeiros, mesmo os mais “blefados”⁵ ou “brabos”⁶, que chegassem em qualquer garimpo, fossem bem recebidos e alojados com cordialidade por aqueles que já estivessem ali trabalhando. A alimentação era partilhada e qualquer necessidade era resolvida com cotização entre os outros garimpeiros, principalmente em problemas de saúde, como a malária, em que as pessoas tinham que sair para tratamento. Nesse caso, os que tinham melhores condições se cotizavam para as despesas de passagens e compras de medicamentos, mesmo que, em caso extremo, algum deles tivesse que voltar para casa em razão do problema.

Essa solidariedade criava laços entre os garimpeiros, e ainda hoje esse sentimento está presente em seus processos de memórias. Nas entrevistas, quando falam de suas vivências, sente-se que há um saudosismo nos gestos dos garimpeiros e um certo orgulho de terem feito suas aventuras por lugares terríveis, que metiam medo, mas as aprendizagens e o encorajamento dos amigos fizeram com que, com o tempo, encontrassem meios para se tornar garimpeiros a toda prova.

⁵ **Blefo ou brefo** é sinônimo de pobreza, totalmente sem recursos. Muitos endinheirados ficavam blefados e muitos blefados bamburravam, ficando ricos.

⁶ **Brabo**, garimpeiro de primeira viagem, atrapalhado, que nem mesmo conhece o ouro.

Os bamburrados eram muitos generosos com os amigos garimpeiros blefados, doando dinheiro, doando “reque”⁷ ou mesmo presenteando com gramas de ouro em pó ou pepitas. No entanto, essa solidariedade poderia ser frágil e a desconfiança pairava sobre a mente deles. Às vezes, nas corrutelas, as camaradagens poderiam ser desfeitas por causas banais e se tornarem contendas de vida e morte. As fragilidades das relações podiam ser sentidas em pequenos interesses, como pela localização de um barranco ou por alguma mulher das noitadas de farras. Entre tantas diferenças e desconfianças, muitas amizades aconteceram nos garimpos e permaneceram para o “resto da vida”, consagrando-se em compadrios e casamentos entre familiares. As contradições da vida cotidiana eram as mais adversas, mas muitos mantiveram as orientações familiares e a coerência da vida fora dos garimpos.

Os garimpos da Amazônia brasileira eram desprovidos de infraestrutura de estradas e de outros benefícios da civilização industrial, como energia elétrica, postos de saúde e escolas. As moradias eram barracos improvisados feitos de madeiras tiradas nas áreas do próprio garimpo e cobertas de palhas e lonas de plásticos para impermeabilização. A higiene era mais precária ainda, pois não existiam locais adequados para as necessidades fisiológicas. Tudo era feito nas imediações dos garimpos “a céu aberto”. Isso provocava a incidência de insetos transmissores de doenças infecciosas. Nos garimpos mais produtivos, muitas vezes isso mudava, pois os bamburrados construíam casas melhores, aperfeiçoavam o sistema de abastecimento de água e construíam banheiros mais higiênicos. Mas nem todos tinham acesso a essas benfeitorias.

As viagens, por apresentarem muitas dificuldades e serem até perigosas, era algo que desencorajava muitas pessoas que desejavam ir aos garimpos. Geralmente elas feitas por estradas de rodagens sem pavimentação, em paus-de-arara (caminhões e caminhonetes com suas carrocerias cobertas com capotas de madeira e com bancos também de madeira sem encostos e sem forros), em embarcações precárias, como barcos e canoas com lotações excessivas, ou em aviões nas viagens de longa distância e sem acesso por estradas ou rios.

Trabalhava nas terras do meu pai e só dava para a sobrevivência e como somos três irmãos não dava para progredir em nada, pois a gente trabalhava de forma precária, só com pequenas roças de legumes e cereais. Era só para o consumo. Era rocinha que eu fazia com meu pai e meus irmãos. Só arroz e feijão pro sustento. Era tudo braçal não podia aumentar o tamanho, pois não tinha máquinas. Naquele tempo meu pai não tirava empréstimos no banco para aumentar a lavoura e não criávamos gado, que era o que melhorava de vida. Ninguém tinha renda, nós não vendíamos nada nem arroz nem feijão. Minha família era pobre e não dava para estudar. Então sair para trabalhar

⁷ **Reque** é uma gratificação que um garimpeiro dá a um amigo de garimpo com cascalho contendo ouro. Muitas vezes o reque pode conter uma grande quantidade de ouro e o felizardo ficar bamburrado, isto é, rico.

numa fazenda. Lá a gente ganhava a “sorte” (um de cada cinco bezerros nascidos), mas tinha as despesas e naquela época os bezerros eram muito baratos. Só podíamos vender para o próprio patrão. Não consegui nada também. Não rendia nada. Queria ajudar meus pais que estavam ficando velhos e via que eles iam precisar de remédios, de uma casa e foi aí que decidir ir para o garimpo. Fui para o garimpo por precisão. Tenho mais dois irmãos que foram para o garimpo pelo mesmo motivo. O primeiro garimpo que fui foi para o Cumarú, perto de Redenção no Pará em 1981. O garimpo tinha começado logo depois de Serra Pelada em 79-80, fui em 81, bem no início. A gente ia de pau-de-arara, um caminhão que carregava uma multidão de homens, igual os caminhões de quartel, a gente olha só vê as cabeças de gente. Igual quando recruta vão fazer treinamento, eles vão em caminhões. Fui mais uns primos meus sem conhecer ninguém. Só que nos garimpos eles são acolhedores: você chega e todo mundo é tratado como irmão. A gente chegou num dia, no outro dia já tinha serviço. O primeiro serviço foi baixar o barranco, tirar a terra com a pá, cavar com a pá, não tinha motor, não tinha escavadeira, era na pá mesmo. Tinha que tirar o barro todo, um metro, dois metros ou mais até chegar no cascalho, depois ia lavar o cascalho, mas eu não tinha costume com o garimpo (eu era brabo), achei pouco e não botava fé, também não acertei com um lugar que tivesse ouro compensativo. Trabalhei pela porcentagem, uma espécie de sócio que trabalha, recebe a comida e quando encontra o ouro recebemos a porcentagem. No garimpo, naquele tempo, a gente tinha comissão. Tinha o dono do garimpo e os outros trabalhadores recebiam 30% livre para todos que trabalhavam no barranco que eram em média 10 pessoas. Então ficava 3% para cada um. O patrão dava o rancho (manutenção do pessoal) e os instrumentos de trabalho que, naquele tempo, era apenas uma pá e uma picareta. As vantagens do garimpo eram essas: a gente chegava num dia e no outro já estava trabalhando e se tivesse ouro a gente recebia as porcentagens livres, mas, se não desse ouro, a gente ficava lá enterrado naquele garimpo até arranjar um pouco para sair de lá e procurar outro, mas ninguém tem culpa. Nos garimpos por onde andei se a gente não encontrasse muito ouro, mesmo assim ainda dava alguma coisa, a gente nunca ficava na mão. Se não desse num lugar mudava para outro lugar e achava a compensação.⁸

Esse depoimento dá uma visão geral sobre o trabalho no garimpo e os deslocamentos, tendo em vista a sazonalidade das atividades, a itinerância e os modos de locomoção. Se as viagens de carros eram desconfortáveis, as viagens aéreas eram muito arriscadas — aeronaves sempre de pequeno porte voando com muita carga e sem assentos para os passageiros, pistas clandestinas no meio da floresta em espaços sempre pequenos para pousos e decolagens. Em muitos casos as decolagens aconteciam com o auxílio de cordas que eram amarradas nos aviões e, quando os estes estivessem imprimindo bastante força, cortavam-se as cordas para permitir que as aeronaves subissem mais rápido e alcançassem altura suficiente para não baterem nas árvores. Muitos eram os desastres com aviões na floresta, e os sobreviventes dificilmente encontravam algum local habitado e acabavam morrendo de fome ou por doenças. Segundo alguns pilotos que trabalharam nos garimpos, dezenas de aviões continuam desaparecidos na floresta e seus tripulantes e passageiros nunca foram encontrados.

⁸ **Emival rodrigues de Sousa.** Garimpeiro com 63 anos. Foi para o garimpo com 28 anos. Voltou com 60 anos. Mora em Imperatriz. Entrevistado em sua casa na cidade Imperatriz no dia 03/08/2017. Entrevistador: José Siney Ferraz Rodrigues.

Primeiro os pilotos carregam os aviões com cargas para os donos dos garimpos, como mantimentos de alimentação, combustíveis e o espaço que sobra por cima dos produtos vai enchendo de gente. Tudo é pesado e não pode passar do peso que o piloto estipula. Se a última pessoa pesar e passar do total da carga a pessoa fica na fila para o próximo voo. As passagens são pagas com ouro, nada de dinheiro. Eles alegam que a inflação é muito alta e o preço do ouro só muda para mais e não para menos. Outra coisa é que se pagando em ouro a gente nunca tem troco, pois os preços sobem com o ouro e tanto faz uma viagem longa ou pequena pouco muda nos preços. Os preços das viagens são combinados com os donos dos garimpos que também cobram dos pilotos para pousarem em suas pistas. Tudo sai das costas dos garimpeiros.⁹

Existiam mais de 1.500 pistas na Amazônia, e algumas delas ficavam nas cidades que eram entroncamentos que davam acesso aos garimpos. A movimentação era maior que em algumas capitais de estados brasileiros. Por mais perigosas que fossem as viagens, os pilotos diziam que, pelos valores cobrados, valiam os riscos. Para a maioria dos pilotos, sem o trabalho deles os garimpos não teriam a dimensão que tiveram. Eles se sentiam como garimpeiros — corriam os mesmos riscos, acreditavam na sorte e tinham a mesma coragem de arriscar a vida.

Todos que se envolviam com a vida do garimpo estavam fadados a correr riscos e passar pelas mesmas mazelas ou, de certa forma, bamburrar. Comerciantes, fiscais do governo, policiais, transportadores, técnicos de saúde, mecânicos, fornecedores de combustíveis, donos de cabarés e prostitutas que se envolviam com os garimpos estavam sujeitos a adoecer das doenças tropicais endêmicas da região. Mas todos também acreditavam na sorte de que o ouro chegaria para eles e, assim, seriam bamburrados.

Na Amazônia os trabalhos nos garimpos eram sazonais, de maio a novembro todos corriam para os garimpos, e de dezembro a abril só ficavam alguns garimpeiros vigiando os barrancos, os barracos e as máquinas. Esses eram, geralmente, os que não tinham famílias ou eram os blefados que queriam arriscar mais um pouco para pegar ouro sem o tumulto das multidões.

A peleja dos garimpeiros era grande e se fala muito em serviços que exigem forças humanas descomunais, e um desses serviços era o que envolvia o transporte de máquinas, combustíveis e alimentos no meio da floresta através de um relevo extremamente acidentado e as grandes distâncias. Esses materiais, sempre muito pesados, eram carregadas nos braços dos garimpeiros até os locais de trabalho, muitas vezes a dezenas de quilômetros das pistas ou das corrutelas¹⁰. Muitas pessoas adoeciam pelo excesso de peso que transportavam. Eram nas

⁹ José Rodrigues. Entrevistado

¹⁰ **Corrutelas** significam aglomerados urbanos mais próximos dos garimpos que servem de apoio à manutenção das atividades garimpeiras, ponto de chegada e de encontro de garimpeiros. Eram também lugares de diversão e de consumo, onde os garimpeiros bamburrados começavam fazer suas extravagâncias, geralmente

corrutelas que ficavam os fornecedores, ou mesmo nas cidades de onde partiam os voos que, nas primeiras aberturas, jogavam os produtos nos próprios garimpos. Os principais produtos eram os víveres, os medicamentos, peças para as máquinas e combustíveis. Além disso, nesses lugares se encontravam as casas de animação noturnas e onde se vendia o ouro. Muitas das corrutelas ficavam juntos aos próprios garimpos ou nas proximidades, mas a maioria se localizava em lugares estratégicos para o acesso dos vários garimpos de uma mesma província mineral. Grande quantidade delas se tornaram cidades prósperas com outras atividades econômicas.

As corrutelas que ficavam nas proximidades dos garimpos eram controladas pelos donos dos garimpos. O controle era grande ao lado das pistas ou nas beiras dos rios e tudo que saía e entrava era averiguado pelos capatazes que ficavam de guarda. Muitos donos de garimpos eram também proprietários das aeronaves que faziam os fretes de ida e volta para os garimpeiros que pagavam em ouro.

É impressionante o quanto os garimpeiros perdiam nas trocas de quaisquer produtos e serviços pelo ouro, pois a menor medida era um grama de ouro, e ficava difícil de encontrar algo que fosse mais barato que um grama de ouro. Quando um grama valia o equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), ficava muito caro para o garimpeiro comprar alguma coisa nas áreas de garimpo, tanto era a carestia na troca direta dos produtos pelo ouro.

Das muitas contradições dos garimpos na Amazônia, as formas de trabalhos e as questões ambientais estão ligadas ao próprio “tempo da Amazônia”. No início da ocupação recente e planejada da Amazônia brasileira, os estímulos ao desmatamento vinham de toda parte, inclusive do Estado brasileiro, que dotava de incentivos fiscais os investidores que mais faziam benefícios nas propriedades. Sendo que os benefícios significavam, em primeira ordem, o desmatamento da floresta para implantação das grandes fazendas. Concomitantemente, os garimpos não despertavam críticas sobre a devastação dos rios córregos e desmatamento como também em áreas de preservações. A maioria das reservas indígenas não existia na época, e as próprias demarcações eram vistas com desconfiança pela sociedade.

O espírito de garimpeiro é revirar a terra e, se for preciso, mover montanhas em busca das riquezas minerais. Isso não é feito só pelos garimpeiros de aluvião, as mineradoras fazem estragos semelhantes. A mineração, de forma geral, deixa sequelas irreparáveis à natureza e sempre com dimensões alarmantes. Mas as vantagens econômicas suplantam todos os impactos,

com bebidas, amigos e mulheres. Também eram os lugares das fofocas sobre novas áreas de garimpos que iam sendo descobertas.

e a lógica do lucro não leva em conta qualquer dano causado diretamente às pessoas e, muito menos, ao meio ambiente.

A partir dos anos 80 e 90 os olhares do mundo passaram a alertar sobre os problemas ambientais, e a Amazônia entrou no eixo das preocupações mundiais. A Eco 92 passou a ser referência e as leis contra desmatamento e as demarcações de terras indígenas ganharam força. Os garimpos passaram a ser focos de críticas, e as proibições vieram.

A perspectiva da participação dos garimpeiros nas práticas que provocam grandes danos ambientais, como a exploração de ouro em terras indígenas e o uso abusivo e indiscriminado de produtos químicos para tirar as impurezas do ouro, ou ainda as questões referentes a avanços sobre fronteiras internacionais, passaram a implicar no comportamento dos governantes e nas políticas públicas para Amazônia.

A esse respeito, Rocha enfatiza que

Os efeitos mais imediatos e desastrosos da exploração descontrolada do ouro ocorrem sobre o sistema hídrico: a remoção do solo à beira dos cursos d'água modifica o sistema natural das várzeas e provoca o assoreamento e a poluição física das águas, comprometendo, inclusive, mananciais de abastecimento público; em certos rios, como o Madeira, as dragas operam diretamente sobre o leito, retirando-lhe os sedimentos de fundo. Todavia, o perigo maior para as populações e para o ecossistema reside no intensivo uso do mercúrio na extração do ouro¹¹.

Os esfolamentos das terras, o uso indiscriminado dos produtos químicos para purificação do ouro e a violência chegaram a todos os recantos da região, ao mesmo tempo em que “corrutelas” eram erigidas e campos de pouso eram abertos na floresta. As práticas abusivas no trato com a natureza e as contendias nos garimpos tornaram-se banais. Essas ações predatórias e a violência ganharam as manchetes de jornais. Os garimpeiros não tinham um menor cuidado nas relações com a natureza, sendo que nenhuma ética era estabelecida e nem mesmo pensada em relação aos impactos ambientais.

Os desastres ambientais eram comuns e de toda ordem. Iam desde o desmatamento aos assoreamentos dos mananciais aquíferos. Rios, riachos, lagos e córregos eram completamente alterados em suas bordas, leitos e bacias. Produtos químicos usados para tirar as impurezas do ouro, como o mercúrio e o cianeto eram despejados diretamente nas águas proporcionando o envenenamento completo dos mananciais. Grande parte da floresta era derrubada para montar os acampamentos, as pistas de pouso, as construções das corrutelas de abastecimentos e para as escavações no solo dos garimpos.

¹¹ BARBOSA, Livia. Op. Cit. p. 243.

Os impactos ambientais causados pelos garimpos passaram a causar uma crítica generalizada sobre as práticas dessa atividade a partir dos anos 80 e, principalmente nos anos 90, quando as reações vieram de todos os lados com as revelações feitas durante a Rio 92 — Congresso Mundial em defesa do meio ambiente e denúncias sobre o aquecimento global.

No início dos anos 90 do século XX, os garimpos começaram a ser fechados pelas reorientações das políticas públicas para a Amazônia. Sabe-se que as mineradoras foram as principais implicadas nessas políticas de proibição dos garimpos, mas a questão ambiental começou a ter força — as orientações sobre a poluição e aquecimento global já se avolumavam e a preocupação com o desmatamento estava em voga.

No entanto, um fator preponderante para o fechamento dos garimpos, de uma forma geral, foram os conflitos de garimpeiros e índios que se intensificaram devido às frequentes invasões das reservas indígenas. Essas invasões traziam além da violência, diversas consequências para os povos indígenas, tais como doenças e a desunião para dentro dos povos indígenas (existiam indígenas que apoiavam a exploração mineral e outros não). O certo é que os garimpeiros foram encurralados pelas formas como a opinião pública passou a vê-los. Já as empresas mineradoras continuaram com suas práticas semelhantes e ou até mais danosas para as pessoas e para o meio ambiente, mas o Estado e os meios de comunicações trataram de abrandar seus impactos diante da opinião pública.

Para o fechamento dos garimpos, a Polícia Federal tinha que explodir com dinamites as pistas de pouso, aprisionar embarcações e queimar as máquinas dos donos dos garimpos. O que se via nessas operações eram verdadeiras cenas de guerras. Os enfrentamentos se deram de várias ordens e dimensões e entre estes enfrentamentos os garimpeiros culpavam as mineradoras, principalmente a CVRD, que detinha os direitos legítimos das lavras e já vinha reivindicando-os judicialmente.

Mesmo com o fechamento dos garimpos, os garimpeiros resistiam a sair das áreas de lavras. Migravam constantemente de uma região para outra fazendo na floresta seus esconderijos e buscando nas corrutelas seus mantimentos.

Tudo isso produziu no mundo amazônico uma linguagem, costumes, narrativas e fofocas ligadas aos garimpos e garimpeiros. As chamadas “rádio peão”¹² passavam as notícias encantando e desencantando muitos que adentraram à floresta impulsionados pelos mitos,

¹² Rádio peão eram as notícias ou fofocas contadas de boca em boca pelos próprios garimpeiros sobre o mundo do garimpo.

ilusões e a esperança de um destino fortuito e fartos das riquezas à “flor da terra”¹³.

Relevante também nos garimpos foi o trabalho feminino. As mulheres estiveram presentes em todas as etapas e em todos os tipos de tarefas — do preparo dos alimentos e cuidados com o barracão ao serviço de cata do ouro —, sendo que a visão que se tem delas é o do centro das diversões (prostituição). Os afazeres domésticos e trabalhos como escavar terra, comandar grupos de trabalhos nas lavras e a presença de prostitutas, tudo também teve sua importância nas relações intrínsecas dos garimpos.

O mundo do trabalho nos garimpos da Amazônia brasileira não pode ser entendido se não expusermos a presença maciça das mulheres. Sobre a presença feminina na garimpagem de ouro na Amazônia, Letícia da Luz Tedesco¹⁴ traça uma minuciosa e emblemática cartografia social. Ela trata especialmente do trabalho das mulheres em suas mais variadas funções e dos seus deslocamentos pelos garimpos, principalmente na bacia do Tapajós. A antropóloga fez um exaustivo trabalho sobre o lugar do feminino a partir dos aspectos das atividades que as mulheres desempenharam nos garimpos, as tipificações da moral e do direito alternativo que rege as relações sociais e entre os gêneros nesses espaços, levando-se em conta também a capacidade de adesão e da mobilidade das mulheres através dos garimpos amazônicos. A compreensão da mobilidade é importante, pois a vida dos garimpeiros e garimpeiras é definitivamente itinerante.

Se a perspectiva espacial é um desafio na definição dos garimpos, a perspectiva temporal não é menos problemática e está intrinsecamente ligada àquela. Em geral vistos como “lugares de se passar”, nos quais as pessoas inicialmente chegam para trabalhar com o intuito de retornar (definitiva ou temporariamente) para seus locais de origem, os garimpos são vistos como espaços transitórios, marcados pela impermanência, precariedade e instabilidade. Soma-se a isso a própria característica extrativa de um recurso mineral finito (o esgotamento das jazidas ou as dificuldades crescentes de encontrar ouro em um espaço), as flutuações econômicas globais sobre o preço do ouro e as mudanças nas políticas e na legislação mineral e o quadro de instabilidade se adensa. Apesar disso, alguns garimpos apresentam uma continuidade temporal, mantendo-se ativos em diferentes ritmos produtivos e de fluxo populacional, tanto em períodos sucessivos de efervescência quanto de aquiescência econômica, contando com uma população mais ou menos estável e uma infraestrutura mínima de serviços e aparatos estatais, o que nos permite pensá-los também como “lugares de se viver”, mesmo que muitas pessoas ali deixem entender que mais “se demoram” do que moram naqueles espaços ou que constituam sua residência como uma continuidade fragmentada por entre diferentes espaços pelos quais transitam de tempos em tempos.¹⁵

¹³ KOWARICK, Marcos. Op. Cit. pp. 231-232.

¹⁴ TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro na Amazônia.** www.gomiam.org. uploads.2015/03

¹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 30

Tedesco assinala um sentimento de pertencimento vago e, ao mesmo tempo, suas origens se tornam fantasmas nas vidas desses andantes amazônicos. Há, sim, um retorno, mas somente à medida que seus desejos de riquezas se realizam. Esse “eterno retorno” é muito representativo nas vidas dos garimpeiros e garimpeiras, pois seus deslocamentos e permanência nas próprias áreas de garimpo se torna um modo de vida predominante e que, em muitos casos, forjam a própria ocupação definitiva de lugares antes inóspitos em lugares “mansos”, de povoamento provisório em povoamento permanente. Assim vai se consolidando o processo migratório na região.

As experiências relativas ao mundo do trabalho, como organização, produção, produtividade, comercialização e renda; as suas formas de diversão e suas relações familiares resultam num mapa sociocultural e econômico-espacial dos mais importantes para a compreensão dos dilemas da contemporaneidade histórica dessa região pouco conhecida pelos próprios sujeitos históricos que a faz como é de fato. Os garimpeiros trazem em seus corpos as marcas de um tempo de construção de um espaço simbólico e físico que transpõem temporalidades em busca de uma harmonia sempre inalcançada pela presença de suas mais profundas contradições.

Uma forma de trabalho dos mais rústicos e brutais do homem com a natureza se torna emblemático quando as forças produtivas se encontram em fases avançadas e inalcançadas para a maioria de uma população que ainda não atingiu os traços da modernidade. Com um discurso desenvolvimentista, do progresso e da tecnologia, já apontando para a mudança do milênio, a Amazônia brasileira, como fronteira de recursos naturais, passou a ser uma fronteira entre o arcaico e o moderno, entre a barbárie e a civilização, em que a forma de exploração amarga a presença do trabalho escravo ao mesmo tempo em que experimenta o processo de industrialização.

Sendo por vezes heróis e por vezes bandidos, imersos nos extremos das contradições da sociedade capitalista que ali se firmou, os inúmeros homens e mulheres que labutavam nas lavras foram, também, os protagonistas no processo de ocupação recente da Amazônia brasileira levada a cabo por suas táticas de sobrevivências em meio às circunstâncias do mundo amazônico, animados por fios de esperanças articuladas a partir das expectativas com o novo *el dourado* criado pelo ouro.

3.2 Os interesses em confronto: um jogo de forças entre empresas mineradoras e os garimpeiros

Numa zona de fronteiras prevalece a lei do mais forte, no caso da Amazônia e suas riquezas, o que prevalece de fato é a força do capital sobre as outras perspectivas de relações e modos de vidas. Na exploração mineral vemos a força das empresas sobre a força dos garimpos.

Os garimpos de antemão são ações clandestinas de exploração, enquanto as empresas recebem as concessões legais das lavras. As empresas recebem incentivos fiscais e empréstimos para montar seus arsenais de máquinas e contratar técnicos que ajudam nas pesquisas e na eficiência da produção. Já os garimpeiros têm só a coragem e alguns recursos técnico-práticos. Somente quando alguns bamburram é que investem em máquinas e, mesmo assim, não significa eficiência. Os garimpeiros trabalham ao arpejo das leis, sendo a garimpagem uma contravenção.

O Estado patrimonialista detém 47% das terras do país, principalmente na Amazônia, e todas as riquezas que se encontram no subsolo —A Constituição Federal brasileira (art. 20, IX) determina que os recursos minerais constituem bens da União, independente dos recursos naturais estarem no solo ou no subsolo. Por sua vez, o art. 176, *caput*, prevê que as jazidas constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento¹⁶ —, tornando-se assediado pelos donos do capital para apossarem-se dessas riquezas em forma de transferência do patrimônio público para a iniciativa privada como acumulação de capital (concessões e privatizações). À outra parte da sociedade, alijada dos direitos de usufruto da terra e impedida de explorar o subsolo, resta subjugar-se às forças de controle da mão de obra, obedecer às leis do mercado e fazer parte do exército de reserva da força de trabalho. Em último caso, encontrar uma alternativa econômica fora da legalidade. O contrabando, o comércio de feira, o comércio ambulante ou o garimpo são saídas para a sobrevivência de muitos trabalhadores desempregados em épocas de crises¹⁷.

Sob vários aspectos, a história da Amazônia, nos anos recentes, também reflete e esclarece a história da sociedade brasileira nesses anos. Desde o começo, os governos militares foram levados a adotar várias políticas para Amazônia. Foram diversos, e cada vez mais abrangentes, os planos, programas e projetos adotados pelo poder público federal para iniciar o desenvolvimento econômico da região. Diferentes órgãos federais, tais como a Sudam, BASA, PIN, Suframa, Radam, Proterra, Polamazônia, INCRA, Funai e outros passaram a iniciar, dinamizar ou orientar as atividades econômicas, públicas e privadas, na Amazônia. Assim, o extrativismo, a mineração, a pecuária, a agricultura, a indústria, a agroindústria, o comércio, os

¹⁶ **Constituição Federal do Brasil 1988.** Sendo que as outras constituições brasileiras a partir da de 1824 já resguardavam as terras devolutas como patrimônio do Estado. NEXO JORNAL. <https://www.Nexojornal.com.br/grafico/2017/04/07/P%C3%BAblicas-e-privadas-a-divis%C3%A3-o-de-terras-no-territ%C3%B3rio-brasileiro> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 9ª edição. São Paulo: Globo, 1993. pp. 409. “Os sistemas legais – a sesmaria (até 1822), a posse (até 1850), a venda e a concessão (depois de 1850) – Traduzem conflitos e tensões, tentativas e objetivos harmônicos com o curso geral da economia”.

¹⁷ IANNI, Otavio. **A ditadura do capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. PP. 219-227.

serviços, as atividades financeiras, todos os setores da economia beneficiaram-se da atuação do poder público.¹⁸

Por aí podemos entender que o Estado tem um lado nas lutas por espaços e por direitos às riquezas existentes na Amazônia. O Estado está do lado do capital, seja ele individual ou empresarial, representado pelas forças políticas dominantes em todas as instâncias de governos (presidentes, governadores, deputados, prefeitos, vereadores, juizes, promotores, delegados e policiais de todas as patentes)¹⁹. Por outro lado, as classes trabalhadoras ficam desprotegidas e lutam muitas vezes por um espaço, “seu” quinhão nas “terras sem gente para gente sem terras”.

Nessa busca desenfreada pelas riquezas amazônicas se estabelece uma teia de relações entre os agentes econômicos e o Estado. Os governantes agindo dentro de suas legalidades, e os demais agentes, que na sua maioria agem de forma clandestina, criam na ilegalidade uma tensão de interesses divergentes entre si. O certo é que esses agentes às vezes selam acordos e outras vezes discordam, dependendo dos interesses em jogo.

No auge dos garimpos, o Brasil passava por uma grande crise econômica — principalmente com a crise do petróleo de 1973²⁰ — que se arrastou por décadas. Essa grande crise foi uma das causas que fizeram eclodir os garimpos na Amazônia como alternativa ao desemprego em massa e ao achatamento salarial. A recessão atingiu todas as regiões, mesmo aquelas mais isoladas e que estavam se inserindo na economia de mercado.

As notícias dos garimpos e a fama de grandes produtores de ouro foram tomando lugar das outras formas de trabalho, e não tinha mais como frear a “corrida do ouro”. Só restava às autoridades do governo buscar um controle político e tirar proveito dessa massa de trabalhadores que chegava a centenas de milhares.

Os garimpos, na sua totalidade, eram criados de forma espontânea e sem a participação ou interferência imediata do Estado. Mas dependendo da importância e do interesse das mineradoras, o Estado passava a se fazer presente nas várias esferas da federação em busca de controle e aproveitamento político-eleitoral. Dentre tantos, o garimpo de *Serra Pelada* foi o mais simbólico e conhecido em toda a Amazônia brasileira. Dado o afluxo de pessoas para o seu território, esse garimpo foi transformado num verdadeiro formigueiro humano com mais de 100.000 garimpeiros. Tal fenômeno fez com que em muitas cidades do seu entorno só ficassem os homens idosos, as crianças e as mulheres.

¹⁸ *Idem.* pp. 131-132.

¹⁹ *Idem. Ibidem.* p. 132.

²⁰ FURTADO, Celso. **O Brasil Pós -“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. IANNI, Otávio. *Op. Cit.* pp. 48-49.

Serra Pelada é o maior exemplo de aproveitamento político dos garimpos. Foi um garimpo que de fato saiu da clandestinidade e se tornou “oficializado”, trazendo no seu bojo o entendimento contextualizado da contemporaneidade dos garimpeiros clandestinos que viviam paralelamente com essa exceção.

Salvador Tavares de Moura ²¹, em sua obra *Serra Pelada: experiência, memórias e disputas*, deparou-se com o jogo de poder num garimpo de muitos “donos” em que o Estado, de mediador, passou a usurpar os direitos dos garimpeiros.

Esse território, constituído por diferentes grupos que disputam em torno do trabalho da mina, em suas várias expressões, os interesses governamentais, empresariais e financeiros ditam as regras, mas também sofrem resistências. Alimentando seu controle sobre o lugar, o governo federal solicita prospecções e pesquisas geológicas, cujos resultados são apresentados no primeiro Simpósio de Geologia da Amazônia que, significativamente, ocorre em 1982, em Belém.

O mapa elaborado pelos geólogos da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – envolvidos no Simpósio, revela a proximidade entre a Serra de Carajás e Serra Pelada, batizada pela CVRD como Serra Leste, indica a área de garimpo como domínio da Serra de Carajás, portanto parte de domínio da CVRD para exploração de quaisquer minérios. Os estudos e debates concluem que a exploração do garimpo se tornara inviável. Segundo o parecer técnico, o ouro de aluvião esgotara-se, dificultando a exploração pelos garimpeiros. Esse parecer sustenta argumentos políticos que visam a substituição da garimpagem pela mineração industrial, cuja maior interessada é a CVRD. O governo central, por meio da empresa, cuida de exercer maior controle da exploração do ouro na região.²²

Serra Pelada tornou-se alvo de uma disputa jurídica entre a CVRD e os garimpeiros. Os conflitos entre os órgãos estaduais e federais, latifundiários, posseiros e pequenos agricultores, políticos locais e CVRD já vinham se acirrando mesmo antes do advento de Serra Pelada. Acrescenta-se a isso o controle da compra do ouro pela CVRD, demonstrando sua importância estratégica para o Estado. A situação de litígio na região somada às expectativas do Governo Federal em relação ao ouro, levam à declaração da área como de segurança nacional e à consequente intervenção militar no garimpo de Serra Pelada. Daí em diante, Serra Pelada, controlada pelo Governo Federal, entra no jogo de interesses políticos e econômicos. O interventor Sebastião “Curió” dá uma guinada para o lado dos garimpeiros e consegue adiar o fechamento do garimpo. Manteve-se no controle da extração e o do monopólio da compra do ouro fazendo dos garimpos sua base nas eleições nacionais de 1982. Isso não mudou o essencial: as condições de trabalho, moradia e vida dos trabalhadores continuaram as mesmas²³.

²¹ MOURA, Salvador Tavares de. *Serra Pelada: experiência, memórias e disputas* <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13071>.

²² *Idem.* p. 54

²³ *Idem. Ibidem.* p. 55.

Na Amazônia — um território urdido por encruzilhadas de homens construindo as suas histórias por meio de suas profissões, pela circulação de mercadorias, de alimentos, de plantas, de ideias, de encontros e confrontos entre interesses; e também por seus sonhos, alegrias, tristezas, aventuras, desventuras e sobrevivências, bem como, por conta de contradições e de relações de poder — as lutas políticas são uma constante. Nessa fronteira os fatores que povoam o tempo histórico são compostos por conflitos que se desdobram num grande matiz que vão dos mais sutis, como as pressões psicológicas, até a eliminação física dos indivíduos. Os poderes são diversos e a luta entre eles, em muitos casos, é tão brutal que se compara à barbárie.

Mesmo com a presença do Estado, há confronto entre os poderes. A presença do Estado não significa o exercício da justiça para essa população que luta pelo direito das lavras e para sair da clandestinidade. No Brasil, a aliança entre o Estado e o capital vem da própria acumulação primitiva do capital como gênese do capitalismo. Então fica visível para Foucault que os aparelhos jurídicos do Estado nos oferecem apenas formas de controle.

De qualquer modo, os governos, hoje, querem utilizar o poder coercitivo contra os governados para fazê-los entrar na ordem. A clandestinidade é a fuga de uma ordem que impõe a uma massa de trabalhadores as necessidades do capital. Para o garimpeiro a ordem é para favorecer o direito de propriedade das riquezas minerais às empresas mineradoras. Mas, na desobediência civil, os garimpeiros clandestinos constroem sua história criando sua própria ordem de poder para enfrentar outros poderes que se direcionam contra eles.

No jogo de interesses a própria visão da Amazônia foi propagada de forma distorcida para prevalecer a necessidade de apropriação do “espaço vazio” e de exploração das riquezas através de tecnologias a que poucas pessoas tivessem acesso. Nesse sentido, Alfredo Wagner²⁴ interpreta a Amazônia com a visão de que há uma diversidade e adversidades específicas. Em *Carajás: a Guerra dos Mapas*, o autor desenha os mapas dos grupos sociais em movimento, seus interesses e os fatores subjacentes aos conflitos, principalmente na Amazônia Oriental. A sua cartografia social demonstra uma Amazônia viva, dinâmica e não “um arquivo morto” visto pela tecnocracia dos planejadores da ocupação recente. Sua compreensão é a de que o “espaço”, na versão dos planejadores, corresponde ao desconhecimento e ao descaso das realidades localizadas, e que a região Amazônica pode ser lida como um grande teatro de operações dos múltiplos projetos, e também como uma realidade produzida pelos trabalhadores rurais, pescadores, colonos, indígenas e garimpeiros formando uma sociedade dinâmica.

²⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta 2ªed. 1995, sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Wagner constrói o mapa social dos conflitos e das relações com o Estado.

As empresas mineradoras que se apresentam como portadoras de diplomas legais acusam os chamados “patrões de garimpo” ou “donos de garimpo” (aqueles que detêm o monopólio da compra do ouro, das vias de acesso e transporte e do abastecimento do garimpo, onde intermediam a entrada sem uma autorização expressa; promovem adiantamentos de recursos aos garimpeiro até que obtenham a produção e exercem severo controle da mão-de-obra através de formas de “peonagem da dívida”; acusados de responsáveis pela evasão de ouro para o exterior) de invadirem suas áreas, controladas por alvarás de pesquisas expedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). (...). Por outro lado, as iniciativas de mecanização das minas conflitam-se com o que denominam de “garimpo manual desordenado”. Os garimpeiros alegam, geralmente, que estão sendo lesados, posto que somente após a descoberta dos veios e o desbravamento das áreas de garimpagem é que surgem as empresas de mineração, as quais acusam de se apropriar de seu trabalho.²⁵

Nesse conflito aberto entre empresa e donos dos garimpos, Alfredo Wagner indica que há uma resistência dos garimpeiros diante das empresas mineradoras. Na verdade, os donos dos garimpos, como garimpeiros, buscam os apoios dos outros garimpeiros (meias-praças e diaristas) para os enfrentamentos. São conflitos declarados pela disputa direta das áreas de mineração, e essas lutas são formas de cumprir sua manutenção nas lavras. Nessa luta sem trégua, os garimpeiros tornaram-se potenciais sujeitos das lutas sociais na Amazônia, dados os grandes interesses das empresas mineradoras pelas áreas de garimpos e as ameaças constantes de fechamentos dos garimpos pelos representantes do Estado.

“No mato sem cachorro” as categorias de trabalhadores na Amazônia procuram se unir em torno de organizações trabalhistas. Assim os garimpeiros vislumbraram a formação de suas agremiações (sindicatos, associações, cooperativas) como forma de reivindicar direitos de lavras, instituir direitos trabalhistas e políticas públicas para o processo da garimpagem. São muitas as agremiações de garimpeiros.

Monteiro, Coelho, Cota e Barbosa, no artigo *Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia*, mostram as questões referentes às políticas públicas favoráveis aos interesses e direitos dos garimpeiros. Os autores partem da análise dos fatores geradores da corrida do ouro na Amazônia brasileira que são as conformações geológicas dos depósitos explorados e do ambiente político e institucional. É um trabalho que tem como foco o processo de garimpagem e as relações interinstitucionais que se embatem com interesses dos atores sociais nos garimpos.

Sobre o mundo particular da garimpagem de aluvião na Amazônia brasileira, Kowarick²⁶ visualiza esse processo como um apêndice da exploração capitalista na região,

²⁵ *Idem. Ibidem.* p. 177

²⁶ KOVARICK, Marcos. Op. Cit.

expondo um panorama de saques das riquezas Amazônicas e seus contrastes socioambientais. Apresenta o mundo do garimpo nos seus conflitos e nas suas contradições internas, onde há divisões sociais e um sistema próprio de exploração de mão de obra e abusos contra os homens e contra a natureza. Mostra também sua força e suas lutas diante de enormes adversidades que se impõem a eles.

Os grandes garimpeiros, em geral homens destemidos, enfrentam com seu peso numérico e a sua determinação uma série imensa de barreiras, valendo-se do exército de trabalhadores que arrastam. Enfrentam as grandes mineradoras japonesas, americanas e brasileiras, como a CVRD; enfrentam os índios e seus aliados na posse das reservas indígenas, cada dia menores. Enfrentam o poder público (os órgãos oficiais), que acreditam que o grande desvio de ouro se dá na garimpagem; enfrentam os grandes projetos agropecuários da Amazônia na disputa pelas terras. Por fim, enfrentam, com intensidade crescente, a opinião pública e os órgãos oficiais por contaminarem os rios com mercúrio, por poluírem e degradarem o ambiente, destruírem os leitos e margens dos rios, lançando graxo, óleo diesel, detergentes e outros produtos químicos. Apesar de tantos “inimigos”, os garimpeiros – principalmente através dos muitos ricos donos de aviamentos, balsas, barrancos e aviões – têm crescido na fronteira e demonstrado uma enorme capacidade de ganhar aliados e parceiros na órbita dos políticos conservadores, em setores das Forças Armadas, nos órgãos de repressão policial e na burocracia do Estado, como a Funai e o DNPM. E não tem sido pela causa social que possam representar, mas pelo uso do poder do “vil metal”. Muitas vezes permanecem no local pela determinação de centenas de milhares de homens em não abandonar o garimpo diante da situação de miséria em que se encontram. Atrás do ouro e na “lei da selva” vão também criminosos profissionais, “máfias” que roubam, assaltam e, não raro, assassinam trabalhadores do garimpo e dominam o contrabando nos garimpos e mesmo nas cidades.²⁷

Em meio às adversidades, as relações promíscuas são muitas nessa sociedade de “riquezas fáceis”. Nos garimpos, a promiscuidade e os negócios ilícitos, que em outros lugares seriam escusos, ali são à luz do dia: pistolagens, contrabandos, prostituições, corrupções de toda natureza. Estas ações fazem dos garimpos lugares perigosos, arriscados, mas sedutores para aventureiros gananciosos e sedentos de oportunidades. A “febre do ouro” contagia a todos, animando também pessoas de boas intenções, humildes que, pelas necessidades, tornam-se garimpeiros corajosos ou até mesmo assassinos.

Nessas trilhas, Kotscho²⁸, como jornalista, pôs-se a produzir uma visão ampla sobre Serra Pelada, um exemplo que reflete a realidade dos garimpos em toda a Amazônia brasileira. Em *Serra Pelada: uma ferida aberta na selva*, o autor nos mostra os mecanismos de organização do garimpo e sua dimensão social, política e econômica. Fazendo uma análise crítica da difusão do garimpo no meio midiático, revela os propósitos sistêmicos da acumulação de capital.

²⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 234, 235.

²⁸ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit. 1984.

Em 79, quando Shigeaki Ueki anunciou oficialmente que havia ouro junto com o cobre em Carajás, a pressão sobre a Área aumentou. A seca do Nordeste, as enchentes na Amazônia e a recessão econômica – que começava a provocar o desemprego na região Centro-Sul – empurravam para os garimpos largos contingentes populacionais sem alternativa de sobrevivência. Antes, só aventureiros propriamente dito vinham para a Amazônia, sonhando em “enricar” da noite para o dia.²⁹

Nas contradições dos garimpos, as lutas por interesses marcaram toda uma época e essas disputas se prolongaram para além do fechamento deles, principalmente quando se fala da grande mina de Serra Pelada. Os garimpeiros, por mais de 20 anos, continuam alimentando a esperança de receber alguma recompensa. As promessas continuam e suas viagens ao garimpo se tornam mais imaginárias que físicas. Assim, muitos “garimpeiros saíram dos garimpos, mas os garimpos não saíram deles”.

Mas a Amazônia não está para os garimpeiros assim como, num mar revolto, o marujo diz que “o mar não está para peixe”. O capital se apropriou definitivamente da Amazônia sob a proteção do Estado interligando-a às estratégias das necessidades do mercado mundial. Isso aconteceu com a participação dos outros atores sociais diante das relações com o capital e sua força devastadora. Com as formas de expropriação dos povos indígenas, dos posseiros, dos garimpeiros, da força de trabalho e da destruição dos ecossistemas amazônicos, a nova ordem foi implantada.

Para a compreensão dessa temporalidade e sobre as políticas públicas para a região e sua relação promíscua com o capital, Ariovaldo Umbelino de Oliveira³⁰ nos remete a uma obra síntese que versa sobre essa invasão do capital na Amazônia, estabelecendo os interesses em jogo através do empresariamento das riquezas. O seu trabalho denuncia a internacionalização dos recursos minerais brasileiros e aponta para a construção das ideologias capitalistas com o discurso do desenvolvimentismo.

‘Operação Amazônia’, uma espécie de ‘galinha dos ovos de ouro’ para localizar o ‘pote de ouro ao pé do arco-íris’. Como se sabe, o empresariado aderiu à operação e desta adesão nasceram os processos de expropriação das terras indígenas, das terras dos posseiros, das florestas, dos recursos naturais, enfim, da Amazônia como um todo. Nesses processos de adesão do grande monopólio capitalista situa-se também a origem dos conflitos com os indígenas, com os posseiros e com os garimpeiros.³¹

Os encantos, em forma de mitos, foram propagados pelo Estado. Os garimpos vieram à tona como estratégia, e foi aí que parte da sociedade atendeu ao despertar dessa fronteira de

²⁹ *Idem. Ibidem.* p. 13.

³⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit. p. 39.

³¹ *Idem. Ibidem.* p. 39.

“recursos fáceis” onde os grandes projetos seriam e foram implantados. Então, as riquezas foram incorporadas ao capital, restando os mitos para a classe trabalhadora.

Apesar de tudo, muitos continuam acreditando num final feliz, onde o Estado possa se conciliar e olhar por eles, pelo menos com uma parca aposentadoria para “amenizar o sofrimento no fim de nossas vidas”³².

3.3 Os garimpos e a ideologia da economia de mercado

O novo ciclo do ouro trouxe no seu bojo alguns propósitos de transformações sócio-econômico-político-culturais que impactaram a sociedade local de uma tradição secular de comunidades familiares com uma economia camponesa de autoconsumo. Convém propormos algumas reflexões sobre esse processo. – De todas as transformações a que mais foi forjada no teatro das lutas políticas foram as transformações no nível ideológico? A ideologia de mercado foi veiculada por todos os níveis de inserções da economia, estando presente em propagandas, programas de mídias e institucionais dos grandes projetos de extrativismo mineral, na implantação da propriedade privada da terra, nas tecnologias embutidas nas novas mercadorias, nos novos ideais como cidadãos e nos garimpos com suas perspectivas de acumulação. Em que medida tudo isso serviu à transformação de camponeses em novos consumidores de apoio ao pensamento capitalista com a conquista do ouro? Os garimpos na Amazônia brasileira impactaram os sistemas de valores e saberes e implicaram a depreciação do trabalho desses garimpeiros?

Alguns autores³³ mostraram conexões políticas, estratégias de dominação usando os garimpos como forma de dispersão dos camponeses em luta e, assim, arrefeceram as tensões sociais no campo permitindo a ação dos latifundiários em expropriarem as terras de posseiros e usá-los na peonagem³⁴ das fazendas e, até mesmo, escravizando-os.

Os garimpos foram alardeados pela ação conjunta do Estado e da mídia como mais um chamariz de mão de obra para os grandes projetos em execução na região amazônica. Já os

³² GUERREIRO, Gabriel. **Garimpagem de ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos**. In **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: CONAGE/Marco Zero, 1984. pp. 87-120.

³³ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit.; KOWARICK, Marcos. Op. Cit.; IANNI, Otávio. Op. Cit. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. Cit.

³⁴ Termo relativo aos **peões** — trabalhadores que fazem a limpeza das terras nas fazendas e que hoje é nome generalizado a todos os trabalhadores assalariados no campo e/ou em empresas que cumprem contratos temporários. São muitos os trabalhadores que saem pela região em busca de serviços e adquirem experiências variadas de trabalhos e são chamados de “peão rodado”.

garimpeiros clandestinos foram partes dessa mão de obra que viu a possibilidade de fugir da lógica da exploração exacerbada e ter sua autonomia. No entanto, a lógica do capital também entrou nesse processo criando suas regras de exploração do trabalho desse contingente. Daí, perceber de perto a realidade amazônica, no que tange à configuração da vida e trabalho dos garimpeiros clandestinos diluídos pela entrada brutal do capital, que dizima florestas, culturas, homens e as lógicas locais.

O capital, de certa forma, tem dificuldades de se estabelecer em áreas já ocupadas com outros sistemas produtivos, pois as resistências são grandes. A única forma dele prevalecer é através da dominação, das guerras armadas e das guerras ideológicas. Mesmo assim, há um histórico de alternativas ao sistema, mesmo onde ele prevalece. Na Amazônia existem vários povos indígenas, comunidades ribeirinhas, assentamentos agrícolas, comunidades quilombolas que insistem e resistem em viver de forma comunitária de propriedade coletiva e produção de autoconsumo. No entanto, o processo da propriedade privada da terra e de outras formas de riquezas adentrou na maior parte da sociedade e se enraizou como modelo a ser seguido.

Nessa ordem de valores, uma visão de mundo tende se generalizar e, de qualquer forma, não há grupos totalmente isolados que não tenham contato com as trocas de produtos no mercado de produção e consumo capitalista. Mas isso é forjado nos planos do sistema dominante com suas propagandas e sua rede de instituições do Estado e pela sociedade civil organizada (sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais e demais organismos que se propõem a lutar pela justiça social na Amazônia) que estabelece uma cultura da acumulação e do consumo.

Nessa implementação das relações da economia de mercado, tudo se transforma em mercadoria, adquirindo, além do valor de uso, um valor de troca e uma função primordial que é a geração do lucro e por finalidade a acumulação do capital. A produção de autoconsumo passa a gerar excedentes, pois é desbancada pelas novas relações que chegam de fora e prevalece pela força da vigilância ideológica. A ideologia se firma formando o espírito do capitalismo³⁵.

Assim, a leitura histórica das transformações na região amazônica nas últimas quatro décadas do século XX é fruto de uma contínua luta de interesses em que uma outra luta se estabelece de forma oculta, mas que altera profundamente a mentalidade coletiva da população já estabelecida na região, a luta ideológica. Nesse campo de luta, os garimpos entraram como parte das estratégias dos donos do capital para que seus programas e projetos fossem

³⁵ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Lisboa: SARL, 1981. p. 59.

implantados. O garimpo não significava apenas um meio de vida, mas uma condição de mudança de *ethos* para a sociedade já existente na região, compondo um pensamento único e irrevogável do desenvolvimento, do progresso, da acumulação e do consumo.

O impacto social da incorporação de uma sociedade que vivia numa economia de subsistência por uma sociedade de relação estritamente mercantil se dá em várias dimensões: uma delas é a compreensão do sentido da terra virar mercadoria, ganhar novos valores (cria um quadro de relações de forças conflitivas de imediato); uma outra é a relação com o mercado, onde não só os objetos vão ser comercializados, mas também o seu tempo, o seu esforço de trabalho e o próprio controle de suas vontades, e, por último, uma alteração na forma de pensar seus interesses na mediação com as novas instituições que determinam os direitos e os deveres nas relações de trabalho. Para a nova ordem, o espaço torna-se objeto de cobiça, e o meio um palco de resistência ao modelo econômico imposto de fora para dentro, destoando da forma de vida estabelecida em processos de ocupações anteriores.

Os valores culturais capitalistas que se impõem às comunidades camponesas nas últimas cinco décadas na região correspondem a um estágio do sistema capitalista que se encontra no nível industrial e se expandiu rumo à região amazônica de forma tardia e desordenada na busca de uma acumulação nos moldes de uma colônia interna. No entanto, o pensamento continua como no tempo da colonização portuguesa dos séculos XV e XVI, em que as relações de domínio e exploração aconteceram de forma violenta, e que se iniciou com Mem de Sá, quando, logo ao chegar, deu início à “limpeza da terra”, assim informando ao rei português: “dei na aldeia e a destruir e matei todos os que quiseram resistir, e à vinda, vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás.”³⁶.

Com o início da nova colonização, os sulistas, ignorando qualquer direito natural dos que já se situavam, apropriaram-se do solo e do subsolo (ou através da doação do Estado, da compra e ou da grilagem de terras, que foi a forma mais comum) e implantaram o sistema de latifúndio empresarial, e os novos donatários faziam seus próprios limites como versões atualizadas do modelo de sesmarias. Foi com esse modelo que a nova metrópole, os estados do Sul e os do Sudeste dotaram as condições econômico-ideológicas de promover o povoamento e produzir aquilo que fosse de interesse do centro industrial brasileiro e, por parceria, do capital estrangeiro.

Os novos donatários representam o “progresso”, o “desenvolvimento” e uma “cultura

³⁶ BELATO, Dinarte. **Entrevista: a questão da terra no Brasil – uma história de luta contra o modelo agrário injusto**. Revista Mundo jovem. Jul. 1987. Nº 107. pp. 11-14.

superior”. Em nome da “civilização”, cometem-se atos de violência contra as populações tradicionais que, despojadas da terra, a sua única fonte de sobrevivência, são empurradas para as periferias das cidades, para as beiras de estradas e discriminadas pelas manifestações da sua cultura, uma vez que os donos das terras e dos poderes os tratam, muitas vezes, como escravos. Em nome dos interesses econômicos e culturais dos sulistas tudo é permitido na grande fronteira amazônica.

O Estado militarizado fez as vezes das congregações religiosas do período colonial, cumprindo o papel extraordinário de impor a cultura capitalista difundindo entre as populações tradicionais os valores do mercado, o ideal da propriedade privada, os direitos e os deveres das relações do capital/trabalho. É importante frisar que não só o Estado difunde as Ideologias do capitalismo, mas elas vêm embutidas nos discursos do desenvolvimento, do progresso, nos noticiários escritos e televisivos, nas próprias mercadorias que chegavam do Centro-Sul como novidades e encantamentos tecnológicos.

Nessa fronteira de recursos, foram impostas pela ideologia ou pela violência as apropriações das riquezas do solo e do subsolo, secularmente seguidas pelos exploradores em nossa sociedade. Institucionalizada, a prática que passou a integrar a mentalidade coletiva já existente em outras plagas também chega à Amazônia. Mas a forma de penetração dos valores aconteceu em larga escala pela propaganda, pelas representações midiáticas e pelas instituições de poderes, que é a ideologia dominante no sistema que representa a nova ordem.

Assim, diante da abundância das riquezas, os novos colonizadores, no processo de expropriação e exploração, implantaram um sistema fundiário e de reserva mineral que facilitaram o crescimento do poder das grandes empresas e grandes proprietários. A terra e os minerais tornaram-se os símbolos e os segredos da riqueza e do poder dos grandes e, em consequência, cativo para a massa dos despossuídos.

As leis brasileiras que regem a transferência da propriedade, fundadas nos interesses dos proprietários, permitem o controle da propriedade a uma minoria afortunada. O controle da propriedade fundiária, no Brasil, ensejou a tradição de, por esse meio, chegar-se ao poder, ao governo, aos organismos onde se decidem os rumos da sociedade. Esse mecanismo se configurou, portanto, num eficaz instrumento de preservação do *status quo* da elite dominante³⁷.

O garimpo na Amazônia surge concomitantemente aos processos de expropriação das terras aos camponeses e, por isso, também aos impactos que essas ações causam, como o êxodo rural, as resistências e generalização dos conflitos no campo. Nesse momento, os conflitos de

³⁷ *Idem.* pp. 12-14.

terras ganham notoriedade pelo mundo e a Amazônia é vista como um palco de lutas sociais no campo. Nesse fogo cruzado, o Estado brasileiro busca saídas emergenciais para amenizar os efeitos das ações imediatas do capital que se instala na região. Assim, os governos passaram a pensar a garimpagem como algo que poderia amenizar o desemprego e os conflitos na região. Os garimpos são propagados e até mesmo incentivados a servir de apoio para debelarem-se os conflitos.

Em vista disso, alguns estudiosos dos conflitos de terras argumentam que os garimpos ajudaram o Estado brasileiro a arrefecer a luta no campo. A esse respeito, Kowarick sublinha,

Não se discute na mídia o contexto social que leva milhares de trabalhadores a se sujeitarem a condições extremas de exploração pelos poucos proprietários de garimpo e às péssimas condições de vida. Para esses milhares de operários mineiros sem carteira, sem direito algum, antes de qualquer ambição desmedida de ‘enricar’, vem a necessidade de sobrevivência e a tentativa de escapar da miserável condição de camponês, de subempregado, de ‘peão’ de construção civil nas cidades da Amazônia ou nos serviços de ‘juquirá’ e ‘roçado’ nos latifúndios. [...] Os garimpos funcionam, contraditoriamente, como ‘válvulas de escape’ das tensões pela disputa da terra no campo e na cidade, no final apenas ‘exportam’ as tensões sociais³⁸.

Para Kowarick, os garimpos têm uma relação intrínseca com as tensões no campo e fica claro o uso político-ideológico da massa de garimpeiros — através de ameaças e apoios o jogo de poder se estabelece. As empresas têm no Estado seu representante e sua presença nos garimpos é mais de vigilante que de assistência ou de mediador. Ele está ali ideologicamente para limpar a área dos possíveis “comunistas”, mas agindo no controle das áreas liberadas para garimpos, no sentido de manter os garimpeiros longe das concessões cedidas às mineradoras.

Kotscho também propõe a tese de que os garimpos foram incentivados como válvulas de escape para zonas de conflitos de terras na Amazônia Oriental, onde conflitos manchavam de sangue a imagem do país e demorava a implantação dos grandes projetos. Naquele momento o garimpo “salvava a pátria” em vários sentidos.

Assim Ricardo Kotscho concebeu o papel político-estratégico do garimpo:

Vinham dos vales do Mearim, do Pindaré, do Buriticupu, de cidades como Imperatriz, Balsas, Duque de Caxias, Grajaú, uma região que, em 1976, contava com mais de 600 mil posseiros. Era gente que nem conhecia dinheiro, comerciava na base do *escambo* (troca direta de mercadorias); uma legião de desclassificados – no sentido social do termo – em busca de terras. Sem encontrar terras livres, foram parar no garimpo. O garimpo constituía uma forma de proteger os fazendeiros dos invasores – imaginavam os agentes do SNI, que nunca mais abandonaram a região, desde a guerrilha do Araguaia. Com o

³⁸ KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás: na trilha do saque**. São Paulo: Ed. Anita, 1995. p. 32.

crescimento incontrolável dos garimpos, no entanto, as fazendas acabaram sendo invadidas, não por posseiros, mas por garimpeiros.³⁹

A propaganda liberada nos meios de comunicações sobre os garimpos sinalizou para as migrações em larga escala rumo à Amazônia, e o Estado reforçava suas estratégias para arregimentar mão de obra para os grandes programas e projetos planejados, nas décadas de 60 e 70, para a região. Tudo estava no mesmo bojo.

As migrações são tidas como estratégias de governos para abafar as tensões sociais⁴⁰ e a Amazônia como uma nova fronteira de recursos. Os garimpos tornaram-se paragens de um grande contingente que via na região um fio de esperança para melhorar de vida. Primeiro, a chance da propriedade das terras devolutas, depois os empregos nos grandes projetos e, para quem não tinha profissão, sobravam os trabalhos de juquirá (desmatamento) nas fazendas.

Com a divulgação dos garimpos, principalmente do de Serra Pelada, em pouco tempo eles tomaram para si grande parte dos migrantes e parte do contingente que já se encontrava na região. Os trabalhos nos garimpos se apresentavam mais vantajosos que muitas formas de trabalhos no campo e nas cidades da região amazônica.

Com um grande contingente de garimpeiros e centenas de garimpos, o Estado passou a se fazer presente, ora como apoiador dos garimpos, ora como barreira principal da garimpagem. Nessa gangorra, os garimpeiros buscavam estratégias para superar os entraves postos pelo Estado diante da legalidade das mineradoras e das restrições para os garimpos. Mas o Estado precisava da continuidade dos garimpos, ao mesmo tempo em que imprimia restrições aos mesmos, tanto no que diz respeito às áreas liberadas quanto no controle das negociações dos minérios extraídos e das influências ideológicas que rondavam os garimpos.

Como Serra Pelada era o mais rico e procurado de todos os garimpos, foi lá que o Governo Federal resolveu implantar seu modelo de intervenção e controle. Este modelo, que deveria originalmente ser estendido aos garimpos de Tapajós, Patrocínio, Amaués e Madeira, consistia na intervenção direta da Presidência da República, por meio do Conselho de Segurança Nacional (na prática, o SNI), coordenador dos demais órgãos públicos, e empresas estatais deslocadas para a área. (...) As informações chegadas a Brasília davam conta de que havia na região mais de 30 mil homens, todos armados, alguns com dois revólveres na cintura. Os Sem-Terras do Maranhão, as vítimas das enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas, juntamente com velhos garimpeiros, comerciantes, alguns médicos e doutores em geral faziam de Serra Pelada a nova terra prometida, em que valia tudo para se conseguir um barranco em busca do ouro. (...). Diante da convulsão social provocada pela corrida do ouro,

³⁹ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit. p. 14.

⁴⁰ KOWARICK, Marcos. Op. Cit. p. 152.

dos informes sobre tiroteios e violência no garimpo, a decisão de intervir em Serra Pelada foi criada pelo presidente João Figueiredo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.⁴¹

O Governo Militar montou seu QG em plena selva para a vigilância ideológica dos garimpos e para tirar proveito político da situação. Daí em diante, muitos políticos e autoridades visitaram Serra Pelada para vigilância e para se beneficiar politicamente. Presidentes, governadores, senadores, deputados, prefeitos, vereadores, tanto da Maranhão quanto do Pará visitaram Serra Pelada para prometer ajuda e pedir votos para si e para seus correligionários.

Os políticos do Pará, onde se situava o garimpo, e os do estado do Maranhão, que fornecia a maior quantidade de garimpeiros, usufruíram das demandas desse contingente para se elegerem. O próprio Major Curió, interventor federal em Serra Pelada, foi eleito prefeito de uma cidade fundada na época do garimpo e que leva seu nome. Depois foi eleito deputado federal por vários mandatos pelo estado do Pará. Já pelo estado do Maranhão, Edson Lobão visitou Serra Pelada por várias vezes e se elegeu governador e depois senador por vários mandatos.

O Estado utiliza suas forças de controle sobre a sociedade para impor uma ordem estabelecida. No entanto, a clandestinidade não deixa de ser uma fuga dessa ordem que se impõe a uma massa trabalhadora ao atendimento das necessidades do capital.

Michel Foucault⁴² é um estudioso da genealogia desses poderes e afirma que nenhuma relação escapa a um tipo de poder subjacente que vai do macro ao micro poder, do poder do Estado ao poder individual, de vigilância coletiva ao da vigilância psicológica individual. Dessas relações múltiplas de poder surgem as várias formas de ética e de moral que se estabelecem dentro dos próprios grupos como fator de coesão.

A ética do garimpo foi socialmente construída nas circunstâncias do mundo da garimpagem em meio à sombra do Estado que se ausenta, mas está presente e ou se faz presente para estar ausente⁴³. Essa ética um tanto aleatória é ordenada pelos interesses imediatos e tem dono. O seu cumprimento é uma necessidade de sobrevivência e se insere em todas as instâncias de relações que vão da solidariedade total à violência sem escrúpulos, dos locais de trabalho aos locais de festas e diversão, da saúde à doença, das lutas às fugas, dos acordos à força bruta da imposição.

⁴¹ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit. pp. 14-18.

⁴² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979. pp. 167-178.

⁴³ *Idem*. pp. 177-293.

Foucault realça o poder em suas várias faces e dimensões sociais que vão se estabelecendo em redes e permeiam as mais simples relações dos homens no seu cotidiano. O que ficou notório no pensamento de Foucault é o que ele chamou de microfísica do poder. Em outras palavras, os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e os macros e micropoderes existem integrados ou não ao Estado, sendo que muitas vezes foi fora dele que se instituíram essas emaranhadas relações de poder.

Nessas relações múltiplas de poderes aparecem as contradições e os domínios ideológicos. Ali, onde os garimpeiros traçam suas estratégias, estão presentes as dimensões das contradições apresentadas nos interesses entre os próprios garimpeiros quanto à formação das “lideranças” que dirigem as agremiações. Apareceram, no jogo político, muitos assédios aos garimpeiros para filiações e formação de grupos adversários para dirigirem as próprias agremiações. Aconteceram muitas e acirradas disputas estabelecidas nas direções de sindicatos, associações e cooperativas de garimpeiros na região.

– Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT) – Fazem parte dessa associação os garimpeiros, comerciantes de ouro e de materiais específicos de garimpagem, profissionais da área de garimpo e os demais envolvidos com os bens minerais no vale do Rio Tapajós. O município de Itaituba, Estado do Pará, abriga a sede da AMOT. Essa Associação tem por objetivo procurar diminuir os custos na aquisição de insumos e bens de consumo de seus associados, e empenha-se na criação de linhas de crédito para lavras garimpeiras;

– Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço – O garimpo de Lourenço, situado no município de Calçoene, ao norte do Estado do Amapá, foi descoberto em 1963 e mostrou-se uma área muito promissora, atraindo logo muitos garimpeiros. Essa região passou por um processo de atuação das empresas formais. Depois passou por um processo inverso, no qual as empresas abandonaram a área, permitindo a volta dos garimpeiros. Essa retirada deu-se devido à crise na extração de ouro;

– Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia – COOGAM;

– Cooperativa dos Extrativistas Minerais Familiares de Manicoré – COPEFAM;

– Cooperativa dos Extrativistas Minerais Familiares de Humaitá – COOPEMFAH;

– Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMGASP;

– Sindicato dos Garimpeiros de Curionópolis Pará – SGCP⁴⁴.

⁴⁴ Cooperativismo Mineral no Brasil: o caminho das pedras, passo a passo/ Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral; Coordenação, Antônio Fernando da Silva Rodrigues – Brasília: DNPM/DIDEM 2008; MOURA, Salvador Tavares de. Op. Cit.; COELHO, Maria Célia, Wanderley, Luiz Jardim

O associativismo vai surgir com muita força a partir do final da década de 80 devido à determinação do governo de fechar os garimpos na Amazônia. O Estado e algumas empresas mineradoras infiltraram pessoas que representassem seus interesses dentro das próprias instituições associadas dos garimpeiros. O exemplo mais cabal é a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, onde o Major Curió tinha força de decisão. Curió representava o Estado e, em certa medida, os interesses da CVRD, que na época era uma empresa estatal. Em muitas decisões dessa cooperativa os interesses dos garimpeiros são desencontrados em relação ao que propõem os dirigentes, geralmente ligados aos interesses dos donos do capital. Mesmo assim, há um laço de fé diante do futuro — as decisões, um dia, serão a favor dos garimpeiros. É claro que em alguns lugares as cooperativas estão desenvolvendo trabalhos coletivistas e planejados para amenizar o sofrimento dos garimpeiros e diminuir os impactos dos garimpos sobre a natureza.

O associativismo como expressão organizativa dos garimpeiros já era muito significativo nos anos 90. No Pará, os sindicatos, as Cooperativas e Associações congregavam mais de 50 mil associados. No caso da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada os cooperados eram 40 mil. Muitos dos garimpeiros vindos de diversas regiões do país com esperança de trabalho e melhoria de vida, mas sem qualquer experiência no negócio cooperativista, dificulta enormemente as organizações. Organizá-los no formato regido por uma legislação rigorosa é um dos grandes desafios do setor.

As maiores dificuldades se acentuam pela presença do Estado brasileiro e de outras instituições da sociedade civil que se empenharam em assegurar as prerrogativas de um pensamento uniforme sobre o modo capitalista de produção que vai desde o individualismo em detrimento das comunidades camponesas, da visão do lucro como único objetivo do trabalho, ao assalariamento da mão de obra e a vontade última de angariar fortunas contra as tradições da produção para o autoconsumo e dos trabalhos associados e comunitários. Mesmo que o garimpeiro não pense em ser um capitalista ou um empresário, ele pensa em ser um afortunado. Ele pensa em bamburrar, possuir riquezas, acumular bens, fazer parte do mercado consumidor, e isso, de certo modo, implica uma visão de mundo capitalista que se consolidou na região.

Nesse propósito, o garimpo tem se tornado um fator desagregador das comunidades, um provocador dos sonhos individuais de enriquecimento. Os garimpos serviram como fatores não só de mudanças nas estruturas materiais, mas, sobretudo, nas mudanças ideológicas.

3.4 As relações sociais de trabalho nos garimpos

Nas lavras havia uma estrutura de poder mediada por hierarquias constituída de três elementos: *os donos de lavras*, financiadores de viagens, de maquinários e de alimentos; abaixo destes *os meias-praças*, trabalhadores que recebiam porcentagens da produção e trabalhavam sem ônus para o dono da lavra durante o tempo em que não encontravam ouro; e, na base da pirâmide, *os diaristas* ou *formigas*, trabalhadores que recebiam diárias em valores contratados, mas só enquanto as lavras estavam sem produção. No entanto, todos esses elementos constitutivos dos garimpos se compõem de garimpeiros e, conseqüentemente, há uma gama variada de integrantes no mundo do garimpo.

No início dos garimpos, os garimpeiros eram todos de um único estamento, mas com as novas leis que regem a mineração e as tecnologias se tornando mais acessíveis, as desigualdades chegaram para dividir os garimpeiros entre empresários dos garimpos — pessoas que compravam porcentagens em diversos barrancos como forma de financiar a produção —, os donos dos garimpos e de barrancos — esses descobriram os garimpos ou receberam as lavras para a exploração direta, eles administram os garimpos e os barrancos contratando a mão-de-obra e fornecendo as ferramentas e os alimentos —, os fornecedores da força de trabalho, os garimpeiros meeiros — chamados de meias-praças, trabalham sem salários, mas ganham uma porcentagem do ouro encontrado —, e os diaristas — que recebem um valor em dinheiro pelo seu trabalho, mas não recebem nada do minério encontrado).

Nos garimpos onde o Governo Federal fez intervenções, os barrancos foram sorteados entre as pessoas que tinham condições de explorá-los (comprar ferramentas, alimentos e pagar a mão-de-obra). Esses donos receberam documentos de licenças para as lavras, sendo que esses papéis se tornaram também uma espécie de ações dos garimpos, chamadas de porcentagens. Essas porcentagens poderia ser divididas e servir para contratar mão de obra dos meias-praças ou serem vendidas para terceiros como forma de capitalizar o dono do garimpo para manter as despesas de alimentação e das diárias. Os diaristas geralmente são trabalhadores que fazem a retirada do material cego⁴⁵ até chegar ao cascalho, que é o material que contém o ouro.

⁴⁵ **Material cego ou entulho** é todo material que se sobrepõe a outro em que se julga ter ouro. O próprio cascalho que se supõe ter ouro e não o tem, também é chamado de cascalho cego. Montoeira é o material cego jogado fora em lugar que se acumula formando uma montanha de entulho.

Figura 8 – Garimpeiros em Serra Pelada – chamado de formigueiro humano



Fonte: Stephanie Maze (1985)

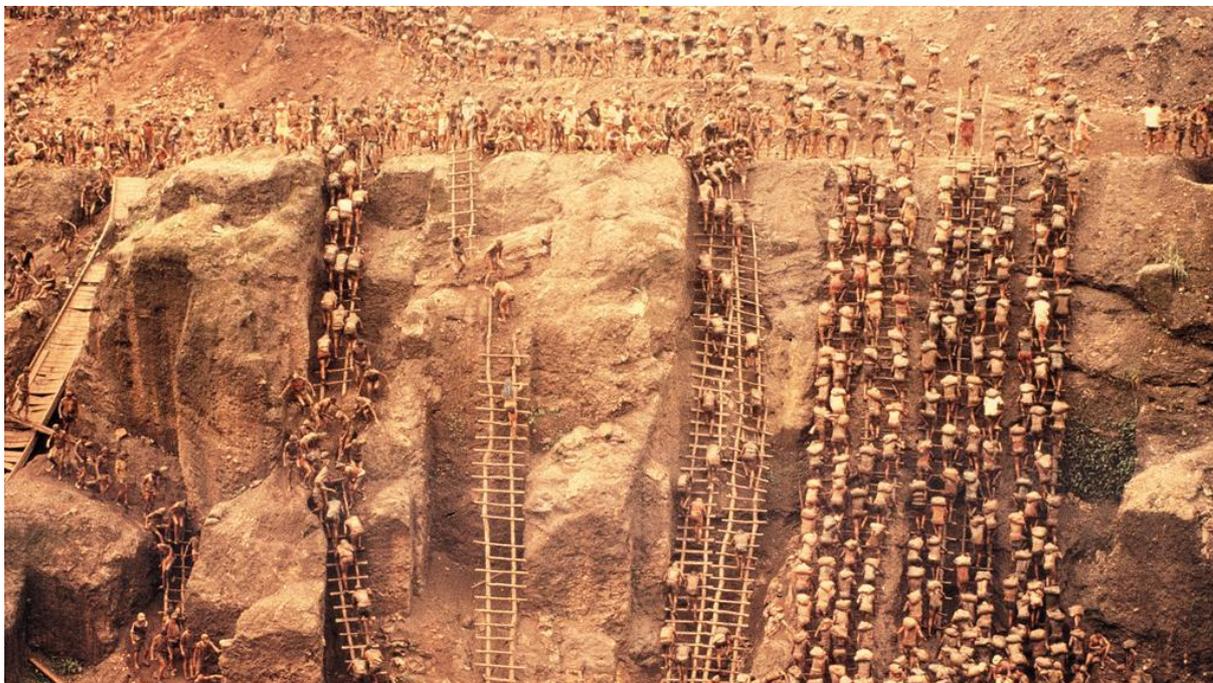
Essas estruturas estão se modificando com a entrada cada vez mais de máquinas nas relações de produção do ouro com a dispensa dos diaristas, pois as máquinas de grande porte fazem o serviço de dezenas e até mesmo de centenas de garimpeiros diaristas. Mas a grande mudança mesmo está na devastação da natureza, pois as máquinas como retroescavadeiras reviram a terra por centenas de homens, e uma só derruba a floresta, cava a terra e remove os entulhos de um lugar para outro numa grande velocidade. As máquinas têm o poder de destruição em larga escala na floresta e nas margens dos rios. Os rasgos na floresta e às margens dos rios é o demonstrativo de como é grave o processo de garimpagem na Amazônia com a modernização dos garimpos.

O contingente dispensado pelo uso das máquinas vai perambulando em busca de vagas pelos garimpos que ainda não usam máquinas, ou passam a trabalhar nas montoeiras⁴⁶ já exploradas pelos donos das máquinas, uma espécie de sobra ou rejeito que vai ficando para trás com alguma presença escassa de ouro. As máquinas mudaram a natureza dos garimpos, e a

⁴⁶ **Montoeira ou muntueira** é o local onde se descartam os materiais cegos. Isto é, ao se fazer uma limpeza de uma cava no garimpo, seja num barranco ou em um barreiro, todo esse material descartado é jogado em grandes montes. Esses montes de materiais descartados são chamados de montoeira.

relação estritamente capitalista entrou com a aplicação de capital criando uma espécie de *lumpenproletariado* do garimpo.

Figura 9 – Serra Pelada com suas escadarias chamadas de “adeus mamãe”



Fonte: ISTO É Edição 2551 09/11/2018 <https://istoe.com.br/repetindo-serra-pelada/>

Os diaristas eram os boias-frias do garimpo, não tinha nenhuma segurança de trabalho e, dependendo do garimpo, trabalhavam como formiguinhas carregando entulhos dos barrancos, subindo escadarias (adeus mamãe) de mais de 100 metros de altura com sacos de terra nas costas, e ganhando pela quantidade que carregavam durante o dia. Eram em média trinta sacos para ser produtivo, mas alguns carregavam até o dobro dessa quantidade.

Os boias-frias, no caso, são os “diaristas, o “lumpen-proletariat” do garimpo, as formigas, que chegam a ganhar até Cr\$ 15 mil por dia para carregar sacos de 30 quilos nas costas, do fundo do *tilim*⁴⁷, a parte mais baixa da cava, até a *montoeira*, o morro que surge como depósito de rejeitos. É um trajeto de cerca de 500 metros, o que dá um total de 30 quilômetros e 900 quilos por dia para ganhar Cr\$ 500 por viagem.⁴⁸

Os diaristas eram a maior parte dos garimpeiros, e os donos dos garimpos precisavam do volume dessa massa para enfrentar o Estado e as mineradoras quando ameaçavam ocupar os garimpos e expulsar todos das áreas de suas concessões. Os diaristas davam corpo às lutas

⁴⁷ **Tilim** é um buraco mais fundo de uma cava. Nesta parte mais funda se acumula água e lama. Em região de grandes garimpos as cavas mais baixas também recebem o nome de tilim.

⁴⁸ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit. p. 19.

sociais nos garimpos, pois se viam ameaçados dos seus empregos, mesmo não estando em atividade. Entendiam que nas áreas de garimpos podiam eles mesmos, por conta e risco, abrir uma cava e produzir ouro. Havia a possibilidade para isso: a pessoa precisava ter um bom conhecimento na produção de ouro, ter coragem e saber também caçar para produzir seu próprio alimento. Ele só precisaria comprar um pouco de farinha, sal e algo para acender fogo, e partir para a aventura a procura do minério precioso. Encontrando ouro que compensasse a continuidade de garimpar ali, ele ia ficando até surgir uma fofoca de um garimpo rico.

Qualquer garimpeiro que bamburrasse poderia se transformar em um dono de garimpo. Comprar e vender barrancos ou garimpos com várias áreas de lavras também fazia parte dos negócios. Muitos bamburrados perderam tudo pensando ter encontrado a grande sorte e achando que ela não iria abandoná-lo. Só que não funcionava bem assim. A maioria dos garimpeiros que bamburravam reinvestiram seus ganhos nos próprios garimpos perdendo tudo. Envergonhados, não voltavam para suas famílias, pois ganhar e perder era pior que não ganhar. Assim, muitos desses garimpeiros passaram a morar distantes e nunca mais deram notícias. Mas eles sempre acreditam que vão dar “a volta por cima”, bamburrar novamente e, só assim, poder reatar suas relações familiares. Os exemplos são diversos, e entre esses estão as muitas famílias que foram desfeitas em razão dessas atitudes diante dos impasses da moral garimpeira.

Geralmente os que mais investiam nos garimpos acabavam perdendo tudo. Muitos eram os novos ricos, exatamente os garimpeiros meias-praças que bamburravam, tornavam-se novos donos de garimpos, mas, sem a experiência dos primeiros donos, aos poucos iam devolvendo para o garimpo tudo aquilo que dele tirara. A sorte era a grande razão para apostar, como numa mesa de jogo, e pensar que iria aumentar sua fortuna. Mesmo assim, quando perdiam tudo, continuavam no garimpo para conseguir qualquer coisa para se firmar e voltar para casa com a cabeça erguida. Era só pegar mais ouro e todo o círculo se repetia, voltava a gastar tudo apostando em ganhar mais. Era a chamada febre do ouro!

Mas os que se sobressaiam nos garimpos eram os poucos donos dos barrancos e os que realmente bamburravam. Eram chamados de capitalistas ou fornecedores, e para garantir a mão de obra dos mais experientes diaristas e meias-praças, faziam adiantamento em dinheiro, também chamado de “orelha de jegue”, e assim prendiam os trabalhadores em condições semelhantes àquelas que, em tempos anteriores, houvera nos seringais da Amazônia.

Mesmo com essa estrutura, os envolvidos neste processo se uniam formando um corpo só na luta contra os grandes mineradores e, ao mesmo tempo, barganhando com os poderes públicos uma permanência desse modelo de exploração mineral. Mirando no poder político das

multidões, os capitalistas faziam suas ligações diretas com determinados representantes dos três poderes do Estado negociando a continuidade dos garimpos. Isto é, adiando o fechamento dos garimpos sempre ameaçados dessa possibilidade.

O que prevalecia mesmo era a luta do dia a dia no jogo dos interesses e buscas constantes para aproveitar as circunstâncias utilizando-se de *táticas* e *estratégias* para garantir sua sobrevivência. O conhecimento da geografia é um tanto salutar para o uso tático e estratégico das ações de estar em algum lugar e, ao mesmo tempo, parecer não estar em nenhum lugar. Não deixar rastros mesmo revirando terras e águas para realização de seus trabalhos. “O silêncio é a alma do negócio”, mas quando o ouro vem em grande quantidade, ninguém se segura e tudo vaza para as fofocas, e no outro dia está tudo cheio de gente. É litígio na certa, entre mineradoras e garimpeiros. O sair e ficar nos garimpos é sempre um grande jogo de forças, e os garimpeiros muitas vezes precisam que os garimpos estejam sempre com um grande contingente para ganhar força política. É uma questão de poder.

O maior controle é exercido pelas regras formadas de acordo com as circunstâncias e especificidades de cada garimpo e da visão de cada dono. Quando a maioria dos garimpeiros chegam a um garimpo, lá já estão estabelecidas as regras baseadas numa ética um tanto aleatória que os mesmos têm que honrar. Quando há desrespeito às regras, o dono do garimpo resolve por conta própria. Quando o garimpo é manso, geralmente o dono bane o infrator e este sai do garimpo; mas se ele é brabo, o infrator pode pagar com sua própria vida.

É comum os donos de garimpos montarem sua guarda pessoal com indivíduos que intimidam só com suas presenças, são chamados de guaxebas⁴⁹. Estes recebem as alcunhas mais estranhas possíveis indicando poder de imposição das regras a todos que chegam ao garimpo.

Minha origem é rural, minha família toda é ligada aos trabalhos de roças e de criações de gado. Mas eu já morava na cidade quando surgiu o garimpo, o principal deles que foi Serra Pelada. Fiquei animado com as notícias de tanto ouro. Era tanta riqueza que todos queriam ir para lá, enriquecer para não precisar trabalhar mais. Isso era o que se ouvia todos os dias, gente que bamburrava, ficava milionário da noite para o dia e comprava quarteirões inteiros de casas, fazendas, frotas de carros, aviões, faziam viagens, muita festa e diziam que era só voltar lá e pegar mais ouro. Eu me encantei com aquilo. Fui fazer uma visita e me admirei com tanta gente e presenciei as filas de gente na Caixa Econômica vendendo ouro e saindo de lá com sacos cheios de dinheiro, outros com sacolas, pacotes e até carros de mão lotados de dinheiros. Era coisa que nunca tinha visto e quem via ficava admirado. Uma diária na Serra Pelada para carregar 30 sacos de terra de 30 quilos era o mais que um trabalhador assalariado ganhava numa semana. Aí, comecei a trabalhar como meia-praça num barranco que

⁴⁹ **Guaxeba** é uma denominação que significa uma pessoa que faz mandados com ar de perversão. É o mesmo que pistoleiro, capanga, bate-pau, leão de chácara.

ficava perto dos bamburros, me animei e sonhava com muito dinheiro, com muita fartura e dá uma vida boa para minha família e trabalhar com menos dificuldades. Eu tinha uma marcenaria de pequeno porte de sociedade com um amigo e não dava quase nada para cada um e passei a ver no garimpo uma possibilidade de ficar rico mesmo, muito rico. Voltei à Imperatriz, onde morava, e vendi minha parte da sociedade, peguei o dinheiro e comprei porcentagem em vários barrancos e continuei trabalhando de meia-praça para ter mais chances de bamburrar. Voltava de vez em quando em casa, mas sem levar nada de dinheiro, pois eu acho que a sorte, essa eu nunca tive. Muita gente bamburrava ao lado dos barrancos que eu tinha porcentagem, mas nada, nada deu certo para mim. Fiquei em Serra Pelada até o garimpo fechar e nunca tirei um centavo. Minha família já não contava mais com minha ajuda. Os meus sogros assumiram minha mulher e meus filhos e eu sem profissão, sem nenhum tostão para começar algum negócio eu não tinha e trabalhar para os outros eu nunca quis, só restava eu procurar outros garimpos para aventurar. Trabalhava alguns meses em qualquer serviço braçal, que era o que eu sabia fazer e juntava o dinheiro da passagem e seguia para outros garimpos. Fui para o Cumarú, lá peguei uma malária, trabalhei dois anos, só pelo alimento, pois nunca quis trabalhar como diarista. Comigo era assim, ou tudo ou nada. Ou eu bamburrava ou continuava na miséria, não tinha meio termo. Para quem já tinha visto tanta gente enricar da noite para o dia, não me conformava com pouca coisa e sonhava alto. A Amazônia ficou pequena para mim, pois rodei ela toda, em toda biboca que se falava em garimpo eu fui. Fui nos garimpos de Peixoto de Azevedo no Mato Grosso, nos garimpos de Rondônia, do Acre, no Amazonas, na divisa com o Peru, em Roraima, nas Guianas e no Suriname, voltei para o Brasil e fui nos garimpos da região do Tapajós. Presenciei as maiores calamidades no meio da floresta, como gente que ficava no meio do mato clamando para ser levado pelos companheiros e sem ninguém poder fazer nada, eles ficavam para trás e, ali mesmo, morriam. Se a gente fosse socorrer era para morrer também, era de cortar o coração e pensar que poderia ser o mesmo destino de muitos ali, nos metia medo. Guerreavam entre si nas áreas de garimpos, pois alguns donos de garimpos também contratavam a pistolagem nos garimpos. Era outra coisa brutal que presenciei. Pistoleiros que vi em Imperatriz foram também para os garimpos e passaram a assaltar os donos de garimpos, os garimpeiros que voltavam para casa com dinheiro que iam deixar para as famílias. Foram grandes matanças que presenciei entre esses grupos. O caso mais famoso de violência nos garimpos, que presenciei, foi o caso do Rambo do Pará, que se sucedeu num garimpo chamado Castelo de Sonhos. Esse garimpo ficava no Pará e a corrutela virou cidade hoje. Rambo do Pará era um mecânico de máquinas usadas na garimpagem e foi convidado para dá manutenção nos garimpos de Castelo de Sonhos. Só que com o tempo ele formou um grupo de assaltantes de garimpeiros e, com seus capangas, tomou o garimpo inteiro do dono e começou a montar seu império. Tomou tudo, o ouro já colhido, as máquinas, os casebres e expulsou o dono. Fez uma fortaleza e contratou muitos guaxebas, pistoleiros para o acompanhar, e não ficou só nisso. Comprou uma frota de aviões, helicópteros, carros, muitas armas e munições, formou um verdadeiro exército e partiu para mais ações contra outros garimpos da redondeza. Assim, ele ficou muito rico e muito famoso na região. Temido até pelas autoridades policiais, ele continuou fazendo atrocidades sem ser incomodado por ninguém. Eu trabalhei lá nesse garimpo Castelo de Sonho nessa época do Rambo do Pará, e quase me tornei um guaxeba dele. Sem condições de voltar para casa, com malária e sem ter trabalho nem de diarista, já estava na lista para fazer os testes de coragem para entrar no bando dele e o primeiro dos testes era matar alguém a sangue frio, e eu pensava o tempo todo como seria a vida para mim depois que passasse por aquilo. Eu sabia que não teria futuro e a morte era certa. Ou eu morria nas operações de assaltos, ou eu morreria pela polícia, ou, então, morria pelos próprios guaxebas que disputavam as melhores colocações dentro do sistema. Mas antes de ocorrer o pior, apareceu um trabalho num dos garimpos e pedi para me tirar da lista dos pretensos pistoleiros. Ganhei umas diárias que deu para pagar as passagens de volta e vim embora do garimpo para nunca mais. Vivi 12 anos nessa luta, mas depois que cheguei meus familiares me ajudaram botei um pequeno negócio para mim e com o tempo, já estabilizado, me veio a ideia de voltar aos garimpos e por pouco não fui perder o resto

da minha vida no garimpo. É difícil a gente levar uma vida e depois se desgarrar dela. Foi assim comigo nessa vida de garimpeiro...⁵⁰

O certo é que em cada garimpo funciona como se fosse uma sesmaria, onde o próprio dono com suas leis, sua força e seu controle assume às vezes o papel do Estado. Em Serra Pelada, o major Curió, que foi um representante do Estado, era uma pessoa que controlava tudo, exercendo um poder centralizado que ia para além das leis do Estado. Lá em Serra Pelada ele estabeleceu as regras por conta própria, sem levar em conta nenhuma lei nacional. Expulsou as mulheres, proibiu bebidas, desarmou todo mundo e controlava a permanência e a expulsão de qualquer pessoa, segundo sua vontade e dos policiais federais que o acompanhavam. Adquiriu admiração, prestígio e ascendeu ao poder político, tudo à custa do controle do garimpo.

Um fato interessante é que Serra Pelada, que começou como garimpo clandestino, sofreu uma intervenção federal e ganhou status de garimpo oficializado, com garimpeiros portando carteira de licença para garimpar, mesmo assim nunca deixou de contar com a presença de garimpeiros clandestinos, pois era a única forma de pessoas simples entrarem no garimpo para depois serem legalizados. O processo de entrada no Garimpo de Serra Pelada era muito arriscado, e poderia sofrer punições alguém que fosse encontrado na clandestinidade.

Pra chegar em Serra Pelada tínhamos que primeiro tentar com alguém influente arranjar uma autorização ou uma carteira. Se a pessoa tivesse comprado porcentagens nos barrancos, ela podia entrar com o contrato de sócio e logo, ao chegar lá, ganhava uma carteira de garimpeiro expedida pelo grupo do Major Curió. Mas os outros como eu não tinha essa facilidade. Eu tive que furar a mata e as barreiras policiais para chegar em Serra Pelada. A gente vinha de carro até o 30, um povoado que fica na estrada de Serra dos Carajás e por lá ficava até reunir um grupo com alguém que soubesse da picada da mata para se chegar até lá. Saíamos 8:00 horas da manhã a pé e subia serra e descia serra, atravessávamos riachos o dia todo sem descanso, até chegar no meio de uma subida, onde tinha uma palhoça no meio do mato e lá a gente dormiu. No outro dia saímos cedo e presenciamos situações horríveis: vimos alguns cadáveres no caminho e alguém disse que eram garimpeiros que estavam saindo da Serra Pelada com ouro e outros fizeram tocaias para matá-los e roubá-los. Isso foi relatado como se fosse normal e até aceito de forma contundente e reafirmando que ladrão tinha mesmo que morrer. Por volta das 10:30 horas chegamos em Serra Pelada e nesse mesmo dia tinha fila para tirar a licença, mas fiquei cismado, pois poderia ser uma armadilha para pegar os furões e os clandestinos para expulsá-los de lá. Mas era mesmo verdade, era para tirar a carteira de garimpeiro. No dia seguinte fui e tirei a minha. Se a gente fosse pego pelos policiais federais sem esse documento, a situação ficava complicada, pois ser furão era, por si só, um delito e tinha que pagar a pena em praça pública e ser ridicularizado, passavam o dia todo amarrados uns nos outros e faziam trabalho de limpeza e eram humilhados, depois eram expulsos. Alguns voltavam e se embrenhavam nas grotas em volta da cava maior, mas sem trabalhar

⁵⁰ JOSÉ RODRIGUES. Morador de Peixoto de Azevedo, 68 anos, entrevistado em 23 de julho de 2019.

como os garimpeiros legalizados, até ter uma oportunidade de se legalizar. Já muitos, depois de passar por situações de constrangimentos, nunca mais pisavam lá.⁵¹

As relações de poderes nas fronteiras amazônicas se estabeleciam como absolutismos numa ética confusa entre a solidariedade e a violência. Os extremos faziam parte das práticas de controle social, onde o medo, a coragem, a mansidão e a valentia faziam parte das ações cotidianas. Os donos dos garimpos eram “Senhores Feudais” que determinavam tudo: legislavam, julgavam e executavam as penas de forma exemplar para impor a ordem e controlar a mão de obra de acordo com seus interesses. Para os subalternos restava obedecer às ordens, às regras impostas e às condições de trabalho que eram ofertadas na ordem do dia.

Nessas condições, a contaminação por produtos químicos não era vista como perigo e era encarada como forma de coragem. Trabalhar com os motores-bombas com a água até a cintura — água contaminada com mercúrio — era uma forma heroica para o trabalhador, e não um perigo a ser rejeitado e combatido. Os ganhos poderiam justificar qualquer atitude e ação arriscada, enquanto bamburrar era alcançar uma graça que resolveria qualquer futuro problema, inclusive de saúde. Na verdade, os trabalhos mais pesados e mais arriscados eram também os mais disputados, pois mostrar coragem era uma forma de alcançar confiança do patrão e receber benefícios na hora em que o ouro fosse encontrado. Qualquer agrado poderia ter um retorno em ouro quando houvesse o bamburro, e até os assalariados queriam receber os agrados do patrão, mas para isso esses garimpeiros tinham que estar na linha de frente para encarar os trabalhos mais arriscados e insalubres.

Carregar peso em excesso era um destes trabalhos exigidos que prejudicavam a saúde dos garimpeiros, mas era uma forma de demonstrar que estavam à disposição de qualquer tarefa. Os garimpeiros que não encarassem como normais essas tarefas não eram bem vistos pelos patrões, e muito eram dispensados por não as executarem. Carregar tambores de 50 litros de óleo combustível por longas distâncias, subindo e descendo serras, atravessando riachos, rios e lagos era uma tarefa que deixava os garimpeiros com suas forças esgotadas, mas não podiam demonstrar cansaço, pois era sinal de fraqueza. Os motores- bombas de mais de 150 quilos, rolos de mangueiras, rolos de plásticos para as barracas, ferramentas, alimentos, tudo era também carregado nos ombros pelos garimpeiros. Muitos adoeciam de tanto esforço.

⁵¹ Aristeu Ribeiro Lima, natural de Amarante do Maranhão e mora atualmente em Xinguara-PA. Continua como garimpeiro de forma clandestina. Tem 67 anos, recebe uma aposentadoria e tem uma família que formou no garimpo.

As condições de moradia eram precárias e pouco protegiam das friagens, dos mosquitos e de animais peçonhentos. As chuvas constantes proporcionavam resfriados e as pneumonias eram frequentes. Os barracos eram feitos de armações de madeiras retiradas da floresta e cobertos geralmente com plástico que não oferecia nenhum isolamento térmico e não os abrigava dos males do ambiente. Os barracos eram praticamente só coberturas.

Figura 10 – Moradias nos garimpos



Fonte: fotos de(Susan Schulman/Getty Images)<https://exame.abril.com.br/brasil/sao-20-mil-garimpeiros-explorando-a-nossa-casa-diz-lider-indigena/>

A insalubridade estava presente em qualquer parte do garimpo, indo desde as cavas até os barracos e as atividades. A constante presença de umidade aumentava os riscos de doenças, principalmente de malária. A malária nas áreas de garimpos é endêmica e é a maior causa de óbitos entre os garimpeiros. A falta de locais apropriados para as necessidades fisiológicas proporcionam a disseminação de doenças como a hepatite e a caxumba. Essas doenças sempre rondam os garimpos.

Outra questão de muito risco é a alimentação, pois na maioria dos garimpos que ficavam longe das fontes de abastecimentos, os garimpeiros tinham que caçar, pescar e coletar frutos na floresta. Muitas caças são vetores de doenças que se alastravam entre os garimpeiros, como a hanseníase e leishmaniose. Existiam os garimpeiros caçadores que, depois de trabalhar nos

barrancos, saiam para a caça correndo outros riscos, como a presença de onças, cobras e jacarés, muito comuns no meio da mata. No entanto, ser destemido era uma ética dos garimpos para ser encarada como normal e a única forma de vencer os obstáculos da geografia e das mazelas naturais como meio de encontrar o ouro e bamburrar. Para realizar o sonho era preciso superar as próprias limitações físicas e mentais, pois o desejo de enricar exigia o sacrifício para depois gozar as conquistas.

As primeiras barreiras eram agradar o patrão, dispor-se a trabalhar no limite das forças físicas e correr todos os riscos mantendo na mente o desejo de encontrar o ouro. Os garimpeiros tinham a crença do bamburro e da felicidade no fundo do poço (barranco). Só restando trabalhar.

O serviço era pesado de sol a sol. No início chegamos num local e fizemos a limpeza e abrimos uma clareira na mata. Para ver a luz do sol, pois na mata raramente se sabia as horas se não tivesse um relógio. Tudo era escuro o tempo todo, então, com a clareira montava-se as barracas, fazíamos os testes nas grotas e se desse ouro continuava com o acampamento, depois voltava alguns e iam buscar as máquinas. Muito pesadas, amarrávamos cordas e colocávamos um pau atravessado e com dois homens de cada lado a gente ia tropeçando e, às vezes, caindo e levantando. Era preciso muita força para aquele serviço. Muita gente adoecia de coluna e hérnia nos testículos de tanto botar força. Muitos não aguentavam e tinham que sair do garimpo. Eram os fracos, os frouxos. O patrão queria ver resultado e a pessoa tinha que valer “a comida que comia”, pois era sempre lembrado que se ali fosse ficar tinha que dar conta de tudo. Muita gente foi contaminada com mercúrio e não tinha noção do tamanho do perigo e da gravidade do problema. A valentia e a coragem eram impulsionadas pela ignorância da maioria de nós garimpeiros e isso era a maior arma dos patrões que impunha suas regras pela ignorância das pessoas. Hoje se sabe mais sobre as sequelas, pois elas apareceram depois quando não tinha mais jeito. Sabemos que muitos garimpeiros estão sofrendo de todo tipo de doenças que contraíram nos garimpos e a contaminação por mercúrio já matou muita gente entre nós.⁵²

Quando perguntado sobre a contaminação do mercúrio, o dono de um garimpo, no sul do Pará, simplesmente respondeu que todo mundo já sabia do perigo, mas ninguém estava disposto a perder o ouro a deixar de aplicar o mercúrio, e dificilmente os garimpeiros encontrariam outro jeito de limpar o ouro das impurezas.

Aliás, há duas formas de ser contaminado com o mercúrio: uma é quando ele é misturado à água e à terra para lavar o cascalho e retirar o ouro, e o outro é quando o mercúrio e o ouro são queimados para separar o ouro do próprio mercúrio, quando se inala o mercúrio pela fumaça. Essa última forma também contamina os patrões, pois eles querem assistir ao processo para vigiar o quanto de ouro foi apurado e impedir desvios.

⁵² Valdemor da Silva Raposo, 78 anos, natural de Sítio Novo - MA, mora atualmente em Serra Pelada, é aposentado por idade.

Mas a contaminação pelo mercúrio não se restringe só aos trabalhadores dos garimpos, os rios ficam poluídos — os moradores ribeirinhos, os indígenas, os peixes e as cidades que se localizam às margens dos rios sofrem com todos os danos causados pela extração do ouro. As mineradoras, que utilizam produtos químicos, são as grandes poluidoras da região. Suas barragens são inseguras e o lençol freático já está contaminado. O legado da mineração para os povos da Amazônia é uma calamidade, principalmente àqueles a quem não resta outra saída a não ser continuar vivendo nesses lugares insalubres.

4 A VIDA NOS GARIMPOS: OS GARIMPEIROS ENTRE O BLEFO E O SONHO DE BAMBURRAR

4.1 Às margens dos sonhos

Na Amazônia há um mito que diz “onde alguém pisa pode lavar os sapatos e colher ouro”. Na verdade, a existência de minerais das mais variadas espécies e combinações acontece em várias províncias minerais já mapeadas e em tantas outras ainda por mapear. Mas o ouro é um metal raro e sua incidência não é abundante em qualquer parte do planeta, mesmo porque, se fosse abundante, não teria o valor econômico que a sociedade humana lhe atribui, pois o valor simbólico e monetário do ouro é relativo à sua escassez.

Mas os que se envolvem na sua extração mineral, como na Amazônia, e o encontram em boa quantidade, não levam em conta sua característica de escassez. Eles levam em conta outros fatores, como a sorte, a magia que dizem o ouro possuir, o azar, pois para quem bamburra e joga fora rapidamente e depois não o encontra mais, dizem que foi castigo ou quebrou algum pacto com seres sobrenaturais, ou ainda que a sorte o abandonou.

A fronteira amazônica está cheia de armadilhas que prendem as pessoas que ali chegam em busca de uma nova vida: os camponeses que chegam de outras regiões em busca de terras livres encontram a opressão e acabam virando peões nas fazendas-empresas ou nas carvoarias das guzeiras. Muitos foram para os garimpos com a mesma esperança de mudar de vida e continuaram blefados, doentes e sem condições morais para voltar para casa. A família foi desfeita por sua ausência e também já está sem esperança da volta do velho garimpeiro.

José de Souza Martins¹, em *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, entende o termo fronteira para além do sentido de limites espaciais. Ele entende que o homem e suas relações se defrontam com uma fronteira que vai além dos limites do espaço físico, e só dessa maneira se pode compreender o humano nessa região onde os atores historicamente constroem suas experiências de vida articuladas aos seus interesses mais urgentes, mas sonham com um futuro esperançoso que os faz moverem pedras sobre pedras, no limite de suas forças para um descanso honroso e farto. Mas o futuro já fica traçado naquele presente brutal que a nada chega e quando chega não se alcança a finalidade desejada, voltando sempre ao ponto de partida.

São tantas as armadilhas nos garimpos quanto são os grupos de interesses. Esses grupos

¹ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

se defrontam nos submundos dos garimpos clandestinos, onde os sujeitos produzem suas existências e reproduzem o capital na busca do ouro². Nas encruzilhadas fronteiriças em que os garimpeiros se encontram, existem os donos dos garimpos, os contrabandistas, os interesses políticos, os comerciantes, os donos dos meios de transportes, os cabarés e seus cafetões, os guaxebas e pistoleiros, as forças do Estado e os ladrões que rondam os espaços de garimpos.

Nesse meio, os garimpeiros clandestinos, distanciando-se de si mesmos em busca de suas ambições, ampliam suas ações, desbravam territórios e os colonizam. Assim, esses sujeitos produzem também suas experiências nas dinâmicas sociais nas quais eles se reproduzem. Os interesses que negam a eles mesmos apresentam-se como interesses comuns e são as armadilhas mais perigosas. As promessas das políticas públicas em seus benefícios nunca chegam a tempo. Enquanto isso a vida míngua nos barrancos, nas corrutelas e nas beiras das estradas, onde ainda encontram uma forma mínima de abrigo.

Nessa nova fronteira, voltada para a exploração de recursos minerais e de inserção da região na economia de mercado, a fadiga substitui a coragem e a força. O desengano, a desesperança, a desonra, a falta de sorte, os arrependimentos vão dando um novo contorno ao que antes eram sonhos. A fronteira da riqueza se restabelece como a fronteira da miséria.

No período áureo da produção do ouro nos garimpos amazônicos, muitas autoridades (presidentes da República, ministros, governadores, senadores, deputados, prefeitos, vereadores, militares) visitaram os garimpos. Muitos deles fizeram promessas de melhorias de vida aos garimpeiros, como a regulamentação da profissão, os apoios à extração e à regularização dos garimpos existentes, que seriam organizados em cooperativas para os processos de exploração das lavras.

No final dos anos 70, o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, prometeu pagar a dívida externa brasileira com o ouro da Amazônia, e as grandes reservas que estavam em sigilo vieram à tona. Novas áreas de garimpos surgiram e o contingente de garimpeiros aumentou significativamente. O Ministro deu um sopro na garimpagem quando demonstrou interesse

² *Idem. Ibidem.* p. 10 - A fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (...). Dentre muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem visibilidade (...) tomo a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, desorganizam-se ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do homem.

nesse modelo de extração mineral. O mesmo ministro anunciou, em 1979, a existência de ouro na Serra dos Carajás, e no ano seguinte Serra Pelada é descoberta e a pressão social atinge diretamente os interesses da principal companhia de mineração estatal: a Vale do Rio Doce. A CVRD passou a reivindicar a área de Serra Pelada como pertencente à sua área de concessão de exploração de minérios.

Nessa encruzilhada entre os interesses das mineradoras, do Estado e dos garimpeiros, as promessas continuavam animando os garimpos e as esperanças dos garimpeiros eram multiplicadas pelo tempo que poderiam permanecer nas áreas de trabalho. Ao passar pelos garimpos do sul do Pará, em 1980, outro ministro das Minas e Energia (1979-1985), César Cals de Oliveira Filho, entusiasmado com o que vira, garantiu que em mais um ano, com a produção do ouro nos garimpos da Amazônia, o Brasil seria autossuficiente desse minério. O ministro prometeu abrir mais áreas de garimpos e criar um modelo único para toda a Amazônia, mas nenhuma das promessas foi cumprida.

Como todo garimpo manual tem um tempo de produção compensatória, até Serra Pelada — que diziam ser um lugar em que o ouro não se esgotava —, em 1982, dá sinais de que não teria chances de continuar sem um processo de mecanização. Mas o Presidente João Batista Figueiredo, em visita a Serra Pelada, prometeu a continuidade do garimpo, organizando uma terraplanagem rebaixando as ribanceiras da cava, deixando os garimpeiros em euforia. As razões políticas falavam mais alto, e animar os garimpeiros era garantia de voto.

Figura 11 – Presidente João Batista Figueiredo em Serra Pelada



Fonte: foto de Jamil Bittar (1983) <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/serra-pelada-eldorado-brasileiro>

Figura 12 – Presidente João Batista Figueiredo em Serra Pelada carregado pelos garimpeiros



Fonte: foto de A. Dorgivan (CPDoc JB) <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-general-no-palanque>

Ficou muito emblemático a presença de um Presidente da República nas áreas de garimpos na Amazônia. A demonstração de quão importante era a força dessa produção para o Brasil, na época (1982). Para os garimpeiros que disputavam os espaços com as mineradoras, que diziam ter a concessão das áreas de mineração, aquela presença representava um certo alento e uma esperança de continuação das atividades garimpeiras. O presidente em campanha fez muitas promessas, inclusive a de reabertura de Serra Pelada, que seguida foi liberada para a garimpagem.

Bastante emocionado, o presidente João Figueiredo, lambuzado de lama pelos garimpeiros que o carregaram nos ombros, chegou a prometer que, enquanto ele fosse presidente, ninguém ousaria tocar em Serra Pelada. O Garimpo para os garimpeiros era o lema, em plena campanha eleitoral. Consta, em Serra Pelada, que tudo foi cuidadosamente encenado e o presidente, um homem emotivo, que vinha sendo atacado por todos os lados, derreteu-se com a homenagem, sem pesar as consequências.³

Os garimpos estavam cumprindo várias missões políticas, econômicas e sociais para os interesses do PGC e os planos de controle social e ideológico na região. O certo é que os garimpeiros se enchiam de fé, a cada promessa, na perspectiva de resolver seus problemas

³ KOTSCHO, Ricardo. Op. Cit. p. 20.

econômicos com os possíveis bamburros. A cada hora a rádio Nacional de Brasília anunciava as novidades dos garimpos e promovia comunicações entre os garimpeiros e seus familiares. Aos garimpos eram levados shows com artistas que ficaram famosos por participarem desses eventos e cantarem músicas dedicadas aos garimpeiros.

Havia certo glamour e pirotecnia na vida do garimpo que empurrava os garimpeiros para um mundo um tanto encantado da “abundância do ouro”, e a cada dia mais gente chegava nas áreas de mineração. A vida real não era bem essa fantasia. Ali mesmo, onde se ganhava o dinheiro, perdia-se tudo. Nos garimpos a carestia era regra e os incentivos ao consumo e à extravagância não tinha limites. Os bamburrados carregavam consigo muita gente interessada em pilhar até o último centavo ou, por vontade própria, realizar suas fantasias pessoais. Mas os bamburrados são poucos, e a massa de garimpeiros começa a entender o sistema de permanência da miséria.

Ao mesmo tempo que promete garantir os garimpos aos garimpeiros, o governo anuncia o fechamento de áreas de garimpos de Serra Pelada, que é o mais produtivo e propagado de todos os garimpos e é reivindicada pela Vale do Rio Doce. A Companhia, ainda estatal, pressiona as autoridades e a justiça para devolver seu direito de propriedade sobre o garimpo. O Ministro César Cals, que antes prometera garantir o funcionamento do garimpo, passou a anunciar a mecanização da extração do ouro, dando o direito de posse à CVRD, com a consequente expulsão dos garimpeiros. Outras áreas de garimpos são fechadas pela Polícia Federal e os garimpeiros entram em pé de guerra com as mineradoras e o Estado. O final da década de 80 foi um tempo de tensão.

A luta dos garimpeiros chega ao Congresso Nacional. Deputados eleitos nas regiões de garimpo, liderados pelo deputado Major Curió, levam propostas que defendem os direitos dos garimpeiros (A Lei Curió, que defendia a permanência dos garimpos por cinco anos, foi revogada). Diante desse fato os garimpeiros se colocaram em posição de resistência, e o Major Curió fica ao lado deles. O presidente Figueiredo deixa a cargo do Congresso o futuro dos garimpos e, enquanto os congressistas não chegam a uma solução definitiva, os garimpos ficam funcionando sem data determinada para fechamento. Só Serra Pelada continua como área de concessão aos garimpeiros.

Outras dificuldades se apresentavam como impedimento das atividades da extração mineral. A cava de Serra Pelada chega a um patamar de risco que os próprios garimpeiros não têm mais condições de permanecerem na lavra. A 14 de outubro de 1983, a assessoria do Ministério das Minas e Energia anuncia a ocorrência de desmoronamento de terras em alguns

garimpos. Só em Serra Pelada haviam ocorrido dois, com 25 mortos e 89 feridos. Com isso, as mineradoras faziam pressão para o fechamento dos garimpos.

Nessa mesma época, as preocupações com ecologia começam a ganhar corpo e a Amazônia fica no meio do foco das teorias sobre os processos de degradação ambiental. Os garimpos são os principais alvos das críticas sobre os problemas ambientais, além de outros problemas como as invasões das terras indígenas, agora demarcadas. As pressões sobre os garimpos tomam outras dimensões, com a opinião pública assumindo novas posições a respeito do uso dos recursos naturais do planeta. A exploração dos recursos de forma primitiva como nos garimpos é um fator de risco máximo para a poluição dos rios, para a degradação da floresta e para a saúde de várias comunidades e até mesmo de cidades.

No entanto, a economia local sofre drasticamente com o fechamento dos garimpos e muitas autoridades locais passam a defender sua manutenção. Mas a pujança dos garimpos não é mais a mesma e a própria ética dos garimpos anteriores passa a não existir mais. A solidariedade, os companheirismos não fazem mais parte da vida dos garimpos que continuam, pois os donos são capitalistas, as contas são refeitas e os cuidados com os lucros são maiores, enquanto os riscos têm que ser minimizados. As fiscalizações são mais intensas e as perdas podem ser irreversíveis.

Não há garantia de nenhum direito sobre os ganhos dos garimpeiros. Donos de garimpos, que antes honravam seus compromissos, agora, quando ficam blefados, vão buscar condições para tocar o garimpo e não voltam mais, e com isso os garimpeiros diaristas e meeiros perdem tudo. Esses trabalhadores ficaram mais vulneráveis, pois não podem denunciar por serem explorações irregulares e a justiça não toma nenhuma providência. Aliás, os garimpeiros que denunciarem seus patrões podem ser incriminados por exercício de atividade proibida.

Os garimpos — que chegaram a 453, em 1989, nas várias reservas minerais da Amazônia brasileira — viraram terras sem lei, sem ética e sem ordem. Os garimpeiros⁴ largam suas

⁴ Os dados disponíveis permitem traçar o seguinte perfil do garimpeiro trabalhador na Amazônia. Entre eles a maioria é solteiro ou separado, tem idade média de 32 anos. O grau de instrução é muito baixo, sendo que pelo menos um quarto se compõe de analfabetos e na sua grande maioria não chegam a concluir o primeiro grau. A maior parte da força de trabalho dos garimpos do Pará e Roraima vem da região Nordeste (PA: 73%, RR: 47%), no Amapá e Amazonas a quase totalidade dos garimpeiros trabalhadores vêm do próprio estado ou da região amazônica (AP: 57%, AM: 85 %). Rondônia mostra um perfil mais equilibrado, sendo que 29% da força de trabalho tem origem nos estados do Sul ou do Centro-Oeste, 31% vem do Nordeste e 21% da Amazônia. Sendo também o Estado que mostra o menor índice (40%) de garimpeiros que trabalhavam na agricultura antes de ingressar na garimpagem. No Pará (55%) e no Amazonas (64%) a origem rural da mão de obra garimpeira é muito mais acentuada. Uma fonte significativa da força de trabalho nos garimpos da Amazônia são os projetos de colonização que, aparentemente, não conseguem competir com a lucratividade

atividades depois de muitos anos e, sem ter uma profissão que lhes dê uma nova condição de trabalho, sem direito à aposentadoria, passam a vagar pelas currutelas e periferias das cidades. Geralmente não voltam para suas famílias, pois não se sentem dignos de serem aceitos pelos familiares que eles próprios anteriormente haviam abandonado.

As mineradoras, por outro lado, passam ao largo das críticas dos ambientalistas. Elas representam o “progresso” e portadoras das técnicas e dos modernos maquinários símbolos do desenvolvimentismo da era da sociedade “tecnológica”. As mineradoras foram fortalecidas e incrementadas, enquanto os garimpeiros ficaram na periferia da economia de mercado e, ao longe, vivem suas dificuldades. Os garimpos foram superados pelo processo produtivo que se implantou com a chegada das relações do capital, tornando-se mais um enclave.

A economia dos garimpos ficou como algo inerte encravado, com suas relações produtivas arcaicas, impedindo o progresso, em relação com a produção das mineradoras que ficaram responsáveis pelas divisas internacionais e impulsionando a economia de mercado nacional e regional.

Com relação ao ponto de vista dos donos do capital e do poder político, os garimpos se apresentam como mais uma espécie de enclave, entre tantos outros, dentro da dinâmica do desenvolvimento econômico:

- a) ***O enclave de subsistência:*** caracteriza-se pela produção de bens e serviços para autossustento. Consiste geralmente de produção familiar, poupadora de capital e intensiva mão de obra. Neste enclave o emprego formal é inexistente, dando lugar ao conceito de ocupação, ou seja, a execução de uma atividade útil à sociedade. Só que para o capital essas relações são abordadas de forma pejorativa, por não abrir espaço para a reprodução do capital e das relações de exploração capitalistas. Segundo este ponto de vista, toda a produção deve atingir o mercado de troca monetária e somente no papel de mercadoria são consideradas como produção de riquezas. Um enclave de subsistência é uma categoria econômica em uma etapa subdesenvolvida, atrasada, de uma economia dual. O trabalho do camponês não entra na contabilidade nacional

da extração de ouro. Esses dados mostram que o garimpo funciona como atrator, tanto dentro da sua região quanto nos estados fora da Amazônia. Esse atrator não direciona somente a mão-de-obra, mas também o fluxo de capital para dentro dos garimpos da Amazônia. A partir de Serra Pelada os garimpeiros se espalharam pela Amazônia e, em 1989, mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam na Amazônia Brasileira em pelo menos dois mil garimpos, produzindo cerca de 100 t de ouro por ano. Hoje em dia, menos de 200 mil garimpeiros tentam a vida nos garimpos amazônicos produzindo cerca de 20 t/ano, de acordo com o IBGM (2001). MATHIS, Armin. **Garimpos de ouro na Amazônia: fatores sociais, relações de trabalho e condições de vida.** PAPERS DO NAEA Nº 037. www.naea.ufpa.br

por não constituir num trabalho assalariado e não contabilizar impostos. Ele não pertence ao mercado de trabalho formal. Também “não produz riqueza”.

- b) ***Enclave indígena:*** considerado área de reserva indígena. Nessa categoria leis especiais são criadas para proteger o nativo índio. Na prática, essas reservas não se encontram fisicamente delimitadas e sofrem, por isso, os que se situam no entorno, ficando privados de créditos e de benefícios que os governantes promovem em outros territórios. A recusa de financiamentos e de projetos para o município pela indeterminação da questão indígena, que se arrasta indefinidamente, vem prejudicando as economias locais.
- c) ***O enclave de mercado:*** agora passa por uma crise geral de desemprego e recessão. Nesse aspecto, uma das soluções seria o retorno das pessoas ao campo, para seu lugar de origem, mas nada se fez ou se faz para a reincorporação desses contingentes. É bom lembrar que tais locais já foram mudados social e legalmente: tornaram-se sítios já nas mãos de terceiros inseridos no mercado. A verdade é que não houve o cuidado de se preservar, até fisicamente, certos cenários para a vida associada. A ideologia de mercado expulsou essas pessoas do campo na expectativa de conseguir empregos formais na cidade, o que na maioria não ocorreu.
- d) ***O enclave do extrativismo:*** que, sem um planejamento e sem os instrumentos modernos, promovem o desperdício e os desajustes socioambientais que provocam depredações irreversíveis ao meio-ambiente e aos próprios garimpeiros, tratados como extrativistas minerais. Eles não faziam parte da economia formal, alegando que o ouro era desviado para outros países por contrabandistas.⁵

O avanço das mineradoras na região amazônica conflita com os garimpos e os considera mais um tipo de enclave ao desenvolvimento das forças produtivas, pois tudo é visto sob a perspectiva do uso da tecnologia e da acumulação de capital exclusivamente pelos grandes empreendimentos empresariais. Esse enfrentamento é entendido como uma busca incessante pelo monopólio do extrativismo mineral.

⁵ FERRAZ, Siney. Op. Cit. p. 116.

Figura 13 – Mineradoras na Amazônia



Fonte: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-a-belo-sun-abocanhou-o-ouro-amazonico/>

Nos últimos 20 anos, as regiões de garimpos viram sua economia estagnar dentro de um cinturão de pobreza que chega a ser miserável. E não há perspectivas futuras de melhoras, pois não há projetos de incentivos em nenhum setor produtivo, nem por parte dos governantes nem por particulares. Isso leva ao descrédito a população que migrou para a Amazônia, principalmente a das últimas quatro décadas do século XX, em busca de riqueza fácil em plena “febre do ouro”, quando dos “tempos dos garimpos”.

4.2 A vida por um fio: os garimpeiros e os perigos nos garimpos amazônicos

As notícias do ouro, a vontade desesperada por bamburrar e as condições de trabalho nos garimpos associados à nova ordem de consumo e acumulação, as outras perspectivas da vida comum dos cidadãos eram banalizadas, relegadas e desmerecidas de valores a serem alcançados ou mesmo desprezados. A própria vida tornou-se algo sem sentido se a abundância de ouro não aparecesse como base única de realização e felicidade geral.

Arriscar a vida trabalhando nos garimpos de mergulho, carregando sacos de terra nas costas, subindo escadarias de mais de 100 metros de altura sem nenhum dispositivo de segurança, trabalhando nas cavas dos barrancos nas encostas de barreiras deslizantes prestes a causar tragédias, trabalhando doente de malária, caxumba... Tudo isso seriam situações

extremas em outros lugares, mas não nos garimpos, nos garimpos isso era comum. Viver em pleno risco de perder a vida é condição da vida cotidiana no mundo dos garimpos.

Figura 14 – Aviação nos garimpos da Amazônia



Fonte: <http://blogs.opovo.com.br/asaseflaps/2012/01/09/aviacao-de-garimpo-os-kamikases-da-mazonia/>

Figura 15 – Aeroporto nas regiões de garimpos



Fonte: Tucumã-Pa. Ago. 1983 <http://blogs.opovo.com.br/asaseflaps/2012/01/09/aviacao-de-garimpo-os-kamikases-da-mazonia/>

Sair de casa para entrar na Amazônia já tinha o sentido de “será que vai voltar?” As viagens através dos meios de transporte já representavam um alto risco: primeiro pegava um pau-de-arara, depois um teco-teco (um avião de pequeno porte e de péssimas condições de voo), depois possivelmente um barco para ir até determinado trecho e continuar a pé até chegar ao destino. Na mata existem onças, nos rios jacarés, piranhas, candirus; enfim, em qualquer lugar que se estivesse, a presença de animais peçonhentos era comum (cobras, aranhas, escorpiões). Também os mosquitos representavam riscos iminentes, pois muitas doenças são transmitidas por eles e a presença deles era garantida em qualquer lugar da Amazônia, e contra eles não havia barreiras.

*“Já passei situações que se fosse hoje não faria. Quando a gente é jovem, a imprudência se confunde com coragem e então a gente abusa dos riscos apostando na sorte. Viajei em situação de risco em caminhões lotados de passageiros, todos em pé na carroceria e em estradas cheias de buracos, segurando uns nos outros. Por pouco o carro não virou, mas outros acidentes, nas mesmas condições, se tornaram tragédias, sendo que isso acontecia constantemente. Os barcos em que viajei só andavam superlotados e com cargas acima da medida, faltando pouco para alagar. São de todos os tamanhos e os menores são sempre os mais perigosos, além de não terem nenhum material de segurança. Em rios como o Madeira e o Tapajós naufrágios são corriqueiros e com mortes. Mas os perigos maiores foram as viagens de aviões. Eles são pequenos e sem assentos para os passageiros e com pistas muito pequenas, para voarem, em algumas delas os aviões só subiam se amarrassem cordas em troncos e nos aviões e quando eles saíssem do chão as cordas eram cortadas e o voo começava já no alto. Era uma sensação estranha de suspense até eu que me achava corajoso sentia uns arrepios de medo. Além do mais em cada pista que a gente chegava estavam às margens muitos aviões que caíam, batiam em árvores e eram abandonados lá mesmo. As histórias sobre eles eram acidentes graves, envolvendo pilotos e passageiros. Mas não tinha outro meio para se chegar naqueles lugares. A vida era essa para qualquer um. Às vezes eu ficava pensando na minha mãe que quando a gente saía para o garimpo, ela ficava rezando por mim e eu naquela situação tinha que demonstrar coragem, porque coragem é coisa de garimpeiro e dizia para mim mesmo que em todo lugar a gente corre perigo. Quando eu pensava na dificuldade de nossa família e da pobreza que a gente vivia, a coragem superava o medo daqueles riscos que eu passava. Já que vou morrer mesmo, é melhor morrer lutando”.*⁶

As aventuras nos garimpos começavam ao sair de casa e daí em diante não cessavam mais. Mas os familiares também enfrentavam suas agruras com as incertezas, tanto da volta de seus entes queridos como das incertezas quanto aos resultados das promessas que ficavam como justificativas das faltas que faziam os garimpeiros fora de casa. Muitas mães diziam que “a

⁶ Luís Oliveira Lima, hoje casado, mora em Itaituba, natural de Cabaceira-PI. Trabalha com garimpo desde os 21 anos e já está com 73 anos.

riqueza não cobria a falta que esses familiares faziam”, os filhos abandonados também sabiam o tanto que a falta do pai fazia.

Mesmo assim os familiares ficavam à espera do dinheiro vindo dos garimpos, mas recaía sobre seus ombros a situação de encontrar meios de sobrevivência enquanto nada viesse. Mães, filhos e parentes faziam figas para tudo dar certo, ou pelo menos que esses garimpeiros voltassem com vida e saúde, ou simplesmente voltassem.

*“Sei que perdi três filhos para os garimpos. Todos os meus filhos homens foram buscar uma condição melhor para nós, mas se passaram mais de trinta anos e eles não voltaram. Um mora em Rio Branco e não sei do que vive. Esse vem aqui só para me vê e volta correndo e só sei que a esposa morreu e não teve filhos. Outro foi bater num lugar no estrangeiro chamado Suriname. Não sei nem o rumo para onde fica e só sei que fica muito longe e tem que pegar ônibus, avião e barco para chegar lá. É isso que me dizem. Esse comprou uma casinha para mim e tem dois terrenos aqui perto e não vem nem olhar essas coisas. O outro, a esposa morreu e deixou três filhos, veio aqui trazê-los para eu criar. Os filhos já tão todos adultos, dois formados e um tá se formando. Já faz vinte e dois anos que nunca mais deu notícias. A última vez ligou para mim, disse que estava se tratando de malária e que logo viria e não apareceu até hoje. Já pensamos no pior, que morreu, pois esse tempo todo sem dar notícias não é normal e é mais certo pensar assim, pois alimentar esperanças é mais dolorido. Já estou no fim da vida e sei que não vou mais vê-lo. Tenho 81 anos, não dá mais para esperar”.*⁷

As vidas são vulneráveis nas circunstâncias do mundo do garimpo. Os riscos são os mais variados possíveis — vão da saúde física aos distúrbios psicológicos. As fragilidades das vidas nos garimpos continuavam com o fator violência, que era uma preocupação a mais. Nos garimpos, onde a solidariedade era uma ética salutar, os perigos estavam em toda parte, pois todos eram também desconhecidos e as atitudes poderiam mudar de forma abrupta. Às vezes um olhar diferente poderia significar perigo. Nas corrutelas as relações poderiam mudar “da água para o vinho” e, dependendo dos interesses imediatos ou da quantidade de bebidas ingeridas, “irmãos desconheciam irmãos”, e a vida corria perigo.

⁷ José Ribeiro, viúvo, pai de 4 filhos, entre eles uma única mulher. É ela que vive com ele até hoje e que não casou porque sempre se dedicou a cuidar dos pais. A falta dos filhos homens — que foram para os garimpos — é muito grande. Tem 81 anos e é lavrador.

Figura 16 – Corrutelas nas imediações dos garimpos



Fonte: Arquivo particular do garimpeiro José de Garibaldi Gomes de Sousa

Nos garimpos violentos a regra era passar por provações e provocações de toda sorte e vindas de toda parte. Os riscos de perder a vida era a regra. Os donos dos garimpos montavam sua guarda, uma milícia particular composta por capangas. Esses capangas, sendo apoiados pelos donos dos garimpos, ficavam muito bem à vontade para fazer suas barbáries, e bastava algum deles acordar com mau humor para as mortes acontecerem, e “não tinha bom”. Às vezes, os olhares diziam tudo, e matar seria a coisa mais banal. Até as divergências entre os próprios guaxebas terminavam em mortes cruéis.

As humilhações aconteciam de todas as formas, mesmo com a presença da polícia, pois parte dela era aliciada e era comum a existência de milícias formadas com a participação de militares à paisana. Em alguns casos de garimpos organizados pela força de intervenção federal, a própria Polícia Federal se encarregava da violência e de promover humilhações contra os garimpeiros. Nos casos de Serra Pelada e Cumarú, onde houve intervenções do Estado, os policiais federais criavam várias formas de castigos para os garimpeiros que não obedecessem às regras dos garimpos criadas pelos interventores.

Os furões, garimpeiros tidos por irregulares, que entravam pela mata e chegavam aos garimpos sem permissão dos donos e ou dos interventores, eram humilhados em praças públicas nos garimpos ou nas corrutelas. Os furões eram despídos, amarrados sob sol quente e forçados a trabalhar sem remuneração em serviços de limpezas, ou ainda expulsos dos garimpos.

*“Cheguei em Serra Pelada em outubro de 1983, passei pela rota dos furões que vinham do Km 30, hoje Curionópolis, eu e mais um grupo de pessoas saímos à tarde para chegar ao meio dia do dia seguinte. Esse era o plano para chegar na hora do almoço dos fedecas, pois assim ficava mais fácil para entrarmos no garimpo sem sermos pegos. Por outras vias era impossível entrar lá. Nós éramos todos brabos e sem carteira não entrava ninguém e quem não tinha carteira era os furões, clandestinos que, se fôssemos pegos sem o documento oficial já sabíamos que poderia sermos expulsos e ou com muita sorte fazer serviços gerais sem ganhar nada e depois ser mandados embora e se os fedecas vissem a gente com bons olhos davam uma licença para a gente trabalhar. Acontece que eu fui pego e eles fizeram eu rodar de cabeça baixa até ficar tonto, no meio de uma praça ao sol quente, até cair tonto no chão. Saí estonteando e bati com a cabeça no chão de pedra, me sujei todo de um barro vermelho como sangue e ralei os braços, joelhos e pernas. Os policiais me agrediram com palavrões e depois me botaram para trabalhar roçando mato e pegando lixo. Passei quatro dias detido. No final fui liberado com uma carteira de garimpeiro, mas outros dois que foram pegos junto comigo ficaram mais um dia e depois foram expulsos do garimpo. Os policiais os chamaram de comunistas. Acharam eles mal encarados pelo fato de não aceitarem aquelas humilhações. Eu vi muita coisa naquele garimpo que me dava nojo de estar ali. Ganhei uma grana na diária, fui embora e nunca mais pisei lá. A Serra Pelada era, para mim, um campo de concentração, as pessoas vivendo confinadas, humilhadas e mesmo assim ficavam agradecidas só pelo fato de estarem ali trabalhando naquelas condições arriscadas e mesmo assim carregando o Major Curió nas costas como um herói. Isso não dá pra mim. Depois fui para outros garimpos e cada um era parecido com os outros. Fiquei nos garimpos uns cinco anos, não ganhei nada, mas também não perdi nada. Logo os garimpos começaram a fechar e fui trabalhar na cidade, virei pedreiro e vivo assim até hoje”.*⁸

Além das humilhações que os garimpeiros passavam, os desfalques familiares por mortes nos garimpos eram comuns. Fatos curiosos se ouviam sobre os desarranjos familiares, pois era comum as pessoas desaparecerem e não darem notícias para os familiares: filhos que ninguém sabia os paradeiros, mulher que perdiam seus maridos, filhos que ficavam sem seus pais. Eram muitas as “viúvas de garimpeiros” e aconteciam por dois motivos: por morte ou por abandono das famílias. As narrativas apontam que quando os garimpeiros bamburravam logo trocavam de mulheres e os que não bamburravam ficavam vagando pelos garimpos sem condições, ficavam envergonhados e não voltavam mais.

Os garimpeiros que por qualquer motivo permanecessem por mais de três ou quatro anos sem dar notícias, e isso era bem comum, eram dados como mortos pelas famílias, e as mulheres tinham que criar os filhos sozinhas ou se casavam novamente. Muitos garimpeiros voltavam depois de cinco anos no garimpo e não encontravam mais seus familiares, nem mesmo os pais. Era preciso anunciar nas rádios locais ou regionais para marcar reencontros, mas na maioria das

⁸ Rúbio Nogueira, casado, mora em Peixoto de Azevedo, 78 anos, comerciante aposentado.

vezes a família nunca mais era encontrada.

*“Fui um peregrino nos garimpos e vi de tudo: o que queria e o que não queria. Em Serra Pelada, que passou a ser o primeiro garimpo para muitos garimpeiros, vi desabamentos de terras que matou e mutilou muitas pessoas, mas a maioria estava lá por imprudência. Os avisos foram dados, os alertas eram constantes, mas para as pessoas que estavam lá, nada os impediam de continuar a busca do ouro e lá era onde estavam tirando ouro direto e todos queriam o ouro. A ganância embruteceu as pessoas e por isso estavam lá no lugar errado e na hora errada. Nos garimpos de mergulhos, nos afluentes do Tapajós, principalmente no rio Cripuri, muitas pessoas morriam nos mergulhos porque demoravam demais e, mesmo sendo avisados para subirem, continuaram e quando resolveram subir não deram mais conta. Vi também muitas pessoas morrerem em naufrágios de embarcações superlotadas no meio dos rios e de violência nas corrutelas e em discussões com os donos dos barrancos por direitos na porcentagem do ouro, onde o dono muitas vezes só queria pagar uma pequena quantia de seus direitos e nessas desavenças os mais fracos morriam por qualquer motivo e as diferenças de direitos ao ouro eram comuns. Os garimpeiros que presassem pelas suas vidas tinham que se contentar com qualquer “mixaria” que lhes oferecessem pelo trabalho. Se não gostassem iam embora sem reclamar e pagar todas as dívidas. Mortes de doenças era todos os dias. Era uma calamidade, morriam muitos, enquanto chegavam outros tantos. Os garimpos eram verdadeiros formigueiros, ninguém sabia de onde surgia tanta gente. Talvez por ver tantas mortes, as pessoas não sentiam mais os horrores daqueles lugares, pela pouca idade, ou mesmos anestesiados pela febre do ouro. Eu até hoje sonho com aquelas coisas como se fosse pesadelos, mas quando acordo lembro que era tudo realidade que vivi. Vivi também algumas coisas boas. Ganhei algum dinheiro com a cata que eu era sócio, mas quando vi que estavam implodindo pistas e fechando garimpos em Roraima, no Pará, no Mato Grosso e Rio Branco comecei a perceber que era hora de parar. Comprei uma casa botei meus pais e meus irmãos, botei um comércio e passei para dentro e nunca mais passei necessidades. Moro em Imperatriz, tenho casa de aluguel, formei três filhos e agora, com o que tenho, me considero aposentado”.*⁹

Muitos familiares, depois de alguns anos sem ter notícias dos parentes nos garimpos, mandavam algum mensageiro vasculhar as áreas de onde tinham recebido as últimas notícias, e quando os encontravam, muitas vezes eles já estavam com outras famílias, com outros filhos, e se negavam a voltar. Outras vezes encontravam os parentes em condições traumáticas, doentios e miseráveis, perambulando pelas corrutelas. Mães passaram os restos de suas vidas, 20 ou 30 anos e mais, esperando seus filhos que não regressaram. Muitos filhos foram criados sem a presença dos pais, apenas com os cuidados e os esforços das mães que, sem profissões, buscaram com sacrifício criá-los e educá-los como órfãos de pais vivos. Os traumas dos garimpos perduram por muitos anos, são memórias traumáticas que emocionam até hoje muitas

⁹ José Aguiar da Silva, reside em Imperatriz-MA, 83 anos, pai de três filhos.

mães, filhos e esposas de garimpeiros que desapareceram, morreram ou formaram novas famílias no mundo do garimpo.

No *boom* do garimpo, as cidades, povoados e vilas da região foram impactadas com os atrativos dos trabalhos na mineração, pois a remuneração era bem maior que as outras formas de trabalho. Os homens em idade produtiva e muitas mulheres solteiras iam para os garimpos e as notícias que chegavam davam o tom da euforia quanto à abundância de ouro. Até as escolas ficaram vazias de alunos e professores. Só ficavam os velhos, algumas mulheres e as crianças, mas mesmo os que ficavam não deixavam de sonhar com os recursos que seus familiares poderiam trazer. A febre do ouro era contagiosa.

*“Saí para o garimpo ainda era solteiro, mas tinha planos para casar com uma irmã do meu melhor amigo que foi comigo para o garimpo. Voltamos para nossa cidade depois de bamburrar. Pegamos seis quilos de ouro em Serra Pelada e isso rendeu uma boa grana e na volta resolvi casar e fizemos uma grande festa. Meu amigo e cunhado estava muito doente de malária, quebrou a dieta e entrou em óbito em seguida. Comprei uma casa e comprei umas propriedades rurais (umas terras) para depois eu cuidar e fazer um meio de vida. Voltei ao garimpo e gastei parte do que ganhei nos investimentos nas lavras e não consegui recuperar mais. Mudei de garimpo várias vezes, mas nada de conseguir me reequilibrar para retomar à minha vida junto da família que já tinha dois filhos. Com o tempo vi que já estava muito tempo fora de casa e sem sentir vontade de voltar, comecei a me relacionar com outra mulher no garimpo e fui perdendo os laços com minha primeira família. Pensei no que tinha deixado para eles e vi que dava para eles se virarem e, mesmo assim, mandava sempre algum dinheiro para eles, mas o sentimento foi sumindo, já estava apegado à outra mulher e aos filhos que tivemos. Foi assim que tudo aconteceu. Também não voltei mais e fiquei sabendo que a minha ex-mulher conseguiu montar um pequeno comércio e cuidar dos nossos filhos e até já se casou e fico feliz com tudo ter terminado assim. A distância e o tempo resolveram tudo”.*¹⁰

Nos garimpos não havia heróis. Dizem os garimpeiros que “o risco que corre o pau, corre o machado”, e a violência chagava a todos e de todas as formas. Os donos dos garimpos, os comerciantes, as “meninas da noite”, os próprios policiais, todos estavam no meio do furacão dos riscos e sofreram da violência. Nos “cabarés” se sabia que chegavam, não sabiam se iam sair vivos e, mesmo assim, a frequência era grande. Quando alguém bamburrava, era lá, no “cabaré”, que tudo começava, na hora do usufruto da dinheirama, e ali eram esperados por uma variedade de interesses, parecendo que qualquer coisa ali era também uma forma de garimpo.

“[...] Conheci o 30, um garimpo clandestino que ficava à beira da Estrada que vai dá na Serra dos Carajás (km 30 PA ...). Logo que surgiu Serra Pelada essa corrutela

¹⁰ Francisco Coelho Raposo, viúvo, 4 filhos.

*tornou-se referência para quem ia ao garimpo de Serra Pelada e por lá também existia uma trilha que era usada pelos furões depois que a Serra Pelada passou a ser administrada pelas forças federais. Então, o 30 logo se transformou numa corrutela que agregava comerciantes, compradores de ouro, negociantes de barrancos de Serra Pelada e, principalmente de cafetões que animavam a corrutela com as raparigas (meninas da noite). Lá se formavam ruas inteiras de bares e boates com muitas músicas e shows com artistas regionais, principalmente mulheres, que animavam as noitadas e eram o que mais tinha de atrações, pois em Serra Pelada não entravam mulheres e os garimpeiros ficavam contando os dias para ver uma mulher. Essa corrutela, diziam os garimpeiros, que de dia se chamava trinta e à noite virava 38 em alusão à arma mais comum que se tinha acesso. A localidade era “inflamada” pelas diversões e pela violência. Matava-se por qualquer coisa. As mulheres sofriam de todas as maneiras. Elas não tinham escolhas, pois sofria com a exploração e condicionamento dos donos dos cabarés, sofria com determinados homens que eram violentos com elas nas relações de ciúmes e, por cima, ficavam sob fogo cruzado nos tiroteios nas casas noturnas. Era comum, pela manhã, contatarem 10, 20 cadáveres de pessoas que morriam em disputas por mulheres ou por brigas banais. Num outro garimpo chamado de Castelo de Sonhos, no Pará, foi o próprio dono que sofreu da violência. Um mecânico que trabalhava para ele formou um bando armado e tomou o garimpo de assalto e para não morrer fugiu do garimpo deixando tudo, inclusive alguns quilos de ouro, máquinas e toda a estrutura administrativa que tinha. Esse mecânico ficou conhecido como Rambo do Pará e o mesmo promoveu o terror nas zonas de garimpos, assaltando outros garimpos e formando um verdadeiro império da maldade. Foram muitas mortes que o Rambo e seu bando cometeram na região e ficou famoso. Quase todos os dias eram publicadas as atrocidades que eles faziam”.*¹¹

Não só a existência física das pessoas ficou vulnerável e foi relativizada no que diz respeito à procura do ouro e seus valores econômicos, mas também outros fatores existenciais, como sentimentos, sofrimentos, alegrias, tristezas, esperanças, decepções, sorte, azar, castigo, fé e as crenças nas lutas políticas, nas personalidades públicas, nas instituições da sociedade e na própria família. A solidão do garimpo deu um sopro nesses valores e tudo foi banalizado em função da ganância, e muitas vezes no desespero daqueles que não se firmaram em nada além da miséria econômica e no desencontro consigo mesmos, com suas humanidades.

4.3 O sentimento de pertencimento dos garimpeiros e a ideia do “eterno retorno” aos seus lugares de origens

Os movimentos migratórios carregam consigo as referências dos lugares de origem, culturas, parentescos, compadrios, amizades, lembranças que se enraízam nas memórias dos indivíduos e, de certa forma, induzem a pensar num retorno como forma de rever as

¹¹ José Rodrigues. Entrevistado.

experiências do passado marcadas nos espaços de vivências coletivas. Muitas dessas visões de retorno se dispersam na demora, pois, para isso ocorrer, é preciso que alguma coisa aconteça como realização pessoal, que alguma satisfação seja realizada para a volta ser também uma demonstração de triunfo. Enquanto nada acontece de triunfo, o retorno fica para depois e o que era rápido demora, o que era para amanhã fica para depois... sempre para depois, e o retorno fica eterno. O que era passageiro fica permanente.

Os garimpeiros fazem parte dos migrantes que povoaram a Amazônia nas últimas quatro décadas do século XX. Mas, há um porém nessa história. Tudo ficava por conta de um detalhe sobre a permanência desse contingente que se estabeleceu nos mais variados lugares da região (Itaituba-PA, Marabá-PA, Altamira-PA, Peixoto de Azevedo-MT, cidades polos de garimpos). Os garimpeiros saíam de seus lugares de origem com a finalidade de enriquecer, melhorar de vida, e então voltar para suas comunidades, para suas famílias e ter uma vida segura economicamente. Contavam com a certeza de que o plano era infalível, pois todos indícios mostravam que a Amazônia minava ouro de suas entranhas. A propaganda, as notícias, as fofocas eram as mais animadoras possíveis e os garimpos ganhavam fama pelo mundo afora. Eram grandes pepitas encontradas e os bamburrados eram muitos que estavam nos noticiários. Daí todos queriam fazer parte do grupo dos bamburrados, sair do blefo e virar um milionário (bilionário no tempo das grandes inflações). Só não era noticiado o fato de que a maioria dos diaristas, meias-praças e donos de barrancos que alimentavam suas esperanças viviam em estado de miséria e acabavam ficando pelas corrutelas, lugarejos e periferias de cidades do entorno dos garimpos.

Juntos a estes ficaram também outros indivíduos do mundo dos garimpos, como os comerciantes que ganhavam dinheiro com os garimpeiros e investiam nos próprios garimpos e não obtinham retorno, perdendo tudo como se fosse em uma roleta de cassinos; ou as mulheres dos cabarés que, mesmo ganhando dinheiro, eram exploradas e acabavam sem nada; ou ainda os donos de transportes que por algum motivo perdiam seu veículo e também se encostavam em uma beira-de-estada para viver. Todos eles formaram uma massa humana que, por desespero, não retornaram para seus lugares desejados e permanecem na Amazônia como resultado dessa migração provisória que virou permanente.

A obra de Tedesco¹² sobre a garimpagem de ouro na Amazônia e que visa ao trabalho das mulheres em suas mais variadas funções e seus deslocamentos pelos garimpos —

¹² TEDESCO, Leticia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro na Amazônia.** www.gomiam.org.uploads.2015/03

principalmente na bacia do Tapajós —, discute a perspectiva do lugar do feminino a partir dos aspectos das atividades que as mulheres desempenham. As tipificações da moral e do direito alternativo regem as relações sociais e entre os gêneros nesses espaços, levando-se em conta também a capacidade de adesão e da mobilidade das mulheres através dos garimpos amazônicos. A presença das mulheres nos garimpos geralmente não é algo de preocupação de estudos mais aprofundados, mas a presença das mulheres nas atividades da garimpagem remonta aos primeiros processos de extração mineral no Brasil. Barrozo traz alguns indicativos importantes para o tema, quando diz

*“No início do garimpo, predominavam os homens, porque os garimpos ficavam em lugares distantes, inóspitos, insalubres e perigosos. Além disso, de acordo com a divisão sexual do trabalho vigente nas áreas de mineração, a garimpagem era serviço para os homens. E, na opinião dos garimpeiros, o lugar das poucas mulheres que havia no garimpo, ou era em casa ou no cabaré. Ou ela era ‘santa’ ou era puta. A falta de mulheres nas áreas de mineração, e particularmente de mulheres de família, é um problema que vem desde o início da Colônia. As mulheres que aparecem primeiro no garimpo são as raparigas, que chegam logo que começa a corrutela. No garimpo elas encontram homens sem mulheres, e muito dinheiro”.*¹³

O trabalho de Tedesco marca uma visibilidade da mulher como uma integrante do contingente garimpeiro que se faz presente nas mais variadas atividades do mundo do garimpo, indo desde a clássica prostituição a donas de garimpos e empresárias do abastecimento; da atividade de cozinheira ao trabalho de cava dos barrancos. Na obra de Tedesco fica explícito que a presença das mulheres e sua vivência na produção traz uma ética e uma moral diferenciada e qualitativamente mais humanizada para o conjunto da sociedade do garimpo.

¹³ BARROZO, João Carlos. **Mulheres de garimpeiro e mulheres garimpeiras**. Paper. p. 2.

Figura 17 – Mulheres garimpeiras



Fonte: foto de André Romeu, incluso no site <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/>

Figura 18 – Diversões nos garimpos (prostituição)



Fonte: <http://rondoniadigital.com/jaci-parana-e-um-dos-maiores-bordeis-a-ceu-aberto-do-pais-diz-revista-marie-claire/>

A experiência migratória é movimento. O movimento de homens e mulheres para as áreas de garimpos na Amazônia brasileira é, em sua esmagadora maioria, de população pobre que, na mobilidade necessária, deixa para trás muitos traços de si mesma e carrega resto de existência do lugar de origem para o novo mundo que se estabelece. Essa experiência é sentida de forma diferenciada a partir das distintas posições que ocupam na sociedade e nos espaços de vivências coletivas. Assim, ser migrante homem é diferente de ser migrante mulher, ser migrante jovem é diferente de ser migrante velho, ser migrante pobre não é ser migrante rico — são fatores que implicam distintas experiências de ocupação de espaço.

Uma questão que vem à tona nas movimentações dos garimpeiros e garimpeiras na Amazônia, também assinala por Tedesco, é o sentimento de pertencimento¹⁴ vago de suas origens — esses lugares de onde vieram e se tornam fantasmas nas vidas desses e dessas andantes amazônicas. Há, sim, um retorno, mas na medida em que seus desejos de riquezas se realizem. Esse “eterno retorno”¹⁵ é muito representativo na vida dos garimpeiros, pois seus deslocamentos e permanências nas próprias áreas de garimpo tornam-se um modo de vida predominante e que, em muitos casos, forjam a própria transformação definitiva de lugares antes inóspitos em lugares “mansos”, de povoamentos provisório em povoamentos permanentes.

O migrante traz consigo sua história, sua espacialidade, com memória de paisagens e de lugares deixados para trás, vislumbrando melhorar sua existência no novo lugar. Tiago Romeu de Souza compreende os migrantes que em seus movimentos promovem mudanças e permanências tanto de ordem física quanto mental.

Neste processo, o migrante transforma sua vida e os lugares que deixou e onde chega, um por meio de sua ausência sentida, o outro pela sua presença repentina. Num lugar deixa vazio, noutro precisa conquistar espaço. Portanto, tratar de migrantes vai além de identificar as correntes, as redes, os fluxos e as políticas de estímulo ou desestímulo à migração, é tratar no jogo das vidas que constroem nossas paisagens e lugares. Logo, os migrantes configuram espaços de alteridade em seus lugares de imigração que os posicionam como sujeitos de vivência simultânea ou sequencial de múltiplos territórios. Assim, a experiência corpórea multiterritorial do migrante nos aponta o corpo como um edifício coletivo de diversas almas. Assumir a posição que considera o migrante como sujeito nos leva a concluir que o mesmo se aplica ao indivíduo que retorna ao seu local de origem, agregando-se o fato de que agora, imbuído de sua vivência no lugar de procedência, apresenta-se enquanto uma totalidade: uma vida construída pela mobilidade entre dois ou mais espaços, marcados

¹⁴ SOUZA, Thiago Romeu de. **Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo**. Recife: UFPe, 2015. p. 15.. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16966/1/THIAGO%20ROMEU%20DE%20SOUZA%20%5BTESE%5D.pdf>

¹⁵ Idem. p. 15.

por lugares de memória e da vida prática presente que constituem personalidades e projetam devires.¹⁶

Os migrantes constroem suas identidades no vai e vem de suas andanças por múltiplos lugares e múltiplas relações socioespaciais, mas o retorno a suas origens fica no inconsciente e no imaginário, pois esse retorno é condicionado à ideia de sucesso e vitória, ou fracasso e derrota. Os que não retornam, por vários motivos, ficam num devir “aberto” de um sonho que não se completa. Já os migrantes retornados não ilustram também a construção de uma história completa, um processo em que se refere à formulação de projetos e no estabelecimento de uma identidade. A profusão de experiências e o modo como se processam na realidade material e na psique dos indivíduos constrói subjetividades tais que cada experiência é única, mas não necessariamente positiva. É bem verdade que, em grande parte dos casos, as negativas marcam e singularizam ainda mais os indivíduos, mas também os agrega à grande comunidade dos que padecem muitas agruras na imigração e certa frustração no retorno¹⁷.

O processo do pertencimento é ligado à identidade e não é algo rígido ou garantido para toda a existência do indivíduo. O pertencimento é mutável e negociável, dependendo das decisões que cada pessoa toma, das suas trajetórias, a maneira como age são fatores que determinam o sentimento de pertencimento e sua própria identidade. Com tudo isso, suas origens, suas relações familiares são, em última instância, bases de pertencimento e identidade¹⁸.

“Quando uma pessoa sai para o garimpo o pensamento é que vai alcançar o inalcançável de outra forma, trabalhando em outra profissão e em outro lugar, que isso venha por acaso e rapidamente. Só que a espera começa com a aprendizagem de ser garimpeiro, mão de obra bruta sem nada de conhecimento do assunto ‘um brabo’ e outra coisa é a sobrevivência que precisa de adaptações à alimentação, à vivência com outras pessoas, conhecer o ouro, pois há pedras que não é ouro de verdade (ouro de tolo), além de entender os limites de nossos espaços para não perder o foco que é bamburrar. Tudo isso e mais, perder nossos medos das doenças, das feras e das pessoas que nos envolvemos no trabalho. Temos também que nos equilibrar com nossas lembranças, nossas saudades que nos acompanham todas as horas e se nós não formos fortes cedemos à desistência. Só o tempo vai acalmando com essas várias atormentações que não deixa de ser um peso grandioso sobre nossos ombros e que nossos sonhos têm que superar a cada momento. As lembranças de casa, dos amigos, da família e daquilo que mais gostamos de fazer se multiplicam na solidão do garimpo e a gente multiplica isso pensando em voltar bamburrado com a possibilidade de juntar a todos e usufruir do nosso lugar de origem. Eu sinto que aquele lugar tem uma ligação profunda comigo, que vai além da minha condição de morar e me relacionar com meus entes queridos, mas é como

¹⁶ *Idem.* pp. 15-21.

¹⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 15- 26.

¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 17.

*se parte de mim tivesse ficado lá. Depois de muitos anos de garimpo em garimpo a gente vai se acostumando com essa vida e novas relações vamos criando, novos amigos, novos laços com os lugares por onde a gente passa e muita coisa vai mudando e parece que a expectativa da volta vai se modificando na nossa cabeça. O jogo da sorte e do azar que vivenciamos no garimpo com a procura do ouro, passa a ser uma aposta permanente e a vida passa e nossa memória vai se apagando. O presente vai nos dominando e nosso passado perde a importância, a gente fica mais insensível com a nossa história anterior”.*¹⁹

Kotscho acompanhou o garimpo em tempo real, observando e entrevistando muitos garimpeiros no calor dos acontecimentos e sentindo a realidade pela observação e pela visão dos garimpeiros.

Pelas conversas, dá para perceber a desestruturação familiar provocada pelo trabalho no garimpo, homens que ficam meses, às vezes ano, sem ver a mulher e os filhos. O químico Lepos fala de dois tipos de garimpeiros: o aventureiro, como ele, que vem para Serra Pelada acertar na sorte grande, compra uma fazenda ou um comércio, e nunca mais volta; e o profissional, que transformou a vida provisória em permanente, vem, ganha algum dinheiro, gasta tudo e volta, recomeçando o ciclo.²⁰

São esses ciclos, vistos como provisórios, que fazem o processo da garimpagem se tornar permanente associado a outros fatores, principalmente o blefo dos garimpeiros, pois quando os bamburros ou dinheiro das diárias não representam as conquistas e a miséria se torna presente, as voltas para casa ficam raras ou até mesmo impossíveis.

Figura 19 – Bamburrado



Fonte: <http://jvonline.com.br/noticias/brasil-e-mundo/4291-nova-serra-pelada-atrai-milhares-de-garimpeiros.html>

¹⁹ José Maria Rezende Queiroz, casado, mora em Xinguara-PA, aposentado, 79 anos.

²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 45.

Os relacionamentos fora do casamento também é um fator significativo para a permanência dos garimpeiros nas regiões de garimpo, pois eles passam a fazer nova família com as mulheres do convívio nos garimpos e se sentem mais contemplados por elas estarem nos mesmos espaços e entenderem a situação mais de perto e dar apoio permanente, enquanto sua família que ficou longe está alheia às suas condições de garimpeiro exigindo-lhe apenas a sua volta, enquanto o mundo do garimpo está internalizado como uma profissão e uma identidade social.

“Eu saí para o garimpo nos anos 70. Deixei minha esposa com dois filhos e quando os garimpos ficavam perigosos com o período de chuva, eu voltava para casa e, geralmente, levava um dinheiro para deixar para minha esposa fazer as despesas com nossos filhos. O tempo foi passando e o ouro foi se esgotando fazendo com que eu mudasse de garimpos, indo cada vez mais longe de casa e ficando mais caro as minhas viagens de ida e volta para casa e garimpo. Daí já passava dois anos para visitar minha esposa e meus filhos. Quando eu fui das últimas vezes deixei um dinheiro para ela abrir um pequeno comércio e fazer ela manter as crianças na escola. Só que isso facilitou o meu afastamento, pois passar dois anos e mais sem me relacionar com minha esposa fez com que eu me aventurasse a me relacionar com outras mulheres, já que achava que a vida dela estava segura. Nessas novas relações sentia que não sentia mais a mesma coisa com minha família e comecei a morar com uma mulher que encontrei no garimpo, pois estava presente todo dia e fui me apegando a ela. Quando eu pensei na minha outra família já estava com 5 anos que não a via e não tinha mais vontade de voltar e simplesmente não dei mais notícias para ninguém. Deixei meus amigos para trás, minha família materna e paterna, não dei mais notícias. Confesso que abandonei e que a vida nos garimpos me deu outra família, amigos e me afeiçoei a esse modo de vida que não larguei mais. Hoje tenho minha vida feita por aqui, em Itaituba PA, e não quero mais a vida que eu levava na minha terra natal. É tudo!”²¹

É uma versão que se aproxima da “vida como ela é” nos garimpos amazônicos, com suas questões sociais. O que podemos acrescentar é que, nas devidas proporções, os garimpeiros também fazem de sua vida provisória uma condição de permanência se identificando com o mundo do garimpo e as condições se invertem quebrando a regra e é até comum o garimpeiro aventureiro se tornar permanente, construindo uma nova identidade e um novo sentimento de pertencimento com os espaços criados integrando-se à cultura dos novos grupos a que passam a pertencer. A maioria deles se estabeleceu na Amazônia depois de perder todo o seu investimento no garimpo, virando diarista com pouca possibilidade de reaver suas posses perdidas.

“O eterno retorno” acontece, em muitos casos, pelo esforço das famílias originárias que

²¹ Antônio Lopes Gomes, casado, seis filhos nos garimpos, três mulheres, 78 anos, mora em Itaituba, natural de Uberaba-MG.

mandam vasculhar os garimpos para encontrar seus parentes garimpeiros. Quando os encontram em condições sofríveis, lastimáveis, doentes, perambulando pelas currutelas sem condições de trabalhar e sem a mínima condição de comprar as passagens para casa e ainda envergonhados por estarem naquelas situações, os próprios familiares sentem dificuldade de os levarem de volta. Dos que voltam, poucos reconstróem suas vidas com a família. O “eterno retorno” se inverte, pois os garimpeiros querem sempre voltar aos garimpos para aventurarem suas sortes e bamburrar. Essa é a ideia que não sai facilmente da cabeça deles, e eles tomam isso como um destino preestabelecido. As forças da sorte e do azar são fatores mais determinantes dessa relação garimpeiro-garimpo do que os conhecimentos adquiridos com suas experiências empíricas. Para eles o ouro é sempre associado ao fator sorte, a encantamentos, maldições, milagres, mistérios, histórias, sonhos, imaginações, esperanças e muita fé.

Para muitos garimpeiros, os garimpos são vistos como maldições e o ouro como algo encantado. Uma riqueza que degenera as pessoas, que modifica aqueles que ganham muito dinheiro da noite para o dia. É muito difícil uma família continuar a mesma quando algum integrante vai ao garimpo. Ou a aflição vem com as mazelas, ou vem com a bonança. Dá tudo na mesma. A família sempre se desmantela: quando ganham muito dinheiro, os bamburrados têm como prática trocarem de mulheres, e os blefados abandonam as famílias por não poderem mais cuidar delas.

As memórias dos garimpeiros que não voltaram para casa se misturam entre as experiências alegres e as que trazem tristezas, mas os próprios garimpeiros sentem saudades de suas aventuras e de suas lutas nos limites entre a vida e a morte, entre a riqueza e a miséria e entre a sua permanência e seus planos de retornarem para suas terras de origem. Há uma insatisfação, um caso mal resolvido que não chega mais a ser o bamburro, mas não ter voltado para sua família e ser consumido pelas memórias dos entes queridos.

A sensação de pertencimento volta, com o tempo, como culpa, como arrependimento, e, depois de tudo, não adianta mais voltar, pois a culpa pesa mais que não retornar, e nada vai resolver a questão de ter abandonado, e isso causa estranheza naquelas pessoas que dependiam e esperavam pelo garimpeiro que sumiu e não deu mais notícias. Na idade avançada tudo fica perdido no passado.

Por outro lado, o sentimento de pertencimento permanece como um culto aos antepassados, revelado pelas lembranças dos tempos de outros acontecimentos em que a memória junta fatos realizados e o desejo de ter realizados outros, dos prazeres experimentados e os sonhos não realizados. Um certo arrependimento do que fez e caminhos e escolhas que

levaram a rumos indesejados, negando as certezas dos planos traçados. A vontade de voltar nunca passa, mas os acontecimentos vão levando para outras trajetórias que não estavam nos planos, nos desejos e nos sonhos. Mesmo alguns desejos sendo realizados, como o do bamburro, os desvios do retorno aconteciam, pois o dinheiro lhes traz novos afazeres que se distanciam dos planos. Quando não bamburra, o afastamento vem como forma de decepção e de negar os objetivos e suas próprias crenças de que no garimpo resolveria toda a sua vida como realização pessoal e sua dívida moral por ter insistido em ir para o garimpo contrariando as opiniões dos familiares.

“Cheguei no garimpo por volta de 1980, deixei para trás meus familiares que não queriam que eu viesse para o garimpo. Deixei também os estudos e o meu trabalho numa loja. Eu era solteiro e senti que ia dar certo e eu voltaria para minha família dando a volta por cima, com muito dinheiro, pois quem não tem dinheiro não vale muita coisa não. Meu pai disse que precisava de mim, pois estava ficando velho e tinha medo que não voltasse do garimpo para cuidar dele e minha mãe falava a mesma coisa. Eu era o filho mais velho e meu pai contava comigo para ajudar na casa. Eu estava cansado de ver aquela situação de pobreza e muita necessidade, mas eu gostava do lugar que a gente morava, lá no Maranhão, numa cidadezinha de pessoas que vivia do trabalho no campo e, ao mesmo tempo, eu achava tudo aquilo sem futuro. Uma vida fraca, sem perspectiva de melhorar de vida e quando soube notícias do garimpo, principalmente de Serra Pelada, pensei logo que seria a minha grande chance. Não era só eu que pensava assim. Quase todas as pessoas adultas, em condições de trabalhar, foram empurradas para os garimpos com a intenção de melhorar de vida, inclusive quem já tinha uma vida boa. Quando comecei a trabalhar no garimpo de Serra Pelada eu era brabo, mas quem trabalhava como diarista não precisava conhecer nada. A gente só carregava peso nas costas, carregando terra no saco e subindo escadas. Era muito cansativo, mas rendia um dinheiro até bom, pois era mais que na cidade em muitos empregos. Vi muita gente profissional que não ganhava nem a metade do que eu ganhava e era isso que todo mundo ficava sabendo e muitos largavam tudo e vinham para o garimpo, além disso tinham os bamburrados que ganhavam rios de dinheiro quando encontravam ouro grosso. Aprendi os segredos dos garimpeiros, aprendi a conhecer o ouro, a terra que tem os veios de ouro e também a usar a bateia, então comecei a correr as grotas perto de Serra Pela, como a Grota Rica e Sereno. Comecei a ganhar um dinheiro bom com o ouro que peguei e passei a reinvestir em máquinas e consegui outros garimpeiros que trabalhavam na porcentagem e eu passei a ser dono de garimpo. O ouro era pouco, mas me deu condições de me tornar um empresário do garimpo, comprei barrancos na Serra Pelada e o ouro que encontrava dava para manter o garimpo, mas não dava para juntar uma quantia que desse para investir fora ou voltar para casa. Eu tinha que ficar no garimpo vigiando e trabalhando cada vez mais na esperança de bamburrar. Só que o tempo passava e não percebia, quando pensei que não, tinha se passado sete anos e quando voltei em casa tinha sobrinhos que eu não conhecia, irmãos que deixei pequenos já estavam adultos e meus amigos de infância não estavam mais lá, talvez estivessem nos garimpos que nem eu. E as minhas primas e amigas já estavam

casadas e com filhos, meus pais estavam bem mais velhos. Me senti muito estranho naquele ambiente e não encontrava nada que me sentisse como antes. Só a paisagem não tinha mudado, mas ficava vazio das pessoas que eu queria conversar e me divertir, compartilhar minhas histórias de aventuras, não tinha aquele calor humano do tempo que saí. Voltei para o garimpo e lá senti que eu tinha novas amizades, outro ambiente construído, mas não era o que eu queria para viver por muito tempo. Quando a Serra Pelada foi fechada, passei a correr trechos de garimpos para ver se conseguia um pouco de dinheiro para investir em outra coisa para viver, pois sentia que o garimpo não ia durar por muito tempo, as ameaças de fechar tudo era grande, mas não consegui nada. Continuei garimpando e com a idade já bem madura comecei a pensar em ter uma família e também como manter uma casa, pois só com aquela mixaria não dava. Encontrei uma doida que nem eu e topou viver comigo no garimpo. Ela era mulher da vida e também queria uma família e deu certo, pois só casava com garimpeiro quem conhecia a vida do garimpo e ela já estava ali muito tempo e sabia das dificuldades. Daí fui ficando e até hoje estamos na luta, no fecha e não fecha, numa crise e noutra crise e trabalhando sem parar e sem ter nada, mas na esperança de alcançar a sorte e mudar de vida. E aqui virou minha terra e a minha terra natal ficou para trás. Meus pais já morreram e meus irmãos nem se lembram mais de mim, meus amigos não conhecem mais a gente. Então voltar lá só se for para visitar as famílias de meus irmãos e voltar pra cá de novo. Não me acostumo com outra vida não. Não sei fazer outra coisa e não vou aprender outra profissão. Já está decidido...”²²

Quem vai para o garimpo chega com uma ideia provisória e uma nova vida vai se construindo diante das circunstâncias. A ideia inicial é enriquecer rapidamente e voltar para ter uma vida melhor entre os seus entes queridos em seu lugar de origem, na expectativa de tudo ser breve, e que nos garimpos o ouro está tão abundante que é só buscar e voltar. Só que a escassez do metal é o princípio primeiro e imutável, e essa escassez é que rege o destino dos garimpeiros. A ideia de uma coisa provisória e de tempo rápido vai se demorando e nessa demora uma cultura vai se firmando, outros espaços vão tomando lugar e formando uma nova identidade, como se seu próprio corpo sofresse uma mudança e se adaptasse ao mundo amazônico reconstruindo novos hábitos e criando características que antes não tinha, adaptando-se ao meio e às formas de vida dessa fronteira, também em construção.

A profissão de garimpeiro não vem só. Ela se constitui junto com todos os elementos amazônicos do novo e do velho, como uma simbiose que se infiltra na vida de todos como algo único e inseparável. A visão da acumulação e do consumo, que é vista como algo moderno, vem junto com uma vida de trabalho manual, rústica, em ambiente insalubre, ao sol escaldante nas águas frias dos córregos, riachos e rios que vão sendo entupidos, destruídos e tendo suas

²² Agnaldo Ferreira, natural de Tocantinópolis-TO, casado, 78 anos, continua na região do garimpo de Serra Pelada, vive na esperança de ser indenizado pelo Governo.

águas poluídas. Tudo isso em meio a uma floresta que aos poucos vai sendo desmatada, remexida em seu solo, em sua originalidade, enquanto sua população original vai sendo impactada com as mudanças abruptas e sem retorno. Assim como a vida dos garimpeiros vai ficando definitiva desse novo modo de pensar e viver, as mudanças que eles trazem para a Amazônia também se tornam definitivas.

Em quatro décadas de garimpos na Amazônia brasileira, comunidades e cidades foram impactadas de vários modos pelos grandes projetos, estradas, migrações e pelos garimpos. Da linguagem às ideologias, da economia às preferências culturais, essa região de fronteiras sofreu interferências. Esses fatores que trouxeram as transformações serviram como modelos a serem seguidos pelos vários grupos que se estabeleceram na região com meios e fins diversos, mas que alimentaram seus sonhos, suas esperanças e ajudaram a consolidar as sociedades locais nos moldes que vieram como algo que tinha que prevalecer e subjugar os anteriores.

O eterno retorno fica eterno pelo fato de não se consumir, e uma vontade vai dando lugar a um sonho cada vez mais distante e, por fim, torna-se mais uma ilusão na vida dos garimpeiros. Eles não se desgarram mais da vida que levavam, pois ela se constitui na única opção a ser seguida, e por mais que seja indesejada ela é incorporada, enraizada e absorvida por esses indivíduos. Eles, garimpeiros, só queriam um pouco de sorte, muita riqueza e viver melhor, mas só restou uma continuidade do que era, do eterno sofrer de quem a desigualdade sociocultural e econômica se encarregou de selar seu destino na vida dura, desprotegida e miserável de garimpeiro.

4.4 A vida nos garimpos: como ela é representada pelos garimpeiros quase 20 anos depois

No final dos anos 80 e início dos anos 90 os garimpos na Amazônia brasileira entraram em crise. Primeiro pelo fato de os aluviões se esgotarem, e segundo é que os garimpos passaram a ser fechados pelo Governo Federal com a expulsão dos garimpeiros das áreas indígenas, já que os conflitos passaram a ser frequentes e as reservas minerais foram reivindicadas na justiça pelas empresas mineradoras que pediram reintegração de posse pelos direitos de licença da extração dos recursos minerais.

Sobre os ombros dos garimpeiros pesaram questões como poluição, invasão de fronteiras internacionais e invasão e conflitos em terras indígenas. Enquanto isso, as concessões das empresas se alargaram por várias províncias minerais que também margeiam as fronteiras internacionais e as reservas indígenas, e as empresas usam poluentes. Contudo, há um grande

diferencial em termos de responsabilização por parte do Estado e da sociedade quando se trata de garimpo e quando se refere às empresas mineradoras. Os garimpeiros já foram tratados como heróis em alguns momentos e como bandidos em outros, mas as empresas são sempre protegidas das difamações sobre suas formas de produção dos minérios.

Mesmo os garimpos não entrando em extinção na Amazônia, os garimpeiros enfrentaram as restrições e as forças coercitivas do Estado, sendo que a desistência foi muito grande ao final dos anos 90. Muitos garimpeiros procuraram refazer suas vidas e encontrar novos meios de sobrevivência, rearranjar suas relações conjugais e familiares e continuar sua jornada. Muitos ficaram pelas áreas de garimpos ou em cidades que tiveram uma ligação com os garimpos, outros voltaram para os trabalhos no campo, e uma minoria voltou para a terra natal buscando apoio de familiares.

Já uma grande quantidade não perdeu suas ligações com os garimpos, pois seus amigos de trabalho prevalecem nas suas relações e as suas memórias são partilhadas com outros garimpeiros. Em algumas cidades, as praças servem como ponto de encontro dos garimpeiros que continuam com a esperança de que o Governo Federal faça uma compensação pelos seus esforços nos garimpos e que reconheça a sua profissão para fins de aposentadoria. Em muitas das cidades, povoados e corrutelas existem lugares escolhidos para os encontros dos garimpeiros, geralmente chamados de “pau da mentira” (pau da fofoca) e localizados à beira dos rios, nas praças e ruas movimentadas, onde as notícias dos garimpos continuam circulando e as memórias dos garimpeiros ganham vazão.

Muitas das histórias que se ouvem nas praças e nos paus das mentiras são sobre o garimpo de Serra Pelada, e têm alimentado a esperança de que algum dia os garimpeiros possam ser indenizados. Uma delas é sobre uma sobra de ouro que a Caixa Econômica deixava depositada para cobrir possíveis perdas nas impurezas e teria ficado também algumas toneladas para ressarcir os garimpeiros. Uma outra história é sobre um tipo de ouro — ouro branco — pelo qual a Caixa Econômica nunca pagava, e a quantia é considerável: passa de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais). A luta dos garimpeiros se organiza a partir de uma cooperativa que os representa — a COOMGASP (Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada). Essa luta se prolonga por mais de 20 anos²³, mas a esperança continua viva na mente

²³ A **Coomigasp**, herdeira da antiga Coogar – Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, fundada em 1983 sob a tutela de Sebastião Curió, alterou seu nome no fim do ano de 1988 em razão das mudanças na legislação federal. No entanto, existem outras entidades que reivindicam o direito de cumprir esse mesmo propósito. Dentre as mais conhecidas estão a Coompro (Cooperativa Mista dos Garimpeiros Proprietários de Cata de Serra Pelada Ltda.), a Coomic (Cooperativa Mista do Garimpo da Cotia), a Coomispe (Cooperativa dos Garimpeiros dos Minérios de Serra Pelada), a Comamse (Cooperativa Mista Agro-Mineral do Rio

de mais de 40 mil garimpeiros.

*“Sei que o garimpo tirou de mim o que eu tinha construído, que foi a metade de uma fábrica de móveis com as instalações que fazia parte de uma sociedade, os meus melhores anos de minha vida, quando eu tinha dos 25 aos 40 anos e o convívio de minha família, que não acompanhei de perto meus filhos crescerem. Isso tudo se tornou uma dívida que fiz com minha família e sei que nunca pagarei. Hoje, já tenho 60 anos, me resta acreditar que um dia, não sei quando, terei uma compensação por tudo isso que passei, receber uma indenização ou, pelo menos, uma aposentadoria como garimpeiro. Lutamos muito e tivemos muitas promessas de autoridades políticas de reabrir o garimpo de Serra Pelada, onde muitos acreditamos que existe muito ouro e que a nossa Cooperativa vai contratar uma empresa para minerar e pagar para nós garimpeiros uma parte do que for extraído. Já teve uma empresa que começou a mineração, cavou um grande túnel retirou muita coisa de lá e depois foi embora sem prestar contas com os garimpeiros, só que nós desconfiamos que essa empresa retirou muito ouro e nos enganou. Mas a fé continua, a Serra Pelada é dos garimpeiros e nós não vamos desistir dos nossos direitos. Na verdade, os sócios da Cooperativa, hoje, a maioria são filhos e ou netos de garimpeiros que já morreram. Muitos já estão idosos e não vão ver o resultado de nossa luta, mas se os filhos ou os netos receberem já vai compensar tudo. [...] Eu mesmo já pensei em voltar para o garimpo, mas meus filhos não deixaram, aí recomecei minha vida com um pequeno comercio, pois sempre gostei de comercializar. Já fui comprador de ouro, fabricante e comerciante de móveis e dono de oficina de carros, então voltar ao comércio não era tão ruim. Foi o que me seguiu junto com minha família e hoje estou realizado e me sinto feliz”.*²⁴

São muitos os que vivem nessa grande espera pelos benefícios prometidos pelas cooperativas de garimpeiros e pelos poderes públicos com a presença dos políticos em campanha que dizem estar lutando ao lado dos garimpeiros; no entanto, esses políticos só vêm às regiões de garimpo em épocas de campanha. Os garimpeiros já ajudaram a eleger vários desses candidatos, pois representam um contingente de eleitores muito significativo, principalmente nos estados do Maranhão e do Pará.

Para os garimpeiros que continuaram na ativa, a expectativa é de encontrar o ouro necessário para a sobrevivência usando a mão de obra, muitas vezes, familiar. Nos garimpos do Tapajós, principalmente no mergulho, o ouro ficou escasso demais para pagar as despesas das máquinas, mas, mesmo assim, quando se encontra uma barra de rio, como a do rio Cripuri,

Sereno) e a Compag (Cooperativa Mista dos Produtores Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis). Os postos onde os garimpeiros puderam regularizar sua situação na Coomigasp foram distribuídos em 15 municípios: Araguatins, Araguaína e Palmas no estado do Tocantins; Boa Viagem, Ceará; Itaituba, Marabá, Novo Repartimento e Serra Pelada (município de Urionópolis) no Pará; Santa Inês, São Luís, Presidente Dutra e Imperatriz, localizados no Maranhão. Além desses, há postos nas seguintes capitais: Boa Vista, Roraima; Brasília, Distrito Federal; e Teresina, Piauí. MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiência, memórias e disputas**. São Paulo: PUC, 2008. p. 91.

²⁴ José Rodrigues. Entrevistado.

as balsas encostam uma na outra congestionando os locais mais produtivos, tanto em cima como embaixo no leito do rio com os mergulhadores vasculhando as terras submersas. À medida que aumenta a escassez, aumenta também a competição pelos mesmos espaços. A destruição aumenta proporcionalmente ao incremento do espaço de garimpo, pois as margens dos rios e os barrancos são transformados em grandes espaços destruídos e contaminados.

A grande diferença entre os garimpos e as mineradoras é que nos garimpos não são feitas as barragens de contenções dos rejeitos, enquanto as mineradoras constroem as barragens e não é raro elas se romperem provocando catástrofes. Na extração do ouro, mais que qualquer outro minério, as consequências são muitas e desastrosas para a natureza e para as populações de entorno, principalmente para aquelas que moram nas margens dos rios, como as comunidades indígenas, que são as populações mais vulneráveis, pois dependem da natureza para sua sobrevivência.

Os males causados à natureza atingem também o próprio garimpeiro, que, pelo manuseio de produtos tóxicos, passa a sofrer as consequências em sua saúde. Essas marcas nos corpos desses garimpeiros ajudam a ativar as memórias de suas vidas para além da permanência deles nos garimpos.

Os garimpeiros que saíram dos garimpos também vivem em condições desajustadas, pois o garimpo não saiu de suas vidas. As consequências são as mais diversas, principalmente para os que já voltaram com uma idade avançada, pois o mercado de trabalho não o absorve mais, a aposentadoria fica difícil sem contribuição previdenciária, outra profissão fica difícil de adquirir por falta de uma leitura adequada ou por falta total de leitura. Voltar para casa e ser sustentados pela família torna-se um desconforto e isso é uma situação que pode causar desgosto e fazer com que os velhos garimpeiros se encaminhem para os vícios e a solidão.

“Tenho certeza que o meu trabalho foi muito duro, mas não correspondi com aquilo que minha família esperava de mim quando sai para o garimpo. Lá eu trabalhei no duro, no pesado, sem fraquejar nem um minuto sequer, comi todo tipo de comida que se possa imaginar, peguei muitas malárias, pois quem é garimpeiro e disse que não adoeceu de malária, na Amazônia que eu conheço, tá mentindo. Eu fiquei no garimpo até esgotar minhas forças e não trouxe nada, pois tudo que ganhei lá, tirei um pouco para as despesas e mandar um pouco para a família, e enterrei tudo de volta naqueles garimpos. O que tirei também não dava para mudar de vida não, era só umas besteirinhas. Você já deve saber que todo mundo esperava era bamburrar e garimpeiro nunca guardou dinheiro muito, imagine dinheiro pouco. Foi o que aconteceu comigo e com quase todos. Foram poucos que conseguiram se firmar fora dos garimpos, mesmo os bamburrados. Nós também lutamos muito para que o governo não fechasse os garimpos e até elegemos muitos deputados, prefeitos, governadores que diziam nos apoiar. Lembro que alguns

presidentes e ministros visitaram os garimpos e o de Serra Pelada que era o mais famoso vivia cheio deles até o presidente João Batista de Figueiredo nos visitou e prometeu ajudar a gente, ficar do nosso lado, mas foi o primeiro a negar nossos direitos. O interventor, que era o Major Curió, nós o elegemos deputado federal e depois prefeito de Curionópolis, cidade que demos o nome dele. Ele prometeu muita coisa, só que não veio nada para os garimpeiros como tinha prometido. Hoje digo que se não fosse os meus filhos eu nem sei como eu estava ou se já tinha morrido nos trechos dos garimpos. Não consigo trabalhar, pois no pesado não posso, pois já morreu as forças e no maneiro não sei fazer nada porque não aprendi. Tô só das ajudas dos filhos, não consegui me aposentar. Fico, por um lado, esperando alguma coisa da Serra Pelada e, por outro, querendo pelo menos uma aposentadoria. É muito ruim viver sem ter nada e ver que trabalhou muito sem juntar nada para a velhice”.²⁵

As condições dos garimpeiros, depois de 20 anos em que houve os fechamentos dos garimpos, em sua maior parte, não ficaram ruins só para os blefados²⁶. Os bamburrados também fazem parte dos desamparados, idosos e miseráveis que perambulam pelos garimpos e pelas casas dos filhos procurando abrigo. São poucos os que trabalham em outras profissões e, às vezes, aqueles que passaram pouco tempo nos garimpos tiveram tempo para se reorganizar com um novo tipo de trabalho.

O que mais pesa sobre os bamburrados não é sua sorte, não é o montante de ouro que encontraram e nem seus empreendimentos, mas as extravagâncias que cometeram com dinheiro que ganharam. Para quem não bamburrou, tudo continuou na mesma. Para quem era pobre, a pobreza permaneceu com os agravantes das doenças e do esgotamento físico que, hoje, impedem de trabalhar. Mas para os que bamburraram e perderam tudo ainda lhes resta a culpa por todas as desgraças do presente. Os desperdícios ou mesmo os maus investimentos e tudo aquilo que fizeram e que os levaram a perder o que ganharam lhes servem de agravo como culpa do que passam agora.

“Eu me considerei um bamburrado. Eu não tinha nada quando cheguei no garimpo. Cheguei lá puxando a cachorrinha. Era uma boroca²⁷ com três shorts, cinco camisetas de malha, uma rede de nylon e um par de tênis, daqueles que tinha travas de borrachas no solado, chamado ki chute, era uma moda do garimpo, pois andávamos na lama e não escorregava. Fui só com a passagem de ida e sem perspectivas de voltar tão cedo. Fui para o Mato Grosso e logo abriu Serra Pelada.

²⁵ Raimundo Gomes Leão, 68 anos, mora em Montes Altos – MA. Hoje comerciante, tem 4 filhos, 5 casamentos, aposentado.

²⁶ **Blefado** é um termo que é associado aos que não bamburram. Isto é, qualquer pessoa que não tem dinheiro ou vive sob condições precárias nos garimpos. Não existe relação com nenhum jogo, como as pessoas são levadas a esse entendimento.

²⁷ **Boroca** é uma mochila que pode conter alguns vestuários, como calções, camisas, cuecas e uma rede. Também é chamada de cachorrinha. Por isso a frase “chegou puxando a cachorrinha”.

Como eu morava no Maranhão, tive que voltar um pouco para chegar em Serra Pelada no sul do Pará. Logo que cheguei, encontrei uns amigos e comecei a trabalhar com eles como meia-praça, na porcentagem, com 3% no barranco. Com 45 dias encontramos 8 quilos de ouro e minha parte foi gorda. Deu para eu comprar 80 vacas e colocar numa terra dos meus pais. Voltei para o garimpo, ainda estava novo, continuei na lavra de ouro e o barranco cegou²⁸, não deu mais ouro. Procurei novo barranco para trabalhar e em seguida consegui mais meio quilo de ouro, mas só que desta vez comecei a frequentar as noitadas de Marabá e Curionópolis, onde as animações dos garimpeiros tomaram essas cidades. E o dinheiro começou a sumir e eu não queria parar. Era só mandar buscar mais dinheiro com a venda do gado e gastar. Foi embora tudo. Fiquei novamente sem nada, mas tinha fé que no garimpo encontrava mais e voltei a trabalhar, mas daí em diante nunca mais encontrei ouro. O garimpo fechou e fui procurar a família, mas não conseguia trabalhar, só pensava no dinheiro perdido e na bebida. Com muita luta me ficharam na Vale do Rio Doce e fiz um curso de pintura e trabalhei alguns anos, mas pela bebida fui despedido. Fiquei perambulando algum tempo pelos trechos até que resolvi voltar para casa de minha mãe. Ela me deu de tudo, mas a bebida me atrapalhava na relação com ela e meus irmãos. Depois veio os problemas de saúde pelos trabalhos no garimpo: a coluna, o fígado, o estômago e o cansaço. Passei a depender completamente dos outros. Minha mãe morreu e eu fiquei morando na nossa casa e vivo com ajuda dos meus irmãos. Acho que eles têm muitas mágoas de mim, mas mesmo assim me sustentam. Hoje deixei de beber, mas continuo como um inválido. Só cuido mal do quintal, das fruteiras que minha mãe plantou e vendo as frutas que produz, planto macaxeira, inhame, abóbora e vendo aqui mesmo na porta da rua. Esse dinheiro não dá nem para os remédios. Se não fosse meus irmãos e sobrinhos a minha vida não tinha sentido... ”²⁹

O sentimento de culpa é muito grande, tanto por parte dos bamburrados, quanto por parte dos garimpeiros que não encontraram ouro em quantidade considerável, os blefados. Para os primeiros, a culpa vem por terem jogado tudo fora; para os segundos, por terem se afastado da família, perderem seu tempo, voltarem doentes e não poderem mais fazer nada para ajudar. Só que, para alguns, o fato de que aproveitaram o dinheiro para fazer o que tinham vontade — andar por lugares com que sonhavam, poder entrar por onde queriam, fazer as coisas mais extravagantes, como pagar caro por algo que só os ricos pagam: viajar de avião fretado, comprar os melhores carros e morar em mansões —, mesmo que tenha sido por pouco tempo, já valeu a pena. Eles encaram o tempo atual como uma outra aventura e não se importam que não tenham mais nada daquilo que ganharam nos garimpos.

Para Sr. Sipriano, tudo valeu a pena, mesmo tendo gastado tudo que ganhou. Hoje vive com ajuda dos filhos e da mulher.

²⁸ **Cegar** no garimpo é um termo usado para indicar que um barranco não produz ouro ou esgotou a produção.

²⁹ Carlos Franco Gomes, natural de Montes Altos - MA, solteiro, 72 anos.

“O garimpo que conheci foi Serra Pelada. Fui para lá como sócio de uma farmácia, pois eu já trabalhava com farmácia desde muito cedo. Com a minha experiência consegui um sócio que bancou os custos iniciais e eu fiquei como responsável para tocar os negócios. Como o lugar era doentio e não tinha concorrentes, com aquele contingente de garimpeiros, o negócio era uma verdadeira mina. Logo contratei vários funcionários, eles eram parentes e menores de idade, pois ninguém que fosse maior de idade queria ir para Serra ser empregado de loja, todos queriam ser garimpeiros. Daí, com o dinheiro que ganhava passei a comprar porcentagem nos barrancos e dois deles produziram muito ouro. As minhas porcentagens me garantiram seis quilos de ouro e eu, que já ganhava muito dinheiro com a farmácia, vendi o ouro e deixei os meninos tomando conta da farmácia e fui fazer umas viagens. Primeiro, frettei um avião pequeno e fui para Goiânia visitar uns parentes. Tinha um tio deputado e muitos primos e fizemos uma semana de festa por lá. Tudo por minha conta e para andar pela noite de Goiânia contratei uma acompanhante que não ficava barato a diária. Depois peguei um avião de carreira e fui para o Rio de Janeiro ver outros parentes e tudo foi do mesmo jeito que Goiânia, tudo por minha conta e acompanhante que também cobrava caro a diária. Fazia questão que fosse caro. Eu fui sempre assim, extravagante, vaidoso e nunca medi as consequências. Passei quinze dias no Rio de Janeiro e quando voltei para minha cidade pensei que minha mulher não queria nada comigo, mas só ficou zangada por uns dias. Comprei um terreno e construí um posto de gasolina. Botei uma pessoa para cuidar e voltei para a Serra Pelada. Chegando lá, encontrei a farmácia com poucos medicamentos e um forte concorrente. Sorti o estoque da farmácia e comprei dois barrancos próximos dos que tinha tirado o ouro e comecei a bancar toda a despesa. O garimpo começou a fechar e no primeiro ano só deu despesas. O sócio da farmácia, vendo o negócio minguar, sugeriu a separação da sociedade. Aí começou a dar tudo errado e eu não deixei de perder dinheiro com os barrancos, pois tinha que pagar os trabalhadores e comprar alimentação. Acabei abandonando os barrancos, vendi a farmácia e voltei para minha cidade e só tinha sobrado o posto. Vendi o posto, comprei um carro e botei uma serraria e com ela ganhei um pouco de dinheiro. Depois vendi a serraria e fiquei sem fazer nada. Minha mulher tinha um emprego, conseguiu formar os filhos e montou uma farmácia para eu tomar de conta. Agora vivo disso. Vivo bem, com minha família. Não me arrependo de nada que fiz...”³⁰

Por outro lado, existem os que se arrependeram de muitas coisas que fizeram depois que bamburraram e perderam tudo, como o Sr. Miguel Costa Maciel:

“Quando fui para o garimpo eu já tinha uma terra e criava algumas cabeças de gado e fazia minhas roças que produziam arroz, feijão, mandioca, abóbora, melancia, milho e lá eu criava também porcos e muitas galinhas. Deixei tudo aos cuidados dos irmãos de minha mulher, pois meus filhos eram pequenos e minha mulher não dava conta das criações e da roça. Fui para o Cumaru, no sul do Pará, região da Serra dos Carajás e lá estava dando muito ouro. Passei dois anos por lá. Aí foi quando Serra Pelada surgiu e fui para lá bem no começo, que também fica

³⁰ Sipriano Bezerra, mora em Marabá-PA, casado, 73 anos, contraiu doenças no garimpo, como a malária, e é natural de Porto Franco-MA.

*na mesma região. As fofocas foram grandes e quando eu cheguei lá comecei com um barranco de sociedade com outro irmão meu e lá começamos a pegar ouro e comprar propriedades na nossa cidade natal e deixar por conta dos meus cunhados. Só que bamburrados não ficam sem fazer umas farras boas e patrocinei algumas festas com muitas mulheres e muitos amigos. Meus cunhados e minha mulher ficaram sabendo dessas festas. Com a ida de meu irmão na minha cidade, ele ficou sabendo que meus cunhados estavam incentivando a minha mulher a separar de mim para repartir os bens que eu tinha adquirido com os garimpos, pois minha terra que já possuía antes era de herança de meu pai e ela não tinha direito numa divisão por separação. Tentei contornar a situação, mas a mulher já estava irredutível e a separação se consumou e a divisão dos bens foi feita. Além de tudo isso, meus filhos ficaram todos com ela e foi uma situação ruim. Tive que vender muita coisa pois ela queria quase tudo em dinheiro e o que ficou para mim comecei a gastar nas festas e o com fechamento do garimpo não consegui mais nada e tudo foi se acabando até ficar sem nada. Por outro lado, meus cunhados foram tomar conta dos bens da mãe dos meus filhos e acabaram tirando tudo dela. Moral da história: ficamos todos sem nada. Casei novamente e, hoje, moro na propriedade de meu irmão trabalhando no pesado, meus filhos cresceram e tem muito rancor de mim. Meus amigos me criticam por tudo que aconteceu e minha esperança são as promessas de ganhar uma indenização como garimpeiro de Serra Pelada, pois a Caixa Econômica nos deve muitos bilhões de reais. Me arrependo muito das besteiras que fiz, pois em vez de pegar o dinheiro que ficou comigo depois da separação e tivesse investido em terra e gado eu estava bem de vida, mas confiado que o garimpo me dava mais, danei a gastar tudo, incluindo a terra que ganhei de herança. Agora só tenho a esperança em Serra Pelada, pois lá ainda tem muito ouro e se a cooperativa consegui uma empresa que tire esse ouro de lá, cada garimpeiro que ainda é sócio vai ganhar muito dinheiro”.*³¹

O Sr. Miguel Costa Maciel é mais um dos 40.000 garimpeiros associados à COOMIGASP³² que esperam por dias melhores com as indenizações. A cada eleição eles apostam em algum candidato para resolver as questões que melhorem suas vidas e lhes dê um alento diante de tantas necessidades. Nessa situação não estão só os que bamburraram, mas todos os tipos de trabalhadores do garimpo de Serra Pelada, que vão desde os donos dos barrancos e empresários sócios de barrancos aos meias-praças e diaristas. Todos vivem dessa vaga esperança, mas é o que os anima.

Mesmo os parentes dos garimpeiros que já morreram atualizam seus documentos como uma herança e continuam como sócios-cooperados dando continuidade à fé de seus ancestrais de que o ouro vai trazer bonança e felicidades. Conversando com esses descendentes percebe-

³¹ Miguel Costa Maciel, desquitado, 82 anos, Mora em Serra Pelada, natural de Grajaú-MA.

³² Ao longo de sua história, a Coomigasp chegou a ter cerca de 43 mil associados, a imensa maioria dos quais mora hoje fora de Serra Pelada. Nos anos 90 os associados ficaram em torno dos 40.000 associados. Essa média de 40.000 são contabilizados até os dias atuais. Informação da própria Coomigasp. Com a morte dos titulares, os herdeiros dão continuidade com a filiação.

se que a esperança continua a alimentar suas autoestimas e confiança no futuro, além de buscar apoios para os representantes políticos que continuam prometendo ajuda, mas quase vinte anos depois nada veio em seus benefícios.

*“Meu pai era garimpeiro e passou muito tempo no garimpo. Eu cresci e não tive meu pai conosco e passei minha infância e adolescência sem a presença dele em casa, mas compreendia que ele estava trabalhando para buscar uma melhora para nós. Ouvia as notícias de que ele não estava bem e ficava pensando que não ia conhecê-lo, pois doença de garimpo matava rápido e a maioria não voltava para casa. A malária era incurável, a hepatite não tinha jeito, a caxumba esterilizava as pessoas e, por último, a febre amarela era comum na região e todos que tinham febre amarela não viviam por muito tempo. Meu pai trabalhou em vários garimpos e nada conseguiu em seu trabalho além de algum dinheirinho que mandou para minha mãe. Ele conseguiu sobreviver a todas essas intempéries da natureza e à exploração do trabalho. Não tivemos mais notícias dele a partir de 1990. Daí em diante, descobrimos que ninguém soube seu paradeiro e como eu tinha completado 18 anos fui a Serra Pelada e descobri que meu pai era cooperado e faltava pagar alguns meses de mensalidade. Conversei com o presidente da COOMIGASP e pedi que transferisse para mim. Conteí minha história e a partir disso eles passaram o documento de meu pai para mim. Estou até hoje contribuindo com a Cooperativa, mas não tivemos nenhum benefício. Não vou desistir dos direitos do meu pai e a mesma esperança que ele tinha nos garimpos agora eu tenho. Ouvi muitas histórias dos garimpeiros e conheci alguns que conviveram com meu pai e pensam que ele não morreu, mas se já faz tanto tempo que não dá notícias, é necessário que eu tome conta dos direitos dele. Dessa história toda, tenho pena de minha mãe, que sofreu muito para cuidar de nós e deu conta. Para mim, minha mãe é uma heroína e meu pai um covarde, porque nos abandonou e não voltou mais para nós. A falta que ele fez é muito grande e nada vai preencher sua ausência. Sabemos que os motivos são dele”.*³³

As histórias de abandono de família por parte dos garimpeiros são comuns e se tornaram emblemáticas como uma das maiores questões sociais que resultou da garimpagem na Amazônia brasileira. Sair para o garimpo e não dar mais notícias é corriqueiro, e isso acontece por vários motivos — o mais comum é a decepção com as promessas de melhorar de vida e não conseguir nem mesmo o mínimo para sobreviver e menos ainda para pagar as despesas para voltar para casa. Conhecidos como órfão de pais vivos, os filhos ficam como um peso para as mães cuidarem sozinhas e as esposas tornam-se viúvas de maridos vivos, que sem condições apelam para os parentes para ajudar a criar e ou para adoção. Algumas mães conseguem superar as dificuldades trabalhando como domésticas e, com o trabalho dos filhos mais velhos, complementam a renda. Alguns filhos ajudam cuidando dos irmãos mais novos, já que na região as creches são raras.

³³ Osmar Gomes Sobrinho, casado, 38 anos, natural de Iinga-MA.

“Nós morávamos de favor numa fazenda e trabalhávamos numa roça alheia. A gente tinha uma casinha feita de parede de taipa (feita de pau-a-pique com barro) e coberta de palha. O trabalho era muito duro, mas a gente tinha criação de porco, galinha e plantava milho, feijão, arroz, abóbora, além de cultivar um sítio com banana, laranja, limão e outras frutas que repartíamos com o dono da terra. Dada a dificuldade ser muito grande e a gente precisava colocar nossos três filhos na escola, nós entregamos a terra sem ter nenhuma indenização para eu ir para a casa de meus pais e ele ir para o garimpo procurar um meio de vida que a gente trabalhasse para nós mesmos. O plano era comprar uma terrinha e plantar. Foi assim que aconteceu... ele foi para o garimpo e ficamos com meus pais. Ele mandou um pouco de dinheiro durante um ano e ligava com frequência, mas, num certo momento, não ligou mais e nem mandou mais nenhum centavo, e meus pais, já velhos, pediram para eu e meus filhos ficar para cuidar deles. Eles eram doentes e fiquei por algum tempo com eles até eles morrerem. Daí em diante meus irmãos vieram para dividir as coisas que meus pais deixaram e a casa foi vendida. Peguei um pouco que cabia a mim e fui morar num sítio perto da cidade, meus filhos já estavam grandes e me ajudaram nos trabalhos do sítio. Eu ganhava pouco, mas não passava fome. Um conhecido nosso falou de um grupo de camponeses que estava propondo pressionar o governo para pôr uma terra para o INCRA fazer Reforma Agrária e eu estava em condições de receber um lote, pois eu era mãe, era trabalhadora rural e precisava de terra para viver. O certo é que recebi um lote e estamos aqui até hoje. Nunca fiquei sabendo do paradeiro do pai dos meninos e não me casei mais, pois tenho meus filhos e não troco eles por ninguém e quando a gente encontra alguém nunca se sabe no que vai dá...”³⁴

Assim, as regiões que fornecem mão de obra para a Amazônia se reorganizam, pois foram várias as vezes que a Amazônia recebeu migrantes com a perspectiva de melhorar de vida e voltar para o seio da família, mas os planos se desfazem e os homens que chegam à Amazônia vivem como se ela os devorasse sem deciframos o enigma. Mas não é a Amazônia que os devora, são as relações de produção e as ideologias de concentração de riquezas, os *modus operandi* do sistema que, mesmo sem eles saberem, os encantam, os iludem, os exploram e também os definham, os enfraquecem e os abandonam.

Mesmo com o fechamento dos garimpos, no final dos anos 90, grupos de garimpeiros persistem nas atividades e continuam na clandestinidade desafiando o Estado, as empresas mineradoras, os ecologistas, os indigenistas e a opinião pública. Para os que estão nas áreas de garimpo, mesmo que as coisas estejam ruins, ainda resta a esperança de a sorte bater em suas portas.

³⁴ Dona Maria Raimunda Costa, 64 anos, até hoje não sabe definir seu estado civil. Para muitos ela é uma viúva de esposo vivo. É dos casos que a pessoa vai para o garimpo, abandona a família, forma outra e não volta mais.

Os governantes não deixam espaço nas leis e nos planos de extração das riquezas amazônicas para esse contingente que, de uma forma ou de outra, é representativo diante da quantidade de habitantes dessa região de fronteira. Cada vez mais as concessões de exploração mineral vão se alargando em favor das mineradoras e as leis vão se modificando para a abertura da participação do capital internacional, enquanto as populações mais vulneráveis vão sofrendo os impactos da mineração e da garimpagem. Essa última também sofre impactos da presença do grande capital, pois à medida que este avança as restrições aumentam para a garimpagem. Os garimpeiros vivem nas brechas, onde é “terra de ninguém”, e enquanto ninguém se apercebe da presença do ouro nessas localidades, ou mesmo enquanto não for viável a mineração industrial.

Os que vivem nessas condições continuam sonhando, tendo uma animação para continuar. Na busca incessante pelo ouro, muitos adentram as terras indígenas e os conflitos são inevitáveis, pois os riscos que levam aos grupos indígenas são grandes e produzem um acelerado processo de dizimação étnica com a presença de produtos químicos e doenças contagiosas, além de alterar os biomas que promovem a sobrevivência dos nativos. Nesses espaços os indígenas se defendem como podem, mas em desvantagem de armas geralmente sofrem massacres e as mortes são a regra³⁵.

Os garimpeiros que continuam em atividade, geralmente são os que já tiveram outras experiências e já se acostumaram com a vida de garimpeiro e se integraram ao mundo amazônico e que, por vários motivos, precisam e querem prosseguir na lida em busca do ouro. Muitos já formaram famílias, transformaram a garimpagem na única e possível forma de viver e se acham acompanhados e compreendidos pela família que também vive naquelas condições.

“Digo para você que se fosse hoje não vinha para o garimpo. Com a minha experiência procuraria outra forma de vida e viveria com minha primeira família e não passaria pelo que estou passando e já passei, mas nos tempos anteriores, sem experiência, com meus 22 anos e muitas notícias dos garimpos que dava muito ouro e aquela febre em que meus amigos, parentes, profissionais de várias áreas deixavam tudo e iam para os garimpos, vi que também poderia me dar bem e arranjar muito ouro e ter uma vida de rico. Eu queria bamburrar como todos que vinham para o garimpo. Deixei a mulher e

³⁵ Na região amazônica existem jazidas imensas de nióbio, a maior jazida de ouro do mundo e jazidas de outros metais estratégicos, como estanho, zinco, caulim, ametista, diamante, entre outros, além da segunda maior reserva de urânio do mundo. O grande potencial econômico e comercial da exploração desses recursos atraiu um grande número de garimpos ilegais para dentro das terras indígenas, organizações não governamentais e a exploração do próprio indígena habitante de sua terra. O Exército brasileiro e a Polícia Federal adentraram os limites das reservas em 1999 para realizar a operação “Escudo Dourado”. Na ocasião fecharam oito garimpos ilegais, apreenderam os equipamentos de garimpagem. ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de. **Conflitos na Exploração de Recursos Naturais em Terras Indígenas: Um Estudo de Caso nas Américas**. www.rncan.gc.ca/files/mineralsmetals/files/pdf

dois filhos numa modesta casa na cidade de Marabá, onde eu vivia da coleta da castanha e vivia de forma precária, e me embrenhei pelos garimpos. Foram vários que perdi a conta, mas vazei trechos até por alguns países. Fiquei muito tempo fora do alcance das notícias de casa e soube que não eram notícias boas para mim. Um conterrâneo lá do Maranhão que morava em Marabá me falou que ouviu boatos que minha mulher tinha vendido a casa e se mudado para outra cidade e formado família com outro homem. Consegui um pouco de dinheiro e fui vê meus filhos, um casal, e procurei até encontrá-los. Fiquei de boa com a mulher e o novo marido dela que também fiquei conhecendo. Meus filhos estavam bem, dei um dinheiro para cada um, os abençoei e vim embora novamente para o garimpo. Confesso que me deu um arrependimento naquela hora que vi minha família, mas não restava mais nada ali que eu poderia fazer. Sei que essas coisas, se fosse outros que conheço era algo conflitante e poderia até acontecer morte, pois muita gente se achava traído e partia para a ignorância, mas eu compreendi que eu tinha abandonado. Fiquei mais de cinco anos sem aparecer, nem mesmo dado notícias e eles mesmos me disseram que pensaram que eu estava morto, e eu poderia estar. Quando voltei para o garimpo e frequentava algumas casas noturnas, conheci uma mulher e fiquei com ela algumas vezes, quando num desses encontros perguntei a ela se tinha coragem de se juntar mais eu, ai, ela aceitou e fiz um barraco, numa corrutela, e passamos a formar uma família. Para mim foi bom, pois viver sozinho é muito ruim e pensar que não tem ninguém no mundo, a gente até pensa: trabalhar par quê? É muito desmotivante. Pois é! Hoje temos três filhos e vivemos nos arredores dos garimpos e minha mulher me ajuda ganhando algum dinheiro cozinhando nos barracões dos garimpos para os patrões, e eu depois de trabalhar a semana inteira nos barrancos do patrão, vou faiscar nas grotas por perto para ver se encontro algum veio de ouro, mas até hoje só consegui um pouco para as despesas de casa. Levo uma vida de pobre, já peguei muitas malárias e outras doencinhas pelos garimpos, mas hoje tudo já está manso, a gente não adocece tanto como no começo. O melhor é que minha antiga família me manda notícias, meus outros filhos estudaram e estão bem, tenho três netos deles e os daqui estão estudando também, os ônibus passam todos os dias para levá-los e trazê-los da escola. Vivo do garimpo e não tenho outra profissão, as máquinas facilitaram muito o nosso trabalho, pois ficaram mais leves pra gente, só que a perseguição é muito grande e a gente tem que mudar o lugar dos garimpos o tempo todo. Os ficais federais, quando encontra um garimpo sem licença, é o que mais existe por aqui, queima as máquinas, tomam o ouro que colhemos e prende todo mundo. Por isso a gente passou a garimpar na mata fechada sem abrir clareiras para ficar difícil dos homens nos acharem com os aviões. Fica cada vez mais difícil para nós, só que não vamos abandonar os trabalhos, é só o que me resta na vida é continuar nessa luta...”³⁶

A vida de garimpeiro, nas suas representações, é uma espécie de “vidas secas” em meio a florestas, rios, corrutelas, viagens longas, relações sempre descontinuadas, muita fé, muitas esperanças, desilusões, solidão, doenças, coragem, medos, farras, cabarés, alegrias e tristezas, mas, no final, uma vida vazia calcada em muitas faltas. O futuro é traçado no acaso, na sorte ou no azar, mas construindo as trajetórias e suas experiências forjadas nas circunstâncias de uma

³⁶ Gonçalo Ferreira da Silva, mora na região de Itaituba, vive até hoje como garimpeiro, 68 anos.

nova ordem econômica que os abraça e os deixa sem saída e sem a compreensão necessária para se proteger das armadilhas dessa fronteira que se formou na Amazônia brasileira.

As representações mentais dos garimpeiros sobre os garimpos e suas experiências constroem uma visão dúbia da realidade. Eles se posicionam sob perspectivas futuras de várias formas e entendem suas aventuras como resultado das incertezas que os próprios destinos lhes reservaram. A vida de garimpeiro é compreendida não como uma escolha, mas como única saída para melhorar de vida e que os resultados não desejados, ora foram por culpa das manobras políticas e interesses das mineradoras, ora por simples falta de sorte.

José de Garibaldi sintetiza, em seus relatos, o mundo do garimpo para a maioria daqueles que se envolveram e vivenciaram as experiências na garimpagem da Amazônia brasileira, seus dilemas e certezas, suas possibilidades e desenganos, disputas políticas e interesses econômicos e qual o significado da vida no garimpo depois de quase vinte anos.

*“Nossa família já carregava em si os traumas do garimpo. Meu pai vivenciou uma experiência nas coletas da castanha e nos garimpos de diamantes no rio vermelho, na região de Marabá, nas décadas de 30 e quarenta do século XX e trouxe algumas sequelas da vida na Amazônia naquela época e quase não fica bom. Foi um ferimento na perna que ninguém sabia o que era e essa doença durou muitos anos, sendo que isso ficou na minha mente criando uma aversão ao garimpo. Ele sofreu muito, então eu não tinha nenhuma simpatia com a ideia de ir para o garimpo”.*³⁷

O entrevistado começou sua narrativa evocando lembranças de um tempo anterior a sua experiência pessoal de garimpo, mas que trazia marcas de sua infância como memória da família. Halbwachs fala sobre as interposições das memórias nos processos sucessivos que se interligam. Para ele, memória, história e tempo se fundem e se alimentam de lembranças familiares, de tradições, histórias escutadas e registradas. Nesse caminho, a memória é um recurso importante para a transmissão de experiências consolidadas ao longo de temporalidades diversas³⁸.

Assim sendo, Garibaldi, como narrador, em seu depoimento, fala do jovem do passado pela voz do adulto ou do ancião do presente. O adulto traz em si memórias de suas experiências e lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo ao expressá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Dessa forma, expressam-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções de ontem ou ressignificada pelas emoções do hoje³⁹.

³⁷ José de Garibaldi Gomes de Sousa, natural de Montes Altos - MA, 69 anos, mora em Montes Altos.

³⁸ HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

³⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, identidades**. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pp. 17-18.

“Eu morava na cidade de Grajaú e eu era comerciante e fazendeiro, casado e tinha dois filhos, eu ficava nas atividades do comércio e para os serviços da fazenda contratei um gerente. Quando surgiu Serra Pelada, logo no início, o gerente da fazenda foi para lá durante umas férias, logo que chegou lá, com poucos dias, mandou um recado pedindo um dinheiro para pagar um pedaço de terra que poderia existir ouro, e eu mandei esse dinheiro para ele e ele conseguiu um pouco de ouro. Não era expressiva a quantidade de ouro, mas para aquela época já era para ser considerado algo muito bom, um quilo e meio a dois quilos de ouro. Ele veio e trouxe o dinheiro que era meu e dele. Lá em Serra Pelada tinha um problema. Não tinha sequer um local para venda de medicamentos que atendesse a uma população já bem grande que já estava lá, e outra coisa era a violência que era muito grande. Nesse mesmo período o governo tomou conta aí a polícia federal chegou primeiro lá, chegou a Caixa Econômica e melhorou o garimpo nessa época. Foi a época que eu cheguei. Nessa época era regime militar e como a região de lá era e é área de Segurança Nacional, a polícia tomou conta logo, o exército, a polícia federal se instalaram por lá e acabou a criminalidade lá dentro do garimpo. Nessa época não entrava mulher, só entrava homem e não tinha bebida alcoólica, não entrava bebida. Esse meu gerente me conseguiu uma licença para entrar e olhar lá, e vi que não tinha farmácia e nem distribuidor de remédio e eu era capaz de suprir essa necessidade nos padrões exigidos pelas forças de intervenção, e eles mandaram uma licença e disseram que se eu tivesse interesse que fosse lá. Peguei um avião e fui lá e não gostei do ambiente, mas encontrei muitos amigos que já estavam lá. A vila de Serra Pelada era pequena e era fácil encontrar as pessoas, os amigos e a gente convivíamos sempre juntos e na área do aeroporto que ficava a cima da corrutela, era uma ruazinha que tinha o comércio, estava formando a área comercial. Por isso, o que que acontece eu não gostei, não estava querendo ficar, e aí um compadre meu, que eu queria muito bem, pediu que eu ficasse e insistiu e, depois de muita conversa, falei que eu poderia comprar um ponto e colocar uma farmácia, mas só se ele tomasse de conta. Assim, instalei a primeira farmácia que correspondia com as necessidades do garimpo e isso foi rápido, pois as casas eram feitas de madeiras e era só comprar a madeira e montar, do dia para noite, uma casa. Depois comecei frequentar lá. A gente foi perdendo o medo daquela Amazônia e criando afinidades. No início não tinha estrada boa e a selva encobria tudo, a gente voava por cima e também via que era montanhosa a região e os aviões também muito precários, aviões velhos voando de toda maneira e o trânsito aéreo era muito intenso, mesmo a Serra Pelada sendo perto da Marabá, era muito difícil chegar até lá por transporte terrestre. Então, eu fiquei lá e tivemos o primeiro problema no primeiro ano, pois o garimpo foi interditado várias vezes e nessa vez ele ficou fechado por um ano, para fazer rebaixamento das paredes que rondavam uma grande cava e tinha sempre os riscos de desabar. Com isso, tivemos prejuízo, pois com o garimpo fechado e o estoque completo os remédios perdiam a validade e eu já tinha passado a investir lá dentro do garimpo e eu cheguei a ter vários barrancos. Eu era comerciante no Maranhão muito conhecido e era procurado por muitas pessoas. Empresários e fazendeiros me procuravam para eu comprar porcentagens de barrancos. A gente comprava 10%, 20%, 30% e assim por diante. Com isso, quando eu dei fé, sem querer já estava atrelado ao garimpo. Eu era uma figura assim de dentro do garimpo, servindo aquela região. Eu já tinha uma prática muito grande na área de venda de medicamento, gosto muito disso e sabia muitas bulas de remédios, já tinha trabalhado em hospital já sabia de muitas coisas e como nos garimpos não tinham médicos eu atendia muitas pessoas com vários tipos de doenças comuns da região. Eu fazia uma

*espécie de primeiros socorros para os pacientes chegarem às cidades vizinhas. Com isso eu fiquei atrelado ao garimpo. Comecei comprando, comprando barranco, construindo barraco e fazendo investimento cada vez maior no garimpo. Mas com essas interrupções passamos muito tempo sem trabalhar. Depois de um ano o garimpo reabriu e passamos um ano recuperando o que a gente tinha investido. Tudo que a gente tinha investido foi recuperado e aí nessa época toda pessoa queria participar do garimpo, principalmente os empresários e fazendeiros que moravam nas imediações do sul do Pará, como a região tocantina do Maranhão e a região dos cocais, também no Maranhão foi de onde mais saíram gente para o garimpo. Os empresários e fazendeiros me procuravam para comprar as porcentagens, pois entrar no garimpo controlado pelo governo era muito difícil. Tirar uma licença só quem tinha características de garimpeiro, só para passear não tirava nem carteira, nem licença. Eu conseguia os documentos das porcentagens registradas na coordenação do garimpo e as pessoas interessadas confiavam e compravam e faziam uma parceria com a gente. A gente tocava os barrancos para eles que me pagavam para isso ou então me davam uma parte da sociedade e eles ficavam livres das despesas. Quando eu dei fé estava no negócio e já tinha um bom patrimônio em porcentagem, por volta de 2000% que corresponde a 20 barrancos, mas as porcentagens estavam espalhadas por mais de 50 barrancos diferentes, sob minha responsabilidade (as partes minhas e as que eu administrava para outras pessoas). Eu tinha barranco 100% meu e outras porcentagens espalhadas, e com isso a gente criou uma expectativa muito grande, pois aquilo vai entrando na gente assim no pensamento da gente, principalmente porque os vizinhos iam pegando muito ouro”.*⁴⁰

O garimpo absorvia as pessoas. A “febre do ouro” se tornou “contagiosa”, pois o encantamento dos garimpos vinha com uma massiva propaganda, tanto dentro do garimpo quanto fora dele, e isso instigava as pessoas a se tornarem parte dessa atividade produtiva. Empresários, pilotos que faziam fretes para os garimpos, fazendeiros, profissionais liberais; como expressa bem o narrador.

“Vou dar um exemplo aqui – o Zé Bonfim e um irmão dele, o Quinca Bonfim, chegaram lá (foram meus amigos de ginásio) e me pediram um terreno aí eu cedi um terreno para eles. Todo garimpeiro era solidário com os garimpeiros que estavam chegando, a solidariedade no garimpo era muito grande, ninguém queria problema com os outros, todo mundo era na paz, todo mundo era solidário. Então, com isso, eles começaram a trabalhar e pegaram um barranco lá, mas um dia meu barranco começou a dar ouro e eles chegaram na porta da farmácia e, enquanto o meus praças estavam passando com o caminhão de cascalho que ia levar para apurar o ouro no terreiro do barracão, me pediram um reque, a gente dava um pouco do cascalho que tinha ouro para eles limparem e ficarem com ouro, como se fosse um presente. Eles diziam que estavam lascados, lascados, sem ter o que comer e dei um saco de cascalho para eles e eles pegaram uma boa quantidade de ouro. Eles venderam o ouro e avançaram no barranco deles e não foi uma semana depois o barranco deles deu ouro também e foi em grande quantidade. Eles espalharam o material numa lona e fizeram

⁴⁰ José Garibaldi Gomes de Souza. Entrevistado.

uma base de 400 quilos de ouro nessa pegada. Essas coisas a gente via e isso desperta em todo mundo a ideia de ser possível acontecer com qualquer um. Uns caras que estavam lascados, como dizem no linguajar dos garimpeiros “urrando de fome” e no outro dia estavam com todo aquele ouro e comprando mansão, carros novos, fazendas grandes e até aviões. Isso aí incentivava todos que estavam lá dentro e todos passavam a acreditar e até os que estavam fora e viam o movimento dos bamburrados e todo mundo era contaminado com as notícias dos garimpos. Então, essas coisas assim que faziam eu comprar mais barrancos e me tornei comerciante e garimpeiro. Eu tenho muitos amigos de garimpo e nessa passagem a embriaguez vai tomando conta da gente e investir muito”.

Essa parte do depoimento é um demonstrativo da solidariedade e do companheirismo nos garimpos, mas fica demonstrado a natureza da memória como um fato coletivo e, por assim dizer, um fato social. O narrador vai recheando sua narrativa com outras personagens que interagem com ele em suas experiências. Fentress e Wickham⁴¹ entendem a memória como algo que só pode ser estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Para eles, quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam.

“Além dos investimentos eu fiz, ainda parei outros negócios que tinha fora e fui me envolvendo só com o garimpo. No começo era manual, mas com a acumulo de água ficava um problema sério. Com o tempo foi preciso investir em maquinários (motor-bomba) para manter as partes mais baixas em condições de trabalho e os investimentos ficaram bem mais caros e a coordenação passou a tomar de conta desse serviço, e quando estávamos perto do ouro a coordenação anunciava a quebra das bombas e inundava tudo novamente, impedindo a retirada do cascalho com ouro. O próprio governo não tinha nenhum interesse que nós tirássemos o ouro. As empresas que faziam as pesquisas tinham a dimensão da quantidade ouro que tinha lá e trabalhavam na surdina para atrapalhar os garimpeiros na hora de tirar o ouro e as informações vazavam para nós. A gente ficava naquela febre de que ia chegar no ouro. Tem gente que tem mais sorte que outras e tem pessoas que têm menos sorte. Eu tive oportunidade, por várias vezes, de pegar muito ouro, mas na hora que eles viam alguém tirar ouro e muitos estarem bem perto eles da coordenação anunciavam algum problema, ou de barreiras que estavam perto de quebrar ou as benditas bombas que quebravam e enchiam o buraco de água e parava tudo. No ano seguinte, ficou tudo parado para um rebaixamento de barreiras e até recomençar novamente tive muitos prejuízos, pois até a fonte mais certa que era a farmácia parou também de vender e a renda, que era de 30 mil, passou para 3 mil, e como a despesa era muito grande não dava de tocar tudo aquilo, mas eu tinha que pagar as despesas com os trabalhadores antes de saírem para casa e pagar os fornecedores de alimentos, a energia e tantas outras. Quando

⁴¹ FENTRESS, James & WICKHAM, Cris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992. p. 20.

o presidente foi lá, eu era da comissão de recepção e fiquei responsável para arrecadar fundos para um grande churrasco. Fizemos um churrasco lá com uma churrasqueira cavada no chão, na forma de uma vala que acompanhava a extensão do aeroporto que tinha um quilômetro e foram necessários 100 bois e não sei quantos sacos de cravão, não lembro mais a quantidade e tudo para receber o presidente da república. Foi uma festa muito grande e ele prometeu para a gente e deu para nós 100 hectares de terras que compreendia a área da Serra Pelada, dados para os garimpeiros, escriturados. A Serra Pelada era dos garimpeiros e a gente acreditou. Você com um documento desses, o presidente dá um documento desses, faz um pronunciamento, quem não acredita? Todo mundo acreditou. Ai nós investimos mais e mais ainda. Só que isso nunca foi considerado esses 100 hectares que foram doados, solo e subsolo. Essa doação foi a razão que o povo investisse tudo lá dentro. Todos pensavam que era deles e não era ao mesmo tempo. Chegou uma época que o garimpo começou a dar ouro em quase todos os lugares e eles (a coordenação dos interventores) foram fechando, foram fechando e soltando água para encher a cava e chegou uma época que não dava mais para ninguém trabalhar e tirar o que foi investido e acabaram fechando o garimpo. Um investimento daqueles de seis a oito anos que ficamos lá, nós trabalhamos, mais ou menos, dois anos e meio, pois as épocas de invernos, todo ano parava, além das interrupções propositais da coordenação. Então, os garimpeiros foram massacrados. Os garimpeiros foram enganados lá. Isso deu prejuízo muito grande, prejudicando muita gente e toda a região. Pois toda a região participou do garimpo e até gente de todo o Brasil. Eu mesmo tinha um escritório de compra de medicamentos em São Paulo e eu ia lá sempre em São Paulo para fazer compras para minha empresa, e o que que acontece? Lá a gente sentava para almoçar num restaurante e se tivesse dez mesas, em oito mesas estavam conversando sobre garimpo. Isso porque vinham as pessoas de lá e pegaram ouro e chegavam lá esnobando, comprando mansão, comprando helicóptero, fazendo essas coisas. Isso aí incentivou, junto com a imprensa que batia todo dia no mesmo assunto e um grupo de catarinense pegou muito ouro e investiram em São Paulo, montaram redes de hotéis, deram entrevistas e até fizeram documentários sobre os garimpos na região. Inclusive o dono do hotel, que morreu junto com o ministro do STF Teori Zavasky, era um desses catarinenses e ele deu entrevista sobre os garimpos um pouco antes de morrer, para a Rede Globo. Tudo que ele tinha era recurso de garimpo. Só para vê o tanto que o garimpo contaminou as pessoas e a sociedade como um todo. Meu cunhado entrou para lá nos anos 80 e ainda hoje ele está dentro do garimpo. Ele só saiu uma vez porque ele sofreu um acidente e eu fui buscar ele lá, mas logo voltou. Ele não tem pretensão de sair e como ele lá tem muita gente. Tem muita agente que perdeu tudo, perdeu a família, perdeu o recurso e eles não têm mais para onde ir. Então esse tipo de homem ainda está lá. Eles tão espalhados ainda por toda a região e em Serra Pelada tem muita gente vivendo de migalhas, de pequenas fagulhas de ouro que só dá para as despesas diárias e vivem à mingua. Tão todos velhinhos, tão morrendo, todos estão entrando em óbito, um a um. Mesmo assim, todos eles têm a esperança de ficarem ricos. As ideias deles continuam assim. Como a área é administrada pela cooperativa dos garimpeiros, eles acreditam na possibilidade de o garimpo reabrir e ficarem ricos, serem indenizados ou mesmo receber alguma recompensa do Estado. Os garimpos foram fechando em todo lugar e, com o tempo, não tinha muita opção para os garimpeiros. Para mim tudo isso passou. Perdi quase 70% de tudo que eu tinha

*fora do garimpo e 100% do que tirei de lá e essa é a parte do garimpo que vivenciei minhas experiências. Aqui fora me reequilibrei, mas nunca mais tive as coisas que eu tinha antes de entrar lá. Tive que vender muita coisa para pagar dívidas que contrái no garimpo”.*⁴²

Quando qualquer pessoa ia para os garimpos, elas se enchiam de grandes expectativas e, no entanto, essas expectativas não corresponderam àquilo que todos esperavam, inclusive os familiares que, por vários fatores, não conheceram seus esforços. Mesmo que os garimpeiros fossem até os limites de suas próprias capacidades físicas e existenciais, seus familiares jamais entenderiam um “final infeliz” nos garimpos que todos sabiam serem tão ricos. Nesse quadro, nada lhes restava a não ser aquela espera, aquela fé, aquela falta de tudo, inclusive da presença paterna na família abandonada.

Os olhares dos homens ou das mulheres garimpeiras representam, ao mesmo tempo, um passado de aventuras e um presente de decepções, um passado de boas promessas e boas expectativas e um presente e um futuro sem muitas perspectivas. Mas uma certeza paira sobre suas cabeças: o ouro está lá no fundo da terra e só precisa ter sorte para arrancá-lo para tudo de bom acontecer. Sobre isso não restam dúvidas, as circunstâncias não lhes oferecem as condições necessárias e nem a sorte lhes aparece tão favorável. No final das contas, o destino não reservou para a grande maioria dos garimpeiros aquilo que sempre é reservado à minoria da sociedade: a riqueza. A lógica é do sistema, mas a ideologia prega uma esperança para todos.

⁴² José de Garibaldi Gomes de Sousa. Entrevistado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os vários ciclos produtivos de grande expressão na Amazônia brasileira, algo é comum a todos eles: o extrativismo. Essa forma produtiva se tornou a matriz econômica da região, pois todos os ciclos produtivos são organizadas em torno desse modelo de exploração de suas riquezas, tais como as drogas do sertão, a borracha, a castanha, os minerais, a madeira, épocas diferentes que se tornaram hegemônicas e continuam como principal expressão na economia regional. Todos esses ciclos produtivos têm suas bases no extrativismo.

Ao olhar o panorama da garimpagem, verifica-se que há similaridades com as formas de extrativismos que se tornaram característicos na Amazônia e que destacamos ao longo do trabalho. Grosso modo, as relações de trabalho são *sui generis* quanto às leis trabalhistas e se aproximam do escambo na forma de remuneração da mão de obra, nas aquisições de produtos e nas relações interpessoais. Essas práticas são comuns nos vários tempos da Amazônia que se interpõem formando um passado-presente que se reinventa para permanecer.

As similaridades entre o extrativismo do ouro e as outras formas de extrativismos tradicionais na Amazônia são comuns quanto aos meios utilizados para a sobrevivência, mas eles se distanciam enquanto aos fins a serem atingidos. Os extrativismos anteriores se firmaram na acomodação às condições impostas pelo meio e na submissão às ordens dos exploradores, enquanto o ciclo do ouro se organiza pelas motivações dos trabalhadores na esperança dos “bamburros”. Bamburrar, nesse sistema, tornou-se a redenção dos homens que invadem a floresta, lutam contra empresas, contra as leis do Estado e seus próprios medos, enfrentando as adversidades no afã de encontrar o “metal mágico” e mudar de vida.

Afora as experiências industriais nos grandes centros, como Manaus e Belém, o extrativismo se impõe como modelo de exploração das riquezas e da mão de obra, estruturado num conjunto de práticas que difere das relações de trabalho implantadas em outras regiões e que se mobiliza em ondas desde a colonização sem mudanças significativas na sua essência, caracterizado pelos esforços exaustivos, insalubridades e poucas remunerações.

Das drogas do sertão à borracha e da coleta da castanha ao processo recente da mineração, todos os ciclos proporcionaram fluxos migratórios, e a chamada civilização foi se implantando na Amazônia. As últimas correntes migratórias foram as mais intensas e que de fato formaram um exército de mão de obra para os grandes projetos que se implantaram na

região a partir dos anos 60 do século XX¹. As correntes migratórias que chegaram à Amazônia nesse período foram incentivadas pelo Governo Federal que, promovendo a ocupação da região, usava da frase célebre “terras sem homens para homens sem terras” para firmar seus propósitos de alcançar uma concentração de força de trabalho e, assim, colocar em marcha os grandes projetos de exploração mineral.

Internamente os ciclos se revezavam também nas suas espacialidades, migrando de região para região: açúcar no Nordeste, ouro em Minas Gerais e Goiás, café nos estados do Sudeste, fora os ciclos menores do gado, da borracha, do algodão. Essa dinâmica favoreceu, de certo modo, o povoamento do extenso território brasileiro e a permanente redescoberta das potencialidades econômicas do Brasil, juntamente com o processo de migração interna permanente, que, na verdade, tornou-se uma estratégia política usada para arrefecer as tensões sociais.

O extrativismo, a grande dimensão territorial e as políticas públicas também sugerem uma assertiva para a existência de uma mão de obra rudimentar. Essas três questões ajudaram a promover mais um mito — o da “terra sem dono e vazia”. Discurso esse usado para os deslocamentos das massas trabalhadoras e do capital, no sentido de sempre recolonizar a Amazônia.

Com a descoberta dos minerais na região amazônica chegaram, além dos capitais e trabalhadores, também gerentes de fazendas e grileiros — os garimpeiros de tradição clandestina que, subvertendo a ordem, entram nas propriedades das mineradoras e do governo com o intuito de melhorar suas condições de vida fora da lógica do trabalho assalariado.

Mas, antes do bamburro, os garimpeiros se deparam com as formas de trabalho sob os olhares dos donos das lavras, e a floresta cobra seu preço com as obrigatórias adaptações que esses trabalhadores tiveram que incorporar como condição *sine qua non* para viver na região. As relações de trabalho que já eram praticadas no extrativismo das drogas do sertão, no da borracha e no extrativismo da castanha, repetem-se nos garimpos, principalmente quando as máquinas dominam a produção e os capitalistas empresários também entram nos garimpos clandestinos.

Esse ciclo do ouro tornou-se patente pelas políticas de ocupação em que o Estado prometia terras, juntamente com a abertura das estradas rumo à Amazônia dando impulso aos fluxos migratórios da ocupação recente e definitiva da região. Incentivados pelo Estado,

¹ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, s/d, pp. 82-87.

empresas e trabalhadores vieram em massa para a Amazônia. As primeiras vieram para exploração mineral e para complementar os grandes projetos agraciados pelos incentivos fiscais e pela promessa de montagem de uma infraestrutura apta para suas efetivações, enquanto que os outros vieram com promessas de receberem terras para cultivos nos programas de colônias agrícolas, e o que restou foram a juquirá nas fazendas, a peonagem nas mineradoras e na montagem dos grandes projetos de infraestrutura como usinas hidrelétricas, estradas de rodagens e ferrovias².

Para montar uma infraestrutura e atender o PGC e seus projetos agregados precisava-se de muita mão de obra da qual o campo e a seca do Nordeste foram os grandes fornecedores. Além disso, as grandes fazendas exigiam uma mão de obra “primária” nas derrubadas das matas para o estabelecimento de pastagens e fornecimento de madeira para as serrarias.

Nessa órbita, os trabalhadores se inserem de duas maneiras: na produção e no consumo. Na produção como mão de obra barata a ser explorada até a exaustão, e no consumo como realização última da acumulação de capital.

Os governantes animavam as massas humanas para a empreitada de ocupação das terras amazônicas para que seus grandes projetos se tornassem viáveis. Assim, empresários, grileiros, políticos e trabalhadores de toda sorte se dirigiram para a região, todos com seus projetos: uns com o sentido de acumulação de capital, outros com o intuito de encontrar oportunidades para melhorar de vida, ter um pedaço de terra para trabalhar e sustentar a família. Muita propaganda, promessas e esperanças foram oferecidas, mas só uma pequena parte foi atendida em tudo.

Na região, a ocupação recente promove as mudanças inevitáveis e irreversíveis na cultura através da ideologia do progresso e do desenvolvimento provocando uma profunda, mudança de hábitos e costumes, além de mudar as relações de produção e consumo. A cultura do consumo joga um grande contingente para a vida citadina e quebra os laços das tradições camponesas.

Devido a esse turbilhão de mudanças, muitas profissões são desvalorizadas ou extintas, dando lugar às outras que representam as novas necessidades. O tempo muda e a velocidade se acelera — o que se fazia em meses se faz em dias, o que se fazia em dias se faz agora em minutos ou segundos.

² KOWARICK, Marcos. Op. Cit. p. 152. O autor explicita que “A migração faz parte da história e do cotidiano de milhões de pessoas. Milhares de braços outrora na lavoura tradicional, invariavelmente na busca de sobrevivência, ‘furam a mata’ atrás dos garimpos ou passam a exercer sazonalmente serviços braçais para os ‘novos’ proprietários na consolidação dos latifúndios e ‘projetos agropecuários’. Eles derrubam as matas, fazem os aceiros das cercas, as ‘juquiras’ nos pastos. Procuram alternativas também nas enormes obras de construção civil, como barragens e estradas, e raramente encontram emprego na indústria.”

Os novos ritmos aceleraram a produção, o consumo, o cotidiano, a mente do conjunto da sociedade; seguir esse novo ritmo custa muito aos habitantes tradicionais. São desses contingentes que surgem as resistências, os conflitos e as lutas sociais. Também são deles que surgem os primeiros garimpeiros que para escapar das amarras da exploração do trabalho procuram na mineração outras maneiras de valorização do trabalho e do esforço, buscando outras condições para viver.

À maioria da população foi negado o mínimo, pois a formação da mão de obra só se concretiza se a massa for despossuída dos meios de produção. Além do mais, aqueles que já estavam lá em suas posses foram desalojados para servirem aos novos proprietários com seu trabalho e conhecimento sobre a vida na região.

Os homens da floresta e os sertanejos nordestinos foram habitar as periferias das cidades completando o ciclo do êxodo rural e cair na roda do consumo cumprindo o ciclo de acumulação capitalista que se consolida na região. Afora isso, parte desse contingente firma uma resistência ao sistema de propriedade enfrentando um conflito de dimensão gigantesca com todos os requintes de violência³.

A economia de subsistência e a produção artesanal que a complementa ainda estão longe de desaparecer, o que caracteriza a estrutura agrária brasileira pela existência de dois setores em integração dinâmica com o conjunto da economia, onde o predomínio do capitalismo é geral e incontestável. Esses dois setores são o da empresa agrícola capitalista, nas grandes e médias propriedades rurais; e o da agricultura familiar, nas pequenas e microexplorações agropecuárias, ainda em muitos casos sob a forma de parcerias e arrendamentos.

Na coexistência dos dois setores é que se configura a maioria dos conflitos. A “pacificação” é dificultada sobremaneira pelo fato de a estrutura fundiária continuar a se definir pela prevalência do latifúndio e o agronegócio como base das exportações brasileiras e incentivado pelas políticas econômicas como necessidade de equilíbrio da balança comercial⁴.

Para os trabalhadores que chegavam, a Amazônia simbolizava um espaço livre para recriar uma comunidade autônoma longe da opressão que lhes perseguia. Só que, com o tempo, a violência seguiu seus rastros. Neste último refúgio e neste encontro decisivo com a opressão, estabeleceu-se também uma resistência definitiva conjugada aos diversos modelos de violência em que as armas usadas, principalmente contra os posseiros, não ficaram restritas aos revólveres

³ FERRAZ, Siney. Op. Cit. ASSELIM, Vitor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. MARTINS, José de Sousa. Op. Cit.

⁴ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 78.

ou aos aparelhos policiais e jurídicos. Os camponeses se viram de frente com uma arma mais requintada e poderosa: a destruição da pessoa no seu valor moral, o uso da mentira para levantar suspeitas. Esta arma ideológica é, sem dúvida, a mais eficiente.

Nada escapou à nova ordem capitalista. Sua ideologia contamina todas as camadas da sociedade, e com os garimpeiros não foi diferente. O sonho de bamburrar paira na ordem do consumo sem reservas e propaga o sentido de acumulação — deixar de ser trabalhador para ser patrão entra na lógica de muitos que viviam nas comunidades tradicionais. Assim a dispersão dessas comunidades fragilizou as resistências camponesas contra o capital. A visão de acumulação passou a povoar a mentalidade coletiva da região e o objetivo único de quem busca a sorte grande é tornar-se rico e usufruir dos privilégios do consumo.

As descobertas das reservas minerais geraram uma avalanche de trabalhadores que adentraram a floresta e, mesmo sem experiência, tornaram-se garimpeiros promovendo uma corrida do ouro sem precedentes em toda a região. Nos garimpos, de natureza clandestina, esses homens foram construindo suas trajetórias e se reinventando como senhores da cultura, da produção econômica e da história.

Assim, os espaços dos garimpos se tornaram lugares de memórias. Cada garimpeiro tem suas memórias povoadas de representações de suas experiências e dessas histórias floreadas de esperanças e decepções, vontade de bamburrar, dos seus esforços para mudar de vida e o cansaço da espera.

O que prevaleceu na Amazônia e, por extensão, nos garimpos foi a implantação da ideologia do sistema de mercado que tinha como principal função jogar as populações tradicionais e as que chegavam à região para o mundo do consumo, na produção de excedente para a acumulação de capital. Com a consolidação desse sistema e do aparelhamento da “ordem e do progresso” os garimpos foram sendo desarticulados e se tornando menos importantes para a economia regional, resumindo-se a algumas cidades, onde a clandestinidade continua numa disputa cada vez mais acirrada entre garimpeiros, indígenas, latifundiários, empresas mineradoras e o próprio Estado, que continua atento à ordem estabelecida.

Assim os garimpeiros, mesmo sem desaparecerem como uma alternativa de trabalho, vão sendo substituídos pelas máquinas e por outros profissionais. Eles vão sofrendo as metamorfoses dentro das novas necessidades de mão de obra na região e muitos vão envelhecendo com suas ideias de enriquecimento fácil ou morrendo com seus sonhos, dando lugar às novas gerações de trabalhadores que se integram aos modelos de economia que vão

chegando como ondas ou ciclos que se sucedem como forma de novas colonizações da Amazônia e que refletem sempre os interesses dos mercados e dos capitais.

O Estado cumpre sua função de Estado burguês, e os homens cumprem suas funções de classes, de categorias, de grupos de interesses ou, simplesmente, perdem suas vidas coletivas e se recolhem nas suas individualidades, nos seus sonhos e nas suas decepções. Mas nas suas lutas sociais imprimem suas histórias, e nas suas memórias ficam as marcas de seu tempo e de suas experiências. O garimpo foi só mais uma dessas temporalidades da Amazônia brasileira, de seus devassamentos, da permanente exploração de seus recursos naturais.

As marcas do “tempo da Amazônia” ficaram, de fato, nas comunidades tradicionais, como as mais impactadas com as grandes transformações que aconteceram com os planos de ocupação recente, pela integração da região ao mercado interno e, principalmente, com os grandes programas de exploração das riquezas minerais existentes na Amazônia. Os indígenas, ribeirinhos, posseiros, extrativistas foram impactados de várias formas: com as expropriações de suas terras e assalariamento da mão de obra, com o êxodo rural (a migração interna forçada), com a mudança dos costumes, ritos, festas, religiosidades, laços familiares e consumo. Mas as maiores mudanças aconteceram com a ideia da acumulação e do consumo, com o individualismo e com a competição que fazem parte do capitalismo que invade suas vidas e se torna hegemônico, quebrando qualquer reserva da vida comunitária das povoações anteriores⁵.

Nas cidades de entorno dos garimpos do sul do Pará, nas bacias do Araguaia-Tocantins e do Tapajós, tais como Marabá-PA, Altamira-PA, Itaituba-PA e Peixoto de Azevedo-MT, ocorreram os grandes impactos dos garimpos e também dos grandes projetos de mineração. Esses impactos foram de várias maneiras, como no fornecimento de mão de obra, nos desarranjos familiares, nas dispersões do homem do campo, nas condições de vida daqueles que retornaram dos garimpos em condições de miséria, no jogo político dos que usam a esperança de recompensas do trabalho no garimpo e na vida econômica e cultural ligada às experiências dos garimpeiros.

⁵ KOTSCHO, Ricardo. Serra Pelada: **uma ferida aberta na selva**. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 26-35.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 2ªed. 1995.sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de. **Conflitos na Exploração de Recursos Naturais em Terras Indígenas: Um Estudo de Caso nas Américas**. www.rncangc.ca/files/mineral_smetals/files/pdf
- AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1998.
- ASSELIM, Vitor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BARATA, Ronaldo. **História da ocupação da Amazônia**. SESE – Debate nº 4, ano 5, janeiro, 1995.
- BARROZO, João Carlos. **Mulheres de garimpeiro e mulheres garimpeiras**. Paper.
- BARBOSA, Lívia. **Garimpo e meio ambiente: Água sagrada e água profana**. Estudos Históricos. v. 4, n. 8. 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELATO, Dinarte. **Entrevista: a questão da terra no Brasil – uma história de luta contra o modelo agrário injusto**. Revista Mundo jovem. Jul. 1987. Nº 107. pp. 11-14.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas v. I. tradução: Sergio Paulo Rouanet. 7ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BRAUDEL. Fernand. **O Mediterrâneo o Espaço e a História**. Tradução de Manuela Torres. Lisboa, Teorema, 1987.
- _____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1985, v.1.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 3ª edição. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CABRAL, Paulo Correia. **Xambioá: guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- CAMARGO, Aspásia. **História oral e política**. In: FERREIRA, M. de M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: CPDOC. Diadorim, FINEP. 1994. P. 78.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história do Brasil**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2000.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **As guerras justas e os autos de devassa contra os índios da Amazônia no período colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

Ciência & Tecnologia UNIVERSIDADE E SOCIEDADE DF, ano XXI, nº 49, janeiro de 2012.

CLEARY, David. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem Antropológica**. Rio de Janeiro - RJ: UFRJ. [1992] 1990.

COELHO, Maria Célia, Wanderley, Luiz Jardim et COSTA, Reinaldo. **Garimpeiros de Ouro e Cooperativismo no século XXI**. Exemplos nos rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira. <https://journals.openedition.org/confins/12445>
COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988. Sendo que as outras constituições brasileiras a partir da de 1824 já resguardavam as terras devolutas como patrimônio do Estado. NEXO JORNAL. <https://www.Nexojournal.com.br/grafico/2017/04/07/P%C3%BAblicas-e-privadas-a-divis%C3%A3o-de-terras-no-territ%C3%B3rio-brasileiro>

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, identidades**. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos *Et. Al.* **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2003.

DNPM/DIDEM – **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM 2008.

EARP, Daniel Gomes Tardin de Sá. **Análise do II PND**. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2015.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mitos e Realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 9ª edição. São Paulo: Globo, 1993.

FENTRESS, James & WICKHAM, Cris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 1998.

FIGUEIREDO, Bernardino R. et ali. **Garimpos e Garimpeiros no Brasil**. In ROCHA, Gerônimo A. (Org.). **Garimpos e Garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 4ed. 1984.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. P. 18
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2010.
- GARRIDO, Joan del Alcazar i. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. São Paulo: Revista Brasileira de História, V. 13 n° 25/26. agosto/1992.
- GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: Feiticeiras e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.
- GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GUERREIRO, Gabriel. **Garimpagem de ouro na Amazônia; reflexos econômicos, sociais e políticos**. In ROCHA, Gerônimo Albuquerque (Org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- HARRES, Marluza Marques. **A História e seus territórios**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008. https://www.academia.edu/189308/A_Hist%C3%B3ria_e_seus_territ%C3%B3rios_Livro_de_confer%C3%A2ncias_do_XXIV_Simp%C3%B3sio_Nacional_de_Hist%C3%B3ria_da_ANPUH
- IANNI, Otavio. **A ditadura do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- KELLY, Brian & LONDON, Mark. **Amazônia: um grito de alerta**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- KOTSCHO, Ricardo. **Serra Pelada: uma ferida aberta na selva**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOVARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás: na trilha do saque**. São Paulo: Ed. Anita, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **História e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LIMA, Araújo. **Amazônia, terra e homem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.
- MATHIS, Armin. **Garimpos de ouro na Amazônia: fatores sociais, relações de trabalho e condições de vida**. PAPERS DO NAEA N° 037. www.naea.ufpa.br

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: contexto, 2009.

_____. **O cativo da Terra**. (9ª edição). São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**, São Paulo: Hucitec, 1985

MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. **História recente do Brasil (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 1996.

MONTENEGRO, A. Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

MUORA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiência, memórias e disputas**
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13071>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1991.

OLIVEIRA FILHO, João P. **Elementos para uma Sociologia dos viajantes**. IN: OLIVEIRA FILHO, João P. (org). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: Editora CEJUP, 1994.

Partido Comunista do Brasil. **A resistência Armada do Araguaia**. Lisboa, Portugal: Grua Artes Gráficas, s/d.

PICOLI, Fioreli. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão popular, 2006

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS, Artur Cezar Ferreira. **Temas amazônicos**. Manaus: s/Ed., 1983.

_____. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. São Paulo: USP, 2006. www.teses.usp.br/teses/.../8/.../tese_tadeu_valdir_freitasrezende.

ROCHA, Gerônimo Albuquerque. (Org.). **Garimpos e Garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____. **Ai de ti, Amazônia** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40141992000200004>

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. De 14 a 19 de setembro de 2015|Vitória /ES. http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano_de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf

SALOMÃO, Elmer Prata. **O ofício e a condição de garimpar**. In FIGUEIREDO, Bernardino R. e outros. **Em busca do ouro: Garimpos e garimpeiros no Brasil**. São Paulo, SP: CONAGE/editora Marco Zero, 1984.

SILVA, José Manoel Azevedo e. **O modelo de pombalino de colonização da Amazônia**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra – CHSC, s/d. <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>.

SOUZA, Thiago Romeu de. **Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo**. Recife: UFPe, 2015. pp. 15. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16966/1/THIAGO%20ROMEU%20DE%20SOUZA%20%5BTESE%5D.pdf>

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Relatório de 1976.

TAS, Marcelo. em Serra Pelada – 1984 (na íntegra), disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aD9QbZijcP0&ebc=ANyPxKr49xMSOd0iBZxtC1Oo7T4EUr8jFreCyCmIlCkOJyDUWvmY0fiBJglom4vsJ2sRDt9yreMC653JODiIEC-2kEmK2HatA>. Globo Repórter – **aviação de garimpo na década de 80** - <https://www.youtube.com/watch?v=oV9-SEA02Q>.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro na Amazônia**. www.gomiam.org .uploads.2015/03

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TROVÃO, José de Ribamar. “Ilha” latifundiária na Amazônia Maranhense. São Luís, MA: Ed. Universitária/CORSUP/UFMA, 1989.

VIEIRA, M. A. C. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria: movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. Tese (doutorado em ciências sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2001. p.97-101. <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pfcpei/%20/VieiraMariaAntonietadaCosta.pdf>

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico <https://www.google.com/search?q=ii+pnd+pdf&oq=II+PND&aqs=chrome.2.69i57j0l7.15740j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

GLOSSÁRIO

- Bamburrado – é o garimpeiro que acertou na sorte grade e encontrou uma quantidade de ouro que dá pra ficar rico.
- Bateia – vasilha de metal em forma de cone que serve para lavar o cascalho e apurar o ouro. Esse instrumento é muito antigo, mas é ainda muito útil para fazer os testes para encontrar novas áreas de garimpos.
- Blefado – é o contrário do bamburrado. É o garimpeiro sem nada ou com pouca condição.
- Boroça – pequena mochila que os garimpeiros usam para levar seus poucos pertences.
- Brabo – é a pessoa que, recém-chegada nos garimpos, ainda não entende nada das atividades de trabalho de garimpagem.
- Brocado – com fome.
- Cascalho – além de ser terra rica em ouro também significa dinheiro vivo.
- Chupadeira – motor-bomba que foi introduzido nos garimpos para jogar água e ao mesmo tempo sugar a água com terra. Servia tanto para limpar a área como para sugar o cascalho para ser lavado e colher o ouro.
- Currutelas – ruas e vielas nas beiras dos rios ou estradas, nas áreas de garimpos, onde todos os negócios dos garimpos acontecem, desde a venda do ouro, passando pelo abastecimento até os programas de diversões.
- Escada adeus mamãe – nome dado às escadarias com mais de cem metros de altura por onde passavam milhares de garimpeiros para descartar material cego em Serra Pelada.
- Guaxeaba – é uma denominação que significa uma pessoa que faz mandados com ar de perversão. É o mesmo que pistoleiro, capanga, bate-pau, leão de chácara.
- Manso – é o oposto do brabo. É o experto (e esperto) nas atividades da garimpagem.
- Melexete – lama preta que se assemelha a piche e suja da cabeça aos pés os garimpeiros que carregam sacos terras nas costas do barranco à montoeira.
- Milharina – terra amarela cor de milho. Geralmente é terra que não possui ouro.
- Pau-de-arara – transporte terrestre tendo como caminhão ou caminhonete adaptado de bancos e coberturas na carroceria para acomodar os passageiros. Esse tipo de transporte era o mais comum nos garimpos.
- Peão-de-trecho – é o garimpeiro que conhece muitos garimpos e é conhecedor de tudo nos garimpos.
- Peão-rodado – é um garimpeiro que já andou por muitos garimpos, mas não aprendeu nada.
- Reque – um pouco de material rico em ouro (cascalho) dado de agrado ou presente a alguém.
- Terra cega – é qualquer terra que não possui ouro.
- Terra rica ou cascalho – é o contrário da terra cega. É uma terra misturada com pedras onde o ouro fica depositado.
- Tijupá – barraco de palha ou de lona onde habitam os garimpeiros nos próprios garimpos.
- Tilim – parte mais funda dos barrancos ou das cavas onde vai se depositando a água para não atrapalhar os serviços dos garimpeiros.

APÊNDICE A – ENTREVISTADOS

Agnaldo Ferreira, natural de Tocantinópolis-TO, casado, 78 anos, continua na região do garimpo de Serra Pelada, vive na esperança de ser indenizado pelo Governo.

Antônio Lopes Gomes, casado, seis filhos nos garimpos, três mulheres, 78 anos, mora em Itaituba, natural Uberaba-MG.

Aristeu Ribeiro Lima, natural de Amarante do Maranhão e mora atualmente em Xinguara-PA. Continua como garimpeiro de forma clandestina. Tem 67 anos, recebe uma aposentadoria e tem uma família que formou no garimpo.

Carlos Franco Gomes, natural de Montes Altos-MA, solteiro, 72 anos.

Emival Rodrigues de Sousa, garimpeiro tem 63 nos. Foi para o Garimpo com 28 anos. Voltou com 60 anos. Mora em Imperatriz, MA.

Francisco Coelho Raposo, viúvo, 4 filhos

Gonçalo Ferreira da Silva, mora na região de Itaituba, vive até hoje como garimpeiro, 68 anos

José Aguiar da Silva, reside em Imperatriz-MA, 83 anos, pai de três filhos.

José de Garibaldi Gomes de Sousa, natural de Montes Altos-MA, 69 anos, mora em Montes Altos-MA.

José Maria Rezende Queiroz, casado, mora em Xinguara-PA, aposentado, 79 anos.

José Rodrigues, morador de Peixoto de Azevedo, 68 anos, entrevistado em 23 de julho de 2019.

Luis Oliveira Lima, hoje casado, mora em Itaituba, natural de cabaceira-PI. Trabalha com garimpo desde os 21 anos e já está com 73 anos.

Maria Raimunda Costa, 64 anos, até hoje não sabe definir seu estado civil. Para muitos ela é uma viúva de esposo vivo.

Miguel Costa Maciel, desquitado, 82 anos, mora em Serra Pelada, natural de Grajaú-MA.

Osmar Gomes Sobrinho, casado, 38 anos, natural de Iinga-MA.

Raimundo Gomes Leão, 68 anos, mora em Montes Altos-MA. Hoje é comerciante, tem 4 filhos, 5 casamentos, aposentado.

Rúbio Nogueira, casado, mora em Peixoto de Azevedo, 78 anos, comerciante aposentado.

Sipriano Bezerra, mora em Marabá-PA, casado, 73 anos, contraiu doenças no garimpo, como a malária e é natural de Porto Franco-MA.

Valdemor da Silva Raposo, 78 anos, natural de Sítio Novo-MA, mora atualmente em Serra Pelada, é aposentado por idade.

Weber Albuquerque Neiva, garimpeiro, tem 67 anos e foi para o garimpo com 30 anos. Mora em Montes Altos, MA.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

VALDETOR DA SILVA RAPOSO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Valdeitor da Silva Raposo

Assinatura

Imperatriz, ___ de _____ de 2018

S/ A/R

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ARISTEU RIBEIRO LIMA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Aristeu Ribeiro Lima

Assinatura

Imperatriz, ___ de _____ de 2018

21
4
21

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Weber Albuquerque NEIVA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Weber Albuquerque Neiva

Assinatura

Imperatriz, ___ de _____ de 2018

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

SIPRIANO BEZERRA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 10 de DEZEMBRO de 2018

21
4
11

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

RUBIO NOQUEIRA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 05 de DEZEMBRO de 2018

21
4
11

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

RAIMUNDO GOMES LEÃO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Raimundo Gomes Leão

Assinatura

Imperatriz, 18 de outubro de 2018

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

OSMAR GOTTES SOBRINHO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 10 de outubro de 2018

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

MIQUEL COSTA MACIEL

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 30 de JULHO de 2018

APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

MARIA RAIMUNDA COSTA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 26 de JULHO de 2018

APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

José Rodrigues

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

José Rodrigues

Assinatura

Imperatriz, 27 de *JULHO* de 2018

APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

José MARIA REZENDE @EIROZ

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 18 de JULHO de 2018

APÊNDICE M – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

JOSE GARIBALDI GOMES DE SAUSA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado “**MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**”. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Jose Garibaldi Gomes de Sausa

Assinatura

Imperatriz, 16 de JULHO de 2018

APÊNDICE N – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

José Aguiar da Silva

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

José Aguiar da Silva

Assinatura

Imperatriz, 15 de Julho de 2018

APÊNDICE O – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

GONçALO FERREIRA DA SILVA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 12 de JULHO de 2018

APÊNDICE P – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

FRANCISCO COELHO RAPOSA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMORIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

NÃO ASSINA

Imperatriz, 09 de JULHO de 2018

APÊNDICE Q – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

CARLOS FRANCO GOMES

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Carlos Franco Gomes

Assinatura

Imperatriz, 08 de julho de 2018

APÊNDICE R – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

EMIVAL RODRIGUES DE SOUZA

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Emival Rodrigues de Souza

Assinatura

Imperatriz, 06 de Julho de 2018

APÊNDICE S – TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ANTÔNIO LOPES GOMES

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de Pós-graduação **Jose Siney Ferraz Rodrigues**, do curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS de São Leopoldo-RS, que pode ser contatado pelo e-mail sineyferrazferraz@gmail.com e pelo telefone (99) 984 010602. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas para desenvolver o projeto de tese do curso de doutorado intitulado **“MEMÓRIAS DO GARIMPO: VIDA E TRABALHO DE GARIMPEIROS CLANDESTINOS NO CICLO DO OURO NA AMAZONIA BRASILEIRA(1960-2000)**. Minha participação consistirá em conceder entrevistas que serão gravadas e transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Antônio Lopes Gomes

Assinatura

Imperatriz, 03 de JULHO de 2018